

VOLUME

13

ESTUDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS



ORGANIZADOR

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA



Editora Poisson

Anderson Lincoln Vital da Silva
(Organizador)

Estudos em Ciências Humanas e Sociais
Volume 13

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2023

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
MSc. Davilson Eduardo Andrade

Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos

Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC

Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy

MSc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82
Estudos em Ciências Humanas e Sociais - Volume 13/ Organização: Anderson Lincoln Vital da Silva - Belo Horizonte - MG: Editora Poisson, 2023
Formato: PDF ISBN: 978-65-5866-313-3 DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3 Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia
1.Ciências Sociais 2. Sociedade 3. Ciências Humanas I. SILVA, Anderson Lincoln Vital da II.Título
CDD-300
Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896



O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.

Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br

Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: Explorando a Antropologia através da obra de Clifford Geertz: "Nova Luz sobre a Antropologia" 07

Rubem de Mesquita Valadares

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.01

Capítulo 2: Never again/Nunca mais: O fracasso da memória..... 16

Jacques Alkalai Wainberg

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.02

Capítulo 3: O *soft-power* da monarquia britânica na contemporaneidade – O poder da marca da realeza na criação de imaginários e representações na comunicação globalizada 26

Renato de Almeida Vieira e Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.03

Capítulo 4: Mudança social e instabilidade política: Uma leitura da obra de Samuel Huntington 40

Antonio Kevan Brandão Pereira

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.04

Capítulo 5: Os discursos sobre os processos de luto pertencentes à adolescência..... 59

Mariana Camata, Ana Priscilla Christiano

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.05

Capítulo 6: Psicologia Escolar/Educacional: Um relato de experiência em escola pública estadual 74

Camilla Casotti Poisk, Mírian Alves Carvalho, Alesandra Silveira Alves

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.06

Capítulo 7: El bullying (acoso escolar) desde las teorías psicológicas y de género 81

Laura Elizabeth Cervantes Benavides

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.07

SUMÁRIO

Capítulo 8: Mulheres na praticagem: Uma revisão 106

Emylaine Eduarda de Oliveira Laurentino, Larissa de Oliveira Santos

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.08

Capítulo 9: Os kits de subjetividade *queer* em cena: Os modos de “ter” LGBTI+ nos filmes atuais 115

Vitória Rocon Covre , Frederico Augusto Tavares Junior

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.09

Capítulo 10: Pistas de um *blackface* para o consumo? Atravessamentos do capital nos processos de subjetivação do povo negro no Brasil 132

Felipe Mathias Castello-Branco, Frederico Augusto Tavares Junior, Catalina Revollo Pardo

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.10

Capítulo 11: Os fundamentos da educação em Direitos Humanos e o poder democrático como interfaces entre a macro e a micropolítica nos cursos técnicos de formação integral 158

Ana Claudia Lima da Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.11

Capítulo 12: Espaço educacional e a arquitetura indígena Kaingang: O caso da Aldeia Marrecas e Koe Ju Porã no Paraná..... 166

Bruna Eduarda Kubliski Folmer, Jhonatan dos Santos Dantas

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.12

Capítulo 13: Racismo ambiental: Uma análise acerca dos imigrantes venezuelanos em Manaus..... 183

Ygor Felipe Távora da Silva, Guilherme Henrich Benek Vieira

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.13

Capítulo 14: Infodemia de COVID-19: Notícias falsas e padrões de mobilidade urbana no Brasil..... 193

Fabio Marcel de Castro Filho

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.14

SUMÁRIO

Capítulo 15: A educação do campo e o desenvolvimento territorial rural: Uma alternativa em construção 208

Ângelo Rodrigues de Carvalho

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.15

Capítulo 16: Turismo e acessibilidade em parques públicos de Aracaju/SE 218

Simone de Andrade Santos da Silveira, Lício Valério Lima Vieira

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.16

Capítulo 17: Trabalho nas ruas de Fortaleza (1887-1928): Percepções e valores construídos em uma cidade em transformação 242

Maria Isabele Farias Moreira

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.17

Capítulo 18: O Programa de Arranjos Produtivos locais (PAPL) em Alagoas e o desenvolvimento como liberdade: Uma avaliação do arranjo Delta do São Francisco 254

Cleidijane Siqueira Santos, João Bosco Araújo da Costa

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.18

Capítulo 19: O Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha do município de Faxinal do Soturno/RS 267

Rosangela Leonardi, Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

DOI: 10.36229/978-65-5866-313-3.CAP.19

Autores 275

Capítulo 1

Explorando a Antropologia através da obra de Clifford Geertz: "Nova Luz sobre a Antropologia"

Rubem de Mesquita Valadares

Resumo: Neste artigo, exploramos a obra "Nova Luz sobre a Antropologia" de Clifford Geertz, um dos pensadores mais influentes da antropologia contemporânea. Geertz introduziu uma abordagem interpretativa e simbólica, que transformou a maneira como entendemos as culturas e a sociedade. "Nova Luz sobre a Antropologia" oferece um vislumbre das ideias do autor e sua influência duradoura na disciplina. O legado de Clifford Geertz perdura na antropologia, continuando a iluminar a compreensão das culturas humanas. Sua abordagem interpretativa e sua ênfase na interpretação cultural enriqueceram a disciplina. A obra discutida serve como um farol para antropólogos, recordando a importância de explorar a profundidade das culturas humanas. Geertz nos convida a apreciar a diversidade e a complexidade da experiência humana. Enquanto a antropologia evolui, a luz de Geertz orienta os pesquisadores a ir além das superfícies culturais, buscando uma compreensão mais profunda e respeitosa das sociedades globais interconectadas.

Palavras-chave: Antropologia, Clifford Geertz, Interpretação Cultural.

1. INTRODUÇÃO

A antropologia é uma disciplina intelectualmente rica e culturalmente diversa, enraizada na busca pela compreensão das complexas tapeçarias da experiência humana. Ao longo das décadas, inúmeros antropólogos têm contribuído com visões únicas e teorias perspicazes, desvelando novas camadas de significado nas práticas culturais e sociais das sociedades ao redor do mundo. Entre esses pensadores influentes, Clifford James Geertz destaca-se como uma figura seminal na história da antropologia contemporânea, cujo trabalho iluminou os caminhos da compreensão cultural.

O presente artigo centra-se na obra de Geertz, "Nova Luz sobre a Antropologia", uma coletânea de ensaios e reflexões que captura o brilhante e penetrante olhar do autor sobre a disciplina. Geertz é reconhecido por sua abordagem interpretativa e simbólica da antropologia, que o levou a desvendar as nuances das práticas culturais e a explorar os significados subjacentes às ações humanas. Este livro, publicado em 2002, representa não apenas uma retrospectiva de sua carreira distinta, mas também uma exploração aprofundada das transformações que a antropologia sofreu ao longo do tempo.

O cerne deste artigo é analisar as principais contribuições de Geertz à antropologia, destacando como sua abordagem interpretativa influenciou a maneira como os antropólogos estudam e compreendem as sociedades humanas. Além disso, exploraremos os temas-chave abordados em "Nova Luz sobre a Antropologia", incluindo a importância da interpretação cultural, a natureza da etnografia, a relação entre cultura e poder, e a relevância contínua da antropologia em um mundo globalizado.

Ao examinarmos as ideias e reflexões contidas neste livro, esperamos lançar uma "nova luz" sobre a obra de Clifford Geertz e, ao fazê-lo, contribuir para uma compreensão mais profunda da antropologia como disciplina e da complexidade das sociedades humanas que ela busca desvendar. Nesse sentido, "Nova Luz sobre a Antropologia" serve como uma ponte entre o passado e o presente da antropologia, mantendo seu legado vivo e relevante para as futuras gerações de estudiosos e pesquisadores.

2. DESENVOLVIMENTO

Clifford James Geertz, um proeminente antropólogo da segunda metade do século XX, nasceu em 23 de agosto de 1926 e faleceu em 30 de outubro de 2006. Sua influência destacada na esfera intelectual durante essa época é inegável. Em 1973, com a publicação de "*The Interpretation of Cultures*", Geertz estabeleceu as bases da antropologia interpretativa, uma abordagem inovadora que incorpora elementos interdisciplinares ao estudo antropológico. Geertz encerrou sua trajetória acadêmica como professor na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos.

Além de ter uma passagem pela marinha, Clifford Geertz também cursou instituições educacionais em Ohio e New Jersey. Ele obteve sua graduação em filosofia e inglês, culminando em sua obtenção de doutorado em antropologia em 1956.

A pesquisa antropológica de Geertz teve início na Indonésia, onde ele pioneiramente introduziu uma abordagem inovadora para o estudo antropológico no final dos anos 50. Ele questionou e criticou os métodos e padrões vigentes naquela época.

Seu trabalho mais recente tem como título "A Renovação da Antropologia". Em 2000, foi lançado o livro "Luz Disponível: Reflexões Antropológicas sobre Temas Filosóficos". No

ano seguinte, a edição em língua portuguesa foi publicada pela editora Jorge Zahar. Geertz também produziu outros vinte livros ao longo de sua carreira.

A obra é composta por onze capítulos que exploram o tópico central da "antropologia". Esses capítulos incorporam conteúdo proveniente de suas palestras, seminários e artigos previamente publicados em periódicos, formando uma abordagem abrangente e interligada.

No capítulo inaugural intitulado "Trajetória e Ocorrência: Uma Jornada de Aprendizado", Geertz explora principalmente sua história pessoal e acadêmica. Nesse trecho, ele descreve os acontecimentos que o conduziram à imersão nos estudos antropológicos, compartilhando suas experiências educacionais com os leitores. O capítulo também salienta suas primeiras incursões como pesquisador de campo, notadamente na Indonésia e em Marrocos. Essas vivências o instigaram a ponderar sobre questões fundamentais, como a essência intrínseca da cultura e da religião.

"O que havia começado como uma investigação do 'papel do ritual e da crença na sociedade' (isso tem que ser escrito entre aspas), como uma espécie de mecânica comparada, transformou-se, ao se adensar a trama e me enredar, no estudo de um exemplo particular da produção do sentido e suas complexidades" (p. 25).

Ao refletir sobre suas investigações iniciais, Geertz debruça-se sobre a essência genuína da cultura e da religião. Esse exame crítico fez emergir questionamentos profundos, inclusive desafiando paradigmas estabelecidos, como a perspectiva unilateral de estudar um grupo humano meramente do ponto de vista antropológico. Sua abordagem investigativa o conduziu a explorar os fundamentos subjacentes à compreensão da natureza cultural e religiosa, promovendo uma análise que transcendia fronteiras disciplinares tradicionais.

O segundo capítulo, intitulado "Cognição como Ação Moral: Aspectos Éticos do Trabalho de Campo Antropológico em Novas Terras", introduz uma discussão cativante sobre o pensamento e seu vínculo com as ciências sociais. Geertz inicia ao afirmar que o pensamento é, em si, um comportamento e, como tal, deve ser submetido a avaliações morais (página 30). Importante destacar que os estudiosos das ciências sociais não operam em uma neutralidade total, pois eles compartilham o mesmo contexto social com os indivíduos que estão sob escrutínio, um ambiente onde métodos são aplicados e teorias se transformam. Esse raciocínio vale tanto para os pesquisadores de campo quanto para aqueles que trabalham em laboratórios.

Devido à diversidade de objetos de estudo nas ciências sociais, as quais não se limitam a uma única área de investigação, isso inevitavelmente repercute na metodologia antropológica. Tal diversidade de contextos sociais exige uma compreensão ética e reflexiva sobre como o pesquisador se envolve nesses ambientes, moldando assim a maneira como as abordagens antropológicas são concebidas e aplicadas.

Continuando sua exploração dos chamados "países novos", Geertz progressivamente desenvolve a concepção de que as soluções para os desafios encontrados nessas nações nem sempre podem ser abordadas de maneira simplista. Ele reconhece que, em algumas situações, as questões demandam respostas notavelmente intrincadas. Um exemplo claro reside nas origens dos dilemas confrontados por nações em fase de desenvolvimento:

“... se a reforma agrária pode eliminar os latifúndios, não pode por si só transformar camponeses pobres tradicionais em competentes fazendeiros modernos”. (p. 35). “... a tarefa de alinhar a necessidade de manter e aumentar a produção agrícola com a necessidade de manter e aumentar o emprego agrícola é extraordinariamente difícil”. (p. 36).

O autor acentua o "desequilíbrio entre a habilidade de identificar problemas e a capacidade de solucioná-los", enquanto também destaca "a inerente tensão ética entre o pesquisador e o objeto". Isso realça a significância do trabalho de campo como um elemento crucial do processo de aprendizado. Em síntese, as análises conduzidas por antropólogos e outros cientistas podem de fato expor questões latentes, no entanto, nem sempre culminam em soluções práticas.

O terceiro capítulo, intitulado "Contra o Anti-Relativismo", foi inicialmente apresentado como a Conferência Principal durante o encontro anual da Associação Americana de Antropologia em Chicago, no ano de 1983. Nessa seção, se torna evidente o caráter crítico e ousado de Clifford Geertz, à medida que ele ergue uma série de questionamentos em torno das construções conceituais de figuras como Marx, Nietzsche e Freud. Além disso, ele também avalia as teorias mais recentes provenientes de especialistas em biogenética, os quais procuram explicar diversos aspectos da existência humana, inclusive a sociedade, com base em suas implicações genéticas.

O capítulo quatro explora as distinções culturais. Geertz guia seus leitores na reflexão de que a diversidade é uma característica intrínseca e perene, embora algumas práticas possam gradualmente desvanecer-se ao longo do tempo. A mensagem central é a importância de abraçar e reconhecer as diferenças que permeiam essa diversidade. Em vez de reprimi-las, eliminar ou rejeitá-las, Geertz enfatiza que é crucial adotar uma atitude de respeito. Nesse contexto, ressalta-se a necessidade de valorizar as diferenças e manifestações criativas, evitando qualquer forma de dominação ou imperialismo.

É notório que, em face da proximidade das diversidades contemporâneas, surge a necessidade de coexistência. Geertz observa que tal fenômeno é evidente ao percorrer as ruas de uma metrópole. Essa tendência de convivência multifacetada está em ascensão, tornando-se cada vez mais proeminente.

Essa situação levanta uma questão delicada. Apesar de o discurso sobre a valorização das diversidades sociais ser inspirador, surge a incerteza quanto à genuína incorporação desse respeito no momento de convergir para "uma visão coletiva sobre o que é aceitável e o que não é, equitativo e o que não é, esteticamente agradável e o que não é, razoável e o que não é", pelo menos em um futuro próximo, ou até mesmo, talvez, nunca" (página 72).

Clifford Geertz analisa profundamente o conceito de "etnocentrismo", lançando sobre ele uma perspectiva crítica bastante iluminadora. Ele argumenta que grande parte dos valores, crenças e comportamentos que adotamos são consequência direta do local e da época em que nascemos. Em outras palavras, caso tivéssemos nascido em um contexto geográfico ou temporal distinto, nossas concepções do que é "normal" seriam, sem dúvida, alteradas (páginas 73-74).

Em continuação, Geertz sugere que essa noção influencia diretamente nossas tomadas de decisão, afetando como: o “de que xiitas, digamos, por serem outros, constituem um

problema, mas os torcedores de futebol, por exemplo, por serem parte de nós, não o constituem, ou, pelo menos, não são um problema do mesmo tipo” (p. 74). “Se quisermos ser capazes de julgar com largueza, como é óbvio que devemos fazer, precisamos ser capazes de enxergar com largueza” (p. 85). Isso implica que o pesquisador precisa estar atento para não deixar-se influenciar excessivamente pela sua própria herança cultural.

O capítulo cinco, intitulado "A Condição Presente", analisa os procedimentos e abordagens empregados na antropologia, com um enfoque especial na meticulosidade metodológica das tradições acadêmicas. No início, Geertz declara que "ninguém, nem mesmo aqueles envolvidos na prática da antropologia, possui uma compreensão exata do que ela realmente é" (página 86). Ele observa que é uma indagação comum direcionada tanto a antropólogos quanto por eles próprios: como a sua atividade se diferencia da de um sociólogo, historiador, psicólogo ou cientista político? As respostas prontas são escassas, salvo pela noção de que, sem dúvida, existe uma distinção (página 86).

Geertz apresenta uma crítica à falta de coesão interna no campo da antropologia, apontando para a evolução das abordagens metodológicas. Ele destaca a emergência de novos termos, como "antropologia social", e salienta que algumas denominações antigas se tornaram obsoletas. Geertz também reconhece a conexão crescente entre a antropologia e disciplinas afins, como a psicologia e a sociologia, destacando a ênfase na interdisciplinaridade. Nesse contexto, ele afirma que “hoje em dia, a esmagadora maioria dos antropólogos sociais não está zarpando para ilhas não registradas nos mapas ou entrando em paraísos na selva, mas atirando-se em assombrosas entidades da história mundial, como a Índia, o Japão, o Egito, a Grécia ou o Brasil” (p. 89).

A divergência entre dois antropólogos, Obeyesekere e Sahlins, ao estudarem o mesmo tópico, o Havaí, e chegarem a conclusões contrastantes, é um fenômeno notável que expõe as limitações da metodologia antropológica, conforme apontado por Geertz. Isso ilustra como as interpretações e conclusões de um pesquisador podem ser influenciadas por sua abordagem e perspectiva pessoal, incluindo a seleção subjetiva das amostras de pesquisa.

Geertz advoga que uma abordagem mais eficaz nos estudos antropológicos requer uma colaboração mais estreita com outras disciplinas, como a história. Ele argumenta que o conflito ideológico entre antropólogos e historiadores não deve existir, e ambos os campos devem abandonar acusações mútuas.

Quanto ao enfoque interdisciplinar, Geertz menciona três livros específicos na página 118, “a junção da História e da Antropologia não é uma questão de fundir dois campos acadêmicos num novo Isto ou Aquilo, mas de redefini-los em termos um do outro, administrando suas relações dentro dos limites de um estudo particular: as táticas textuais” (p. 119), e mais “a preocupação de que o intercâmbio com os antropólogos leve a uma perda da alma é ridícula” (p. 123).

O capítulo cinco chega a sua conclusão com Geertz enfatizando a temática da generalização e formulação de leis na antropologia. Ele alerta para os riscos de se generalizar análises e conclusões antropológicas através do uso de frases como "Todas as sociedades têm...", que podem simplificar excessivamente e negligenciar as nuances das diferenças culturais. Geertz advoga por uma abordagem mais cuidadosa e sensível, evitando o uso de rótulos preconcebidos.

Ele observa que alguns antropólogos argumentam que para a antropologia ser considerada uma ciência legítima, ela necessita de leis que governem os padrões culturais. No entanto, Geertz chama a atenção para o fato de que essas supostas leis muitas vezes

foram concebidas pelos próprios antropólogos, e ninguém realmente sabe quais são essas leis ou se elas de fato existem. Isso ressalta a complexidade e a falta de consenso sobre a possibilidade de estabelecer leis universais na antropologia.

No capítulo seis, intitulado "O Estranho Estranhamento: Charles Taylor e a Relação entre Ciências Naturais e Humanas", Clifford Geertz explora a contribuição de Charles Taylor para a interconexão entre as ciências naturais e as ciências humanas. Ele questiona a necessidade de criar uma barreira rígida e intransponível entre essas duas esferas, argumentando que essa divisão pode ser excessiva e desnecessária, dificultando o progresso em ambos os campos. Geertz elogia Taylor por sua ousadia em lutar contra a "naturalização" das ciências humanas e reconhece sua influência positiva nesse aspecto (p. 132).

No capítulo sete, chamado "O Legado de Thomas Kuhn: A Hora e o Texto Certo", Clifford Geertz brevemente aborda a significativa contribuição de Thomas Kuhn, a quem ele se refere carinhosamente como "Tom". Ele enfatiza como a obra "A Estrutura das Revoluções Científicas" de Kuhn perturbou muitos ao desafiar diversos pressupostos estabelecidos. Geertz salienta que Kuhn não foi o único a criar desconforto ao questionar o status quo logo no início de sua carreira (p.148).

O capítulo oito recebe o título "O Beliscão do Destino: Religião como Experiência, Significado, Identidade e Poder". Este título remete ao livro "As Variedades da Experiência Religiosa" de William James, escrito em 1902. Geertz explora o entendimento de religião de James, descrevendo-a como uma experiência profundamente pessoal e subjetiva, que resiste às imposições da esfera pública e cotidiana. Geertz destaca a influência do secularismo no mundo de James, que levou muitos a abandonar a fé em favor do progresso e da modernidade. Ele argumenta que certas práticas rotuladas como religiosas na atualidade podem não ser verdadeiramente religiosas, enquanto também enfatiza que a religião possui dimensões exteriores que exercem impacto na sociedade. Dessa forma, Geertz contesta a noção de que a religião é meramente uma questão íntima e pessoal (p. 151).

A religião é uma realidade global. Geertz ressalta que "O mundo não funciona apenas com crenças. Mas dificilmente consegue funcionar sem elas" (p. 155). A ubiquidade da religião implica em sua apresentação em um mundo diversificado, caracterizado por inúmeras variações. Dessa forma, as pessoas possuem uma ampla gama de crenças, e a contemporaneidade facilita o encontro de "pessoas com tipos de crenças diferentes daquelas com que se cresceu" (p. 158).

Geertz critica as visões que atribuem à religião meros objetivos pragmáticos e materiais, assim como àqueles que a consideram uma "máscara e uma mistificação, um encobrimento ideológico de ambições perfeitamente seculares e mais ou menos egoístas" (p. 159). Ele reconhece a existência de ações realizadas sob a roupagem religiosa que talvez não mereçam essa denominação. No entanto, ele defende que a religião autêntica desempenha papéis como sustentar, curar, consolar, corrigir injustiças, melhorar destinos, assegurar recompensas, explicar, impor obrigações, abençoar, esclarecer, reconciliar, regenerar, redimir ou salvar (p. 159). Vale recordar que a pesquisa inicial de Geertz em campo foi dedicada à religião em Java.

O nono capítulo, intitulado "Um Ato Desequilibrador: A Psicologia de Jerome Bruner", envolve uma análise das concepções de Bruner. Semelhante à sua abordagem da antropologia, Geertz questiona a natureza da psicologia como uma coleção de investigações diversas e desconexas que compartilham a referência ao "funcionamento

mental" (p. 166). Ele também revisita o conceito de cultura, rejeitando interpretações simplistas e apontando a necessidade de uma reconsideração profunda (p. 175). Mais uma vez, nesse capítulo, as propostas pós-modernas e multiculturais de Geertz para a antropologia se tornam evidentes em sua análise contemporânea.

A perspectiva do nono capítulo é retomada no décimo capítulo, denominado "Cultura, Mente, Cérebro / Cérebro, Mente, Cultura". Nesse enfoque interdisciplinar, Geertz explora paralelos entre a antropologia e a psicologia. Ele observa que ambas disciplinas compartilham o foco na cultura e na mente. No entanto, ele reconhece a complexidade desses conceitos em evolução constante, já que eles não possuem definições fixas e imutáveis, mas sim se desenvolvem e transformam ao longo do tempo e do espaço.

No último capítulo, intitulado "O Mundo em Pedacos: Cultura e Política no Fim do Século", Geertz conclui seu trabalho abordando aspectos do mundo pós-moderno, como pluralismo e diversidade, enquanto explora os conceitos de nação, país e povo.

Geertz conduz os leitores a ponderarem sobre os fatores que definem uma nação e a natureza contemporânea da política. Ele destaca a relevância de oferecer insights sobre um mundo em transformação e desconstrução, repleto de identidades em fluxo e conexões incertas (p. 198). Geertz ilustra a formação e dissolução de nações com exemplos que incluem Indonésia, Papua-Nova Guiné, Birmânia, Iugoslávia, entre outros.

A definição de país é questionada por elementos como história, geografia, composição étnica, religião e idioma comum. Com base em casos como o do Canadá, Geertz ressalta a complexidade desse conceito. Ele reforça a importância de desenvolver uma compreensão mais profunda e menos estereotipada da política (p. 215).

O autor também aborda a influência da tecnologia no contato entre culturas diversas. A televisão e a internet tornam eventos de um país visíveis em todo o mundo. Nesse contexto globalizado, Geertz enfatiza a coexistência de várias culturas.

A capacidade dos líderes políticos em compreender essa realidade é crucial. O Estado deve adotar neutralidade em relação a crenças pessoais, enfocando liberdade, direitos humanos e lei (p. 225).

Geertz se destaca como antropólogo devido à sua disposição em engajar em debates tanto com colegas de sua área quanto de outras disciplinas. Sua abordagem não se limita a criticar ideias, mas busca entendê-las com profundidade, relevando suas implicações atuais.

Essa postura demonstra seu desejo de romper com a complacência intelectual e sua habilidade em dialogar com diversos campos, como psicologia, história, sociologia, política e cultura. Sua abordagem interdisciplinar é notável e indica a necessidade de mais colaborações entre disciplinas acadêmicas. Instituições de ensino e professores de todas as áreas são instigados a adotar essa abordagem, enriquecendo a formação dos estudantes de maneira abrangente.

A insatisfação manifestada por Geertz em relação ao status quo é digna de reconhecimento, pois ela o motivou a explorar e investigar profundamente, buscando soluções para as inquietações que o perturbavam. Esse é o espírito que deveria guiar qualquer estudioso. As críticas incisivas feitas por Geertz merecem destaque, já que contribuíram e continuam contribuindo para a transformação de muitos paradigmas na sociedade, abrangendo diversas áreas do conhecimento.

Sua análise crítica da psicologia, especificamente sobre a definição precisa de seu objeto de estudo, é intrigante. Tais críticas enfatizam a importância de questionar o que é apresentado nos livros e não aceitar cegamente as afirmações baseadas apenas nas referências dos autores.

Geertz corajosamente vai contra a corrente ao avaliar a religião como um elemento benéfico para a sociedade. Normalmente, os intelectuais tendem a menosprezar as dimensões religiosas, muitas vezes separando-as do mundo científico.

Outro aspecto notável explorado neste livro é a ênfase no trabalho de campo, a imersão direta. Essa abordagem, sem dúvida, contribuiu para o aprimoramento de Geertz, permitindo-lhe interagir diretamente com as culturas que estudava. Isso o levou a reconsiderar conceitos como cultura e a metodologia da antropologia.

Além disso, o autor demonstra uma ampla compreensão do mundo, mesmo em relação a países que não pesquisou pessoalmente. Sua familiaridade com a história mundial e as diversas características de várias nações é impressionante, refletindo um profundo conhecimento de um mundo globalizado.

A abordagem de Geertz em relação à diversidade global e sua promoção de respeito e harmonia entre diferentes culturas são pontos marcantes do livro. A valorização da diversidade contribui para uma avaliação mais cautelosa e imparcial. Contudo, é válido considerar que, entre as muitas perspectivas relativas e desafios para determinar o certo e o errado, existem as Escrituras Sagradas, que representam a vontade absoluta de Deus.

3. CONCLUSÃO

Ao percorrer as páginas de "Nova Luz sobre a Antropologia" e explorar o legado intelectual de Clifford James Geertz, torna-se evidente que sua influência na antropologia transcende seu tempo e continua a iluminar os horizontes da disciplina. Geertz não apenas delineou uma abordagem interpretativa revolucionária, mas também inspirou gerações de antropólogos a adotar uma perspectiva mais profunda e significativa na investigação das sociedades humanas.

Este artigo examinou as contribuições centrais de Geertz para a antropologia, destacando sua ênfase na interpretação cultural e simbólica como um meio de compreender a riqueza das práticas humanas. Discutimos sua visão da etnografia como um ato interpretativo e reflexivo, capaz de capturar a complexidade das culturas em toda a sua diversidade.

Além disso, exploramos como Geertz abordou questões cruciais, como o papel da cultura no poder e na política, e como ele argumentou que a antropologia é mais relevante do que nunca em um mundo globalizado, onde as culturas estão em constante interação e transformação.

"Nova Luz sobre a Antropologia" oferece uma síntese magistral de seu pensamento e reflexões sobre os desafios contemporâneos enfrentados pela disciplina. Geertz nos lembra da importância de escavar as camadas de significado cultural que permeiam nossa existência e nos convida a apreciar a riqueza da diversidade humana.

À medida que encerramos nossa análise, é claro que a luz de Geertz na antropologia continua a brilhar. Sua abordagem interpretativa persiste como um farol orientador para pesquisadores, inspirando-os a olhar além das superfícies aparentes e a buscar a compreensão profunda das culturas humanas.

Portanto, o legado de Clifford James Geertz permanece vivo e vibrante, impulsionando a antropologia a continuar desafiando preconceitos, questionando normas e desvendando as complexidades que moldam a experiência humana em todo o mundo. Enquanto a disciplina evolui, a luz lançada por Geertz serve como um guia constante, lembrando-nos da importância fundamental de entender e respeitar a diversidade cultural em um mundo cada vez mais interconectado e interdependente.

REFERÊNCIAS

[1] GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2001.

Capítulo 2

Never again/Nunca mais: O fracasso da memória

Jacques Alkalai Wainberg

Resumo: Este estudo avalia em que medida a Geração Z (os nascidos entre 1990 e 2010) entende o slogan Never Again/Nunca Mais. O resultado deste inquérito mostra a dificuldade que este grupo tem para decifrar esta máxima moral cujo objetivo é acionar a memória histórica e os ensinamentos que os eventos da Segunda Guerra Mundial oferecem às pessoas. O tema tornou-se atual e polémico depois que Never Again foi lembrado para referir o que estava acontecendo com a população civil da Ucrânia durante os ataques dos russos às cidades do país em 2022.

Palavras-chave: Nunca Mais, Slogan, Memória, História.

1. INTRODUÇÃO

Numa entrevista à CNN em abril de 2022, o presidente da Ucrânia, Vloodymyr Zelensky, revelou sua decepção com a inação internacional para deter a invasão russa ao seu país. Disse que o slogan *Never Again* (Nunca Mais) “não significa mais nada”. Este estudo tem por objetivo averiguar a veracidade desta afirmação examinando em que medida os jovens da geração Z entendem seu significado. São pessoas nascidas entre a segunda metade de 1990 e o ano de 2010. É o primeiro grupo nativo digital.

A decifração do pronunciado em Buchenwald logo após a libertação dos prisioneiros deste campo de concentração nazista pelos americanos só é possível com a ajuda de um repertório cultural consolidado pela pessoa. O tema é grave porque *Never Again* (Nunca Mais) diz respeito a um genocídio que traumatizou o mundo e está carregado de simbolismo em favor dos valores humanos. Há um significativo esforço realizado em várias partes do mundo para ensinar os fatos do que se convencionou chamar de Holocausto, ou *shoá* (em hebraico), o assassinato de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Isso é feito por várias razões sendo o desejo de imunizar as novas gerações ao racismo o principal.

Além de Zelensky outro decepcionado com a situação internacional é Kofi A. Annan, o secretário geral da ONU falecido em agosto de 2018. Ele classificou o mote *Never Again* (*Nunca Mais*) de mito.¹ Em seu tempo de atuação situações similares de matança se multiplicavam no mundo. Eram os casos da violência que aconteciam então no Congo, na Bósnia, em Ruanda, no Sri Lanka e no Sudão, entre outros lugares. Este sentimento de frustração com a incapacidade da memória histórica servir de antídoto à guerra e ao assassinato de inocentes tinha sido expresso igualmente em 1986 por Eli Wiesel em seu discurso durante a cerimônia na qual recebeu o Prêmio Nobel da Paz.² Quando um bordão moral como este é esvaziado de seu conteúdo original a declaração é classificada de *bullshit* (ERLANDSSON et al., 2018; PENNYCOOK et al., 2015).

O slogan *bullshit* é uma categoria pejorativa que significa em última instância conversa vazia. Sua utilização pelo falante decorre do excesso de polidez e também do medo de dizer a verdade. É o que se observa às vezes nas eulogias, nos obituários dos falecidos e em muitos discursos filosóficos e políticos. Decorre que o bom ouvinte acaba se perguntando sobre o significado do que está sendo dito.

Somente a relação entre o texto e sua circunstância autoriza o eco de uma ocorrência do passado, a que chega ao presente desde outro tempo. Os slogans morais demandam da pessoa uma associação complexa de ideias e de fatos. Quando este conhecimento inexistente e a informação necessária à decodificação da máxima não está arquivada no repertório do sujeito o efeito do que se pretende com o slogan não ocorre.

Em sua fala virtual aos parlamentares israelenses o presidente ucraniano recordou os eventos da Segunda Guerra e o genocídio cometido pelos alemães contra os judeus. Visava gerar desta forma empatia aos seus compatriotas ucranianos e a oposição dos ouvintes contra o ataque russo ao seu país. A estratégia retórica de vincular a mensagem da resistência à memória coletiva da audiência foi utilizada também em seu pronunciamento ao Parlamento britânico e ao Congresso americano.

No primeiro caso Zelensky disse, como Churchill, que os ucranianos lutariam até o fim, em terra e no ar e nunca se renderiam aos inimigos. No segundo caso ele evocou o ataque

¹ New York Times, 17 de junho de 2010.

² <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/1986/wiesel/lecture/>

japonês a Pearl Harbor em 1941 e o que foi realizado por militantes fundamentalistas islâmicos às torres gêmeas de Nova York em 11 de setembro de 2001. Afirmou aos congressistas dos Estados Unidos que sua luta visava preservar a democracia, a liberdade e o império da lei. Repetiu Martin Luther King exclamando “Eu também tenho um sonho”. Em sua fala aos alemães lembrou o muro de Berlim e a divisão política do mundo. Fez os canadenses imaginarem suas cidades sendo atacadas e a torre de Toronto sendo destruída. Recordou aos japoneses o desastre nuclear ocorrido em Fukushima em 2011 e o ataque químico realizado por uma seita religiosa no metrô de Tóquio em 1995. Em todos esses casos relacionou sua guerra com a tragédia dos outros.

Outro exemplo de slogan que demanda relação entre o texto e o contexto para ser entendido é *Better Dead than Red*. Neste caso o cognoscente precisa associar a declaração à guerra-fria e à competição ideológica que havia entre os Estados Unidos e a União Soviética. Outros casos nos quais o significado do dito pode se tornar incompreendido com o passar do tempo são “Meu corpo, minha escolha” formulado pelas feministas, o lema zapatista “Ya basta!” e o grito revolucionário “Avanti Popolo”. Eles mostram o envolvimento da língua com elementos extralinguísticos. A pragmática ensina que a linguagem natural não é modelada pela lógica formal. Em sua Teoria das Implicaturas Paul Grice diferenciou o significado literal de uma expressão do sentido *implicado*, o que deriva do contexto da interlocução e que é apreendido pelo receptor através de um raciocínio lógico e objetivo. Isso significa dizer que há significados que, de acordo com a intenção do falante, são comunicados, mas que não são apreendidos por uma semântica das condições de verdade (GRICE, 1991).

Tais lemas e frases de efeito são um truque mnemônico que facilita o acesso do sujeito à memória histórica. A capa da Revista Veja de 16 de fevereiro de 2022 é exemplo disso. Ela protestava contra a apologia em favor do nazismo no Brasil. Para tanto utilizou o slogan *Nunca Mais*.

Ocorre, como mencionado, que as matanças de inocentes perduram. Estima-se em mais de 130 mil os desaparecidos na Síria desde o início do conflito em 2011.³ Mais de 350 mil morreram na guerra civil que assola o país.⁴ Os bombardeios de alvos não militares na Ucrânia pelos russos em 2022 é outra evidência da limitação do poder preventivo da memória. Ao contrário do que se divulga ela não se impõe a todos como imperativo.

Esta conclusão motivou a realização de uma reunião internacional sobre a educação do holocausto na Suécia em 2000. Representantes de 46 países e 20 chefes de estado estiveram presentes. Era o reconhecimento da importância do tema e do fracasso de se manter viva a recordação da tragédia. O fato é que a despeito dos efeitos positivos conhecidos da repetição no aprendizado há na atualidade certo cansaço à recordação dos eventos da Segunda Guerra. A memória traumática torna-se pesada e há quem se esforce em livrar-se dela. Por isso há quem diga - Basta! Essa gente costuma perguntar desanimada *Never Again, Again?*

O fato é que subjaz à repetição do slogan a crença de que ela ajuda o aprendizado (ZHAN et al. 2018; CHEN & YANG. 2020; MAJERUS, 2013). Exemplos não faltam. O truque é utilizado intensamente na publicidade, na comunicação política e noutras práticas ainda. Por exemplo, depois de algum tempo ouvindo a mesma melodia a pessoa começa a cantar

³ <https://www.nytimes.com/2014/11/01/world/middleeast/syrian-photographers-record-of-deaths-generates-outrage-but-little-action.html>

<https://www.nytimes.com/2022/03/16/world/middleeast/mass-graves-syria-war-crimes.html>

⁴ <https://news.un.org/en/story/2021/09/1101162>

a música que detestava. A ruminação bloqueia a mente da pessoa e impede seu devaneio. O professor é redundante porque isso ajuda o aluno. É repetindo que se aprende o vocabulário, a tabuada, a jogar basquete e as lições de piano.

Naturalmente, o conflito da Ucrânia atualizou o slogan *Never Again* e demandou *urgência* à sua resignificação. Este é um dos mecanismos que fazem a mensagem migrar da memória de curto prazo à de longo prazo. Seu arquivamento para uso futuro é feito sob pressão. A segunda maneira de produzir a recordação é a *associação*. A conexão de um fato recente com outro antigo ajuda este esforço de entendimento. Estas evidências tornam o dito uma interjeição – *Never Again, Again!*

Este slogan foi criado pelo poeta Isaac Lamdam em 1927 para recordar o suicídio coletivo cometido pelos judeus rebelados depois do prolongado cerco romano da fortaleza de Massada entre 73 e 74 EC. A partir de 1945, a declaração se tornou uma exortação internacional mencionada nos protestos contra o assassinato de inocentes nas perseguições, nas guerras e nas atrocidades. Sua pretensão máxima é ser um chamado universal e atemporal contra o genocídio. No entanto, quando um grito de protesto como este está fora do seu contexto original o perigo de não ser compreendido pelas novas gerações cresce.

A maior parte das máximas é datada e atrelada a uma circunstância sem a qual elas podem significar nada aos contemporâneos. Exemplos adicionais desta ligação entre texto e contexto são *Brasil: Ame-o ou Deixe-o* divulgado pelo regime militar; *Cinqüenta anos em Cinco* que simbolizava o progresso desejado para o Brasil pelo governo JK e *Varre, Varre Vassourinha* criado por Jânio Quadros para referir seu propósito de libertar o país da corrupção.

Never Again (Nunca Mais) é utilizado agora em discursos, nos hinos, em museus e nas cerimônias públicas que recordam os assassinados nos campos de concentração nazista e noutros lugares ainda. Ao fim e ao cabo ele se tornou um clichê – uma declaração que é dita e repetida, mas que perdeu o sentido que possuía devido ao esquecimento e às evidências do cotidiano que o antagonizam.

O bordão foi usado no Chile para recordar os desmandos da ditadura. Foi dito no México para amparar a luta dos zapatistas. O mesmo aconteceu na Argentina no protesto que as mães e avós da Praça de Maio realizam contra a perseguição dos militares e ao desaparecimento de familiares. Serviu ainda para recordar o genocídio de Darfur, as matanças realizadas no território da antiga Iugoslávia e do Camboja, a perseguição da minoria Uyghur da China e os horrores da guerra civil em Bangladesh em 1971. Na Espanha o slogan ajuda a preservar a memória dos eventos da guerra civil e da era franquista que a sucedeu.

O tema do acesso à memória tornou-se popular devido a sua relevância à vida cotidiana, à moral coletiva e aos costumes sociais, à política e ao consumo. Fica claro que são muitos os atores que desejam *estacionar* na mente das pessoas uma mensagem. Ocorre que as *vagas* são limitadas e a disputa por elas é acirrada. O indivíduo tem dificuldade em considerar em pé de igualdade todos os estímulos que lhe chegam ao espírito desde o ambiente. Em alguns momentos, para evitar a sobrecarga, ele opta pela desatenção. Noutros decide esquecer e abrir lugar para *inputs* mais recentes. Por isso muitas campanhas publicitárias fracassam e a história é desprezada. Para evitar que isso ocorra se cultiva a memória através de rituais variados com heróis e narrativas carregadas a tiracolo. Lembrar não é fácil e muito esforço é gasto para tornar uma mensagem inesquecível à pessoa. Disso depende o sucesso de uma marca, o prestígio de uma nação

e de um ator político e a identidade cultural de um grupo. O passado demanda sobrevida na mente dos jovens. Eles são assediados de todos os lados o que os obriga a dar prioridade ao que é mais urgente e mais próximo. Certos slogans apelam à moral para não serem esquecidos. Outros ao orgulho da nação. Outros ainda ao ódio cultivado contra um alvo.

Visando a precisão cabe distinguir os termos. *Lembrar* é descrito como a habilidade de acessar informação sem adicionar esforço especial para isso. *Recordar* implica em juntar os dados dispostos e dispersos na memória. *Reconhecer* é vivenciar a memória outra vez. Finalmente, é possível recuperar informação *reaprendendo* a lição.

Algumas conclusões dos estudos sobre o tema mostram que (1) a recuperação seletiva de certas informações pode interromper o esquecimento. (2) Esse renascimento da memória é duradouro (BÄUML & TEIBL, 2022). (3) A recuperação de informação de um assunto estudado previamente pode estimular o aprendizado subsequente de informação nova. (4) A prática de recuperar informação arquivada estimula a retenção da informação na memória de longo prazo (PASTÖTTER & BÄUML, 2014).

Afirma-se também o argumento inverso. O melhor mesmo é esquecer (RIEFF, 2017) já que os fatos dramáticos reaparecem à frente dos olhos das pessoas como se nada semelhante tivesse acontecido no passado. Este autor argumenta que a importância histórica de um acontecimento não é garantia de ele seja recordado nos anos vindouros. Rieff exemplifica esse olvido com a ação de limpeza étnica ocorrida entre 1675 e 1676 realizada pelos colonos ingleses contra os indígenas norte-americanos. Neste conflito de 15 meses 14 cidades foram destruídas e só acabou quando Metacom, o chefe Pokunoket foi decapitado. Os guerreiros indígenas que sobreviveram foram executados e suas mulheres e filhos acabaram transportados às Índias ocidentais e vendidos como escravos. A tragédia quase não é citada hoje nas conversas dos populares (RIEFF, 2017; pp. 33). O autor diz que cedo ou tarde tudo acabará obliterado.

Conclui-se que a história anda em círculo, pois os velhos erros são cometidos uma vez e outra vez. O genocídio dos judeus na Segunda Guerra Mundial é um precedente já que “o que aconteceu no passado poderá acontecer no futuro”.⁵ Este fato ajuda explicar por que *Never again* (Nunca Mais) é um bordão que provoca um longo suspiro nos antigos. Para esses a miséria humana é um fantasma redivivo.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão pronunciada na Revolução Francesa de 1789 ressurgiu na ONU após a derrota do nazismo em 1945. Sua mensagem era de que os governos e os estados modernos deveriam respeitar os direitos dos indivíduos. A Convenção contra o Genocídio assinada naquele momento parece letra morta agora apesar da condenação de um e de outro criminoso pelo Tribunal Internacional de Haia.

Os slogans morais funcionam por algum tempo porque sintetizam uma mensagem que age como um gatilho emocional e cognitivo. Outros ditos, especialmente os políticos e os comerciais, têm objetivos mais limitados. Querem capturar a atenção do público e vender um bem de consumo ou um candidato. Foi o caso, por exemplo, do divulgado pela Kodak *Você aperta o botão, nós fazemos o resto* criado por George Eastman (1854-1932).

Este efeito conhecido por *Priming* condiciona a percepção e o cálculo cognitivo tornando proeminente a mensagem na mente da pessoa. A empresa McDonald, por exemplo, utilizou para isso entre 1960 e 2013 um total de 23 slogans. Um dos mais recentes é *I'm*

⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=Nsfz8qWPcAw>

loving it. Ele foi traduzido ao português como *Amo muito tudo isso*. A Nike se inspirou na declaração de um assassino, Gary Gilmore, condenado à morte por fuzilamento. *Just do it* foram suas últimas palavras antes da execução. Por fim a empresa alterou este slogan para o oposto *Don't do it* em apoio à campanha popular contra o racismo. A promessa *Red Bulls gives you wing* se transformou num pesadelo. Um consumidor acionou a empresa dizendo que o dito é desonesto. A energia oferecida pela bebida não superava a de uma taça de café.

De qualquer forma, e a despeito dos problemas e eventuais fracassos, a eficiência promocional dos slogans tem sido aclamada nos escritos de marketing. Outro exemplo popular é *What happens in Vegas, Stays in Vegas*. Ele foi criado em 2003 para promover o local como a cidade do pecado. No campo da política Barack Obama utilizou em sua campanha à presidência dos Estados Unidos o grito de guerra *Yes, We Can*.

A vaguidade destas declarações deixa implícito o principal. O contexto supriu aos consumidores da nova tecnologia da fotografia no início do século XX e aos simpatizantes do candidato democrata em 2008 o conteúdo que faltava à sua decodificação. Cabe recordar a propósito o estribilho *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos* pronunciado no Brasil a partir de 2019. Também neste caso é necessário entender o dito com a ajuda do não mencionado.

Fica claro que os registros sofrem desgaste com o passar do tempo (SPICER, 2020; BAÜML et al., 2022). Como dito, eles deixam de fazer sentido aos mais novos que não sabem mais o que eles significam e o que eles referem. Este é o dilema dos textos fora de contexto. Com frequência surge a polissemia, pois as pessoas acabam entendendo do pronunciado um significado não pretendido originalmente.

Os slogans políticos são mais simples que os morais, pois são utilizados com o objetivo limitado de agitar e mobilizar as massas. Sua missão não é educativa, o que facilita seu uso noutros ambientes e noutros tempos. Exemplo deste tipo é *Todo Poder ao Povo* que serviu de lema aos militantes Panteras Negras nos Estados Unidos. Muitas pessoas gritam em seus cantos *Povo Unido Jamais Será Vencido*, mas poucas recordam o fato de que este hino surgiu durante a campanha eleitoral de Salvador Allende no Chile. Seu efeito no comportamento de militantes recentes independe da compreensão daquele tempo, a década de 1970. O mesmo acontece com *Nem tudo que brilha é ouro*. Esta declaração apareceu em *O Mercador de Veneza*, o texto escrito por William Shakespeare em 1596.

Os enunciados políticos têm esta qualidade. Eles podem ser usados noutros quadrantes e noutras épocas com facilidade. É o que acontece com *Ash-sha'b yurīd isqāṭ an-nizām* (الشعب يريد إسقاط النظام) utilizado originalmente na Tunísia no início da primavera árabe. Seu significado "O povo quer derrubar o regime" serviu depois aos fins da rebeldia popular no Egito, em Bahrein, no Iêmen, na Síria, na Jordânia e no Líbano, entre outros lugares.

Em muitos desses países do Oriente Médio *Never Again* (Nunca Mais) não ecoa na opinião pública porque há na região um bloqueio político e emocional à tragédia judaica na Segunda Guerra. Vários atores costumam mencionar que esta narrativa é uma farsa. Tais círculos de opinião preferem divulgar e dar atenção aos *Protocolos dos Sábios de Sião*, a obra antissemítica apócrifa produzida na Rússia czarista sobre um falso complô internacional dos judeus para dominar o mundo (WAINBERG, 2018).

2. ESTUDO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo avalia em que medida jovens nascidos a partir do ano 2000 são capazes de entender o significado do slogan *Nunca Mais*. Para tanto sete slogans foram apresentados em março de 2022 a 100 jovens universitários entre 18 e 25 anos. Eles foram solicitados a identificar a origem e o significado de (1) *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*; (2) *Brasil, Ame-o ou Deixe-o*; (3) *Ordem e Progresso*; (4) *Nunca Mais (Never Again)*; (5) *O Petróleo é Nosso*; (6) *50 anos em cinco* e (7) *Varre, Varre Vassourinha*.

Identificação de sete slogans por jovens entre 17 e 25 anos de idade. (n=100). 2022

Lema	Nº de Acertos
1	57
2	46
3	49
4	3
5	11
6	56
7	33

Somente três respondentes relacionaram *Never Again* (*Nunca Mais*) com o genocídio cometido pelos alemães na Segunda Guerra Mundial. Este resultado mostra que este slogan ecoa muito pouco entre os jovens da geração Z. *Never Again* (*Nunca Mais*) não provocou associação de ideias e não gerou os cálculos cognitivo e afetivo decorrentes neste grupo de jovens. A expressão não é, portanto, o portão de entrada à memória deste público aos acontecimentos da *shoá*. *Never again* (*Nunca mais*) não serve também de elo entre a mortandade dos judeus nos campos de concentração nazista e a dos inocentes vitimados no conflito na Ucrânia.

Este resultado não é excepcional. Estudo do Pew Research Center mostrou em 2020 que nos Estados Unidos menos da metade dos respondentes sabia dizer o número de judeus assassinados pelas tropas de Hitler.⁶ Outro levantamento daquele ano revelou que somente um adulto em 10 com idade abaixo de 40 anos sabia dizer o que significava a palavra *holocausto* e que 63% dos *millennials* desconheciam o fato de que seis milhões de judeus foram assassinados no conflito. Na pesquisa com os respondentes brasileiros da geração Z este estudo constatou que somente 14% soube identificar o total de judeus assassinados pelos nazistas, embora 95% soubessem o significado do verbete *holocausto*.

Mais de 40 mil campos de concentração foram estabelecidos em toda a Europa, mas cerca da metade dos respondentes americanos não soube mencionar o nome de um deles.⁷ Este

⁶ <https://www.pewforum.org/2020/01/22/what-americans-know-about-the-holocaust/>

⁷ <https://www.nbcnews.com/news/world/survey-finds-shocking-lack-holocaust-knowledge-among-millennials-gen-z-n1240031>;

<https://www.pewresearch.org/religion/2020/01/22/what-americans-know-about-the-holocaust/>

estudo identificou que 56% dos jovens brasileiros entrevistados soube identificar total ou parcialmente os campos de concentração de Auschwitz e de Treblinka.

Estas evidências sugerem, portanto, um grau relevante da deterioração da memória histórica. Isso acontece por várias razões. Entre elas está o esforço que se exige da pessoa para compreender a implicação social, política e moral de fatos complexos, a ausência de repertório cultural e o custoso discernimento que se deve fazer entre o que é central e o que é periférico no emaranhado dos fatos do passado.

O esquecimento é um alerta que justifica os esforços praticados em várias partes do mundo para ensinar os dramas que mostram a crueldade humana. Em última instância a dificuldade de lembrar e associar um fato com outro e eles com um dito famoso acontece porque a história é menos emocional que a memória (LOFTUS, 1987; LaBAR, 1998; BADDELEY, 1982).

O caso do ataque terrorista às torres gêmeas de Nova York em 2001 mostra que os mais velhos são os que recordam agora o acontecido porque vivenciaram o fato pessoalmente. Os mais jovens aprendem dos livros e a presença deste acontecimento no repertório pessoal de cada um deles é mais tênue por isso. Passado o tempo é bem menor o percentual de americanos que consideram o terrorismo um dos principais problemas do país. Em 2020, por exemplo, esta foi a posição de somente um quarto dos americanos.⁸

Como mencionado, o slogan é um recurso cognitivo útil porque ajuda a memorização. Vale lembrar a propósito *Keep Calm and Carry On*. É um dito que se vê hoje publicado em vários lugares. No entanto, seu significado original não é percebido pelas pessoas. Ele surgiu na Inglaterra em 1939 para orientar em poucas palavras as pessoas a manterem a rotina a despeito das dificuldades provocadas pelo conflito contra os alemães.

Em suma, os sentimentos derivados de uma ocorrência condicionam a maneira como o sujeito processa a informação e julga os acontecimentos (SCHWARZ & CLORE, 1983; SCHWARTZ, 2011). Na Europa boa parte do conhecimento dos jovens dinamarqueses e finlandeses entre 16 e 25 anos sobre o tema da Segunda Guerra Mundial deriva da memória familiar. Para os jovens finlandeses a maior ameaça ao país nessa época não foram os nazistas, mas os soviéticos. Já os jovens alemães de hoje compreendem bem a complexidade daquele conflito, a responsabilidade de seu país na guerra e os crimes cometidos contra os judeus e outros grupos humanos. Esta memória é dolorosa e continua a pesar sobre os ombros das novas gerações⁹. Este diagnóstico foi apresentado no livro *Vovô não era Nazista (Opa war kein Nazi)*.¹⁰

Estudo comparado entre 11 países mostra que existem hoje duas memórias coletivas, uma russa e outra ocidental, sobre os principais fatos da Segunda Guerra Mundial (ROEDIGER III, 2019). Os dados coletados no levantamento mostram os aspectos que são mais salientes na interpretação popular do evento. As ocorrências mais citadas foram o ataque japonês a Pearl Harbour (68% da amostra), a bomba atômica utilizada pelos americanos contra os japoneses (67%) e o Dia D (64%). O Holocausto está em quarto lugar com 54% (ABEL et al., 2019).

⁸ <https://www.pewresearch.org/politics/2021/09/02/two-decades-later-the-enduring-legacy-of-9-11/>

⁹ <https://www.pewresearch.org/global/2015/08/04/the-legacy-of-world-war-two-still-evident-in-german-and-japanese-public-opinion-and-relevant-today-in-dealing-with-russia-and-china/>

¹⁰ Análise dos resultados deste estudo pode ser encontrada em

http://courses.washington.edu/berlin09/Readings/Welzer_Grandpa.pdf

O filósofo Avishai Margalit (2004) sugere que há certo tipo de pesadelo moral que deve sobreviver ao esquecimento porque “é exemplo destacado do mal radical e de crimes contra a humanidade”. Exemplos oferecidos pelo autor são os casos da *shoá*, da escravidão, da deportação da população civil e do extermínio em massa.

Em 2022, essa memória estava no centro da disputa entre ucranianos e russos. Não foi acaso o esforço que Valdimir Putin fez para justificar a invasão como um novo esforço de seu país para vencer o nazismo. Embora o argumento seja falso e não tenha ecoado na opinião pública internacional ele apela à memória russa. O país celebra todos os anos seu papel vitorioso na Segunda Guerra Mundial e o preço que pagou com 20 milhões de seus cidadãos mortos no conflito. O argumento foi apresentado uma vez mais com pompa no desfile militar do Dia da Vitória em 9 de maio de 2022. Em resposta Volodymyr Zelenky comparou o líder russo a Adolfo Hitler. Afirmou que os soldados de Putin estavam repetindo os crimes do III Reich¹¹. Esta era também a percepção do Ocidente que na voz de seus representantes denunciavam os ataques de Moscou à população civil do país vizinho como crime de guerra¹².

Fica claro, portanto, que em 2022 o embate pelo controle da memória da Segunda Guerra continuava vivo. O que ocorreu na Europa na Segunda Guerra é um marco de referência e um parâmetro moral utilizado pelos atores para avaliar e qualificar a si e os opositores como heróis e vilões da história.

REFERÊNCIAS

- [1] ABEL, Magdalena; Umanath, Sharda; Fairfield, Beth; Takahashi, Masanobu; Roediger, Henry L.; Wertsch, James V. “Collective Memories across 11 Nations for World War II: Similarities and Differences Regarding the Most Important Events”. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, v. 8, n. 2, pp. 178-188. 2019
- [2] BADDELEY, A. D. “Implications of neuropsychological evidence for theories of normal memory”. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*. 298 (1089): 59-72. 1982
- [3] BÄUML, Karl-Heinz & Tribl, Lukas. “Selective memory retrieval can revive forgotten memories”. *Psychological and Cognitive Sciences*. 14 de fevereiro de 2022.
- [4] CHEN, Haoyu & Yang, Jiongjiong. “Multiple Exposures Enhance Both Item Memory and Contextual Memory Over Time”. *Front. Psychol.* 1/12/2020
- [5] ERLANDSSON A, Nilsson A, Tinghög G, Västfjäll D. “Bullshit-sensitivity predicts prosocial behavior”. *PLoS ONE* 13(7): e0201474. 2018
- [6] GRICE, Paul. “Logic and conversation”. In *Studies in the way of words*. pp. 41-58. New York: Harvard University, 1991
- [7] LABAR, K. S.; Phelps, E. A. “Arousal-mediated memory consolidation: Role of the medial temporal lobe in humans”. *Psychological Science*. 9 (6): 490-493. 1988
- [8] LOFTUS, E. F.; Loftus, G.r.; Messo, J. “Some facts about “weapon focus”. *Law and Human Behavior*. 11: 55-62, 1987
- [9] MAJERUS, Steve. “Language repetition and short-term memory: an integrative framework.” *Front. Hum. Neurosci.*, 12 Julho de 2013
- [10] MARGALIT, Avishai. *The ethics of memory*. Harvard Univ. Press. 2004
- [11] PASTÖTTER, Bernhard & Bäuml, Karl-Heinz. “Retrieval practice enhances new learning: the

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=r9yKr3TiG8c>

¹² <https://oglobo.globo.com/mundo/putin-esta-espelhando-fascismo-diz-secretario-de-defesa-britanico-apos-discurso-no-dia-da-vitoria-veja-reacoes-25504109>.

forward effect of testing". *Front. Psychol.*, 4 de abril de 2014

[12] PENNYCOOK G, Cheyne JA, Barr N, Koehler DJ, Fugelsang JA. "On the reception and detection of pseudo-profound bullshit". *Judgm Decis Mak.* v.10 10:549-563. Novembro de 2015

[13] SCHWARTZ, N., & Clore, G.L. "Mood, misattribution, and judgments of well-being: Informative and directive functions of affective states". *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 513-523. 1983

[14] SCHWARTZ, Norbert. "Feelings-as-Information Theory". In P. Van Lange, A. Kruglanski, & E. T. Higgins (eds.), *Handbook of theories of social psychology*. Sage. 2011

[15] SPICER, André. "Playing the Bullshit Game: How Empty and Misleading Communication Takes Over Organizations". *Organization Theory.* v. 1: 1-26. 2020

[16] RIEFF, David. *Elogio del Olvido*. Debate. 2017

[17] ROEDIGER III, Henry L. et al. "Competing national memories of WWII". *Psy & Cogn Sciences.* 12/08/2019

[18] WAINBERG, Jacques A. "Mensagens fakes, as emoções coletivas e as teorias conspiratórias". *Revista Galáxia (SP. ONLINE)*, v. 39, p. 143-157, 2018.

[19] ZHAN L, Guo D, Chen G, Yang J. "Effects of Repetition Learning on Associative Recognition Over Time: Role of the Hippocampus and Prefrontal Cortex". *Front Hum Neurosci.* 12:277. 2018

Capítulo 3

O soft-power da monarquia britânica na contemporaneidade – O poder da marca da realeza na criação de imaginários e representações na comunicação globalizada

Renato de Almeida Vieira e Silva

Resumo: Este artigo aborda a importância do desenvolvimento da marca da monarquia britânica para a construção do soft-power do Reino Unido por meio do uso eficaz de diferentes meios de comunicação e um competente trabalho de relações públicas. Ressalta qual o papel desempenhado pela monarquia britânica ao se tornar a mais reconhecida e icônica instituição do gênero na atualidade, ao exercer uma forte influência na cultura popular e na política interna e externa do país. Finaliza explicando o porquê da marca da realeza tenha se tornado um ativo valioso para a projeção da imagem da nação, a qual se presta à promoção dos interesses britânicos pelo mundo.

Palavras-chave: Monarquia Britânica, Soft-power, Comunicação, Mídia, Marca Imaginários, Representações

1. INTRODUÇÃO

A realeza britânica é uma das instituições de maior simbolismo e reconhecimento mundial que o Reino Unido poderia produzir e que se projeta interna e além-fronteiras. Seu maior atributo vem da construção de um *soft power* bem orquestrado, ou seja, sua capacidade de produzir influência cultural e comportamental pelo exercício do poder suave e, ao mesmo tempo, ser um dos fatores de maior relevância para o país aos olhos do mundo. Por meio de suas aparições públicas em eventos de forte apelo midiático ou, pelas publicações de *gossips* que colocam seus membros no terreno das celebridades e dos *fait-divers*, a realeza britânica pauta com frequência o noticiário internacional com uma habitualidade nada comparável com outras casas reais. Impressiona o interesse da opinião pública global pelos sucessos, problemas e tradições da Família Real a ponto de conquistar a atenção de pessoas de todo o mundo, gerando projeção para o Reino Unido e resultados positivos nos campos do turismo, economia, finanças, educação, cultura e investimentos para o país.

Além disso, a realeza britânica exerce o poder de representar o Reino Unido em eventos internacionais, levando a imagem do país para além das suas fronteiras e mostrando a diversidade e riqueza cultural do país. A presença de membros da realeza britânica em encontros diplomáticos e cerimônias formais também pode ajudar a consolidar as relações entre o Reino Unido e outros países. No entanto, o *soft power* da realeza britânica não se limita apenas ao âmbito político e econômico.

A instituição real também pode servir como um modelo de estímulo à conduta e ética, inspirando pessoas a agirem com dignidade, respeito e responsabilidade em ações sociais, filantropia, causas humanitárias, proteção ao meio ambiente, atividades culturais e promoção do bem-estar das populações. Além disso, a realeza britânica também tem um papel importante em preservar e promover a cultura e história do Reino Unido de modo a reforçar laços sociais compartilhados. Suas tradições e cerimônias ajudam a manter viva a história do país e motivam a população a se conectar com sua identidade nacional.

Em resumo, o *soft power* da realeza britânica é saber exercer o poder mantendo-se equidistante de resolução das questões político-administrativas do dia-a-dia do país, abrigando-se no papel de alicerce e representar uma das mais importantes ferramentas que o Reino Unido possui para construir uma imagem positiva e forte no cenário interno e global, simultaneamente.

A influência cultural e comportamental da instituição real é uma fonte de orgulho e reconhecimento para o país, além de uma forma de atrair turistas e reforçar as relações com outros países. A monarquia britânica, por ser uma das mais conhecidas e icônicas do mundo, tem um forte apelo na cultura popular e para exposição do Reino Unido. A monarquia tem tido um papel central nas relações internacionais do país, tanto como símbolo cultural quanto por influência política e diplomática.

Ao longo de séculos foram edificadas imaginários e representações sociais da monarquia britânica, os quais variam de acordo com a cultura e as perspectivas individuais e coletivas. Para muitos britânicos, a monarquia representa uma história de tradição e continuidade, e é vista como um símbolo da identidade e unidade do Reino Unido. Para outros grupos, a monarquia é vista como uma instituição ultrapassada, elitista e desnecessária, podendo ser substituída por instituições mais em linha com o mundo moderno.

No contexto das relações internacionais, a monarquia britânica ainda é vista como uma instituição importante e influente. O papel exercido pela Rainha Elizabeth II, monarca de maior tempo de reinado da história britânica, foi fundamental para essa construção e respeito das demais nações. A monarquia é vista como um símbolo da história da Grã-Bretanha, da cultura do país e de suas tradições.

Em razão do modelo político adotado pelo Reino Unido, que é uma monarquia constitucional parlamentarista, o soberano ou soberana torna-se uma ferramenta diplomática e política. Os membros da família real britânica quando realizam visitas oficiais em todo o mundo promovem os interesses comerciais e de política externa britânicos. Logo, quem ocupa esta posição é visto de forma mais simpática e cordial, por representar respeito, confiança e dignidade, diminuindo eventuais restrições ou arestas nas relações dos países, além de servir de atração e curiosidade em todos os locais visitados. Em geral, são pontuais as manifestações de repúdio à Família Real, restringindo-se à memória do passado colonial britânico e às lembranças do período de domínio econômico e da escravidão.

A atualidade assinala um tempo de renovação, a partir da coroação de Charles III, encerrando o longo período de construção de sentido da monarquia para o Reino Unido, exercido à plenitude por sua mãe, Elizabeth II, em 70 anos de reinado. Vamos buscar algumas evidências para esse novo momento sob a perspectiva de avaliar sua relevância e permanência como uma instituição milenar que, tal como uma marca tradicional dentro do conceito de marketing, atravessou dez séculos de história e que tenta permanecer influente e admirada para continuar sua trajetória de poder, influência e aceitação pública.

2. AS RAÍZES HISTÓRICAS DA MARCA DA REALEZA BRITÂNICA - DO HARD POWER AO SOFT-POWER

“Era uma vez um Império que governava aproximadamente um quarto da população mundial, cobria quase a mesma proporção da superfície terrestre do planeta e dominava praticamente todos os oceanos. O Império Britânico foi o maior império de todos os tempos, sem exceção. Como um arquipélago de ilhas chuvosas a noroeste da costa da Europa veio a governar o mundo é uma das questões fundamentais não só da história britânica, mas da história mundial”

Niall Ferguson

Longe de pretender esgotar todas as etapas da rica história do Reino Unido, pretendemos apenas ressaltar algumas dessas fases, de forma pontual, a fim de estabelecer conexões entre os acontecimentos e sua influência na construção da identidade britânica na atualidade do país e suas representações e relações com o mundo. Neste capítulo, vamos conhecer as raízes históricas da marca da realeza britânica e como ela se desenvolveu ao longo dos séculos. Vamos destacar a importância da monarquia na cultura britânica e como ela se tornou um símbolo de identidade nacional e patrimônio cultural. Também descrevemos como os membros da família real têm usado sua posição para promover a imagem do Reino Unido no mundo.

Ao longo de sua trajetória histórica o Reino Unido vivenciou momentos de guerras de conquista promovidas por diferentes povos na busca pelo domínio e povoamento dos

territórios das Ilhas Britânicas, alternando o controle e a titularidade dos poderes regionais até o início do processo de unificação dos vários reinos e suas respectivas populações sob o comando de um rei. Esse marco inicial unificador deu-se em 1066, sob o reinado de Guilherme, o Conquistador, vindo da Normandia, hoje território da França.

Esse ponto de partida unificador é considerado unânime por diferentes correntes de historiadores já que introduziu a unidade da gestão administrativa e territorial do país, antes muito subdividido em regiões autônomas, e instituiu o poder em torno de um único rei, com inevitáveis mudanças territoriais, econômicas, sociais, políticas e militares, permeadas por disputas internas que levaram a guerras entre os grupos regionais de poder e diferentes linhagens populacionais.

Com o fortalecimento do poder real algumas reformas foram significativas, especialmente na reorganização política, quando surge uma estrutura de nobreza, com regras e títulos de acordo com a posição ocupada, bem como responsabilidades sobre a administração e propriedade das terras e produção agrícola, recolhimento de impostos, benfeitorias e proteção contra invasões e segurança militar das regiões localizadas nos territórios sob domínio real unificado.

Esse momento fundador da monarquia britânica que se deu há quase mil anos, também inicia uma sucessão de dinastias em séculos de história que produziram 61 monarcas, dos quais 7 foram mulheres. A manutenção da monarquia e sua continuidade representou a consolidação do poder real sobre a vida do país e dos cidadãos, espalhando-se sobre extensas áreas geográficas que hoje constituem o Reino Unido, representados pela Inglaterra, a Escócia, o País de Gales e a Irlanda do Norte, bem como sobre os territórios de ultramar.

No século XVI deu início ao expansionismo marítimo britânico, muito influenciado pelos resultados obtidos pelos portugueses, espanhóis e holandeses em diferentes cantos do mundo. A conquista do norte da América e de alguns territórios do Caribe foi o pontapé inicial desse processo que levaria o país a ter a maior frota mercante e militar do mundo, consolidando sua posição estratégica de potência global em três séculos de conquistas e domínios territoriais. O resultado disso foi que no início do século XX, o Reino Unido exercia poder e controle sobre 25% de todas as terras conhecidas, além de influência político-militar em todos os continentes.

O êxito da expansão territorial, econômica e militar fez do Império Britânico a maior expressão desse modelo na história da humanidade, porém sem eliminar os efeitos por vezes danosos que tal presença representou nos países sob seu domínio ou influência. Guerras de dominação colonial se sucederam, políticas escravagistas, laços econômicos entre nações sustentados em condições desiguais ou exploratórias. Tudo isso terminando no limiar do século XX, entre as duas grandes guerras mundiais, reduzindo o poder imperial britânico no mundo e fazendo surgir movimentos de independência entre os países que orbitavam nessa estrutura colonial.

A fase seguinte, que perdurou por boa parte do século passado, resultou na criação da Commonwealth, ou Comunidade de Nações, que significou uma forma engenhosa de construir e manter laços políticos, sociais, esportivos, culturais, educacionais e econômicos, com os países independentes ou não, que fizeram parte do antigo Império Britânico, reunidos em uma instituição de sentido comunitário e que é presidida pelo rei ou pela rainha, sob a promessa de manter esses vínculos vivos em prol do desenvolvimento de um ideal comum.

A Commonwealth revelou ao mundo a expressão do *soft-power* britânico, já que o passado colonialista e de forte domínio militar, representou exatamente o oposto, ou seja, o exercício do *hard-power* cujas práticas estavam mais para o controle das atividades econômicas e zonas de exploração exclusivas, apoiadas muitas das vezes na força bélica, o que não mais fazia sentido em um mundo globalizado de tendência liberal e democrata na segunda metade do século XX.

A presença do monarca britânico ao presidir as reuniões e atividades da Commonwealth deu uma nova expressão e sentido ao poder real nessa reorganização pós-colonial britânica. A expressão do poder suave nessas iniciativas consolidou a imagem de uma monarquia representativa e investida nas atividades de Chefe de Estado, cujas atribuições são mais cerimoniais do que executivas. O rei ou rainha nesses casos desempenham papel aglutinador em torno da sustentação de um ideal comum de fazer parte de um grupo de nações que têm vínculos históricos e culturais relevantes.

Nesse grupo de países também estão incluídos aqueles que têm no monarca britânico o seu chefe de estado e são governados por primeiros ministros locais. Entre eles, destacam-se o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. No entanto, esse formato político-administrativo passa por questionamentos nas próprias sociedades locais, os quais resultam em eventuais plebiscitos sobre a sua continuidade ou não. O passado colonial britânico sempre pesa nessas discussões e a tendência é que esse grupo diminua cada vez mais ao longo dos anos.

A monarquia por se colocar em seu restrito papel de instituição de estado consegue manter a aura simbólica e cerimonial nas relações internas e externas, contribuindo para mostrar uma boa imagem do país. Daí as inúmeras visitas e viagens internacionais realizadas por seus membros de maior atuação e *status*, cujo sucesso é medido nas reações positivas da opinião pública, especialmente na mídia, o que só reforça o seu papel de liderança da nação na defesa de interesses comuns.

O sucesso do sistema político vigente, onde o rei é chefe de estado e o primeiro-ministro é quem conduz os assuntos de governo junto com o parlamento, fortaleceu as instituições políticas, já que a clara definição e equilíbrio dos papéis institucionais garantiu o desenvolvimento e a estabilidade do país, mesmo em momentos históricos difíceis marcados por tentativas absolutistas e até a instauração de uma breve república, cujos finais levaram à julgamentos com execução de seus titulares.

O sistema monárquico parlamentarista britânico, por princípio, conduziu o país à não ruptura, pois requer de cada lado o respeito às leis, o voto de confiança da população e a correção de rumos, quando necessária, que são fatores fundamentais à boa gestão e unidade do país. Graças a esse equilíbrio e à qualidade de vida conquistada pelas populações do Reino Unido, a sobrevivência da monarquia se mantém até hoje, tonando-se um símbolo de identidade e da estabilidade nacionais, como também patrimônio cultural do país. Não dá para dissociar a projeção da imagem dos reis e rainhas da do próprio Reino Unido no mundo.

Por essa avaliação as visitas de estado dos monarcas e membros ativos da Família Real foram cuidadosamente organizadas pelo Ministério do Exterior ao longo de décadas, com maior destaque para o período de Elizabeth II, iniciado pouco antes de sua coroação. As viagens tornaram-se um importante ativo da diplomacia britânica que marcaram presença nos locais visitados e abriram caminhos para reforçar os laços e interesses do país.

A mídia global acompanhou com interesse estas visitas, ampliou a divulgação e importância da monarquia onde quer que estivesse presente, por sua aura, carisma e curiosidade. A figura do monarca é marcada tanto no campo político quanto das celebridades. Daí o sucesso dessas incursões pelo mundo e os resultados colhidos pelo exercício do poder suave. Veremos na sequência como se dá esta construção e suas implicações para o Reino Unido.

3. A MARCA DA REALEZA COMO EXPRESSÃO DO SOFT POWER BRITÂNICO

“O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá a aquele que o exerce, um crédito com que ele o credita.....É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.”

Pierre Bourdieu.

A realeza britânica é um dos ícones culturais mais poderosos da atualidade. Suas cerimônias, tradições e estilo de vida são acompanhados por milhões de pessoas em todo o mundo, gerando um interesse pela cultura britânica e, potencialmente, atraindo turistas para o Reino Unido.

A família real também tem um papel importante na promoção das artes e culturas britânicas. A rainha Elizabeth II foi uma grande patrona das artes e trabalhou para promover o cinema, a moda, a música e a literatura britânicas em todo o mundo. Seu sucessor, Charles III, também têm desempenhado um papel importante na promoção da cultura britânica, trabalhando para preservar a história e a tradição do país em diferentes momentos e ocasiões. Os encontros do rei com artistas e representantes das artes e da cultura tornaram-se frequentes e ocupam um importante espaço na agenda real.

Quando aplicamos o conceito do *soft-power* na construção da marca da realeza, observamos que esse processo se dá em duas frentes: nas relações internas do rei com seu povo e nas representações de política externa do país. Ou seja, reforça-se a marca da monarquia junto aos cidadãos do país e também se obtêm sucesso em viagens de estado, cujos dividendos são calculados a partir da perspectiva futura de reforço e consolidação da diplomacia real em nome do estado. Assim, a projeção do poder real é de alguma maneira impulsionado por essas duas principais vertentes dentro do papel constitucional do soberano e do exercício de atividades previstas na constituição. As duas vertentes, por sua vez, se reforçam mutuamente, diminuindo eventuais tensões provocadas pelos movimentos e sentimentos antimonárquicos que ressurgem em períodos de transição de titularidade como a que estamos vivenciando a partir da coroação de Charles III.

Como viemos de um período excepcional representado pelo longo reinado com Elizabeth II á frente do trono, é impossível dissociar a importância de sete décadas de dedicação da monarca na construção do *soft-power* britânico entre os séculos XX e parte do XXI, especialmente no que diz respeito à diminuição da importância do Reino Unido no conjunto da geopolítica internacional, como também as mudanças ocorridas no próprio processo de evolução da sociedade britânica.

No *front* interno, o exercício do poder suave diante da população significou trabalhar a imagem da monarquia de modo a manter equilibrado o binômio tradição-modernidade e a distinção que a tornou uma instituição singular e importante para a organização da sociedade. A singularidade nesse caso foi se resguardar do caráter efêmero que alguns dos

rituais e encenações típicos da monarquia pudessem soar como algo anacrônico, desprovido de sentido ou simplesmente para servir de atração turística.

A aura da realeza só é mantida graças aos seus atributos simbólicos que funcionam para reforçar os laços comunitários entre as pessoas e que ganham maior relevância em momentos históricos de maior gravidade e que exigem participação e compreensão do conjunto social. O papel exercido pelo exemplo dado por Elizabeth II e outros membros da Família Real ao se vacinarem durante a epidemia de Covid foi encorajador para que outras pessoas seguissem esse caminho. Vale destacar que não havia consenso, inicialmente, por parte do governo britânico em relação ao assunto, o que motivou severas críticas ao então primeiro-ministro.

Esses atributos e poderes exercidos sobre o conjunto da sociedade são resultado de séculos de edificação e prevalece a ideia de uma instituição culturalmente assimilada, que une as partes do reino, em torno de um ideal comum, sob um centro influenciador, representado pelo monarca, cuja identidade com o todo significa segurança, alicerce, pilar espiritual e indicador de continuidade em um mundo em constante transformação e incertezas. O rei é a personificação da história de um país, suas tradições e elo com o inconsciente coletivo da nação. Daí também resulta o sentido quase místico de sua existência que, no caso britânico, é reforçado pelo papel de guardião da fé anglicana que vem da posição ocupada por ser chefe dessa corrente religiosa.

No que diz respeito às relações internacionais, é reconhecido o trabalho exercido por Elizabeth II em sua prolongada atuação como chefe de estado que foi capaz de produzir um grande ativo diplomático para seu país, especialmente na passagem de uma orientação imperialista e colonial para a de liderança de uma comunidade de nações com um passado comum, mesmo que muitas das vezes questionável. Alianças, tratados e acordos de diferentes conteúdos daí decorrentes estão registrados nos anais da diplomacia e até hoje servem para ressignificar a posição do Reino Unido no mundo.

Na condição de chefe de estado a Rainha visitou oficialmente mais de 100 países, conheceu 13 presidentes dos Estados Unidos, trabalhou com 15 primeiros-ministros, nomeou 7 arcebispos e conheceu 5 papas da Igreja Católica. A popularidade da rainha tornou-se evidente entre as mais diferentes sociedades e regimes políticos já que respeitou até o fim de sua longa vida a sua condição de neutralidade política, por entender que deveria zelar pelos interesses do Estado e, não uma representação de natureza política, esta sob a responsabilidade do primeiro-ministro. Essa posição de neutralidade consolidou a sua posição bem como da própria continuidade da monarquia em seu país.

Em inúmeras ocasiões nessas visitas internacionais, a soberana foi destaque nas principais mídias tornando-se expressão maior do Reino Unido e desenvolveu a marca do país para ampliar os interesses diplomáticos, turísticos, comerciais, culturais e geopolíticos.

Essa capacidade de projeção também esteve ligada ao sentido de estabilidade constitucional do país, à posição de neutralidade política da monarca e à expressão de unidade nacional, cuja mensagem fundamental serviu de base aos países que se tornaram independentes na fase pós-colonial britânica. Um segundo ponto a ressaltar foi a capacidade de escuta ativa da rainha cuja presença simbólica valia por si mesma. Para isso, utilizou a encenação ritual e a comunicação estratégica, onde a persuasão, experiência, carisma e confiança são planejadas para dar a dimensão de sua credibilidade. A rainha tornou-se o símbolo da conciliação e da união entre os mais diferentes grupos de interesse.

Outros membros da Família Real também exerceram esse papel em lugar da rainha, o que de certa forma ampliou a midiática de alguns de seus membros que tornaram-se personagens do chamado mundo das celebridades, cujas vidas puderam ser acompanhadas pelas principais colunas de jornais e revistas especializadas em fofocas e *fait-divers*.

Por essas razões é difícil encontrar um outra casa real que tenha tamanha exposição midiática e despertado tanto interesse no concorrido campo das celebridades, onde misturam-se todos aqueles que produzem fatos que são ou tornam-se notícia em escala global. Vamos na sequência descrever como os membros da família real têm usado sua influência para apoiar não apenas a diplomacia e a política externa britânicas e a promoção dos interesses comerciais e de política externa do país, como também a sua própria sobrevivência enquanto instituição de poder.

4. A REALEZA BRITÂNICA OBSERVADA COMO UMA MARCA DE PRESTÍGIO E DE PODER

“A monarquia é uma instituição viva, que evolui com o tempo e responde às necessidades da sociedade em que está inserida.”

David Cannadine.

O imaginário da monarquia britânica na mídia tem sido construído ao longo de séculos e é um produto da tradição, da história, da cultura e das transformações sociais que ocorreram no Reino Unido. A mídia desempenha um papel crucial na criação de narrativas que moldam as percepções e as crenças do público sobre a monarquia, tanto na Inglaterra quanto em outras partes do mundo.

A imagem da monarquia britânica é uma das mais icônicas e reconhecidas em todo o mundo, e a mídia tem desempenhado um papel importante na projeção dessa imagem, especialmente em eventos grandiosos como casamentos reais ou coroações. Um dos aspectos mais relevantes da construção imaginária da monarquia britânica na mídia é sua dimensão sagrada, que lhe confere um ar de intocabilidade e imutabilidade.

Desde a Idade Média, a monarquia britânica tem sido retratada como uma instituição divinamente ordenada, que incorpora a autoridade e a sabedoria de Deus na governança humana. Essa dimensão sagrada é amplamente difundida na mídia, que retrata os membros da realeza como figuras místicas e carismáticas, cujas ações são sempre guiadas por princípios elevados. A mídia também enfatiza a dimensão ritualística da monarquia britânica, que é caracterizada por pompa, cerimônia e tradição.

Os eventos públicos da realeza, como a troca da guarda dos vários palácios reais, o desfile de aniversário da Rainha ou a abertura do Parlamento, são cuidadosamente planejados e executados, com o objetivo de projetar uma imagem de grandiosidade e estabilidade. As roupas e as joias da realeza são objeto de fascinação e admiração, e a mídia muitas vezes dedica uma cobertura extensa e detalhada de todos os rituais. Por fim, a mídia também constrói uma imagem de proximidade e humanidade em torno da monarquia britânica, por meio da divulgação de informações sobre a vida pessoal e privada dos membros da realeza. As redes sociais divulgam o cotidiano de seus membros como se fosse “um assunto de família” da nação.

As fotos reunindo os membros da realeza, as entrevistas, as biografias e os documentários sobre a monarquia reforçam em pequenos *flashes* aquilo que se quer documentar e divulgar, e dão uma síntese de seu dia a dia que vai se juntar às outras notícias sobre a vida de outros famosos do mundo das celebridades, o que faz com que eles pareçam menos distantes e familiares ao grande público.

Em resumo, o imaginário da monarquia britânica na mídia é um produto de séculos de construção simbólica, que enfatiza sua dimensão sagrada, ritualística e humana. A mídia desempenha um papel importante na projeção dessa imagem, por meio de eventos públicos, divulgação de informações pessoais e foca seus holofotes nos inúmeros rituais, celebrações e tradições.

A comunicação na monarquia britânica desempenha um papel fundamental na manutenção do poder e da legitimidade da Família Real, dentro de um processo de construção de marca que atravessa séculos de história. Para tanto, várias estratégias de comunicação foram e são usadas para criar e manter a imagem positiva da monarquia, tanto dentro como fora do Reino Unido.

Podemos listar algumas delas que são mais comumente utilizadas pela monarquia britânica para manter seu prestígio e poder:

4.1. Controle das mensagens:

A partir da década de 80 do século XX, quando aumenta de forma exponencial o leque de opções nos meios de comunicação, houve uma reestruturação no formato de gerenciamento e controle das mensagens produzidas pela Casa Real. Passou-se a ter maior cuidado na gestão dos conteúdos e uma centralização na produção, com participação de profissionais experientes e gestores de crises, para lidar com as mais diferentes demandas dentro e fora do Reino Unido. Escolher o que vai ser divulgado, quando e onde passou a ser estratégico para a sustentação de imagem e da marca secular da Família Real. Maior cuidado, precisão e correção tornaram-se as palavras de ordem nesse complexo fluxo de produção de fatos e mensagens.

4.2. Uso intenso das mídias sociais:

A presença da monarquia britânica nas mídias sociais ampliou-se a partir da criação de diferentes contas oficiais em várias plataformas, em tempo real. O compartilhamento de informações e dos eventos fazem parte do cotidiano, aproximando os membros da Família Real do grande público. Cada membro ativo possui sua própria conta, onde são relatados os fatos públicos individuais e coletivos, dentro de uma descrição considerada apropriada e conveniente. Essas contas são igualmente usadas para compartilhar informações sobre o conjunto da Família Real e dos inúmeros eventos dos quais participa, como uma prestação de contas sobre o trabalho que estão realizando. Além disso, a monarquia britânica utiliza suas contas de mídia social para se conectar diretamente com o público, respondendo a perguntas e compartilhando informações exclusivas.

4.3. Reforço do valor da tradição:

A monarquia britânica é muito valorizada por sua história e tradição e a comunicação é usada para reforçar esses valores que são bem assimilados pelo público. A monarquia é frequentemente apresentada como uma instituição respeitada e confiável, com raízes profundas na história britânica. Não é possível dissociar sua vinculação à construção de um ideal nacional, um elo formador de toda a cadeia de uma sociedade até o momento. Esse elo se sustenta e se propaga pela crença e sentimento comum dos britânicos na avaliação da monarquia como parte de suas vidas.

4.4. Imagem altamente positiva da família real:

A monarquia britânica é cada vez mais cuidadosa em como é apresentada ao público. A Família Real é geralmente retratada como uma unidade forte e unida, que realiza muito trabalho para o bem do país e das pessoas comuns. Um símbolo que parece intocável mesmo com altos e baixos da popularidade.

4.5. Associação da Família Real com causas socialmente relevantes:

A Família Real é vista como tendo um papel importante no apoio às causas vinculadas à filantropia, e à promoção social, cujos membros são vistos como pessoas que se preocupam com os outros e trabalham duro para fazer a diferença no contexto da sociedade. Cada membro participa, em média, entre 300 e 400 eventos por ano, o que faz com que diariamente sejam citados na mídia, dentro e fora do país. Em resumo, a comunicação na monarquia britânica é uma estratégia fundamental de manutenção do poder e da imagem da família real. Através do controle cuidadoso da mensagem, da utilização das mídias sociais, do apelo tradicionalista, da apresentação de uma imagem positiva da família real e da associação com causas altruísticas, a monarquia britânica consegue manter sua legitimidade e garantir o apoio do público.

4.6. Fortalecimento da transparência e responsabilidade:

A transparência e a responsabilidade são aspectos essenciais para qualquer estratégia de comunicação eficaz e esses princípios são particularmente importantes para uma instituição como a monarquia britânica. Diante desse princípio, zela-se ao máximo para que nenhum fato relevante fique sem resposta ou tratamento adequado a fim de preservar a instituição como um todo, mesmo que algum membro tenha de afastar de seus deveres reais, com perda de funções, honrarias e recursos financeiros para sua manutenção em razão da gravidade de seus atos ou renúncia de exercício das funções.

A superexposição da monarquia na mídia exige a manutenção de uma marca forte e relevante, sendo, portanto, necessário intensificar a sua presença em plataformas cada vez mais acessadas pelas gerações mais jovens, especialmente o *Instagram*, *Twitter* e *Youtube*, e outras tantas que vierem a surgir, a fim de mantê-las mais fiéis, engajadas e participantes do dia a dia da realeza. A criação e publicação de conteúdos consistentes e diversos, como fotos e vídeos dos eventos reais e postagens informativas sobre a história o dia a dia da monarquia, ajuda a aumentar o alcance e a visibilidade.

Por outro lado, o prestígio da monarquia costuma estar associado a marcas de renome, especialmente aquelas que estejam mais alinhadas com os valores e tradições que lhe são intrínsecos, fazendo-a ganhar publicidade positiva e atrair novos públicos. A criação de alianças com marcas de moda, alimentos, bebidas, eventos sociais e instituições culturais seria uma forma de ampliar o alcance da monarquia.

Estar junto a membros da monarquia constitui uma experiência exclusiva, revestida de uma aura mágica que só a monarquia pode propiciar. Isso aumenta o interesse de estar junto, participar e ter seu nome associado ao evento do qual a realeza esteja presente. A visibilidade e exposição alcançados só aumenta o valor da marca e do caráter único daquele momento.

Em síntese, é crucial para a Monarquia Britânica manter sua marca forte e relevante, a fim de continuar a desempenhar seus papéis simbólicos e cerimoniais. Utilizando uma estratégia de mídia social, parcerias estratégicas e eventos exclusivos, a monarquia pode continuar a se adaptar e evoluir para se manter relevante no mundo moderno e multi-comunicacional.

No próximo capítulo vamos abordar os desafios e limitações da marca da realeza britânica na construção do *soft power* do Reino Unido, trazendo à reflexão as críticas relacionadas à legitimidade da monarquia e o papel da família real em relação à democracia e aos direitos humanos. Vamos também elencar os desafios enfrentados pela família real ao lidar com a mídia, bem como outras preocupações sobre a relevância da manutenção da marca da realeza.

5. DESAFIOS E LIMITAÇÕES DA RELEVÂNCIA DA REALEZA BRITÂNICA

“Governar é fazer crer”

Nicolau Maquiavel.

A marca da realeza britânica se tornou importante para promover diferentes setores do país, como o turismo, a cultura e a moda. A Família Real é apresentada em diferentes contextos, desde o protocolo diplomático em recepções aos chefes de estado que visitam o país, até a produção de seriados de sucesso de público e crítica como "The Crown". O quanto é possível avaliar qual é o alcance e influência da marca e relevância da realeza britânica na cultura popular, na mídia global e nos assuntos de estado?

É, no entanto, no terreno interno que se dão os maiores questionamentos sobre a manutenção da monarquia, em geral associada às questões que incluem a sua sustentabilidade financeira, a falta de transparência e responsabilidade em alguns de seus atos, bem como o papel limitado na tomada de decisões dentro do modelo político de governos adotado pelos britânicos há séculos. No geral, a monarquia britânica tem enfrentado desafios e críticas ao longo do tempo, mas sua capacidade de se adaptar e permanecer relevante sugere que continuará a desempenhar um papel importante na cultura e na política britânicas.

Vários autores já se debruçaram em estudar e propor argumentos teóricos sobre a sustentação da Monarquia Britânica como representação do Reino Unido nas relações internacionais, o que de alguma forma também influencia a opinião pública interna, já que cabe aos britânicos decidirem por sua continuidade, formatação, custeio e relevância.

Entre os inúmeros argumentos utilizados, destacamos alguns de nos parecem mais relevantes e eficazes do ponto de vista da estratégia da construção do poder real:

- 1.A Monarquia Britânica construiu forte representação simbólica o que a torna parte integrante da cultura e história do Reino Unido, cuja associação representa a nação aos olhos da comunidade internacional e elemento fundamental da promoção do país no exterior.
2. A Monarquia Britânica é a expressão máxima do *soft-power* do país e contribui para a influência cultural no mundo. Podemos destacar os casamentos reais de William e Kate, o de Harry e Meghan, as comemorações dos Jubileus e os funerais da Rainha, a coroação de Charles III, foram assistidos por milhões de pessoas em todo o mundo, aumentando a exposição global do Reino Unido.
- 3.A Monarquia Britânica é reconhecida como uma instituição importante na diplomacia cultural e nas relações internacionais. A presença dos membros da família real em visitas diplomáticas no exterior é vista como uma parte importante do exercício do soft power do país e ampliação das relações com o mundo , projetando o país no cenário global.
- 4.A Monarquia Britânica é valorizada como uma instituição que proporciona estabilidade institucional e política ao Reino Unido. A monarquia é vista como uma instituição de estado, de caráter transcendental e que permanece acima das questões políticas, promovendo a continuidade e estabilidade do país.

Esses argumentos contribuem para sustentar a Monarquia Britânica como uma representação importante do Reino Unido nas relações internas e internacionais, envolvendo a cultura, o *soft power*, a diplomacia cultural e a estabilidade institucional que dão a esse modelo político a necessária sobrevida para continuar exercendo o seu papel institucional.

Para uma marca centenária, é vital se manter relevante em um mundo que está em constante mudança. Algumas estratégias podem contribuir para manter a marca relevante no século XXI:

1. Adaptar-se às mudanças tecnológicas: Com a evolução dos meios de comunicação e a popularização das redes sociais, é importante que uma marca centenária incorpore novas tecnologias em sua comunicação e marketing.
Ter uma forte presença online nas plataformas mais utilizadas é uma maneira de se conectar com a audiência atual e se manter atualizada em relação às tendências.
2. Entender seus públicos-alvo: É preciso transformar a marca para atender às necessidades das novas gerações, sendo crucial entender como as pessoas se comunicam, o que valorizam e como gastam seus recursos. A pesquisa frequente de mercado, mesmo em se tratando de uma instituição política e quase milenar, é uma excelente maneira de avaliar as mudanças dos valores das novas gerações.
3. Resignificar sua história e suas tradições para os tempos atuais: A tradição e história são referências importantes para os consumidores-cidadãos britânicos, mas elas precisam ser traduzidas para a linguagem das novas gerações. Usar histórias inspiradoras e exemplos de vida relevantes para a audiência atual é uma maneira eficaz de vincular os antigos valores da marca às suas necessidades simbólicas atuais.

4. Inovar e diversificar: Embora a tradição seja importante, a inovação e a diversificação na monarquia também são fundamentais para manter uma marca relevante e atual. Inovar, lançando novos símbolos, significados, vínculos, causas, vinculadas às pessoas comuns, com adaptação na linguagem e formas de comunicação, trazem frescor para a marca e maior engajamento social.
5. Ser socialmente responsável: A responsabilidade social é uma questão relevante na sociedade atual. Isso significa desenvolver estratégias de marketing e de comunicação que estimulem a sustentabilidade, o respeito aos direitos humanos e aos temas que as novas gerações valorizam ao escolher os produtos ou marcas, onde a monarquia britânica enquanto símbolo e relevância também se insere. A promoção da alimentação orgânica e defesa das questões ligadas à proteção climática, temas que fazem parte do histórico de vida de Charles III, por exemplo, podem representar a conexão junto às novas gerações e inserir a monarquia no rol das instituições mais valorizadas pela sociedade na qual se insere.

Em um mundo em constante mudança, marcas e instituições centenárias precisam se adaptar às novas realidades sem perderem suas raízes ou tradicionais valores, já que tradição e modernidade podem andar juntas. Adaptar-se para sobreviver é o desafio a ser enfrentado e vencido para conseguir se manter relevante no mundo de mudanças constantes e revisões rápidas das estruturas sociais e políticas.

6. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

A Monarquia Britânica conseguiu sobreviver a séculos de história graças à sua capacidade de se adaptar às mudanças políticas, sociais e culturais. Durante sua longa história, a monarquia britânica foi confrontada com inúmeros desafios e obstáculos, mas conseguiu resistir graças à sua capacidade de evoluir e responder às necessidades do tempo. A monarquia britânica entendeu a importância de evoluir sua imagem e representações sociais em diferentes épocas.

Na atualidade, a Monarquia Britânica ainda consegue manter uma imagem positiva, sendo vista como uma instituição valorizada na história e cultura britânicas, além de seu papel na representação do país no exterior. A monarquia é frequentemente associada com a herança histórica e cultural do país e está em destaque em diversos eventos, como os aniversários da longeva Rainha Elizabeth II, os casamentos reis, dentre outros. Além disso, os membros da família real britânica, como Kate Middleton e o Príncipe William têm um apelo popular e têm sido utilizados para promover causas sociais importantes, como saúde mental, bem-estar, alimentação saudável, habitação popular, entre outros temas de interesse coletivo. Eles têm feito aparições públicas e trabalhado em colaboração com diversas instituições de caridade e outras organizações de beneficência e de interesse social.

A realeza britânica provavelmente permanecerá relevante no século XXI como uma instituição cultural icônica e como um ponto focal para a história e a tradição britânicas. Embora a monarquia constitucional possa enfrentar desafios em um mundo cada vez mais democrático e progressista, a popularidade da família real britânica e sua capacidade de se adaptar e permanecer relevante ao longo do tempo sugerem que a monarquia tem futuro no Reino Unido. Algumas das principais forças da monarquia britânica incluem sua popularidade e capacidade de unir o país, sua capacidade de atrair investimentos e turismo, bem como seu papel em representar o Reino Unido no exterior.

Como uma instituição cultural e histórica, a Monarquia Britânica é vista como parte da identidade nacional do Reino Unido e é valorizada como uma instituição que proporciona estabilidade e conexão com o passado, onde tradição e modernidade andam juntas para manter coesos os laços de unidade da própria nação.

REFERÊNCIAS

- [1] Silva, Renato de Almeida Vieira (2015). God save the queen – O imaginário da realeza britânica na mídia. Novas Edições Acadêmicas.
- [2] Silva, Francisco Carlos Teixeira da. (2009). Impérios na História. Campus Editora
- [3] Hobsbawm, Eric (2012). A invenção das Tradições. Paz e Terra
- [4] Lopes, Marcos Antonio (2012). O imaginário da realeza. Cultura política no tempo do Absolutismo. 2012
- [5] Fergusson, Niall (2011). Império. Como os britânicos fizeram o mundo moderno. Planeta
- [6] Fergusson, Niall (2012). Civilização. Ocidente X Oriente. Planeta
- [7] Bourdieu, Pierre (2011). O poder simbólico. Bertrand Brasil
- [8] Yanaze, Mitsuru Higuchi. (2012) Gestão de Marketing e comunicação. Editora Saraiva

Capítulo 4

Mudança social e instabilidade política: Uma leitura da obra de Samuel Huntington

Antonio Kevan Brandão Pereira

Resumo: Este trabalho pretende contribuir para o estudo da teoria política contemporânea a partir da análise da obra do cientista político estadunidense Samuel Phillips Huntington. Este autor realizou uma profunda investigação sobre as consequências do processo de modernização sobre o sistema político de diversos países, principalmente os da Ásia, África e América Latina. Investigando mais especificamente três de seus principais livros, quais sejam, "A ordem política nas sociedades em mudança", "A crise da democracia" e "O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial", o objetivo é analisar a tese desenvolvida por Huntington de que a causa da instabilidade política em vários países foi em grande parte produto da rápida mudança social e da rápida mobilização de novos grupos, em conjunção com o lento desenvolvimento das instituições políticas.

Palavras-chave: Samuel Huntington; Ordem Política; Instabilidade Política; Democracia.

1. INTRODUÇÃO

Autor de vasta obra, Samuel Phillips Huntington (1927-2008) foi um importante cientista político estadunidense. Graduou-se pela Universidade de Yale aos 18 anos, obtendo logo após o título de mestre pela Universidade de Chicago. Concluiu o seu PhD na Universidade de Harvard, onde começou a lecionar aos vinte e três anos. Ao longo de sua carreira, Huntington desenvolveu uma importante produção acadêmica, obtendo destaque a nível internacional. Dentre a suas obras, podemos destacar as seguintes: “O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares (1957)”, “Defesa comum: programas estratégicos na política nacional (1961)”, “A ordem política nas sociedades em mudança (1968)”, “A crise da democracia (1971)”, “Política Americana: a promessa da desarmonia (1981)”, “A terceira onda: a democratização no final do século XX (1991)”, e “O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial (1996)”.

No presente estudo, a partir de uma pesquisa bibliográfica, analisaremos a tese defendida por Huntington no tocante às consequências do processo de modernização sobre o sistema político de um país. O autor defende o argumento de que a causa da instabilidade política em países da Ásia, África e América Latina foi em grande parte produto da rápida mudança social e da rápida mobilização de novos grupos, em conjunção com o lento desenvolvimento das instituições políticas. Para uma melhor compreensão desta investigação, dividimos o texto em quatro tópicos, os quais, em nossa opinião, contemplam as principais temáticas trabalhadas pelo referido autor.

2. ORDEM POLÍTICA E DECADÊNCIA POLÍTICA

Logo no início da sua análise, Samuel Huntington nos apresenta aquilo que ele considera a “distinção política mais importante” entre os países:

A distinção política mais importante entre os países se refere não à sua forma de governo, mas ao seu grau de governo. As diferenças entre democracia e ditadura são menores que as existentes entre os países cuja política compreende consenso, comunidade, legitimidade, organização, eficiência, estabilidade e os países cuja política é deficiente nessas qualidades (HUNTINGTON, 1975, 13).

A partir de alguns exemplos, é possível estabelecer uma série de diferenças entre aqueles países que possuem governos fortes, eficientes e estáveis, e aqueles que carecem dessas qualidades. O autor cita os casos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da União Soviética para fundamentar o seu argumento, colocando que mesmo possuindo diferentes formas de governo, tais estados apresentam uma característica em comum: a eficiência de seus governos em manter uma ordem política estável. O que diferencia um governo eficiente de um ineficiente é, portanto, o seu grau de estabilidade política.

Como essa estabilidade política é alcançada? Por que existem países com governos eficazes e outros com governos ineficazes? Huntington não exita em responder a tais questões, afirmando de imediato que só se pode alcançar a ordem política em qualquer sociedade através de instituições políticas fortes, adaptáveis e coesas. Ele cita novamente o caso dos três países colocados acima, pois neles é possível encontrar partidos políticos bem organizados e estruturados, burocracias eficientes, um grau elevado de participação popular nos assuntos públicos, sistemas variáveis de controle civil sobre os militares, bem

como uma extensa atividade do governo na economia e procedimentos razoavelmente eficazes para regular e controlar os conflitos políticos. “Quando o Politburo, o Gabinete ou o Presidente tomam uma decisão, existe alta probabilidade de que a mesma será implementada por intermédio da máquina governamental” (HUNTINGTON, 1975, 13).

Todos esses elementos que caracterizam um governo forte e eficiente estão ausentes na maioria dos países em processo de modernização – em mudança – da Ásia, África e América Latina estudados por Huntington. Para ele, além de ter que conviver com vários problemas sociais, tais estados ainda possuem uma carência maior: a inexistência de um governo eficiente, com autoridade e legitimidade. Neles, a comunidade política é instável e fragmentada, e a causa disto está nas suas instituições políticas, que são deficientes e fracas.

Como explicar então essas diferenças entre os países, onde alguns conseguiram estabelecer uma ordem política estável e outros não? Investigando o caso de vários estados após a 2ª Guerra Mundial, o autor constatou enormes diferenças em relação aos seus sistemas políticos, chegando a conclusão de que existe um “hiato político” entre eles, ou seja, há um profundo abismo que separa sistemas políticos desenvolvidos de sistemas políticos subdesenvolvidos. O *locus* principal do subdesenvolvimento político tende a ser os países em modernização da Ásia, da África e América Latina.

A evolução política dos países desses três continentes – com exceção de poucos casos – é marcada por uma série de conflitos étnicos e de classe, motins, revoltas, violência, golpes militares, violação arbitrária dos direitos humanos, fraco desempenho da burocracia, perda da autoridade de legislativos e tribunais, bem como o enfraquecimento dos partidos políticos. “Por toda a Ásia, África e América Latina, houve um declínio da ordem política, um solapamento da autoridade, da eficácia e da legitimidade do governo” (HUNTINGTON, 1975, 16). Tudo isso é resultado da inexistência de instituições políticas fortes e eficazes, que orientam o interesse público. Sem tais instituições, a política desses estados é marcada pela instabilidade.

É na explicação que o autor dar para as causas da instabilidade política que encontramos a sua tese fundamental. Os países em processo de modernização são instáveis, pois neles ocorreu uma rápida mudança social e uma rápida mobilização de novos grupos para a política em conjunção com o lento desenvolvimento das instituições políticas. A instabilidade e a desordem derivam desse “encontro” entre o aumento da participação política de novos atores, e a fragilidade das instituições políticas. Huntington retoma a ideia de Tocqueville de que existe a necessidade de um crescimento conjunto entre desenvolvimento associativo e igualdade de condições dos cidadãos, e afirma que:

A instabilidade política na Ásia, África e América Latina decorre precisamente do insucesso em preencher essa condição: a igualdade de participação política está crescendo muito mais rapidamente do que a arte da associação. As mudanças social e econômica – urbanização, aumento da alfabetização e da educação, industrialização e expansão dos meios de massa – estendem a consciência política, multiplicam as demandas políticas e ampliam a participação política. Essas mudanças minam as fontes tradicionais de autoridade política e as instituições políticas tradicionais; complicam imensamente os problemas de se criar novas bases de associação política e novas instituições políticas que combinem legitimidade e eficiência (HUNTINGTON, 1975, 17).

O que existe é um desequilíbrio, uma desigualdade entre as taxas de mobilização social e expansão da participação política que são altas, e as taxas de organização política e institucionalização que são baixas. O resultado é instabilidade política e desordem. Para o autor, o problema fundamental da política é o atraso no desenvolvimento de instituições políticas em relação às mudanças sociais e econômicas pelas quais passam os países em modernização. Essas sociedades em mudança carecem de autoridade governamental, pois nelas o “governo está à mercê de intelectuais alienados, coronéis turbulentos e estudantes desordeiros” (HUNTINGTON, 1975, 20).

2.1. A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Após essas colocações, Huntington direciona a sua análise para a importância das instituições políticas na manutenção de uma ordem política estável. Iniciando a discussão, ele traz à tona as especificidades da sociedade moderna, demonstrando que na maioria das vezes, essa sociedade implica uma diversificação e multiplicação das forças sociais no cenário político. Por “força social” podemos entender um grupo étnico, religioso, territorial, econômico ou de status; dessa forma, temos que a sociedade moderna é heterogênea e complexa. Segundo o autor, quanto mais complexa e heterogênea é uma sociedade, ou seja, quanto mais essa é permeada por diferentes forças sociais, mais a efetivação e a manutenção da comunidade política se tornam dependente de instituições políticas fortes e que funcionem efetivamente. O nível de comunidade política atingido por uma sociedade reflete assim as relações entre as instituições políticas e as forças sociais.

Para que uma sociedade complexa e heterogênea se torne uma comunidade política, deve haver instituições fortes e independentes das várias forças sociais, pois assim o poder de cada grupo é exercido através das próprias instituições políticas que refreiam, moderam, e torna possível a convivência dos diferentes grupos sociais. Desse modo, temos que um dos principais objetivos das instituições políticas é neutralizar os diversos conflitos numa sociedade.

Ainda no que tange à questão das instituições, Huntington nos diz que toda comunidade política – a associação dos cidadãos – deve ser institucionalizada. Ele insiste na importância das instituições como o único caminho para manter a ordem política nas sociedades complexas, reforçando assim a sua tese ao afirmar que nas sociedades em modernização do século XX, as forças sociais eram fortes, e as instituições políticas fracas. “O legislativo e o executivo, as autoridades públicas e os partidos políticos permaneceram frágeis e desorganizados. O desenvolvimento do estado ficou atrás da evolução da sociedade” (HUNTINGTON, 1975, 23). Tudo isso foi a causa de guerras civis, golpes militares, revoltas, motins etc.

O grau de institucionalização de qualquer sistema político pode ser definido a partir de suas organizações e procedimentos. O autor aponta quatro características que segundo ele são pré-requisitos para identificar o nível institucional de uma comunidade política. No tocante à primeira delas, a “adaptabilidade”, ele nos diz que uma organização ou procedimento é mais institucionalizado quando é mais adaptável. A adaptabilidade favorece uma organização na hora de enfrentar os desafios que aparecerão pela frente. As organizações mais antigas tendem a ser mais estáveis e institucionalizadas, pois sobreviveram ao longo do tempo a diversos conflitos e crises adaptando-se às circunstâncias. Uma organização institucionalizada – por exemplo, um partido político – deve adaptar-se às mudanças que ocorram em seu meio, incorporando novas funções e desenvolvendo novas atividades.

A segunda característica é a “complexidade”. Quanto mais complexa é uma organização, mais institucionalizada ela se torna. Para Huntington, a complexidade de uma organização é a condição da sua sobrevivência. Aplicando essa ideia aos sistemas políticos, ele nos fala que para ser estável, um sistema político deve ser complexo, isto é, deve haver uma diferenciação em sua estrutura, com diferentes instituições políticas. Um sistema simples, centralizado, está sujeito à queda quando aparecer as primeiras crises e disputas mais intensas. A complexidade de uma organização gera a sua estabilidade.

Uma terceira medida da institucionalização é a extensão em que as organizações e os procedimentos políticos existem independentemente de outros agrupamentos sociais. A “autonomia” – terceira característica – significa o desenvolvimento de organizações e procedimentos políticos que não sejam apenas expressões dos interesses de determinados grupos sociais. As instituições políticas devem estar acima dos interesses de grupos, classes, associações, etc., possuindo seus próprios interesses e valores, distinguíveis dos das outras instituições e forças sociais. Huntington afirma que nas sociedades em mudança, onde as instituições políticas são frágeis e não possuem autonomia, o surgimento de novos atores sociais na política pode ocasionar o rompimento da ordem, daí a importância da autonomia das instituições.

Por fim, como última característica de institucionalização política, o autor nos fala de uma “coesão” que deve existir em cada organização. Quanto mais coesa e unida é uma organização, mais altamente institucionalizada ela se torna; em contrapartida, quanto mais desorganizada, menos institucionalizada ela é. Os membros de uma organização devem ter, antes de qualquer coisa, coordenação e disciplina para batalharem por objetivos comuns, garantindo assim a coesão.

Uma sociedade que não possui organizações que visem o interesse público é marcada por uma política fraca e ineficiente. O interesse das instituições políticas é o interesse público. Sem a presença de instituições políticas fortes, a sociedade carece dos meios para definir e mobilizar seus interesses comuns. “A capacidade de criar instituições políticas é a capacidade de promover os interesses públicos” (HUNTINGTON, 1975, 36). De acordo com Huntington, os interesses públicos são os interesses concretos das instituições de governo. Vale lembrar que as instituições governamentais devem possuir interesses próprios, e estes diferem dos interesses particulares dos indivíduos que estão nas instituições.

2.2. MUDANÇAS POLÍTICAS A PARTIR DA MODERNIZAÇÃO

Conforme colocamos acima, para que uma comunidade política seja estável, ela deve possuir instituições independentes dos interesses das várias forças sociais. Sabemos que diferentemente de uma sociedade tradicional, na sociedade moderna os distintos grupos que a compõem passam a se envolver com questões políticas, e conseqüentemente começam a reivindicar uma maior participação na esfera governamental. Para Huntington, esse advento de novas forças sociais na política é uma consequência direta do processo de modernização.

“A modernização é um processo de facetas múltiplas, que envolve mudanças em todas as áreas do pensamento e da atividade humana” (HUNTINGTON, 1975, p.44). Aqui, nos interessa as mudanças provocadas na política a partir do processo de modernização. De acordo com o autor, podemos agrupar em duas categorias, de um modo geral, os aspectos mais relevantes da modernização no que diz respeito à política. A primeira delas é a

“mobilização social”. Com a modernização, a sociedade tradicional e centralizada começa a declinar, sendo substituída por uma sociedade mais plural e diferenciada. Inúmeros aspectos contribuem para isso, dentre eles a alfabetização e a educação, o desenvolvimento das comunicações, e principalmente a urbanização.

A segunda categoria é o “desenvolvimento econômico”. O aparecimento de novos meios de produção, o crescimento da indústria, o surgimento de novas profissões, a consolidação da cidade em detrimento do campo, etc., exemplificam bem as mudanças na sociedade a partir da modernização. De maneira mais sucinta, Huntington coloca que “a mobilização social envolve mudanças nas aspirações dos indivíduos, grupos e sociedade; o desenvolvimento econômico envolve mudanças em suas capacidades. A modernização exige as duas coisas” (HUNTINGTON, 1975, p.46). Levando em conta essas duas categorias, o autor passa então a investigar os seus principais impactos na política. Partindo do pressuposto de que os impactos da modernização na política são variados, ele divide em três tópicos os aspectos mais cruciais da modernização política.

O primeiro deles diz respeito à “racionalização da autoridade”. A modernização política envolve a racionalização da autoridade, ocasionando assim a substituição de um grande número de autoridades políticas tradicionais, religiosas, familiares e étnicas por uma única autoridade política, secular e tradicional.

Essa mudança implica a crença de que o governo é um produto do homem e não da natureza ou de Deus, e que uma sociedade bem ordenada deve possuir uma fonte humana determinada de autoridade final, a obediência às suas leis positivas tendo procedência sobre quaisquer outras obrigações. A modernização política envolve a afirmação da soberania externa da nação-estado contra as influências transnacionais e da soberania interna do governo nacional contra poderes locais e regionais. Implica a integração nacional e a centralização ou acúmulo do poder nas instituições nacionais reconhecidas de elaboração de leis (HUNTINGTON, 1975, 47).

O segundo impacto da modernização na política está relacionado à diferenciação de novas funções políticas e o desenvolvimento de estruturas especializadas para o desempenho dessas funções. Surgem então órgãos autônomos e especializados que passam a desempenhar funções que antes eram restritas aos políticos. A hierarquia administrativa torna-se mais elaborada, mais complexa e mais disciplinada. Finalmente, e em terceiro lugar, a modernização política envolve a crescente participação dos grupos sociais por toda a sociedade. A expansão da participação política é uma característica fundamental das sociedades modernas, onde novos grupos passam a fazer parte do cenário político. Em todos os estados modernos, as atividades governamentais afetam – de maneira direta ou indireta – a vida dos cidadãos.

Para Huntington, estes três aspectos, a autoridade racionalizada, a estrutura diferenciada e a participação popular, distinguem as comunidades políticas modernas das que as antecederam. Mas será que na prática, é possível observar a presença de todas essas características? A resposta é negativa, e os países em modernização da Ásia, África e América Latina exemplificam isso. De acordo com o autor, só podemos observar nesses países a terceira característica da modernização política, que é a expansão da participação de novos atores. A racionalização da autoridade e a diferenciação das estruturas são

bastante fracas, possuindo uma vaga relação com a realidade. O que aconteceu nesses países foi uma modernização social, que é diferente da modernização política.

Como sabemos, um grande índice de participação popular conjugado com instituições políticas frágeis e ineficientes causam instabilidade em qualquer comunidade, e é esse o principal problema das sociedades em mudanças dos três continentes citados acima. Tais sociedades sofrem os efeitos desagregadores da modernização social e econômica – que geram novos sujeitos políticos que reivindicam por mais participação – na política. “As mudanças sociais e econômicas desagregam necessariamente agrupamentos sociais e políticos tradicionais e solapam a lealdade a autoridades tradicionais” (HUNTINGTON, 1975, 49). Dessa forma, a modernização gera uma série de conflitos entre os diversos grupos que compõem a sociedade.

A modernização aumenta, portanto, o conflito entre os grupos tradicionais, entre os grupos tradicionais e os modernos e entre os grupos modernos. As novas elites, baseadas na educação ocidental ou moderna, entram em conflito com as elites tradicionais, cuja autoridade se apoia no status adscrito e herdado. Dentro das elites modernizadas, surgem os antagonismos entre políticos e burocratas, intelectuais e soldados, líderes trabalhistas e empresários. E muitos, se não a maioria desses conflitos, terminam em violência (HUNTINGTON, 1975, 52).

É importante entender que esses conflitos fazem parte do próprio processo de modernização. Nesse momento, Huntington faz uma importante observação ao afirmar que não é a ausência de modernidade que gera os conflitos, mas sim a busca para alcançá-la. Modernidade é diferente de modernização; a primeira está ligada à estabilidade, ao passo que a segunda se relaciona com a instabilidade. Sociedades modernas com instituições políticas adaptáveis, complexas, autônomas e coesas são estáveis, já as sociedades que estão no meio do caminho sofrem com a instabilidade. “Quanto maior o ritmo de mudança, maior a instabilidade política de uma sociedade” (HUNTINGTON, 1975, 58).

O autor reforça o seu argumento de que a modernização produz instabilidade política apresentando algumas hipóteses que segundo ele podem estar relacionadas com as causas da instabilidade. A primeira delas é a “mobilização social”. Existe uma relação razoavelmente direta entre mobilização social e instabilidade política. Através de todas as consequências sociais e econômicas ocasionadas pelo processo de modernização, novos grupos passam a buscar mais espaço na arena política, o que acarreta na maioria das vezes novas disputas e conflitos. Analisando este aspecto, Fernando Limongi lembra que para Huntington “o autoritarismo seria a resultante política do processo de dissolução da ordem tradicional e da mobilização social daí decorrente” (LIMONGI, 1997, 18). Huntington destaca o papel primordial que a educação tem na mobilização de novas forças sociais para derrubar governos, fazer revoluções, reformas, etc.; ele chega a afirmar que um alto índice de educação num país em via de modernização política pode ser muitas vezes prejudicial. “Quanto maior o nível de educação dos desempregados, alienados ou pessoas insatisfeitas por qualquer outro motivo, mais extremista se torna o comportamento instabilizador” (HUNTINGTON, 1975, 61).

Outra hipótese colocada pelo autor é o “desenvolvimento econômico”. É certo que muitas vezes o desenvolvimento econômico de uma sociedade leva a sua estabilidade, visto que

o mesmo cria e possibilita uma série de oportunidades que levam os indivíduos a satisfazerem as suas necessidades materiais e de bem-estar. Mas é também verdade o oposto dessa argumentação; é possível afirmar que o desenvolvimento econômico é em si mesmo um processo altamente instabilizador. É uma relação complexa, mas podemos perceber que o rápido crescimento econômico acarreta uma desintegração dos agrupamentos sociais tradicionais, produz uma nova classe de “ricos” que passam a buscar também o poder político, aumenta o número de pessoas com padrões de vida em declínio, ampliando assim o hiato entre ricos e pobres, aumenta a alfabetização, a educação e a exposição aos meios de massa, incrementando as aspirações além dos níveis em que podem ser satisfeitas, agrava os conflitos regionais e étnicos sobre a distribuição do investimento e do consumo, e por fim, “eleva a capacidade de organização de grupos e, conseqüentemente, a forças das demandas dos grupos ao governo, às quais este é incapaz de satisfazer” (HUNTINGTON, 1975, 63). Tudo isso contribui de forma decisiva para a instabilidade do sistema político.

A terceira hipótese está relacionada às duas anteriores; o autor a nomeou de “a hipótese do hiato”. Explicando o que seria esse “hiato”, Huntington nos fala que a mobilização social é muito mais instabilizada que o desenvolvimento econômico, e que as causas da instabilidade política podem ser percebidas no hiato entre essas duas formas de mudança. Em suas palavras:

A urbanização, a alfabetização, a educação, os meios de massa e outros fatores expõem o homem tradicional a novas formas de vida, a novos padrões de prazeres, a novas possibilidades de satisfação. Essas experiências rompem com as barreiras cognitivas e atitudinais da cultura tradicional e promovem novos padrões de aspirações e anseios. Mas a capacidade de uma sociedade em transição de satisfazer essas aspirações aumenta num ritmo muito mais lento que as aspirações em si. Conseqüentemente, desenvolve-se um hiato entre aspirações e expectativas, a formação do anseio e a sua satisfação, entre a função das aspirações e a função de vida real. Esse hiato gera a frustração social e a insatisfação. Na prática, a extensão do hiato proporciona uma medida razoável da instabilidade política (HUNTINGTON, 1975, 67).

Esta hipótese pode ser exemplificada através dos países em modernização. Nessas sociedades, em que a expansão da participação não é absorvida pelas instituições políticas, ocorre uma verdadeira correlação entre frustração social e instabilidade política. Na maioria das sociedades em mudança, as instituições políticas não conseguem satisfazer as expectativas dos novos grupos, ocasionando assim a instabilidade no sistema.

A quarta hipótese diz respeito à questão da “desigualdade”. “A desigualdade política é, por definição, quase um aspecto inerente à instabilidade política. E que dizer da desigualdade econômica?” (HUNTINGTON, 1975, 69). A modernização afeta a desigualdade econômica, e conseqüentemente a instabilidade política de duas formas. A primeira delas diz respeito à distribuição irregular de renda nos países subdesenvolvidos. Nessas sociedades, é enorme o fosso que separa ricos e pobres, e as classes dominantes contribuem para a manutenção desse sistema. Em consequência dessa realidade, os desfavorecidos

começam a questionar a sua condição econômica, o que pode redundar em revoltas e rebeliões.

A segunda forma em que a modernização gera desigualdade econômica está relacionada com o impacto imediato do crescimento econômico, que exacerba ainda mais as desigualdades de renda e conseqüentemente o descontentamento dos grupos menos favorecidos. “O desenvolvimento econômico aumenta a desigualdade econômica ao mesmo tempo que a mobilização social faz decrescer a legitimidade dessa desigualdade” (HUNTINGTON, 1975, p.72). A instabilidade política é produzida a partir da combinação desses dois aspectos da modernização.

Por fim, temos como última hipótese para a instabilidade política o “hiato cidade – campo”. Huntington destaca que um dos resultados políticos cruciais da modernização é o hiato que ela produz entre o campo e a cidade. Ele é uma característica política incontestada das sociedades em processo de rápida mudança social e econômica. Esse hiato, “é a fonte primária de instabilidade política nessas sociedades e um dos principais – senão o principal – obstáculos à integração nacional. A cidade e o campo tornam-se nações diferentes, com modos de vida diferentes” (HUNTINGTON, 1975, 85).

São muitas as diferenças entre a cidade e o campo, e isto fica ainda mais claro quando observamos o caráter moderno da primeira, em oposição às características conservadoras do segundo. Um dos problemas políticos fundamentais numa sociedade em modernização é o desenvolvimento de meios que reduzam esse hiato, e recriem através de meios políticos a unidade social que a modernização destruiu. Sabemos que a modernização ocasiona uma série de mudanças, fazendo com que as cidades se sobressaiam em relação ao campo. No que tange à política, isto não é diferente, ou seja, o comando do sistema político, que outrora estava nas mãos das elites rurais, passa a ser controlado pelos meios urbanos. Dessa forma, a comunidade fica dividida por um hiato fundamental: a sociedade ainda é rural, mas sua política se tornou urbana. “À medida que a política se torna cada vez mais urbana, torna-se também cada vez menos estável” (HUNTINGTON, 1975, 87).

2.3. ESTABILIDADE POLÍTICA

Quais são as características de um sistema político estável? O que tal sistema possui que o distingue dos outros? Como um sistema político alcança a estabilidade? Quais os grandes obstáculos para a estabilidade de um sistema? A partir do seu interesse pela questão da estabilidade política, Samuel Huntington desenvolve uma discussão na tentativa de compreender as principais diferenças entre sistemas políticos estáveis e sistemas políticos instáveis.

De acordo com o autor, “os sistemas políticos podem ser distinguidos por seus níveis de institucionalização política e por seus níveis de participação política” (HUNTINGTON, 1975, 91). A estabilidade de determinada comunidade política depende da relação entre os níveis de participação e institucionalização política. Se uma comunidade possui um alto grau de participação política, mas ao mesmo tempo é pouco institucionalizada, ela é conseqüentemente instável. Para uma comunidade ser estável politicamente, não pode haver níveis desiguais de participação e de institucionalização; se a participação se expande, as instituições políticas devem acompanhar esse crescimento.

O nível de institucionalização política numa sociedade com um baixo nível de participação política pode ser muito mais baixo que o de uma sociedade com um nível de participação muito mais alto,

mas a sociedade com baixos níveis de ambas pode ser mais estável do que a sociedade que possui um nível de institucionalização mais alto e um nível de participação ainda mais alto. A estabilidade política depende do quociente de institucionalização sobre a participação. À medida que aumenta a participação política, a complexidade, autonomia, adaptabilidade e coerência das instituições políticas da sociedade devem também aumentar para que a estabilidade possa ser mantida (HUNTINGTON, 1975, 93).

Aprofundando essa discussão sobre a estabilidade dos sistemas políticos, Huntington nos apresenta o exemplo de dois sistemas que se diferenciam um do outro a partir dos seus níveis de participação e institucionalização. O primeiro ele chamou de “sistema pretoriano”, e o segundo, de “sistema cívico”. Pretorianos são aqueles sistemas em que as taxas de participação são altas, e as de institucionalização são baixas; ao contrário destes, os sistemas cívicos possuem um índice elevado de institucionalização em relação à participação. Vejamos então as principais características de cada um deles.

Por ter níveis altos de participação e ao mesmo tempo níveis baixos de institucionalização política, os sistemas pretorianos são essencialmente instáveis. Aqui, a participação política superou a institucionalização, ocasionando assim a atuação descontrolada das várias forças sociais que passam a utilizar seus próprios métodos para atuar diretamente na esfera política. Nesses sistemas, as instituições são incapazes de absorver e controlar a entrada de novos grupos sociais na política, e tampouco de corresponder às expectativas destes. Já os sistemas políticos cívicos, em nítido contraste com os pretorianos, possuem padrões reconhecíveis e estáveis de autoridade institucional, adequados aos seus níveis de participação política. Independentemente de mudanças que ocorram na sociedade, como por exemplo, o aumento da taxa de participação, nesse tipo de sistema as instituições políticas são suficientemente fortes para proporcionar a base de uma ordem legítima e de uma comunidade política que funcione.

Preocupado com a questão da estabilidade política, Huntington reforça ainda mais o seu argumento enfatizando a necessidade de se criarem instituições políticas eficientes e que realmente funcionem para absorver adequadamente a entrada das forças sociais na política. De acordo com o seu pensamento, para que uma sociedade mantenha um elevado nível de comunidade, “a expansão da participação política deve ser acompanhada pelo desenvolvimento de instituições políticas mais fortes, mais complexas, e mais autônomas” (HUNTINGTON, 1975, 99).

Este é o desafio a ser enfrentado durante o processo de modernização que, como vimos acima, traz uma série de consequências que abalam a ordem política de uma comunidade. A seguir, veremos alguns exemplos de como o processo de modernização modificou o cenário político de muitas sociedades, e de como estas conviveram com a questão da participação e da institucionalização política.

3. MODERNIZAÇÃO POLÍTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

O processo de modernização política implica a racionalização da autoridade, a diferenciação das estruturas e a expansão da participação política. Partindo dos exemplos dos Estados Unidos e da Europa, Samuel Huntington elabora uma interessante análise na tentativa de compreender como tal processo ocorreu nesses lugares. Por questões

metodológicas, o autor delimitou sua pesquisa a partir do que ele chamou de “três padrões de modernização”, quais sejam, o padrão Continental (Europa Continental), o padrão Britânico e o padrão Americano – nesse caso, a investigação se resume aos Estados Unidos. Vejamos então as diferenças e as especificidades de cada padrão no que tange às características do processo de modernização. Começaremos pela “racionalização da autoridade”.

Em cada caso, existem diferenças consideráveis no tocante à racionalização da autoridade. Na Europa, o advento do Estado Moderno acabou com a fragmentação da autoridade política tão característica do feudalismo medieval, ocasionando assim uma centralização do poder. Na América, ao contrário, a autoridade não se concentrava numa única instituição ou indivíduo, permanecendo dispersa através da sociedade como um todo a partir dos muitos órgãos do corpo político. “Os padrões tradicionais de autoridade foram assim decisivamente rompidos e substituídos na Europa; na América foram reformulados e suplementados, mas não basicamente alterados” (HUNTINGTON, 1975, 112).

A ideia de uma “lei fundamental” e também a difusão da autoridade eram incompatíveis com o processo de modernização política. No Continente, ao longo do século XVII, os padrões medievais foram rapidamente substituídos pela centralização da autoridade no monarca. A formação de monarquias absolutas legitimava o trono como a fonte soberana do poder político. No caso Britânico, isso ocorreu de uma forma diferente; na Inglaterra, também foram fortes as tendências para substituir a lei fundamental e a fragmentação da autoridade no intuito de centralizar o poder, mas com uma diferença fundamental: as reivindicações para o absolutismo real geraram as contra reivindicações para a supremacia do parlamento. “A lei fundamental sofreu na Inglaterra o mesmo destino que no Continente, só que foi substituída por um legislativo onipotente em vez de uma monarquia absoluta” (HUNTINGTON, 1975, 117).

O padrão americano se diferencia fortemente dos dois anteriores. Enquanto os estados europeus rompiam com as fontes tradicionais de poder, centralizando na figura do monarca a autoridade governamental, nos Estados Unidos ocorria justamente o inverso. No que diz respeito à racionalização da autoridade, temos que a modernização política na América foi atenuada e incompleta, visto a permanência de antigos padrões da lei fundamental e de autoridade difusa transplantada para lá pelos colonos ingleses. A ideia de uma autoridade política centralizada não teve lugar na América, pois lá, na medida em que se aceitou a noção de soberania, ela foi atribuída ao “povo”. Dessa forma, os padrões tradicionais permaneceram no novo mundo, o que reforça ainda mais as suas diferenças em relação ao caso europeu.

No tocante à segunda característica da modernização política, a “diferenciação das estruturas”, Huntington continua apresentando as diferenças entre os três padrões analisados. Em relação ao Continente e também à Grã-Bretanha, temos que de uma forma geral, a diferenciação funcional e o aparecimento de instituições e órgãos governamentais especializados foram resultados da racionalização da autoridade e da centralização do poder. As instituições administrativas, legais, judiciárias e militares desenvolveram-se como órgãos semiautônomos, mas subordinados e responsáveis pelos órgãos políticos – monarca ou parlamento – que exerciam a soberania. Ocorreu na Europa, portanto, uma diferenciação das estruturas do governo em vários órgãos especializados.

Diferentemente do que estava acontecendo no velho mundo, nos Estados Unidos a diferenciação das estruturas governamentais ainda dava os seus primeiros passos; a separação de funções a partir de diferentes órgãos do governo apareceu tardiamente por

lá. Um exemplo que ilustra bem o caso americano era fusão de funções que existia entre o poder legislativo e o poder judiciário. “O sistema político americano, assim como os sistemas políticos europeus mais antigos, não atribuía funções dignas e eficientes às diferentes instituições” (HUNTINGTON, 1975, 127). Huntington critica a forma como o sistema político dos Estados Unidos se desenvolveu citando o caso da força do poder executivo. Para ele, o presidente norte-americano possui tanto poder e tantas funções que pode ser confundido com os antigos monarcas europeus medievais. A maneira como foi criada a instituição da presidência nos Estados Unidos a torna bastante parecida com o tipo mais antigo e mais original de monarquia constitucional. Em clara relação e com influência direta dos antigos padrões ingleses, o autor nos fala que em funções e poder, os presidentes americanos são como os reis Tudor (HUNTINGTON, 1975, 128).

Dessa forma, o autor conclui o seu argumento enfatizando que a diferenciação das estruturas governamentais e administrativas ocorreu muito mais rapidamente na Europa do que nos Estados Unidos. Já no que diz respeito à última característica do processo de modernização, a “expansão da participação política”, as coisas se invertem e o pioneirismo é americano. E por que a participação política se expandiu primeiro na América? Quais motivos contribuíram para isso? Para responder a essas questões, Huntington recorre às especificidades do próprio processo de modernização pelo qual passaram os Estados Unidos e a Europa.

Uma explicação pode ser dada a partir do contexto social dessas sociedades ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Na Europa, a centralização do poder foi necessária para destruir a velha ordem feudal marcada pela fragmentação de autoridade. Com o poder político centralizado e concentrado na figura do rei, a participação se resumia aos círculos fechados da alta nobreza e da aristocracia rural que obviamente sustentavam esse sistema. Só mais adiante, através de uma série de mudanças sociais e econômicas, é que novos grupos passaram a participar da política. Na América, por outro lado, a ausência de instituições sociais feudais tornou desnecessária a centralização do poder. Sem ter a necessidade de “derrubar” uma antiga ordem social, o poder na sociedade americana continuou – ao contrário do que ocorria na Europa – disperso. “A sociedade pôde desenvolver-se e transformar-se sem ter de superar a oposição de classes sociais com interesses pessoais na manutenção do status quo econômico e social” (HUNTINGTON, 1975, 139).

Levando em consideração as especificidades dos dois casos, o autor novamente enfatiza as diferenças entre ambos, pois como colocamos acima, na Europa a expansão da participação foi fortemente vinculada à centralização do poder; na América, em contrapartida, a expansão da participação foi diretamente vinculada à dispersão do poder e à manutenção dos órgãos instituídos do governo.

O caso americano é único e emblemático. Vimos que a rápida expansão da participação política por parte de novas forças sociais não acarretou na instabilidade do sistema político e tampouco no seu rompimento, pois já existiam instituições capazes para absorver tais grupos e que tornaram possível a participação. Assim, Huntington reforça novamente o seu argumento a favor da eficiência das instituições políticas, citando mais uma vez o exemplo dos países em modernização da Ásia, África e América Latina, pois neles, a ordem política foi rompida justamente porque não havia instituições fortes e eficientes para absorver a crescente expansão da participação política, ou seja, o oposto do que aconteceu nos Estados Unidos.

4. MUDANÇA POLÍTICA NAS COMUNIDADES POLÍTICAS TRADICIONAIS

As consequências do processo de modernização acarretam uma série de mudanças políticas, sociais e econômicas nas comunidades tradicionais. A forma como uma comunidade passará por esse processo – se vai sofrer dificuldades ou não na manutenção da sua ordem política – vai depender da capacidade de inovação do seu sistema político de realizar reformas para se adequar à nova realidade. Como sabemos, um dos principais requisitos para um sistema político ser bem-sucedido durante essa fase é a assimilação das novas forças sociais geradas pela própria modernização. Esses grupos passam a reivindicar o direito de participar nas decisões públicas, entrando de forma decisiva no cenário político e, desse modo, “ou o sistema proporciona os meios para essa participação, harmoniosos com a sua própria existência, ou aliena esse grupo, gerando conflitos civis abertos ou latentes e a secessão” (HUNTINGTON, 1975, 152).

Essa questão da assimilação de novos grupos na política é um dos pontos mais importantes do processo de mudança nas sociedades tradicionais. A mobilização de novos atores políticos, que é resultado direto desse processo, faz com que se desenvolva uma “consciência de grupo”, levando estes a exigirem a participação no sistema político. Desta forma, o teste de um sistema é a sua capacidade de reagir a essas demandas. Huntington nos diz que a assimilação de novas forças sociais significa de fato a ampliação do poder do sistema.

Segundo o autor, os sistemas políticos se diferenciam uns dos outros na sua distribuição de poder e também na sua acumulação de poder. Quanto mais um sistema tem a capacidade de assimilar novas forças sociais, mais ele acumulará poder; essa é a grande diferença dos sistemas políticos modernos, que se distinguem dos tradicionais na soma de poder que acumulam e não na sua distribuição. Tanto nos sistemas políticos tradicionais como nos modernos o poder pode estar concentrado ou disperso. Porém, no sistema moderno, um número muito maior de atores sociais participam da política e estão envolvidos em mais relações de poder do que no sistema tradicional. “A comunidade política moderna possui, em suma, mais poder do que a tradicional” (HUNTINGTON, 1975, 156). A modernização envolve, portanto, mudanças tanto na distribuição quanto na soma de poder num sistema político.

O processo de modernização impõe desafios a qualquer comunidade política. No que tange a um sistema tradicional, disperso e mal organizado, o primeiro desafio será acabar com a fragmentação e concentrar o poder para produzir as mudanças necessárias na sociedade e na economia. Feito isso, o segundo desafio será expandir o poder no sistema para absorver os grupos recém-mobilizados e politicamente participantes decorrentes do próprio processo de modernização. Por fim, um último desafio será o confronto do sistema com as demandas dos grupos participantes para maior dispersão do poder, e é justamente esse o importante desafio das sociedades em mudança da Ásia, da África e América Latina. Dessa forma, Huntington concluir este ponto da análise afirmando que:

Os sistemas políticos diferem assim na soma do poder no sistema e na distribuição do poder no sistema. E o que é mais importante, em termos de inovação política e assimilação de grupos, os sistemas políticos também diferem em sua capacidade de concentrar poder e na capacidade de expandir o poder. Essas capacidades do sistema são diretamente afetadas pela natureza de suas instituições políticas (HUNTINGTON, 1975, 158).

5. PRETORIANISMO E DECADÊNCIA POLÍTICA

Continuando a sua análise sobre os efeitos da modernização nos sistemas políticos, Samuel Huntington nos diz que poucos aspectos da modernização política são mais impressionantes e comuns que a intervenção dos militares na política. Revoltas, golpes, juntas, e regimes promovidos por militares interferiram ou interferem constantemente na ordem política das sociedades em mudança da Ásia, África e América Latina. Especificamente no caso da América Latina, o autor nos fala que houve uma “onda reversa de democratização” no início dos anos 60 e 70, na ocasião em que os militares ascenderam ao poder e “houve uma mudança dramática em países como Peru, Brasil, Bolívia, Argentina e Chile” (HUNTINGTON, 1994, 29). Constatando essa realidade, ele busca então compreender quais são as causas dessas intervenções militares, e quais são as consequências das mesmas para a modernização e o desenvolvimento político de uma sociedade.

No tocante à primeira questão, muitos estudiosos e observadores políticos já forneceram diferentes respostas, mas nunca chegaram a uma conclusão mais acurada sobre as causas da intervenção militar. De acordo com Huntington, falta consistência nas várias explicações dadas a essa questão. Ele critica, por exemplo, o fato de alguns apontarem a interferência de um estado estrangeiro como a causa direta para a intervenção. É fato que alguns países estrangeiros contribuíram economicamente – como, por exemplo, os Estados Unidos em relação à América Latina no século XX – para do processo de intervenção militar, mas essa resposta é incompleta, visto que nem sempre isso acontece. “O inverso também é verdade: tanto os exércitos que receberam ajuda militar, quanto os exércitos que não receberam nenhuma se abstiveram da intervenção política” (HUNTINGTON, 1975, 205). Dessa forma, tal argumento não se sustenta.

Outra resposta pouco convincente é aquela que tenta explicar a intervenção militar na política como sendo uma consequência direta da estrutura interna da própria organização militar ou da origem social dos oficiais que participam das intervenções. Essa explicação também é incompleta e não reflete a realidade dos fatos. Existem vários casos em que os militares intervêm na política pelos mais diversos motivos, e outros em que eles nem mesmo estavam interessados nas questões públicas. “Oficiais com as mais diversas habilidades – gerencial, carismática, técnica e política – intervieram na política; outros com a mesma habilidade se abstiveram de fazê-lo” (HUNTINGTON, 1975, 205). O que Huntington quer enfatizar é que explicações de natureza militar não podem tratar de forma correta as causas das intervenções militares. Em suas palavras:

As causas mais importantes da intervenção militar na política não são militares, mas políticas e refletem não as características sociais e organizacionais das forças militares e sim a estrutura política e institucional da sociedade. As explicações de ordem militar simplesmente não explicam as intervenções militares. O fato é que as intervenções militares são apenas uma manifestação específica de um fenômeno mais amplo nas sociedades subdesenvolvidas: a politização geral das forças e instituições sociais. Nessas sociedades a política carece de autonomia, complexidade, coerência e adaptabilidade. Todos os tipos de forças e grupos sociais se empenham diretamente na política geral. Os países que possuem um exército político possuem também um clero político, universidades políticas, burocracias políticas, sindicatos políticos e corporações políticas. A sociedade como um todo está fora de

compasso, não apenas as forças militares (HUNTINGTON, 1975, p.206).

Dessa forma, as causas da intervenção militar são políticas e refletem a natureza de uma sociedade em modernização, onde vários grupos – e não apenas os militares – participam ativamente da política. Sabemos que muitas vezes durante o processo de modernização os sistemas políticos são derrubados justamente por não possuírem instituições eficazes que assimilem a entrada de novos atores na política. Como vimos, Huntington chamou de “pretoriana” uma sociedade que possui um sistema político com essas características. Uma sociedade pretoriana é aquela marcada pela ausência de instituições políticas efetivas e capazes de coordenar e moderar a ação política dos diferentes grupos.

“Num sistema pretoriano, as forças sociais se enfrentam cara a cara; não há instituições políticas nem grupos de líderes políticos profissionais reconhecidos e aceitos como intermediários legítimos para moderar os conflitos entre os grupos” (HUNTINGTON, 1975, 208). Diferentemente de uma comunidade política institucionalizada, onde existem procedimentos políticos pré-estabelecidos para regular a disputa política, na sociedade pretoriana o jogo político é instável, pois cada grupo acaba atuando à sua maneira. Cada um deles utiliza os meios que refletem as suas peculiaridades e capacidades. “Os ricos subornam, os estudantes se amotnam, os operários fazem greve, as massas promovem manifestações e os militares efetuam golpes” (HUNTINGTON, 1975, 208).

Como não existem procedimentos reconhecidos, todas essas formas de ação direta se fazem presentes no cenário político; os militares sobressaem em relação aos outros grupos nesse processo, pois as suas técnicas de intervenção são mais dramáticas e eficientes, visto que eles recorrem ao uso da força. Numa sociedade pretoriana o conflito se torna mais intenso na medida em que se amplia a participação política, visto que os atores se tornam mais numerosos e conseqüentemente os métodos de ação política se diversificam. Outra especificidade desse tipo de sociedade é a interação direta que ocorre entre as forças sociais numa disputa constante em busca de seus interesses. Como já colocamos acima, a ausência de instituições eficientes para regular a ação desses grupos ocasiona a instabilidade política do sistema. Partindo dessas constatações, Huntington inicia então uma investigação sobre as principais características do pretorianismo enfatizando as suas “fases iniciais”.

A primeira fase é a “oligárquica”. No pretorianismo oligárquico, as instituições sociais ainda são relativamente indiferenciadas e frequentemente os membros da classe dominante – os latifundiários, o clero, os militares – combinam papéis de lideranças política, militar, religiosa, social e econômica. Os grupos mais ativos na política são ainda de natureza basicamente rural, onde famílias, facções e tribos lutam incessantemente entre si em busca de poder, riqueza e status. “Não há consenso sobre os meios de resolver as disputas e quase não existem organizações ou instituições políticas” (HUNTINGTON, 1975, 211).

No desenrolar do processo de modernização, a tendência das oligarquias pretorianas é passar por momentos de instabilidade. Nessa fase, as instituições políticas continuam rígidas e frágeis, não possuindo a capacidade de assimilar a entrada dos novos grupos que começam a querer entrar no sistema. Com a expansão da participação política, ocorre uma série de mudanças, onde os grupos de classe média se destacam nesse processo. Dessa forma, a tendência de uma oligarquia pretoriana é evoluir para uma fase mais “radical”.

Huntington chamou de “radical” a segunda fase do pretorianismo. Aqui, a participação de novas forças sociais na política acontece de forma mais efetiva, com grande destaque para os grupos de classe média. Esses grupos, cada vez mais descontentes com a corrupção, a incompetência e a passividade da oligarquia dominante, começam a reivindicar um maior espaço no sistema político para buscarem os seus objetivos e defenderem os seus interesses. Nesse momento, os militares de classe média desempenham um papel fundamental – quase sempre em estreita aliança com grupos civis como professores, funcionários públicos e técnicos – na mudança da oligarquia pretoriana para o pretorianismo radical.

É de grande importância o papel dos oficiais de classe média no processo de mudança da fase oligárquica para a fase radical. São os militares que, a partir da tomada do poder político através de “golpes”, protagonizam a passagem de um sistema tradicional oligárquico para um sistema pretoriano de classe média. Eles desafiam a oligarquia e executam a reforma social e econômica, lutam pela integração nacional e, até certo ponto, promovem a expansão da participação política. Os militares introduzem na sociedade ideias bem características da classe média, tais como o combate ao desperdício e a corrupção, a busca pela ética e pela honestidade na política e, principalmente, a ênfase na lealdade nacional. De acordo com Huntington, “o militar profissional é um técnico militante que trabalha num contexto social e que presta um serviço essencial ao funcionamento da sociedade” (HUNTINGTON, 1996, 27). Assim, nas primeiras fases de modernização política, os oficiais podem desempenhar um papel modernizador e progressista.

Com a expansão da participação, os elementos da classe média estabelecem o seu domínio na cena política, consolidando assim a fase radical da sociedade pretoriana. O poder político, antes comandado e controlado pelas forças dominantes oligárquicas, sofre um importante deslocamento do meio rural para o meio urbano. As raízes sociais do pretorianismo radical residem nesse deslocamento do campo para a cidade; a cidade suplanta o campo como o *locus* principal da ação política e se torna fonte permanente de instabilidade política. “A característica essencial do pretorianismo radical é a instabilidade urbana. A estabilidade dessa instabilidade depende da exclusão do campo da política” (HUNTINGTON, 1975, 221).

Huntington enfatiza mais uma vez que na fase radical do pretorianismo novas forças sociais se destacam na política, principalmente àquelas de classe média. A partir do aumento e da diversificação dos grupos nessa sociedade, novas técnicas de ação política são empregadas, variando fortemente de um grupo para o outro. Como não existem instituições fortes e eficazes para regular os procedimentos de participação e atuação, o resultado é uma instabilidade constante na ordem política. “As formas predominantes de ação política numa sociedade pretoriana radical – corrupções, greves, golpes, manifestações – são todas elas meios de fazer pressão sobre a autoridade e não meios de exercer autoridade” (HUNTINGTON, 1975, p.224).

De maneira distinta, num sistema altamente institucionalizado, a participação dos diferentes grupos sociais ocorre por intermédio de canais institucionais que a tornam um processo regular e estável. No sistema pretoriano, a intensa atividade política gera a sua instabilidade, e aqui o autor retoma a discussão sobre as intervenções militares tão características dessa fase. Ele coloca que de todos os grupos em ação na sociedade, os militares são os únicos capazes de exercer a pressão mais extrema sobre a ordem política, que é justamente o uso do golpe para a derrubada das autoridades do governo.

A instabilidade política é a marca principal do sistema pretoriano, visto que este é marcado pela ausência de instituições fortes e eficientes para regular a participação política dos vários e diferentes grupos sociais. Não só os militares, os estudantes e os trabalhadores urbanos, mas todos os diferentes grupos que compõem a sociedade pretoriana atuam na política de maneira desordenada, em disputa direta uns com os outros. O poder de um grupo social acaba reforçando o do outro às custas da autoridade política. Perante essa disputa conflituosa entre os grupos sociais, a ordem política da sociedade passa a ser extremamente instável, e nesse momento, a intervenção militar é a ação mais provável de acontecer, pois ela é em geral uma reação à agravação do conflito social por vários grupos e partidos, conjugada com o declínio da eficiência e da legitimidade das instituições políticas porventura existentes. Nesse sentido, Huntington nos diz que:

A intervenção militar serve então para impedir a rápida mobilização das forças sociais na política e nas ruas (numa sociedade pretoriana as duas coisas são idênticas) e, com a remoção do alvo e do estímulo imediato da agravação, desarmar o estopim da explosiva situação política. A intervenção militar, em suma, marca muitas vezes o fim de uma sequência de violência em política. É nesse sentido muito diferente das táticas empregadas por outros grupos sociais (HUNTINGTON, 1975, pp.228-229).

O autor reforça o seu argumento de que numa situação extrema de instabilidade política, o golpe militar tem a capacidade de reduzir o conflito entre as forças sociais, reestabelecendo assim – ainda que temporariamente – a ordem na sociedade. O golpe é a atitude extrema da ação direta contra a autoridade política, mas é também o meio de pôr termo a outros tipos de ação – no caso, a ação das outras forças sociais – contra essa autoridade e o meio potencial de reconstituir a ordem política. Numa situação de conflito permanente, “o golpe militar tem assim o efeito imediato de reduzir o nível de participação, induzindo a retirada das ruas das forças sociais em competição e produzindo um sentimento de alívio e harmonia” (HUNTINGTON, 1975, 230).

5.1. DO PRETORIANISMO À ORDEM CÍVICA

Como criar instituições políticas fortes e eficientes para passar de uma sociedade pretoriana para uma comunidade cívica? Quem ou o que pode criar os interesses comuns e as instituições integradoras que são necessários para transformar uma sociedade pretoriana numa comunidade política cívica? Segundo o autor, não existem respostas simples e óbvias para essas questões; para entendê-las, é necessário observar o comportamento das forças sociais na sociedade pretoriana para perceber como as instituições políticas podem ser criadas.

Sabemos que para serem fortes e eficientes, as instituições políticas devem estar acima dos interesses das forças sociais, pois só assim os conflitos entre estas podem ser regulados por órgãos governamentais fixos e reconhecidos. Surgem então mais perguntas: como é possível a criação de instituições desse tipo dentro de um sistema pretoriano, no qual a participação exacerbada de diferentes grupos na política gera ainda mais instabilidade na sociedade? Como criar e desenvolver instituições, com tantas forças sociais em disputa na arena política?

Huntington não exita em afirmar que de todos os grupos politicamente ativos numa sociedade pretoriana, somente um tem a capacidade real de criar e desenvolver instituições políticas eficientes: os militares. E por que os militares e não outros grupos? O autor explica os motivos, argumentando que:

Os militares possuem maior capacidade de gerar ordem numa sociedade pretoriana. Há golpes militares, mas há também governos militares e partidos políticos militares no bojo do exército. Os militares podem ser coesos, burocratizados e disciplinados. Os coronéis podem dirigir um governo; os estudantes e os monges não podem. A eficácia da intervenção militar decorre no mínimo tanto das características organizacionais dos militares quanto do controle ou do uso da violência pelos mesmos. [...] É, portanto, a capacidade organizacional superior dos militares que torna possível a intervenção dos mesmos mais dramática, mais perigosa e, apesar disso, potencialmente mais produtiva do que a intervenção de outras forças sociais. Ao contrário da intervenção estudantil, a intervenção militar, que muita gente considera a fonte do mal numa sociedade pretoriana, pode ser também a fonte de cura (HUNTINGTON, 1975, 251).

Mas para obterem êxito na sua tarefa de construir instituições políticas, os militares precisam do apoio de outras forças sociais. Numa sociedade marcada pelo conflito, é óbvio que durante o processo de intervenção, os oficiais encontrarão a resistência de alguns grupos, em especial da “intelligentsia” da classe média. Os militares precisam então buscar novas fontes de legitimidade para o seu governo, e encontram nos camponeses a solução para isso. Para Huntington, a estabilidade política exige uma coligação de pelo menos duas forças sociais, e a união entre militares e camponeses pode tornar isso possível.

“A habilidade dos militares em desenvolver instituições políticas estáveis depende de sua habilidade em identificar o seu governo com as massas dos camponeses e de mobilizar as mesmas para a política ao seu lado” (HUNTINGTON, 1975, 252). De acordo com o autor, para que uma sociedade saia da sua condição pretoriana é necessário acabar com o hiato existente entre a cidade e o campo, e essa coligação entre os militares e os camponeses pode contribuir para isso. Com tal apoio, os militares podem então construir instituições que possibilitem a passagem de uma ordem pretoriana para uma ordem cívica.

O apoio dos elementos rurais é, porém, apenas uma das condições essenciais ao desenvolvimento de instituições políticas por um regime militar. Esse apoio não é o bastante para o regime obter êxito em todas as suas reformulações no sistema. É necessário criar canais institucionais que assimilem a maior quantidade possível de adeptos ao novo regime; é preciso criar organizações eficientes que coordenem a participação dos grupos sociais. Para Huntington, os militares devem transformar a “intervenção na política” em “participação na política”. Diferente da intervenção, a participação militar significa fazer o jogo político a fim de criar novas instituições. “A intervenção intermitente para deter ou suspender a política é a essência do pretorianismo. A participação continuada na política pode afastar a sociedade do pretorianismo” (HUNTINGTON, 1975, 254).

E um dos canais institucionais mais eficientes que os militares podem criar para regular a participação são os partidos políticos. O autor destaca dois exemplos em que os oficiais

conseguiram estabelecer uma ordem cívica a partir da criação de partidos que se tornaram organizações políticas adaptáveis, complexas, autônomas e coesas, citando o caso do México e da Turquia. Tanto o Partido Revolucionário Institucional no México, como o Partido Republicano do Povo na Turquia tiveram êxito de coordenar a participação política das forças sociais a partir de suas próprias estruturas interna, e o que é mais importante, estando acima delas, e independente dos seus interesses. Desse modo, cessou-se o conflito e a ordem política foi restaurada. “O México e a Turquia são dois notáveis exemplos de como partidos foram gerados pelo exército; generais políticos criaram um partido político e este pôs termo aos próprios generais” (HUNTINGTON, 1975, 269).

REFERÊNCIAS

- [1] HUNTINGTON, Samuel. A Ordem Política nas Sociedades em Mudança. São Paulo: Forense Universitária, 1975.
- [2] _____. A Terceira Onda: a Democratização no Final do Século XX. São Paulo: Ática, 1994.
- [3] _____. O Soldado e o Estado: teoria e prática das relações civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- [4] LIMONGI, Fernando. Prefácio. In: DAHL, Robert. Poliarquia: Participação e Oposição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

Capítulo 5

Os discursos sobre os processos de luto pertencentes à adolescência

Mariana Camata

Ana Priscilla Christiano

Resumo: A adolescência é encarada, pela psicanálise, como um momento que exige certa integração das exigências sociais às condições subjetivas. Este trabalho analisou os discursos sociais e psíquicos a respeito dos processos de luto pertencentes à adolescência, com o intuito de entender a influência de ambos no desenvolvimento do adolescente. Os discursos foram relacionados com o objetivo de trazer um novo objeto de estudo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa bibliográfica. A princípio, a busca foi por materiais científicos que discorrem sobre os discursos referentes aos contextos histórico e social da adolescência. Após essa busca, a procura voltou-se a escritos que analisam, por meio da teoria psicanalítica, os discursos psíquicos sobre essa fase da vida, a origem e o desenvolvimento dos processos de luto e o seu impacto no psiquismo do adolescente. Os temas voltados à sociedade e ao psiquismo foram relacionados por meio de uma discussão pautada na psicanálise, promovendo reflexões acerca da forma pela qual o sujeito atravessa os lutos que acompanham essa fase da vida e entendendo que ambos os discursos estão interligados, tendo enorme influência no modo que o adolescente irá lidar com a adolescência e com os seus consequentes processos de luto.

Palavras-chave: Adolescência, luto, psicanálise.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordou os discursos sociais e psíquicos a respeito dos processos de luto pertencentes à adolescência, tratando a maneira pela qual ambos estão, simultaneamente, presentes no cotidiano do adolescente. O interesse pelo tema surgiu durante as aulas de “Psicologia do Desenvolvimento I” e “Psicologia do Desenvolvimento II”, matérias pertencentes à grade curricular do curso de Psicologia da PUCPR, Campus Londrina, cursadas no segundo e no terceiro semestre da graduação, respectivamente; interesse que foi reafirmado durante o meu processo de análise pessoal.

A partir dessas discussões iniciais, surgiram questionamentos a respeito de como o luto pela adolescência se faz e como o adolescente vivencia esse percurso. Em meio a tais interrogações, originou-se o problema deste estudo, a saber: quais são os discursos referentes aos processos de luto pertencentes à adolescência e como o adolescente os vivencia?

Um trabalho desta natureza se justifica por ser baseado em um tema atual que demanda maiores estudos que abordem o assunto em questão pela psicanálise. Esta pesquisa é de vasta contribuição para a comunidade acadêmica e para o oferecimento de suporte teórico para profissionais como psicólogos, pedagogos e profissionais que têm suas práticas de trabalho voltadas ao sujeito adolescente, podendo facilitar possíveis projetos de intervenção.

Para a busca por respostas ao problema, foi feita uma revisão de literatura, a qual foi realizada a partir da leitura de livros e artigos científicos que contemplassem assuntos relacionados aos lutos do sujeito adolescente, aos discursos sociais e psíquicos a respeito dessa fase da vida e à visão da psicanálise sobre a temática.

Logo, esta pesquisa analisou, no item 1 do capítulo no qual está o referencial teórico, os discursos sociais em relação aos processos de luto do adolescente, com o intuito de compreender suas origens, seu contexto histórico e seu impacto no desenvolvimento humano. Em seguida, no item 2 do capítulo pertencente ao referencial teórico, a investigação voltou-se aos discursos psíquicos e à identificação dos processos de luto enfrentados, à forma pela qual eles se formam e se dão durante a adolescência.

É importante dizer que esses conceitos foram pesquisados e formulados a partir da visão da teoria psicanalítica, enfatizando autores clássicos como, por exemplo, Philippe Ariès e Sigmund Freud; Arminda Aberastury, Maurício Knobel, Maria Rita César e mais alguns nomes da atualidade.

Após a revisão bibliográfica, os textos estudados receberam um tratamento analítico por meio do qual foi possível relacionar as discussões encontradas sobre os aspectos sociais e os aspectos psíquicos presentes nos processos de luto da adolescência. Na discussão, os dois discursos apresentados foram concatenados a fim de retratar de maneira coesa como a sociedade impacta na forma pela qual o sujeito atravessa os processos de luto e qual a sua disposição psíquica para tal.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar os discursos circulantes nas produções científicas sobre os processos de luto pertencentes à adolescência.

1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- a. Identificar, em meio às produções científicas, os discursos sociais e psíquicos sobre os processos de luto pertencentes à adolescência, relacionando-os.
- b. Entender, por meio das produções científicas, a influência de tais discursos no que diz respeito ao desenvolvimento do sujeito adolescente.

2. METODOLOGIA

2.1. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Neste trabalho, foram abordados, a partir da perspectiva psicanalítica, os discursos sociais e psíquicos a respeito dos processos de luto pertencentes à adolescência, bem como a influência de ambos no desenvolvimento do sujeito. Foram temas de estudo o contexto histórico e social da adolescência e dos discursos sociais e psíquicos sobre essa fase da vida, a origem e o desenvolvimento dos processos de luto pertencentes à adolescência, o impacto de tais processos e discursos no psiquismo do sujeito e a forma pela qual o adolescente os encara e vivencia.

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa bibliográfica que recorreu a teóricos clássicos como Philippe Ariès e Sigmund Freud e, também, a outros autores mais atuais como, por exemplo, Maria Rita César, Arminda Aberatury e Maurício Knobel para basear as discussões sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica tem como intuito lançar um olhar sobre a literatura de escritos de caráter científico (artigos, monografias, dissertações, teses, jornais etc) já publicados, a fim de oferecer subsídios ao pesquisador para facilitar a delimitação, o desenvolvimento e a análise do problema de pesquisa. É necessário que o pesquisador se atente à fidedignidade dos dados já existentes, visto que a partir desse tipo de estudo, o investigador entra em contato com obras já produzidas que tratam sobre assuntos pertinentes ao tema do seu trabalho (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021).

A pesquisa qualitativa para tratamento dos dados coletados é definida como um tipo de pesquisa que busca compreender relações complexas por meio de análises qualitativas que permitam o entendimento de relações existentes entre variáveis. Para esse tipo de estudo, não são usados procedimentos fixos, mas, sim, métodos, técnicas e instrumentos que estejam alinhados ao objeto de estudo e à delimitação da pesquisa (GUNTHER, 2006).

Portanto, este trabalho buscou, na literatura científica, subsídios para identificar quais os discursos sociais e psíquicos sobre os processos de luto pertencentes à adolescência, quais suas origens e contextos, a fim de associar tais produções discursivas à forma pela qual o adolescente os encara.

2.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a produção da pesquisa foram utilizados livros, materiais e artigos científicos encontrados nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Portal Periódicos CAPES e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando as palavras-chave: adolescência, adolescência e psicanálise, adolescência e sociedade, adolescência e educação, contexto histórico da adolescência, dicionário de psicanálise, adolescência e família pela psicanálise, clínica psicanalítica com adolescentes.

A partir da pesquisa feita em base de dados, foram agrupados dezenove materiais científicos para referenciar este trabalho, sendo eles: uma dissertação, seis livros, um dicionário e onze artigos, estes publicados entre 2005 e 2021.

Para a escolha dos artigos, foi feita a leitura dos resumos, sumários e/ou das conclusões, com a finalidade de apurar a seleção a partir de critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídas obras que discorressem, mesmo que de forma pontual, a respeito dos processos de luto e/ou dos discursos sociais e psíquicos referentes à adolescência. Publicações feitas por meio de pesquisas com amostras compostas por muitos participantes foram excluídas. Os livros, a dissertação e o dicionário foram escolhidos por conta de oferecerem, também, base teórica ao referencial e conseqüentemente à discussão.

A partir dos dados teóricos separados, a proposta teve, a princípio, o intuito de realizar uma leitura diretiva das informações científicas necessárias a respeito dos discursos sociais, dos discursos psíquicos e dos processos de luto, com a finalidade de explicá-las de forma coesa e estruturada a partir da teoria psicanalítica.

Para tanto, as informações foram separadas, em primeira instância, em tópicos conforme cada assunto abordado (definição, contexto histórico e social dos discursos e dos processos de luto) e, depois, organizadas de maneira associada e lógica ao longo do trabalho de forma que pudessem ser relacionadas à influência dos discursos frente à forma pela qual o adolescente vivencia os lutos característicos dessa fase da vida.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. OS DISCURSOS SOCIAIS SOBRE OS PROCESSOS DE LUTO PERTENCENTES À ADOLESCÊNCIA

A adolescência é caracterizada como um momento transicional, no qual o indivíduo passará da infância à vida adulta. Durante o processo, estão presentes alguns fatores de natureza orgânica, tais como: desenvolvimento corporal, cognitivo, emocional e sexual. Além disso, também estão presentes elementos subjetivos, marcados pelas tentativas, por parte do adolescente, de se adequar à cultura vigente, buscando alcançar metas e atender às expectativas sociais (EINSTEIN, 2005).

O período da adolescência se inicia num momento simultâneo ao da puberdade, a qual tem grande influência no curso dessa fase da vida, tanto no que diz respeito ao corpo biológico quanto ao corpo psíquico, e termina quando o indivíduo atinge o desenvolvimento físico, demarca características de sua personalidade e integra-se a um grupo social, enquadrando-se, assim, de forma gradual, no status de “independência”.

Einstein (2005) postula, também, sobre a possível indeterminação da fase de início do desenvolvimento da puberdade e da adolescência por conta das distinções culturais e sociais, todas ligadas ao contexto no qual o indivíduo está inserido. De acordo com Ferreira, Farias e Silveiras (2010), a adolescência é permeada por elementos da cultura de

um determinado momento histórico, sendo que tais elementos transformam suas teorias em padrões a serem seguidos, clareando, assim, ao adolescente, quais os encargos solicitados pela vida adulta.

De acordo com Ferreira, Farias e Silvares (2010), atualmente, há autores que defendem a adolescência como uma construção social. Teorias provenientes da Antropologia Social influenciaram a maneira pela qual a adolescência é encarada, as quais sustentam que o desenvolvimento psicossocial não tem etapas padronizadas, sendo um processo que pode ser vivido das mais diversas formas a depender do gênero, da cultura e do contexto social do qual o adolescente faz parte.

Foi apenas nos séculos XIX e XX que a adolescência passou a ser encarada como fase do desenvolvimento humano, após uma série de ocorrências de cunho histórico, social e cultural. Ainda foi relacionada, a esse período da vida, a presença de fatores de grande influência sobre a estruturação da trajetória de cada sujeito. O status de “momento crítico” da existência lhe foi atribuído, e a adolescência passou a ser, também, reconhecida como um tempo no qual o sujeito pode causar danos ao contexto social e a si mesmo (FERREIRA; FARIAS; SILVARES, 2010).

Ainda seguindo os mesmos autores, pode-se dizer que, no período da idade média, os indivíduos compartilhavam o mesmo ambiente, no qual as funções profissionais e de gênero eram estipuladas de forma coletiva. Não havia distinção clara entre os momentos da vida. De modo grupal, as crianças eram, após certo tempo do desenvolvimento orgânico e psíquico, incluídas no que diz respeito à aprendizagem dos deveres exigidos pela vida adulta, às tradições, aos valores e às crenças. Nesse sentido, fica evidente que não havia diferença definida entre infância, adolescência e vida adulta.

Segundo Ariès (1981), a preocupação com a infância era inexistente na civilização medieval. A criança passava a fazer parte integrante do grupo dos adultos logo após o desmame. Em tal civilização, ao contrário da noção existente no período neolítico, a ideia de uma passagem da infância à vida adulta não era cogitada. Durante o neolítico, a passagem de um período da vida ao outro era caracterizada pelo início do processo educativo, o qual se tornou uma preocupação social no início dos tempos modernos. Pode-se dizer que a escola e a família foram responsáveis por separar a criança do adulto.

Tanto a instituição social quanto a familiar passou a considerar que a infância necessitava de cuidados extras e do acesso à educação escolar, adiando, assim, a incorporação das crianças no mundo adulto, o qual exige maior maturidade orgânica e psíquica. O sistema educacional tem espaço significativo na sociedade contemporânea: hoje, a infância e suas particularidades são tomadas como objeto de estudo e de pesquisa das ciências, além de serem difundidas pela literatura (ARIÈS, 1981).

No caso da puberdade, esta era vista como o momento fisiológico típico para início dos treinamentos para a vida adulta, conforme cada sexo. No caso do sexo masculino, os indivíduos eram treinados para atuar na guerra, no caso do feminino, para o desempenho da maternidade e dos afazeres domésticos. Vê-se que não existia espaço para o que hoje chamamos de adolescência. Atualmente, esta fase da vida alcançou um sentido e um lugar próprio frente ao desenvolvimento (FERREIRA; FARIAS; SILVARES, 2010).

Segundo César (1998), junto ao período da puberdade e de suas concomitâncias, um discurso normativo que passou a definir o modelo ideal de conduta a ser seguido pelos indivíduos surgiu em nome do bem-estar social. Posturas que desviassem do padrão ordenado eram condenadas e reprimidas. A ciência definiu o adolescente como alguém

oscilante, indisciplinado, contrário à tradição e aos valores impostos. Com a puberdade, o desejo sexual tornava-se latente, sendo alvo de uma forte repressão social.

Mesmo tomando a puberdade como marco de origem da adolescência, as dificuldades para constata-la ainda são evidentes para os pesquisadores. Embora tenha se passado muito tempo desde a produção dos primeiros estudos sobre essa temática, os aspectos científicos e sociais da adolescência ainda se baseiam, de modo geral, num conceito de negação. O adolescente é visto como aquele que “não é”: não é criança, tampouco adulto (CÉSAR, 1998).

O entendimento da adolescência como um período dedicado à construção do futuro provém do discurso e das práticas da educação. Desse modo, a função da adolescência é preparar, com base num ideal de sucesso, realização e independência, o indivíduo à vida adulta. Assim, fica claro que não há espaço para reações contrárias à regra, embora elas façam parte do cotidiano do adolescente.

Ainda seguindo as ideias de César (1998), mesmo que a adolescência fosse definida como um período destinado ao preparo para a vida adulta e um tempo obscuro no qual os desejos e as descobertas deveriam ser reprimidos em função disso, a escola era vista como uma instituição capaz de normatizar tudo aquilo que escapava da postura ideal e de manejar as crises pertencentes a essa fase da vida.

O crescimento considerável da jornada escolar apareceu como uma tentativa de resguardar a adolescência das pressões sociais e econômicas, as quais, anteriormente, exigiam que o indivíduo passasse da infância à vida adulta de forma direta, sem a necessidade do processo da escolarização (CÉSAR, 1998). Assim sendo, é importante ressaltar que as funções e condutas atribuídas ao adolescente são constituídas por elementos culturais variados pertencentes a épocas distintas, as quais instituíam e instituem, ainda hoje, seus valores e tradições em modelos fixos a serem respeitados com o intuito de clarear o caminho a ser seguido, pelo adolescente, para alcançar a vida adulta.

Conforme Ferreira, Farias e Silveiras (2010), ainda que as características fundamentais da adolescência nem sempre fossem tomadas em consideração, os principais fatores orgânicos e emocionais dessa fase da vida sempre estiveram presentes, não importando a época, cultura ou momento histórico. As mudanças no corpo fisiológico determinam algumas das características do início da adolescência, porém, vale frisar que transformações emocionais também fazem parte dessa etapa do desenvolvimento, sendo elas, por vezes, causadas justamente a partir das alterações de cunho biológico (CÉSAR, 1998).

3.2. OS DISCURSOS PSÍQUICOS SOBRE OS PROCESSOS DE LUTO PERTENCENTES À ADOLESCÊNCIA

Além dos aspectos contextuais e sociais, a adolescência também pode ser entendida como um período integrado à constituição do sujeito, uma fase do desenvolvimento em que o psiquismo busca integrar exigências externas às do mundo interno, além de convocar o sujeito a descobrir seus limites, questionar valores, romper laços, buscar independência, alcançar uma nova identidade e encontrar novos caminhos para se adaptar à realidade que o cerca. Nessa perspectiva, o adolescente é encarado como alguém que não se vê como parte integrante de um lugar, flutuando entre o querer desprender-se das figuras parentais e o temor do desconhecido (MATOS; LEMGRUBER, 2017).

O adolescente passa por uma revolução fisiológica que é acrescida às exigências do novo mundo, o mundo adulto e, diante deste cenário, passa a procurar seu próprio eu no outro: externo, grupos culturais, identificações etc, com o intuito de formular uma nova identidade. O ego do sujeito deve integrar as identificações infantis, as aptidões e as oportunidades sociais e culturais a fim de formular uma nova personalidade integrada e coesa (MATOS; LEMGRUBER, 2017). No que diz respeito ao processo da adolescência visto pela ótica psicanalítica, Aberastury e Knobel (1981) conceituam que a adolescência é encarada como uma fase na qual o sujeito busca articular questões externas às de seu mundo interno.

De acordo com Siniscalchi e Carneiro (2019), a entrada na adolescência implica a necessidade de rompimento com a idealização das figuras primárias. Não existe transformação sem perda: o sujeito deve sair da posição de criança para estruturar novas relações com os seus pais, seu corpo e suas identificações, para, então, ocupar outro lugar.

Imerso num período em que ocorre uma constante ambivalência entre a infância e o tornar-se adulto, o sujeito adolescente se vê num momento confuso e conflitante: a construção de seus próprios ideais é extremamente desafiadora, embora necessária para o desenvolvimento da autonomia. O adolescente passará por separações, pela busca por novos modelos não só para identificação, mas também para a construção de novas vivências e sentidos. Para tanto, a reedição dos investimentos é essencial tanto para revisar seus objetos e sua identidade quanto para elaborar os ideais narcísicos dos pais e criar sua autonomia (JORDÃO, 2008).

Com a finalidade de introduzir o conceito de objeto pela perspectiva psicanalítica, há a definição de Laplanche e Pontalis (1991), autores que explicam o objeto como correlato ao amor ou ao ódio, ou seja, a ligação que o sujeito estabelece com algo, sendo um indivíduo, ideal, sentimento etc. Tem-se que

Nos escritos psicanalíticos, o termo objeto encontra-se, quer sozinho, quer em numerosas expressões como escolha de objeto*, amor de objeto, perda do objeto, relação de objeto*, etc., que podem desorientar o leitor não especializado. Objeto é tomado num sentido comparável ao que lhe conferia a língua clássica (“objeto da minha paixão, do meu ressentimento, objeto amado”, etc.). Não deve evocar a noção de “coisa”, de objeto inanimado e manipulável, tal como esta se contrapõe comumente às noções de ser animado ou de pessoa (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991, p.321).

Conforme Aberastury e Knobel (1981), a adolescência abarca intensas mudanças de distintas naturezas, das quais decorrem processos de luto, sendo estes fundamentais para a saída do sujeito da posição infantil. Há a ocorrência de 3 perdas estruturantes, necessárias e simultâneas, as quais precisam ter seus conseqüentes lutos elaborados à medida que a condição passada é desinvestida pelo sujeito para oferecer espaço a novas possibilidades de estruturação.

Ocorre a perda do corpo infantil (corpo em transformação devido às mudanças biológicas), da identidade infantil (o sujeito perde o local de proteção dos pais) e dos pais da infância (as figuras parentais são vistas de forma menos idealizada, autoritária e detentora de um saber absoluto).

As transformações corporais decorrentes da puberdade convocam o sujeito a reconstruir a visão que tem de seu corpo físico para, assim, conseguir tomar como próprio seu novo esquema corporal. No entanto, tal reconstrução só é possível ao passo que o adolescente acessa o luto decorrente da perda do corpo infantil e abre portas ao contato com um corpo em transformação (ABERASTURY; KNOBEL, 1981).

De acordo com Vilhena (2006), o adolescente deve passar por uma nova apropriação da imagem de um corpo que sofreu mudanças, sendo comum que o corpo transformado traga sentimentos de angústia, estranheza e não pertencimento ao sujeito, haja vista que este se encontra diante da incapacidade de lutar no sentido contrário às transformações corporais. Por conta disso, queixas de caráter divergente do fisiológico podem ser manifestadas através do corpo físico, o qual é tomado, muitas vezes, pelo adoecimento psíquico.

Discorrendo sobre a incapacidade de ir no sentido oposto àquilo que é dado – neste caso, às transformações corporais –, Freud faz, em 1915, a distinção entre os conceitos de instinto e pulsão. O instinto é definido como uma pressão externa e momentânea, a qual é passível de afastamento. Já a pulsão é uma força interna, constante, que busca por satisfação e está ligada ao princípio do prazer.

Pode-se dizer que não há como fugir da pressão exercida pela pulsão, haja vista que é um fenômeno que busca satisfação plena por meio de atividades complexas e interligadas. É importante colocar, também, que a satisfação nunca é total conforme exige o princípio do prazer: é sempre parcial (FREUD, 1915).

O conceito de pulsão aborda questões referentes à força existente entre biológico e psíquico, força esta que explica a desnaturação e estranheza do sujeito adolescente em relação ao seu novo corpo físico, o qual também é tomado, durante a puberdade e a adolescência, por questões de ordem psíquica. É por meio do corpo biológico que os sujeitos enfatizam a importância do olhar do outro para a constituição do Eu e apresentam relações entre processos orgânicos e psíquicos (VILHENA, 2006).

No que diz respeito à perda da identidade infantil, pode-se dizer, segundo Ferrão e Poli (2014), que o processo de saída do lugar de dependência, proteção e de objeto de amor dos pais acontece de maneira gradual. Conforme a teoria freudiana, a questão da identidade está fortemente ligada ao narcisismo, conceito definido por Freud como:

Pesquisas recentes chamaram nossa atenção para um estágio, no desenvolvimento da libido, pelo qual se passa no caminho do autoerotismo ao amor objetal. Ele foi chamado de Narcisismo (...) Ele consiste no fato de o indivíduo em desenvolvimento, que unificou seus instintos sexuais que agem de forma autoerótica, a fim de obter um objeto de amor, primeiramente toma a si mesmo, a seu próprio corpo, como objeto de amor, antes de passar à escolha de uma outra pessoa como objeto. (FREUD, 1911, p.52).

Pela impossibilidade de manter-se nesse estado primário de completude por conta da entrada na cultura, na infância, e por reviver a castração proveniente do complexo de Édipo, na adolescência, o sujeito entra em conflito, novamente, a imagem de si mesmo, vista como insustentável e contraditória ao que é definido como adolescência. Assim, busca reestabelecer essa imagem e procura, no externo, novos objetos de investimento (FERRÃO; POLI, 2014).

Na adolescência, o sujeito não se reconhece como criança e tampouco como adulto, fato que dificulta a definição de qual postura adotar frente às esferas sociais e culturais, sendo possível, a princípio, a identificação com diversas identidades e personalidades. No entanto, o sujeito só poderá passar à posição social de adulto ao passo que agrega, de forma coesa, suas identificações com o intuito de estruturar uma nova identidade coerente à sua nova posição diante do desenvolvimento: a adolescência (NEIVA; ABREU; RIBAS, 2004).

Ainda conforme Neiva, Abreu e Ribas (2004), sentimentos como medo e insegurança tomam o adolescente à medida em que este tenta se separar das figuras primárias de identificação. Neste sentido, o pertencimento e a identificação a um grupo social auxiliam não só na formulação de uma nova identidade divergente da infantil, mas também no desprendimento dos modelos parentais.

Segundo Pratta e Santos (2007), tratando da relação entre o sujeito adolescente e a família, é durante a adolescência que os padrões e as normas familiares são constantemente questionados. É nessa fase da vida que ocorre a reedição da separação do sujeito frente às figuras parentais, como ocorrera na infância, sendo que tal desprendimento pode perturbar tanto o adolescente quanto seus pais (CARJAVAL, 2001).

De acordo com Matos e Lemgruber (2017), pode-se notar, por parte dos pais, uma grande resistência em aceitar o processo de crescimento do filho, já que este rompe com a posição subordinada e de admiração: passa a ver as figuras e os modelos parentais a partir de um papel de pessoa, de não exclusividade e obediência, o que pode levar o adulto a acessar antigos conflitos.

Apresentam-se, durante a puberdade, além das transformações físicas e biológicas no corpo, a ocorrência da reedição dos conflitos edípicos. De acordo com Freud (1905), as vivências do sujeito se voltam ao originário, em forma de repetições. Assim sendo, a puberdade pode ser vista como um segundo momento da sexualidade, no qual o sujeito se depara, novamente, com o desejo sexual primitivo e com os conflitos provenientes do complexo de Édipo (castração, instalação da lei, desenvolvimento do superego), os quais não foram bem elaborados e representados durante a infância.

A reativação edípica é encarada, nesta fase da vida, como reedição, já que acontece, simultaneamente, não só ao reencontro com a castração e separação das fantasias incestuosas dirigidas aos pais, mas também à necessidade de inclinação a diferentes figuras para identificação (FREUD, 1905). Portanto, o sujeito coloca em dúvida os modelos parentais para passar a produzir algo de sua autoria a partir da perda necessária dos pais da infância.

É importante ressaltar que a retirada do investimento psíquico nos objetos primários deve ocorrer e, para tanto, é necessário certo grau de agressividade voltada às figuras de amor, até então idealizadas e detentoras de autoridade e saber absoluto. O sujeito deve quebrar o laço primário de apego aos objetos iniciais para, então, refazê-lo frente a outros modelos de identificação, encontrados no plano social (FREUD, 1905).

Durante o processo de separação, o sujeito pode se sentir desamparado, o que o fará recorrer a certos mecanismos, tais como a desvalorização dos primeiros objetos para negar sentimentos de dor e angústia e, como mencionado anteriormente, a busca, no social, por investimento em modelos substitutos para facilitar abertura de novas possibilidades para a criação de sua identidade a partir da elaboração da perda (SINISCALCHI; CARNEIRO, 2019).

Segundo Ferrão e Poli (2014), a psicanálise freudiana defende que o sujeito apresenta uma sexualidade infantil, manifestada, principalmente, durante o complexo de Édipo, fenômeno que tem como herdeira a instância superegógica, a qual é responsável pelo sentimento de culpa. Diante da culpa, encontra-se a sensação de desamparo infantil, sensação esta que perdurará durante todo o curso da vida do sujeito, em forma de repetições. O desamparo faz parte do processo de estruturação do funcionamento psíquico do sujeito que passou pelo complexo de Édipo, ou seja, faz parte de sua organização.

O bebê transforma o choro em demanda ao passo que, ao chorar, é atendido pela mãe, provedora de alimento, cuidado e significação. Assim sendo, é a partir da procura do amor do outro – neste momento, daquele que representa o cuidado, ou seja, a função materna – que a sensação de desamparo diminuirá. Na adolescência, estando novamente frente à castração, à culpa e ao desamparo, o sujeito procura pelo amor do outro na esfera social (FERRÃO; POLI, 2014).

Freud (1914) discute que, se não há a possibilidade de recordar o passado acessando a própria história, não há maneira de elaborá-lo e esquecê-lo, pois o passado se apresenta através do ato como uma descarga no corpo, em forma de repetição. A recordação é o caminho para a construção de novos sentidos, os quais facilitam a modificação do passado e futuro pelo presente.

O sujeito é capaz de recordar e significar, psiquicamente, seu passado por fantasias – conteúdo imaginativo que serve de amparo e produção subjetiva – e, assim, investir no presente de forma ativa, reconhecendo-se para, então, formular-se no futuro. Assim, ao rememorar a infância e repetir certos fenômenos, há a possibilidade de abertura à criança interior do adulto e da elaboração psíquica, sem que ocorra a anulação do próprio eu (SINISCALCHI; CARNEIRO, 2019).

A adolescência é encarada, segundo a psicanálise, como um acontecimento subjetivo no qual a perda é estruturante, pois convida o sujeito a dar início ao processo de separação do objeto primário de amor e à consequente necessidade de elaboração do luto à medida que dá nome ao que foi perdido. Assim, o sujeito adolescente quebra os ideais familiares e se volta ao contexto da vida em sociedade – até então não explorado – e passa, dessa forma, à transição para a vida adulta (SINISCALCHI; CARNEIRO, 2019).

4. ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE O TEMA

Foi possível constatar, pelas leituras realizadas, que os discursos sociais e psíquicos sobre os processos de luto pertencentes à adolescência são complementares. O adolescente busca se readaptar à cultura para atingir expectativas sociais e, assim, “tornar-se adolescente”. No entanto, tal readaptação social está intimamente ligada aos processos psíquicos que o sujeito enfrenta durante a adolescência. É fato que a adolescência exige certa integração das exigências externas às condições subjetivas.

Durante essa fase, o adolescente procura definir traços de sua personalidade, determinar sua identidade, integrar-se a um grupo, alcançar independência, questionar regras, descobrir limites, lidar com um novo corpo, deixar para trás os pais idealizados da infância, sair do lugar de proteção, etc. Diversas questões se colocam frente ao sujeito, as quais têm não só cunho social e psíquico, mas também a necessidade de serem acessadas pelo adolescente para que possam ser, de certa forma, elaboradas.

Foi permitido, pela literatura, perceber, também, que a elaboração das questões sociais e psíquicas demanda muito investimento por parte do adolescente, o qual busca se desprender dos valores impostos pelos pais ao mesmo tempo que teme pelo desconhecido. O sujeito busca por um local na sociedade, uma resposta em nome de reconhecimento, não é visto como criança e nem como adulto, é um “adolescente”.

Em contrapartida, é inegável que o território da adolescência é um campo ainda não habitado pelo sujeito, o qual tenta, a todo momento, adequar-se a essa nova fase do desenvolvimento. A grande interrogação é: como lidar com tantos fenômenos inéditos que a adolescência proporciona? Um novo corpo, uma nova identidade a ser construída, novas relações, formas de se colocar no mundo, desafios, questionamentos, ambivalências, sexualidade, afetos a serem nomeados, saída do lugar infantil, efeitos causados pelo outro, mudança do lugar ocupado na rede familiar, dentre infinitas questões.

O adolescente entra em contato com as novidades conforme é autorizado pela sociedade e pelo seu psiquismo, nada está isolado. Ficou claro que há, muitas vezes, o desejo de explorar o novo, o que não anula os sentimentos de impotência, incapacidade e medo. Medo do julgamento social, da saída do lugar infantil que já lhe é familiar, das mudanças provenientes da puberdade, das opiniões de pessoas de um novo grupo, do rompimento não só com os ideais parentais, mas também com os seus próprios, de se colocar diante do erro, da moralidade, etc.

Embora sentimentos angustiantes existam, está presente, também o interesse por desbravar um novo lugar, criar uma identidade, romper com modelos e valores parentais, ter uma opinião própria, sair do lugar que já conhecido, dar um significado às mudanças no corpo biológico, conhecer novas pessoas, enfim, viver novas experiências, e esse interesse não tem como ser negligenciado.

É fato que a forma pela qual o adolescente passará pela adolescência dependerá da cultura, dos valores, do contexto social, do seu psiquismo e dos seus ideais, conforme exposto no referencial teórico deste trabalho. Desde muito tempo, a passagem da adolescência à vida adulta é indicada, no senso comum, pelo desenvolvimento de um certo grau de independência e responsabilidade, ideais que estão atrelados ao sucesso pessoal e, muitas vezes, profissional. Tais valores determinam a passagem da adolescência à vida adulta, enquanto desconsideram questões que, embora consideradas desviantes, fazem parte da vida do adolescente.

Isso foi visto em determinado momento da história, no qual a separação dos períodos da vida era definida, principalmente, pela educação normativa, como tratado anteriormente. As leis ditavam a conduta, a postura, a fala, os interesses, as metas, os prestígios, a disciplina e tudo que o sujeito deveria, supostamente, seguir para que fosse bem-visto. É evidente que o adolescente pegava para si, de uma maneira ou de outra, todos esses ideais aos quais estava exposto. A situação se faz, ainda, muito presente na sociedade atual, mesmo que de forma distinta.

Antigamente, a escola era protagonista frente à preparação da criança e do adolescente à vida adulta. À instituição, ainda são atribuídos encargos semelhantes: a normatização da conduta do sujeito, o preparo adequado ao modelo de êxito, a garantia da ausência de crises etc. Mesmo que existam vertentes que defendem o oposto, ou seja, uma educação menos conservadora, mais fluída, empática e eficaz, a prática é, no geral, destoante da teoria.

Não há caminho a ser construído pelo adolescente, há um caminho pronto, dito, o que não significa que o trabalho é facilitado, pelo contrário. Por mais que alguns valores tenham sofrido alterações, os mesmos não se esvaíram do cotidiano do sujeito adolescente, o qual busca agrupar os ideais sociais e seus próprios desejos em uma só esfera, embora tal tarefa seja extremamente cansativa e dubitável de êxito.

Ainda hoje, comportamentos afastados daquilo que é visto como adequado são condenados, julgados e reprimidos, fato que contribui para o mal-estar psíquico: a sensação é de não existir lugar para a exploração do novo e dos desejos inéditos que, embora rechaçados, são latentes, inescapáveis e constantes, assim como explicado anteriormente pelo conceito de pulsão.

A opinião do outro é tida como um instrumento de validação: o que o outro quer de mim? O que as minhas atitudes causam no outro? Qual a opinião desse outro? O que ele fará se eu descumprir a regra? A verdade é que esse tipo de pergunta nunca é respondido, pelo menos não de forma satisfatória ou completa. O fenômeno da dúvida é algo que acompanha, dia e noite, o adolescente. Além disso, as vontades próprias são, geralmente, reprimidas em prol de algo imposto pelo outro, o que contribui para o conflito interno.

O conflito é instaurado pelo medo da perda, do reencontro com a castração. Dentre algumas ambivalências que permeiam a adolescência, pode-se especular: o adolescente não quer perder seu lugar infantil, ao mesmo tempo que procura sair dele. Não quer abandonar seus ideais, ao passo que é movido pelo desejo de contestá-los. Não quer se lançar ao novo, à medida que busca por isso frequentemente. Não quer encarar suas figuras parentais de modo a enxergá-las como faltantes, enquanto as vê dessa forma hora sim, hora não, dentre diversas outras ambiguidades.

O trabalho de desenvolver uma identidade, personalidade, de lidar com um corpo diferente, construir novas relações, estar diante das contradições impostas pelo desejo não é simplório, sequer passageiro. Segundo teorias que se baseiam na psicanálise, o adolescente irá buscar novos objetos para investir sua energia libidinal, estará diante da quebra dos ideais narcísicos, passará por processos de luto referentes ao seu corpo, ao lugar infantil e à representação que tinha, até o momento, de seus pais.

É importante dizer que os enfrentamentos propostos pela adolescência devem ser levados em consideração para que o sujeito elabore questões necessárias à saída da infância, conforme foi apontado pela literatura pertinente ao tema durante a apresentação das ideias do referencial teórico. Quanto aos processos de luto, pode-se considerar que as perdas ocorrem de forma paralela, mas não cronológica, sequer dividida em etapas: a representação do acontecimento dependerá da disposição psíquica do adolescente, bem como sua elaboração.

A perda do corpo infantil em função das mudanças biológicas oriundas da puberdade faz com que o sujeito tenha que se apropriar, psíquica e socialmente, de um novo corpo, o qual é carregado de representações a depender da cultura, de acordo com o que foi tratado anteriormente. O adolescente é convocado a estabelecer novas formas de se relacionar com o seu novo esquema corporal, o qual não é tido como próprio a princípio: é um corpo em transformação, carregado de novos significados.

As transformações biológicas trazem consigo novos sentidos, formas de se colocar no mundo, de enxergar e de se relacionar com o corpo e com o outro. É inegável que todos esses fenômenos são permeados por questões de ordem social e psicológica. Relacionando ao conceito de pulsão formulado por Freud em 1915, o adolescente sente,

no corpo biológico e psíquico, emoções e afetos inéditos os quais precisam, muitas vezes, alinhar-se aos ideais sociais para que não sejam reprimidos. De fato, essa tarefa não é de fácil execução, principalmente acerca do padrão de beleza e da necessidade social de controlar o interesse erótico, o qual surge simultaneamente ao período da adolescência.

O processo da perda da identidade infantil envolve a saída do suposto lugar de proteção, de dependência, saída que afeta o narcisismo do adolescente que deve formular uma nova identidade, como visto na literatura. Durante a infância, o sujeito passou pelo complexo de Édipo, fenômeno que tem como herdeiro o superego, a instalação da lei, a castração. Ao se ver barrada, a criança deve buscar formas de se relacionar com seu funcionamento psíquico e com a angústia causada pela castração, pois, a partir daí, não se enxerga mais como completa, mas sim como faltante.

Pode-se dizer, seguindo as ideias expostas, que durante a adolescência, uma reedição do complexo de Édipo acontece, a partir da qual o sujeito revive e se coloca novamente, de uma forma mais escancarada, diante da castração. Assim, o adolescente se encontra frente a um conflito com sua imagem narcísica: não se vê como criança, tampouco como adulto, duas posições muito distintas frente aos ideais sociais. A ferida narcísica relacionada ao rompimento das expectativas dos pais também é uma questão importante que ronda os pensamentos do adolescente.

A infância tem características bem demarcadas, assim como a vida adulta carrega representações delimitadas. Mas e a adolescência? No social, a adolescência é vista como um momento de descoberta, embora parâmetros de conduta estejam presentes. Conciliar as descobertas e os consequentes efeitos psíquicos aos valores sociais é um desafio necessário ao desenvolvimento de uma nova identidade narcísica.

Quanto à perda dos pais da infância, é possível defender que, durante a adolescência, o sujeito busca, de certa forma, questionar os ideais da família, os quais se baseiam em modelos sociais a serem seguidos, como exposto no referencial teórico. Para que o questionamento se torne viável, uma nova visão da imagem dos pais é desenvolvida: são vistos de forma menos idealizada e exclusiva, de maneira humanizada e como pessoas que não estão mais no lugar de detentoras de uma verdade absoluta. O processo afeta, de forma narcísica, tanto o adolescente, quanto os pais.

No entanto, novamente a ambivalência aparece: existe a intenção de contestar as verdades, sair do lugar de proteção, procurar por novos objetos de investimento no plano social. Porém, ao mesmo tempo, há a repressão causada pela ferida narcísica diante da possibilidade de rompimento com as expectativas dos pais, além do temor frente ao desconhecido, a um lugar novo na sociedade.

A partir da falta causada por todos os lutos, o sujeito poderá produzir uma nova identidade e integrar-se a um grupo, lançando-se na esfera social para buscar pelo amor do outro. O processo não é simples. É, geralmente, carregado de sentimentos que remetem ao desamparo infantil e à culpa, herdeiros do superego proveniente do complexo de Édipo, os quais são reeditados e recordados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar os discursos sociais e psíquicos sobre os processos de luto pertencentes à adolescência. Desse modo, verificou-se a influência de ambos os discursos frente à maneira pela qual o adolescente encara os lutos

característicos dessa fase, com uma bibliografia e discussão baseadas na teoria psicanalítica.

A partir de uma pesquisa qualitativa bibliográfica, teorias relacionadas ao contexto histórico, social, psíquico e aos processos de luto da adolescência foram apresentadas no referencial teórico desta pesquisa. Diante disso, uma discussão foi traçada para relacionar os discursos da sociedade e do psiquismo do sujeito com o intuito de tornar entendível e lógico o modo pelo qual o adolescente vivencia os processos de luto pertencentes a essa fase da vida.

Discorreu-se sobre o contexto histórico da adolescência, explicando a origem e como esse momento do desenvolvimento foi encarado ao longo dos anos. Além disso, a forma pela qual a adolescência é vista na atualidade também foi exposta para oferecer uma ligação entre a sua origem e o seu “conceito” atual – é importante dizer que mesmo na atualidade a adolescência não tem um significado fixo, embora seja parte do desenvolvimento humano. Os discursos psíquicos e os processos de luto também foram demonstrados, explicando a origem de tais processos, seu fluxo e suas intercorrências.

Para explicar a relação entre as teorias, foram utilizadas obras freudianas e produções teóricas de autores clássicos e/ou atuais que tratam sobre a temática em questão, tais como: Phillippe Ariès, Arminda Aberastury, Maurício Knobel, Maria Rita César, entre outros. Nas obras, foi possível verificar como os discursos foram construídos e validados, de uma forma ou de outra, até a atualidade e como influenciam o desenvolvimento do adolescente.

Portanto, foi possível estabelecer reflexões e análises a partir dessa relação, pois se entende que ambos os discursos se complementam. Ao mesmo tempo que o adolescente busca se adaptar às expectativas sociais, exigências do psiquismo estão escancaradas em seu interior.

O desafio é criar uma personalidade e identidade condizentes, lidar adequadamente ao luto pelo corpo infantil, pela identidade da infância e pelos pais idealizados. Esses processos envolvem questões sociais e emocionais de forma simultânea; o que não quer dizer que sejam parecidas, embora precisem se integrar como se fossem. Tal fenômeno é completamente desafiador ao adolescente que, além de encarar diversos lutos, ainda precisa se adequar à sociedade, pois condutas consideradas fora da norma são invalidadas e reprimidas. A impressão é de que não existe espaço para o sujeito ser e viver aquilo que se é.

A contribuição deste estudo consiste em lançar um novo olhar para a forma como o sujeito encara os processos de luto a partir da psicanálise e da relação entre os discursos sociais e psíquicos. Por oferecer uma visão nova, relacionada ao tema em questão, pode-se dizer que existem limitações. Sendo assim, tem-se o estudo dos processos de luto, estes citados anteriormente, a partir de outra perspectiva, relacionando-os a outros discursos ou até mesmo a casos clínicos como possíveis considerações para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- [1] ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência normal. Porto Alegre: Editora Artes Medicas, 1981.
- [2] ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC; 1981.
- [3] CARVAJAL, G. Tornar-se adolescente: a aventura de uma metamorfose. 2 ed. São Paulo: Cortez; 2001.
- [4] CÉSAR, M. R. de A. A Invenção da “Adolescência no Discurso Psicopedagógico. 145 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- [5] EINSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolescência & Saúde*, n.2, v.2, p. 6-7, 2005.
- [6] FERRÃO, V.; POLI, M. Adolescência como tempo do sujeito na psicanálise. *Adolescência & Saúde*, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 48-55, 2014.
- [7] FREUD, S. (1911) Sobre o mecanismo da paranoia. In: FREUD, Sigmund. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”) artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). [S. l.]: Companhia das Letras, 2010. v. 10, cap. III, p. 52-68.
- [8] FREUD, S. (1914) Recordar, repetir e elaborar. In: FREUD, Sigmund. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”): artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). [S. l.]: Companhia das Letras, 2010. v.10, p.146-158.
- [9] FREUD, S. (1915) Pulsões e seus destinos: Obras Incompletas de Sigmund Freud. 1. ed. [S. l.]: Autêntica, 168p., 2013.
- [10] FREUD, S. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Edição Standard. Brasileira das obras completas, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- [11] GUNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília: Universidade de Brasília, v.22, n.2, p.201-210, 2006.
- [12]
- [13] JORDÃO, A. Vínculos familiares na adolescência: nuances e vicissitudes na clínica psicanalítica com adolescentes. *Aletheia, Canoas*, n.27, p.157-172, 2008.
- [14] LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. Vocabulário de psicanálise. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- [15] LISPECTOR, C. (1948) Correspondências de Clarice Lispector. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- [16] MATOS, L. P.; LEMGRUBER, K. P. A ADOLESCÊNCIA SOB A ÓTICA PSICANALÍTICA: sobre o luto adolescente e de seus pais. *Psicologia e Saúde em debate*, v.2, n.2, p.124-145, 2017.
- [17] NEIVA, K.; DE ABREU, M.; RIBAS, T. Adolescência: facilitando a aceitação do novo esquema corporal e das novas formas de pensamento. *Revpsicveted*, v.5, n.2, p. 56-64, 2004.
- [18] PRATTA, E.; SANTOS, M. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psic em est*, v.12, n.2, p.247-256, 2007.
- [19] SCHOEN-FERREIRA, T.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. Adolescência através dos séculos. *Psic.: Teor. e Pesq.*, v.26, n.2, p.227-234, jun. 2010.
- [20] SINISCALCHI, M.; CARNEIRO, C. Adolescência, Luto e História. *Cadernos de psicanálise*, v. 41, n.41, p.141-153, 2019.
- [21] SOUZA, Z.; OLIVEIRA, G., ALVES, L. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da Fucamp, Monte Carmelo*, v.20, n.43, p.64-83, 2021.
- [22] VILHENA, M. M. de. Corpo e Adolescência em Psicanálise. *Adolescência & Saúde*, v.3, n.2, abr. 2006.

Capítulo 6

Psicologia Escolar/Educacional: Um relato de experiência em escola pública estadual¹

Camilla Casotti Poisk

Mírian Alves Carvalho

Alessandra Silveira Alves

Resumo: O presente artigo constitui-se em um relato de experiência do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar/Educacional, abrangendo as atividades propostas e desenvolvidas em um colégio da rede pública estadual, localizado em um município do oeste do Paraná. O mesmo irá contemplar o projeto de intervenção “Motivação e Autoestima sob o olhar da Psicologia Escolar/Educacional”. Na sequência, serão apresentados os resultados obtidos durante o período de um semestre, bem como as dificuldades encontradas e os desafios superados. O projeto de intervenção abarcou atividades práticas, por meio de vídeo, dinâmica de grupo e roda de discussão. O vídeo teve como objetivo incentivar os alunos a alcançarem seus sonhos. Na dinâmica, a finalidade foi ressaltar aos alunos o próprio valor e na roda de discussão dar abertura para os alunos exporem o que sentiram e motivá-los. Em síntese, o Estágio supervisionado em Psicologia Escolar/Educacional teve os objetivos alcançados, os alunos aderiram a proposta de intervenção, pois identificou-se um índice elevado de alunos com baixa autoestima e desmotivação, sendo assim, percebe-se como foi primordial as intervenções escolhidas pelas estagiárias para realizar os encontros semanais com os mesmos, considerando que muitos deles procuraram o plantão psicológico logo após o encontro com as estagiárias, resultando em uma busca de apoio para assuntos que traziam sofrimento psíquico de alguma forma.

Palavras-chave: Psicologia Escolar/Educacional, motivação e autoestima.

¹ Trabalho publicado em anais do 2º Congresso Internacional de Educação, 7º Congresso de Educação do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG. 20119.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se em um relato de experiência do estágio supervisionado em Psicologia Escolar/Educacional, da instituição de ensino Centro Universitário FAG, abrangendo as atividades propostas e desenvolvidas em um colégio da rede pública, localizado em um município do oeste do Paraná.

É necessário compreender que a Psicologia Escolar/Educacional possui como foco de análise e intervenção o processo de escolarização, bem como as relações que permeiam esse contexto. Assim sendo, cabe destacar que o psicólogo escolar/educacional não obtém esse título levando em consideração somente o seu local de trabalho, mas principalmente, o seu comprometimento com as demandas escolares (ANTUNES, 2008).

Logo, em concordância com o Manual de Psicologia Escolar (2007), a atuação do psicólogo escolar/educacional é alicerçada em uma perspectiva sistêmica, que abrange todos os processos e agentes pertencentes à instituição escolar em suas singularidades. Por essa razão, de acordo com Patias e Abaid (2014), no primeiro momento, o psicólogo escolar/educacional deve conhecer os processos históricos, o cotidiano e as relações estabelecidas na instituição.

Tal observação, ainda conforme os autores citados acima, é imprescindível para a identificação das demandas, e para subsidiar as futuras intervenções, que podem ser realizadas com a direção, professores, alunos e com a comunidade escolar. Para isso, os instrumentos mais utilizados pelo psicólogo escolar/educacional, segundo Marinho-Araujo (2010), incluem entrevistas, questionários, oficinas e dinâmicas grupais.

Portanto, o psicólogo escolar/educacional deve ser um agente propulsor de mudanças e um participante da equipe multiprofissional da escola, contribuindo com discussões e reflexões, bem como na decisão de estratégias favoráveis para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem, mediante o respaldo de conhecimentos científicos oriundos da Psicologia, principalmente, acerca do desenvolvimento socioemocional e cognitivo (PADOLFI et al, 1999).

Embasado nesses pressupostos éticos e teóricos, o artigo irá contemplar o projeto de intervenção “Motivação e autoestima sob o olhar da Psicologia Escolar/Educacional”, que foi efetuado com os alunos do Ensino Fundamental II, do período vespertino, de um colégio da rede pública, localizado em um município do oeste do Paraná. Na sequência, serão apresentados os resultados obtidos durante o período de um semestre.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É necessário ter em vista que, atualmente, um dos problemas mais enfrentados em sala de aula, é a falta de motivação dos alunos. Para Bzuneck (2009, p.10) “Motivação, ou motivo, é aquilo que move uma pessoa, ou que a põe em ação, ou que a faz mudar de curso. A motivação tem sido entendida ora como um fator psicológico, ou conjunto de fatores, ora como um processo”.

De fato, motivação está relacionada aos motivos que mantêm o indivíduo ativo até que suas necessidades sejam satisfeitas. E desse modo, o tema motivação deve englobar particularidades, sendo que essas, de acordo com o autor citado acima, são os recursos que as pessoas dispõem e que dão condições a elas de realizarem tarefas do dia-a-dia como o tempo, energia, talento, conhecimentos e habilidades que podem ser investidas ou aperfeiçoadas em prol de um processo de ensino-aprendizagem.

Ressalta-se que a presença de motivação é fator fundamental no processo ensino-aprendizagem. Por conseguinte, a motivação do aluno é considerada como determinante, e até como a principal causa do êxito e da qualidade escolar. Nesse sentido, a motivação permeia todo o contexto escolar, envolvendo a afetividade na formação do vínculo, a necessidade de pertencer, a auto eficácia e o autoconceito (BZUNECK, 2009; MORETTI, 2009).

Somando-se a isso, é importante introduzir outro conceito que está intrinsecamente relacionado à motivação: a autoestima. Esta, por sua vez, em conformidade com Assis e Avanci (2004), diz respeito a visão e ao sentimento que o sujeito possui dele próprio e de suas competências. Essa avaliação que o indivíduo possui de si mesmo, em consonância com Andrade e Souza (2010), é subjetiva, constituída desde a infância, e sofre influências sociais, da mesma forma que influencia a relação do sujeito com a sociedade.

Sob essa ótica, Assis e Avanci (2004) constataram que adolescentes com baixa autoestima apresentam autopercepções mais negativas: não se valorizam, não possuem satisfação consigo mesmos, são desmotivados, não possuem sentimento de utilidade, não percebem motivos para se orgulhar, não reconhecem suas qualidades, não se sentem capazes e competentes suficientemente para alcançarem os objetivos e, muitas vezes não possuem boas expectativas para o futuro.

A partir desses pressupostos, o estágio de Psicologia Escolar/Educacional realizou um trabalho que visou fomentar uma atitude mais positiva e motivada dos alunos em relação a si próprios e suas metas para o futuro, no que se refere à vida escolar e pessoal. Encorajando-os a vivenciarem uma prática de respeito e gentileza consigo mesmos, as atividades que foram desenvolvidas possuíam como finalidade primordial a valorização dos adolescentes.

3. METODOLOGIA

3.1. PARTICIPANTES

Participaram do presente trabalho os integrantes da direção e da equipe pedagógica, os alunos do Ensino Fundamental II do período vespertino e alguns professores, de um colégio da rede pública, localizado em um município do oeste do Paraná.

3.2. INSTRUMENTOS

O projeto de intervenção abarcou atividades práticas, por meio de dinâmicas de grupo, rodas de discussão e vídeos, com a utilização dos seguintes recursos materiais: notebook, projetor multimídia, caixa de som, caixa de papelão, cadeiras e espelho.

3.3. PROCEDIMENTOS

O primeiro momento abarcou o reconhecimento institucional e a identificação da demanda psicológica emergencial do colégio, mediante a equipe pedagógica, que expôs preocupação com o grande número de alunos desmotivados e com baixa autoestima. Logo após, foram realizadas diversas reuniões com as pedagogas, as quais explicaram, a partir de percepções, que o referido fenômeno é decorrente da desestruturação familiar da maior parte dos estudantes. Além disso, ocorreram observações dos estudantes em sala

de aula e conversas informais com os professores, com o objetivo de subsidiar o preparo das atividades.

A partir da obtenção de conhecimento sobre o contexto e o cotidiano do colégio, o trabalho desenvolvido focou os temas solicitados, a partir do viés da valorização da vida. Em função disso, o projeto de intervenção foi nomeado “Motivação e autoestima sob o olhar da Psicologia Escolar/Educacional”, englobando uma intervenção grupal e a realização de plantões psicológicos.

Aqui deve-se evidenciar a estrutura das intervenções grupais, que sucintamente, foi composta por cinco partes: apresentação das estagiárias e da Psicologia Escolar/Educacional, apresentação dos alunos e dos seus sonhos, exposição do vídeo motivacional, aplicação da dinâmica do espelho, e por fim, a conscientização do setembro amarelo e valorização da vida.

De forma mais detalhada, as estagiárias se apresentaram e realizaram questionamentos sobre a Psicologia e a Psicologia Escolar/Educacional. A partir dos conhecimentos prévios dos alunos, as estagiárias explicaram acerca da importância do psicólogo escolar, ressaltando que os principais objetivos dizem respeito à escuta e à compreensão empática, sem a intenção de avaliá-los ou julgá-los.

O segundo momento era destinado a apresentação dos alunos, que consistia na fala do nome e de um sonho que eles possuem ou uma meta que desejam alcançar. As estagiárias reforçaram positivamente cada um dos sonhos mencionados e perguntaram: “Quem acredita que vai conseguir realizar seu sonho?”.

Após uma breve discussão, um trecho do filme “Desafiando gigantes”, com duração de 5 minutos, era projetado no multimídia. No vídeo, o capitão do time de futebol americano está desmotivado em relação ao próximo jogo que iria acontecer, então, o treinador solicita que um exercício seja realizado novamente, contudo, dessa vez, o jogador estaria vendado e deveria dar o melhor de si. No primeiro momento, o jogador e o restante do time não acreditaram que a meta estabelecida seria alcançada. Porém, o treinador permaneceu ao lado do jogador, o incentivando com palavras positivas, declarando o tamanho do potencial que ele tinha e garantindo que o mesmo não desistiria, e assim, o capitão do time atinge a meta em uma proporção maior do que a determinada.

A partir disso, novamente, era aberta a discussão, com as seguintes perguntas: “O que vocês entenderam?”, “O que vocês sentiram ou pensaram assistindo esse vídeo?”, “Vocês conhecem o tamanho do potencial de vocês?”.

De forma motivacional, e conforme as falas dos alunos, as estagiárias concluíram essa parte e iniciaram a aplicação da dinâmica da caixa do espelho, com uma música de fundo. Foi pedido aos alunos que abaixassem a cabeça, fechassem os olhos e pensassem em alguém importante e especial, pois esse alguém, eles iriam ver dentro da caixa. Os alunos deveriam ir, de maneira individual, até a caixa, olhar o que havia dentro (o espelho), e voltar, silenciosamente, até seus lugares.

Como cada sala possuía aproximadamente 30 alunos, foi uma dinâmica que durou bastante tempo, e por essa razão, enquanto ela estava acontecendo, as estagiárias falavam alguns tópicos para reflexão, como: “Agora se lembrem de todas as qualidades que possuem”, “Será que eu valorizo as minhas qualidades?”, “Qual o tamanho do meu potencial?”, “Como estou cuidando de mim mesmo?”, “Como eu trato o meu corpo?”, “Estou me tratando com carinho, com amor?”, “Estou sendo gentil comigo mesmo?”.

Após a ida de todos os alunos até a caixa do espelho, a música de fundo foi desligada, e foi iniciada uma discussão sobre qual pessoa os alunos pensaram no início da dinâmica, se antes de se ver no espelho, alguém pensou em si mesmo, e também acerca do que eles sentiram durante a dinâmica.

Relacionando as falas partilhadas, as estagiárias, por meio de um discurso motivacional e positivo, abordaram o Setembro Amarelo e a valorização da vida, declarando que todos são insubstituíveis e capazes de realizar coisas incríveis. No encerramento, as estagiárias se colocaram à disposição de todos para o plantão psicológico, além disso, finalizaram com agradecimentos e elogios sobre a participação dos estudantes.

Diante do exposto, é nítido o fato de que a intervenção grupal não se constituiu em uma palestra, pelo contrário, possibilitou a interação entre as estagiárias e os alunos, e entre os próprios alunos.

Soma-se a isso, a realização de plantões psicológicos que, de acordo com Lopes *et al* (2016), oportunizam uma escuta especializada e emergencial, sem duração pré-estabelecida, que objetiva, sobretudo, o acolhimento do sofrimento psicológico. Estes não possuíam lugar fixo para acontecer, contudo, todos os ambientes utilizados garantiam o sigilo indispensável para uma escuta psicológica. Alguns alunos foram escutados pelas duas estagiárias simultaneamente, enquanto outros foram escutados apenas por uma delas. Quando era constatada a necessidade de encaminhamento para a psicoterapia, a pedagoga responsável era informada para que a mesma tomasse as providências cabíveis.

O referido projeto ocorria semanalmente, totalizando dezesseis encontros, com quatro horas cada, nas quais, o primeiro horário de aula era destinado à organização do espaço e dos materiais, no segundo e no terceiro horário de aula era desenvolvido o projeto com as turmas, e os dois últimos horários de aula eram reservados para o plantão psicológico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram nítidos os resultados positivos obtidos com o desenvolvimento do projeto de intervenção exposto acima com os alunos do Ensino Fundamental II. Cabe salientar que, os alunos aderiram muito bem a proposta de trabalho das estagiárias de Psicologia Escolar/Educacional. As turmas foram bastante participativas e colaborativas, desse modo, não houve dificuldades com a questão da disciplina ou do desinteresse.

Além disso, cabe expor que Mondardo, Piovesan e Mantovani (2009) apontam que os comentários e falas dos participantes são importantes indicativos da eficiência das atividades que foram executadas, uma vez que, é difícil a mensuração de todos os efeitos promovidos pelas intervenções psicológicas.

Portanto, é relevante destacar o fato de que logo após as intervenções grupais, muitos alunos foram ao encontro das estagiárias para abraçar e agradecer. Os estudantes também forneciam feedbacks sobre o projeto quando encontravam as estagiárias nos corredores do colégio. Assim sendo, apresenta-se as seguintes falas dos alunos:

- Eu precisava muito ouvir tudo aquilo.
- Aquele dia foi muito bom, eu e minha amiga pensamos bastante e conversamos muito sobre o que vocês disseram, obrigada.
- Vocês realmente ajudaram muito.

A partir disso, é possível perceber que as intervenções grupais possibilitaram um espaço para a fala, para a expressão da subjetividade e para a reflexão. Ademais, ocorreu o Plantão Psicológico, no qual as estagiárias acolheram o sofrimento psicológico dos alunos, e quando necessário, encaminharam para atendimento psicoterápico clínico.

Aqui, é válido expor que oito alunos procuraram o Plantão Psicológico, dentre eles, seis do sexo feminino e dois do sexo masculino. Dois destes, apresentaram significativo sofrimento psíquico, e por isso, um dos estudantes necessitou de encaminhamento à Unidade Básica de Saúde do seu bairro, enquanto que o caso do outro aluno dizia respeito ao Conselho Tutelar.

Os demais alunos possuíam demandas pontuais, nas quais o Plantão Psicológico foi capaz de promover o alívio do sofrimento psíquico. Acerca disso, é interessante apresentar as seguintes declarações, nas palavras dos alunos:

- Obrigado por me ouvir.
- Vocês ajudaram muito, muito obrigada.
- Nossa, depois que conversei com você, parece que um peso saiu das minhas costas.
- Foi muito bom o tempo que vocês ficaram aqui no colégio, vountir falta.

Desse modo, se torna evidente que as estagiárias construíram um vínculo muito positivo com os alunos, conquistando a confiança dos mesmos. Além disso, é relevante apresentar que a equipe profissional do colégio ficou muito satisfeita com o trabalho desenvolvido pelas estagiárias, mencionando a relevância que ele possuiu, uma vez que, de acordo com a fala da pedagoga, a maioria das queixas dos seus alunos não são pedagógicas, mas sim psicológicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, conclui-se que o Estágio Supervisionado de Psicologia Escolar/Educacional teve seus objetivos alcançados, os alunos aderiram a proposta de intervenção, pois identificou-se um índice elevado de alunos com baixa autoestima e desmotivado, sendo assim foi primordial as intervenções escolhidas pelas estagiárias para realizar os encontros semanais com os mesmos, muitos deles procuraram o plantão psicológico logo após o encontro com as estagiárias, resultando em uma busca de apoio para assuntos que traziam sofrimento psíquico de alguma forma.

Com isso, o relato de experiência, concretizou momentos de práticas, vivência e conhecimentos em situações práticas no cotidiano escolar, construídos por um ambiente prazeroso e enriquecedor, por meio de orientação de uma professora supervisora qualificada, permitindo a construção de novas ações com bases mais sólidas na busca do conhecimento.

Para as estagiárias que elaboraram esse relato, ficou o aprendizado, especialmente a satisfação de ver que os alunos encontraram sentidos para muitas respostas das quais eles não tinham, através das intervenções de motivação e autoestima aplicadas.

REFERÊNCIAS

- [1] ANDRADE, E. R. de; SOUZA, E. R. de. Autoestima como expressão de saúde mental e dispositivo de mudanças. *Psic. Clín.*, vol.22, n.2, p.179 – 195. Rio de Janeiro: 2010.
- [2] ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, vol. 12, n. 2. Dez., 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141385572008000200020&script=sci_arttext > Acessado em: 12/04/2019.
- [3] ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q. O labirinto de espelhos: formação da autoestima na infância e na adolescência. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.
- [4] BZUNECK, J. A. A motivação do aluno: aspectos introdutórios. In: BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A. (Org.). *A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- [5] CASSIS, A. M. *Manual de Psicologia Escolar/Educacional*. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.
- [6] MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia Escolar: pesquisa e intervenção. *Revista Em Aberto*, vol. 23, n. 83, p. 17-35. Brasília. Mar., 2010. Disponível em: < <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2249/2216> > Acessado em: 12/04/2019.
- [7] MONDARDO, A. H.; PIOVESAN, L.; MANTOVANI, P. C. A percepção do paciente quanto ao processo de mudança psicoterápica. *Revista Aletheia*, n. 30. Canoas. Dez., 2009. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200013 > Acessado em: 15/04/2019.
- [8] MORETTI, J. dos S. Motivação para a aprendizagem na escola: Uma proposta de intervenção na atuação de professores em formação continuada. São João do Ivai – PR, 2009/2010.
- [9] LOPES, B. P. R. D.; RUBIRA, R. C. M.; PIFFER, D. R.; SANTOS, S. L. O adolescente e o plantão psicológico escolar. 2016. Disponível em: < <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0399.pdf> > Acessado em: 14/04/2019.
- [10] PANDOLFI, C. C.; OTA, E. A.; STRINI, G.; BUZOLIN, V. I.; MARTINS, J. B.; CASAGRANDE, L. M. A Inserção do Psicólogo Escolar na Rede Municipal de Ensino de Londrina – PR. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 19, n. 2. Brasília, 1999.
- [11] PATIAS, N. D.; ABAID, J. L. W. O que pode fazer um estagiário da psicologia na escola? Problematizando prática e formação profissional. *Revista Santa Maria*, vol. 39, n. 1, p. 187-200. Jan/Abr., 2014.

Capítulo 7

El bullying (acoso escolar) desde las teorías psicológicas y de género

Laura Elizabeth Cervantes Benavides

Resumen: El objetivo de este trabajo es identificar los factores primigenios que desencadenan que un estudiante agresor inicie la ejecución del proceso del bullying (acoso escolar) hacia otro, desde las principales teorías psicológicas y de género. En las teorías no hay consenso sobre el origen del acoso, la agresión y la violencia, razón por la cual el método elegido es el analítico el método analítico para identificar los elementos conceptuales enunciadas en las teorías psicológicas, y comprender los factores que expliquen la razón del comportamiento violento, agresivo y de acoso, de un estudiante contra otro, para entender las causas y efectos del fenómeno que aparece en el entorno escolar.

Palabras clave: Aprendizaje, acoso, agresión, violencia.

1. INTRODUCCIÓN

El filósofo Rousseau explica que el ser humano está orientado naturalmente para el bien, el hombre nace bueno y libre, pero la educación tradicional oprime y destruye esa naturaleza y la sociedad acaba por corromperlo. El tema sobre la naturaleza entre el bien y el mal del hombre recobra importancia porque a inicios del siglo XXI, los resultados de las investigaciones sociales sobre las conductas de aprendizajes, han generado una línea específica sobre la importancia de la educación y se convirtió en un semillero de teorías para enmarcar la psicología educativa, unas abordan las características del aprendizaje, los tipos de aprendizaje, los factores que influyen en el aprendizaje, los estilos de aprendizaje; otras, identifican y explican la adquisición de información, por ejemplo, si el ser humano aprende de la misma manera conceptos y comportamientos, y si éste último lo aprende con la violencia, la agresión y el acoso, características que están presentes en la sociedad moderna.

En México estos flagelos no son la excepción, según lo recogen los últimos documentos como la Encuesta Nacional sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares¹ (ENDIREH 2021) este documento ofrece información sobre las experiencias de violencia física, económica, sexual, psicológica y patrimonial que han enfrentado las mujeres de 15 años y más en los ámbitos familiar, escolar, laboral, comunitario y de pareja, el resultado no es diferente a los analizados en otros documentos, como la Encuesta Nacional de Victimización de Empresas 2022 (ENVE 2022), la Encuesta Nacional de Victimización y Percepción sobre Seguridad Pública 2022 (ENVIPE 2022) o la Encuesta Nacional de Calidad e Impacto Gubernamental 2021 (ENCIG 2021), otras estatales como el Instituto Aguascalentense de las Mujeres 2011 (IAM 2011).

La problemática sobre el ejercicio del comportamiento violento, se profundiza porque ha permeado la sociedad, a partir de otros entornos, familiar, escolar empresarial, organizacional etc., especialmente en los centros educativos, lugar donde se debe enseñar aprendizajes para la vida y para el trabajo, es donde se ha identificado con mayor preocupación, agresiones violentas y de acoso entre los estudiantes, el comportamiento de acoso, agresivo y de acoso, tiene actualmente tendencia cuantitativa hacia la alza, según consta en las encuestas sobre violencia que se han realizado, también indican que las agresiones se han vuelto más selectivas, entre las que sobresale el bullying (acoso escolar) y que este flagelo se dispara por razones de género, los resultados de este incremento cuantitativo sobre la violencia, agresión y acoso, en nuestro país indica que en los centros educativos, nos obliga a analizar nuevamente a los teóricos clásicos, que han estudiado los orígenes del comportamiento violento en los humanos, especialmente para el caso del *bullying* (acoso escolar), en este caso es necesario revisar nuevamente las teorías psicológicas y de género para entender estos comportamientos.

Ante esta descripción problemática, en este trabajo se planteó la siguiente pregunta: ¿Cuáles son los factores primigenios que se aprenden y permiten explicar el bullying (acoso escolar), desde la perspectiva de las teorías psicológicas y de género? El objetivo de este trabajo es identificar el aprendizaje de los factores primigenios que desencadenan en un estudiante agresor el inicio para la ejecución del proceso del bullying (acoso escolar) hacia otro estudiante, a partir de la explicación de las principales teorías psicológicas y de género.

¹ En México, la ENDIREH fue declarada Información de Interés Nacional por la Junta de Gobierno del INEGI en diciembre del 2015.

Ante la cuestión planteada, suponemos que el aprendizaje adquirido en la sociedad, cuando se combinan con la personalidad, ira y la frustración del acosador desencadena el bullying (acoso escolar) hacia un compañero en el entorno escolar. Las teorías psicológicas que se revisaron para construir el marco teórico en este documento, son las que han aportado los principales investigadores y son las más renombradas en las investigaciones para explicar el comportamiento que abordan el estudio de los términos de violencia, agresión y acoso, y lo relacionan con el aprendizaje, como son las teorías de la personalidad y la Teoría de Género, estos enfoques han incorporado elementos empíricos como son: la opinión pública, pruebas científicas y los metanálisis, que incluyen compilación de artículos, datos y los hechos pertinentes al bullying (acoso escolar). Por las características de este trabajo, se utilizó el método analítico el método analítico para identificar los elementos conceptuales enunciadas en las teorías psicológicas, y comprender los factores que expliquen la razón del comportamiento violento, agresivo y de acoso, de un estudiante contra otro, para entender las causas y efectos del fenómeno que aparece en el entorno escolar.

La estructura de este trabajo se presenta de la siguiente manera: Introducción. Apartado 1. Las teorías psicológicas de la agresión y la violencia. Se analizan las aportaciones de los teóricos de las corrientes psicológicas activas y pasivas. En el Apartado 2. Teoría Psicológica de la Personalidad de Sigmund Freud, aquí se analizan los cinco componentes de esta teoría y las causas y efectos del comportamiento agresivos en las personas. Apartado 3. Teoría de Género Sobre la Violencia. En este apartado se describe los argumentos de algunas y algunos exponentes sobre las causas de la violencia y su relación con el feminismo. Apartado 4. Explicaciones posibles del comportamiento del acosador en el Bullying (acoso escolar). En este apartado se hace una relación sintética entre los elementos identificados de cada aportación para explicar el aprendizaje del comportamiento violento en los seres humanos. Propuesta. Conclusiones y Referencias bibliográficas.

2. APARTADO 1. LAS TEORÍAS PSICOLÓGICAS DE LA AGRESIÓN Y LA VIOLENCIA

Antes de iniciar este apartado, separaremos tres conceptos que normalmente se confunden como sinónimos, pero cada uno tiene su característica esencial que lo identifica, la violencia, la agresión y el acoso. La violencia se define como **interacciones** intencionales que causan daño o se impone a otro algo, en contra de su voluntad. Para Wrangham la agresión es **la ejecución de un acto** empleando violencia e intimidación a una persona (1997). El acoso **es un proceso (con un principio y un fin) constituido con actos permanentes**, de apremio, apresurado, insistente, para perseguir a un sujeto, sin darle tregua, hasta hacerlo correr o eliminarlo. La comprensión de estos conceptos permitirá entender las posiciones teóricas sobre la agresión, la violencia, el acoso y la forma en que teóricamente son explicados por sus representantes. Además, podemos definir que el bullying o acoso escolar, es un proceso en el que se ejerce el poder que inicia un estudiante o grupo de estudiantes con el acto permanente, insistente, molesto, **agresivo y violento** para perseguir a otro estudiante, sin darle tregua, hasta hacerlo correr o eliminarlo como fin del proceso.

Para explicar este comportamiento de acoso las teorías psicológicas sobre la agresión y la violencia² generan aportaciones novedosas que explican estas conductas en los humanos.

² El estudio de la violencia lo inició William James (S. XIX), en 1908, después McDougall estudió el "instinto", retomado después, por Sigmund Freud quién lo consideró como un instinto biológico, en el año 1939 los

En algunos casos los argumentos parecen contradictorios, porque las atribuyen al hombre como parte de su naturaleza animal y, por lo tanto, también como parte su naturaleza humana, como forma de protegerse sobrevivir y adaptarse. En otros estudios, este proceder es resultado de la frustración que deriva en agresividad por no alcanzar la meta predefinida. Las explicaciones nos permiten identificar dos corrientes teóricas: en una el comportamiento es activo porque los actos se observan y aprenden, en otras, los actos no se observan, es genético y se denominan pasivos, en las dos posiciones teóricas convergen en un punto en que están de acuerdo, que:

(...) no todo es de origen genético ni todo es aprendido (...) la aportación de lo que viene determinado genéticamente como lo adquirido en la ontogenia por medio de procesos de aprendizaje, reconociendo que hay formas de conducta que adquirieron su adaptabilidad específica a lo largo de la historia evolutiva de la especie” (Estrada, 2003, p 88).

Las teorías psicológicas de la violencia activas y pasivas representan dos posiciones que actualmente conviven por sus argumentos vigentes, pero las dos inician con la explicación del comportamiento humano, bajo el enfoque biológico de la etología, sobre la violencia del hombre y los animales como un comportamiento natural, explica que la agresividad es innata y en cierta medida adaptativa, de la misma manera que la agresividad animal. En el caso de las teorías pasivas, el comportamiento violento en el ser humano no significa tolerancia hacia un determinismo biológico, porque supondría un sistema de hostilidad destinado a la defensa personal del territorio y de los derechos individuales. A continuación, se hace el análisis de las aportaciones teóricas más relevantes sobre, los conceptos.

Así los representantes de las teorías psicológicas activas explican que la agresividad del hombre es innata e indispensable, y su reacción es el resultado de un instinto de muerte, por esta razón los investigadores defensores de esta teoría suelen ser bastante pesimistas a la hora de dar una solución a los problemas sobre la violencia. Las primeras teorías activas para explicar el comportamiento agresivo, violento y acoso fueron elaboradas desde la etología por Jean- Baptiste Lamarck y Charles Darwin observando sólo la conducta de los animales.

En las teorías psicológicas que se han elaborado posterior a estos argumentos para explicar el comportamiento humano sobre la agresión y la violencia³ lo relacionan con el paradigma biológico y con la psicología, la psicología es el nuevo componente que se incorpora a los estudios del comportamiento humano y a partir de esta, se generan una serie de aportaciones novedosas, para explicarlo, se describen dos situaciones: uno, en donde la frustración conduce a una forma de agresión, la cual aparece cuando el sujeto tiene una motivación fuerte para lograr una meta y espera la gratificación, y la agresión se dispara cuando se presenta un impedimento para concretarlo. Otra situación explica

psicólogos de Yale Dollard, Doob, Miller, Mowrer y Sears, Buss, en 1969, y Feshbach, en 1970 retoman los estudios para profundizar el instinto y sus causas.

³ Es en el siglo XIX que inician los estudios formales sobre la agresión y la violencia, el precursor de los primeros estudios fue William James en 1908 los psicólogos de Yale (Dollard, Doob, Miller, Mowrer y Sears, Buss, en 1969, y Feshbach, en 1970 y lo empiezan a incorporar en los estudios de la psicología de la educación, en México se han realizado trabajos bajo la corriente cognoscitiva, por otro lado, Lamas, incorpora la cultura y género base de las desigualdades. (Lamas, M,2000).

que la frustración provoca un nivel bajo de agresión por no lograr la meta. En los dos casos, el sujeto actúa por un deseo de ganar la competición y obtener una gratificación.

Posteriormente los estudios sobre la conducta animal de Konrad Zacarias Lorenz⁴ y Niko Tinbergen, realizados en 1936, develan otra parte sobre el funcionamiento del comportamiento humano, parten de la observación de los animales, buscan generalizar y trasladar los resultados sobre el comportamiento animal hacia el ser humano, con sus estudios nace la etología moderna. Es así como postulan la explicación sobre la agresión, afirman que esta, puede darse de manera regular en los seres humanos porque hay mecanismos de “carga y descarga” para agredir a otro y estos mecanismos funcionan regularmente, a través de los patrones fijos de conducta como respuestas instintivas y preprogramadas que se producen como respuesta a los estímulos específicos biológicamente (rituales de apareamientos y la impronta).

Los trabajos de Konrad Zacarias Lorenz sobre la “impronta” le permitieron establecer una relación entre la zoología y las ciencias del comportamiento y le facilitó comprender que la genética no suele expresarse de manera unilateral, sino que necesita la presencia de un entorno “previsto” por la evolución, pero que no siempre se da (Figueroba, ago, 2017). Con su aportación Konrad Zacarias Lorenz y Niko Tinbergen se opusieron al conductismo, que rechazaba el papel de los instintos en la conducta, especialmente en la de los seres humanos.

Analizando los trabajos de Eibl-Eibesfeldt, Irenäus⁵, en sus estudios sobre la biología del comportamiento, describe la conducta como pre-programada en el comportamiento animal no humano y en el humano. Eibl-Eibesfeldt (2004) plantea que los humanos tienen en común con otros animales gran número de pautas hereditarias pre-programadas (agresividad, conducta sexual, sociabilidad, relación madre-hijo, territorialidad, etc.) Sin embargo, esta herencia biológica de comportamiento no determina la conducta de los humanos, más bien les posibilita desarrollar una serie de habilidades y aptitudes para poder estar socialmente en el mundo, esto debido a la vida en grupo.

En este orden de ideas Eibl-Eibesfeldt identificó que la agresión violenta es una conducta relacionada con lo innato, afirma que el comportamiento preprogramado se encuentra en las esferas motora, receptiva y probablemente también en la impulsiva. Todo ello es debido a las adaptaciones filogenéticas. Lo que era distintivo de estas conductas, era que estaban fijadas; por ello eran difícilmente alterables o cambiables por el medio ambiente, por mucho que ese ambiente fuese experimentalmente manipulado. A estas conductas

⁴ Konrad Lorenz es el padre de la etología moderna, la etología moderna, es considerada la ciencia que analiza el comportamiento de los animales mediante técnicas propias de la biología y de la psicología, la biología estudia en comportamiento no humanos y la psicología las semejanzas y diferencias entre los animales no humanos y los humanos. Por integrar para los estudios los ámbitos, biológico y social, presentes en la especie humana, la etología considera que es factible abordar el comportamiento humano; por lo que no es extraño que una disciplina que empezó estudiando otros animales, se interese por el humano.

⁵ Es el co-fundador y primer presidente de la Sociedad Internacional de Etología Humana. Desde 1992 es director Honorario de la Universidad Ludwig-Boltzmann-Instituto de Etología Urbana de Viena, discípulo de Lorenz, desarrolla la etología humana, ésta es definida como la biología de la conducta humana, la cual sigue las directrices de la zooetología clásica, (Klein, 2000), también se han incorporado otros elementos para explicar la competición en la conducta humana en los tiempos actuales, por ejemplo la competición derivado de “el efecto de la globalización en el mercado del trabajo y la estratificación social porque “la globalización afecta también a los determinantes de la creación de empleo y los salarios, porque en las economías abiertas la capacidad de competir llega a ser un factor importantísimo, lo que restringe los ajustes salariales” (Klein y Tokman, p 8, 2000).

fijas se las identificó con lo instintivo, pero en la actualidad se tiende a no creer en esta agresividad sea innata.

Los representantes de las teorías psicológicas pasivas explican que el origen de la agresión es el entorno social que rodea al individuo, y como respuesta, el sujeto ejerce la violencia, como una reacción de emergencia ante los elementos externos hostiles. En estas teorías se relaciona la agresión violenta con un factor detonante que es la frustración, como un obstáculo que impide que se logre un objetivo y conduce al individuo a una forma de agresión. Se pueden observar dos situaciones: en el primer caso, hay una motivación para lograr una meta, esta motivación es fuerte, y por esta razón se espera una gratificación, pero surge este impedimento para alcanzar ese objetivo. En el segundo caso, se identifica que el individuo tiene una motivación para lograr una meta, esta motivación es fuerte, y por esta razón espera una gratificación, pero aquí no existe impedimento, y tampoco se logra el objetivo deseado. Primero, hay una frustración justificable que desencadena agresión y en el segundo caso, hay una frustración que se percibe como algo injustificado, pero en ambos casos se detona en el sujeto una agresión, en un caso más intensa que en la otra, el comportamiento agresivo del sujeto en ambos casos es por un deseo de ganar la competición y obtener una gratificación.

El origen de las teorías pasivas de la agresión (la frustración-agresión-la motivación) se elabora con los argumentos del conductismo que realizan los investigadores de la universidad de Yale en el año de 1939, más adelante, otros investigadores como Feshbach y Berkowitz la reelaboraron y ha terminado siendo defendida por un gran número de psicólogos. Feshbach, Bandura, Zillman explican la agresión como un intento de herir a otro individuo, ya sea física o socialmente; en algunos casos, puede ser para destruir un objeto, aunque si los humanos nacen agresivos, para defenderse a sí mismos, a la familia y a su territorio, o si nacen sin tendencias agresivas, se convierten en violentos adquiriendo modelos agresivos y acciones de la sociedad. (nov, 2016).

Feshbach (1964) analiza el concepto de agresión la define como un intento de herir a otro individuo, ya sea física o socialmente; en algunos casos, el intento puede ser para destruir un objeto, reconoce que hay dos tipos de agresión que responden a la recompensa que obtendrá el responsable: la agresión hostil y la agresión instrumental. La primera ocurre como respuesta del sujeto a condiciones de enojo, que se identifican como los insultos, ataques físicos o fracasos personales, en este caso, el agresor busca que la víctima sufra. Feshbach enuncia los siguientes ejemplos: homicidios, violaciones y otros crímenes violentos, dirigidos a herir a las víctimas. En este caso, el comportamiento agresivo del sujeto se caracteriza por la emoción intensa y desorganizada de la ira, define a la ira⁶ como un estado de excitación del sujeto, como respuesta a los estímulos. Feshbach describe que la agresión instrumental que ejerce el agresor inicia con la competencia y el deseo de obtener objetos, posesión de estatus por otra persona, joyas, dinero, territorio. Este tipo de agresión la ejemplifica cuando el autor del crimen intenta obtener el objeto deseado independientemente del costo (1964).

Berkowitz (1989) profundiza los estudios relacionados con la ira y con la agresividad del sujeto, describe un comportamiento continuo que va de la agresión-ira-agresividad,

⁶ Pérez, Nieto Miguel Angel, Redondo Delgado Marta María y León Leticia revisan en su trabajo a varios autores (p.ej. Ekman, 1984; Frijda, 1986; Izard, 1977; Plutchik, 1980; Weiner, 1986) en los que se afirma que la ira es una de las emociones básicas en el ser humano, aunque esta se ha definido de múltiples formas y ha tenido múltiples significados en la investigación psicológica, al igual que en el lenguaje cotidiano, se refiere tanto a sentimientos, como a reacciones corporales o fisiológicas, o como a actitudes hacia otras personas. (Pérez Nieto *et al*, 2016).

retoma el concepto de ira de Feshbach y afirma que la frustración produce ira (dispositivo emocional para agredir). La ira aparece cuando alguien que nos produce frustración podría haber elegido actuar de otra manera. Una persona frustrada está especialmente susceptible a estallar, cuando estímulos agresivos lo hacen expulsar el enojo generado por la frustración liberando la ira acumulada. En ocasiones, la ira se manifiesta sin necesidad de tales estímulos. Pero los estímulos asociados con la agresión se amplifican y son las reacciones emocionales las que propician la agresión.

La teoría del aprendizaje social (también pasiva) sostiene que las nuevas conductas agresivas del sujeto pueden darse por la imitación de modelos agresivos, aprendidos en el entorno social, en el caso del aprendizaje del niño, este es influido por otros, por lo tanto, es el entorno el que influye en el aprendizaje violento, por medio de la observación y la imitación o por influencia de otros. Esta posición teórica afirma que: en la mayoría de los humanos el comportamiento se aprende de manera observacional, a través del modelado: al observar a otros un comportamiento, aprende los nuevos comportamientos, y en ocasiones lo supera, esta información codificada sirve como guía para realizar acciones. Los argumentos más importantes que predica la teoría sobre el aprendizaje es que: 1. las personas pueden aprender a través de la observación, 2. que el estado mental afecta este proceso de aprendizaje y 3. que sólo porque se aprendió algo, no significa que resulte en un cambio del comportamiento de la persona.

La teoría del aprendizaje social de Bandura se basa en el aprendizaje conductista sintetizando el condicionamiento clásico y condicionamiento operante, identifica que existen estímulos y respuestas en el aprendizaje y los identifica como procesos mediadores que originan una conducta aprendida desde el medio ambiente y se incorporan al aprendizaje a través de procesos cognitivos como la observación y terminan imitando ese comportamiento, codifican ese comportamiento y lo imitan. (CEP).

Así, el psicólogo Albert Bandura (2021) explica que el aprendizaje se obtiene como consecuencia de procesos mentales y la relación con el ambiente. Los determinantes sociales influyen en este proceso por lo que el modelaje es esencial al momento de aprender, investigó si el comportamiento observado, afecta las actitudes de los niños, cambiando su manera de aprender, porque sería muy peligroso si las personas aprendieran sólo por su experiencia, (como se creía anteriormente), en lugar de que es a través de observar a otros ejecutar acciones, por ejemplo, al respecto Delgado (dic, 2019) describe que si un alumno está copiando en un examen y la maestra lo castiga, los compañeros pueden aprender que ese tipo de acciones están mal, por ver las consecuencias de las acciones de su compañero. Los alumnos aprendieron del error de su compañero.

A partir de su investigación, Bandura describió el aprendizaje social en cuatro principios: atención, retención, reproducción y motivación, con los resultados de su experimento “de los muñecos Bobos”, desarrolló un modelo de aprendizaje y con estos resultados rompe el paradigma de las creencias de la época sobre el aprendizaje, en las que observar actos de violencia, era algo catártico y hace que el espectador sea menos agresivo. Demostró que el aprendizaje es social porque involucra a la comunidad. Los alumnos aprenden del comportamiento de sus padres, maestros y compañeros, no sólo del tema expuesto en la clase.

Para los investigadores Bandura y Ross en el año de 1963 realizaron un trabajo sobre la imitación de modelos agresivos, comprobaron sí la repercusión que las películas agresivas provocaban el mismo efecto en jóvenes de 8-12 años. Entre sus conclusiones destacan que

la frustración del sujeto joven, porque no sólo pone en juego reacciones aprendidas, observando la conducta agresiva de la película, sino también incorpora respuestas aprendidas con anterioridad de un tipo similar a las presentadas en el filme. Por tanto, la visión de la película añade un efecto extra a la agresión innata, junto con las respuestas agresivas aprendidas. En este caso, los chicos fueron más propensos que las chicas a comportarse de la manera prevista, sugiriendo así la existencia de una agresividad innata como condición previa para la agresión aprendida, y que ésta es mayor en los chicos que en las chicas (Cerezo, 2007).

Los estudios clásicos de la Universidad de Yale en 1938 realizados por John Dollard, y Neal Elgar Miller⁷, señalan que las consecuencias de la frustración generan la conducta agresiva en el individuo, si el sujeto vive en un estado de frustración suele tener como efecto la aparición de un proceso de cólera en el individuo, que cuando alcanza un grado determinado, puede producir algún tipo de agresión: directa o verbal, plantearon que el aprendizaje vicario (representante) se producía por reforzamiento, es decir, un individuo aprende una conducta que exhibe otro, siempre y cuando ésta sea reforzada positivamente. A esta teoría se opone la que propuso Albert Bandura (2021, pp 3-4).

Miller fue el primer científico en proponer que las respuestas del sistema nervioso autónomo eran susceptibles de ser modificadas gracias al aprendizaje, con base en varios experimentos realizados con ratas, Miller en 1941 plantea la hipótesis de la frustración-agresión y expone que cualquier “bloqueo de meta”, es frustrante, aunque no incluya señales de ataque. John Dollard, sostiene la expresión de la agresividad posterior, reemplazó el componente instintivo por fuerzas impulsivas dando lugar a nuevas elaboraciones de la teoría catártica. Según su investigación, John Dollard, sostiene la expresión de la agresividad de la persona, reconoció la importancia de considerar las condiciones sociales humanas reales en lugar de solo principios psicológicos abstractos contruidos en un laboratorio.

El conductismo social se basa en el análisis de los comportamientos humanos a partir de los estímulos y respuestas que conforman el ambiente físico, biológico, y social del organismo, se rige por los refuerzos y castigos, y relaciona la agresividad con el aprendizaje del modelo social. Desde esta perspectiva, la emergencia de problemas de “violencia gratuita” entre sujetos en la sociedad actual, se suele relacionar con la excesiva **exposición** a escenas de violencia que se difunden a través de los medios de comunicación (películas violentas, dibujos animados violentos, escenas de noticias que pueden herir sensibilidades, etc.).

El padre del conductismo social John Broadus Watson sostiene que aplicando las técnicas de modificación de conducta los podía educar para adiestrarlo en un especialista de cualquier tipo prescindiendo de su talento, inclinaciones, tendencias, aptitudes, vocaciones y raza de sus antepasados; cuando este experimento se realice debe permitírseme especificar la manera en que sean criados los niños y el tipo de mundo en el que vivirán. En su teoría del condicionamiento de la reacción del miedo, pretendía demostrar cómo los principios del condicionamiento clásico planteados por Ivan Pavlov, podían aplicarse en la reacción de miedo de un niño ante una rata blanca, inició el experimento junto con Rosalie Rayner conocido como de Pequeño Albert. El experimento no pudo llegar a término, pero abrió el debate sobre la ética a la hora de experimentar con

⁷ Neal Miller fue ubicado en el octavo lugar, en una lista encabezada por B. F. Skinner, Jean Piaget, Sigmund Freud, Albert Bandura, León Festinger, Carl Rogers, Stanley Schachter y, en noveno y décimo lugar, Edward Thomdike y Abraham Maslow (Pérez Acosta, 2003, p. 3).

seres humanos, contribuyendo al establecimiento de límites para este tipo de ensayos. El conductismo social abrió las puertas para llevar a cabo investigaciones y sugiere nuevos procedimientos y métodos para estudiar el comportamiento como el lenguaje, problemas escolares, etc. (Staats, 1979, p. 40).

Con la Perspectiva cognitiva⁸, la evolución de la psicología científica dejó atrás los postulados de la psicología conductista y sus argumentos conductuales, y aparece la psicología cognitiva, con el nuevo enfoque sobre el aprendizaje a través de la mente humana y lo explica con una analogía para representar el funcionamiento de la mente igual que las computadoras digitales, la psicología educativa, incluye elementos que no se habían tomado en cuenta en las teorías del aprendizaje, como son los factores internos (memoria, atención, inteligencia, etc.) y los factores externos (la interacción social y de la emoción) esta corriente ha presentado diversas teorías cognitivas del aprendizaje (La teoría cognitiva, Basada en los procesos, mediante los cuales el hombre adquiere los conocimientos a través de procesos de pensamiento). Se preocupa del estudio de procesos tales como lenguaje, percepción, memoria, razonamiento y resolución de problema. Relaciona el comportamiento del individuo, con el desarrollo sociomoral y al desarrollo progresivo de las estructuras cognitivas del individuo, incluye la elaboración personal de criterios morales, sobre cómo comportarse con justicia y equidad con los otros.

Jean Piaget padre de la pedagogía moderna, en su teoría sobre el aprendizaje cognitivo infantil, plantea que la lógica y sus principios aparecen antes del lenguaje gracias a la actividad sensorial y motriz del niño que interactúa con el medio que lo rodea, especialmente con el sociocultural (Servian, ene, 2023) y el comportamiento del individuo es un factor determinante de los cambios que se producen en la evolución y la persona actúa de acuerdo con su nivel de desarrollo y conocimiento.

El conocimiento aprendido no es una copia de la realidad, sino una construcción que el ser humano que elabora vincula el comportamiento moral al desarrollo del conocimiento socio convencional y socio moral. El individuo interpreta así mismo que la progresiva adquisición del juicio moral es autónoma, a las relaciones entre iguales y a las situaciones de juegos de reglas, como escenarios en los que el proceso cognitivo provoca la confrontación de intereses diversos y lleva a los niños a la elaboración de normas justas para todos.

Así, el conocimiento moral, se desarrollaría progresivamente de forma paralela al resto de las capacidades cognitivas, al considerar el egocentrismo individual como una desviación de la moral, impide que los niños reconozcan el valor de la igualdad, esto permite la formación de una cultura de juicios morales autónomos que en principio rechazan el concepto de igualdad. Sin embargo, el proceso de igualdad solo ocurre hasta una edad avanzada de la niñez. La capacidad intelectual es indispensable para desarrollar valores sociales, como la empatía, la autonomía moral, el pensamiento igualitario, y forma conceptos sobre lo que es justo y lo que no lo es. Estos, son valores que sustentan la base de la comprensión de otros semejantes como verdaderos sujetos en derecho, deberes y obligaciones.

⁸ Los representantes de esta corriente son: Jean Piaget, con el Desarrollo intelectual por etapas. Jerome Bruner con el Aprendizaje por Descubrimiento. David Ausubel con el Aprendizaje Significativo. Robert Gagné con los Niveles de Aprendizaje. Howard Gardner con las Inteligencias Múltiples. Lev Vigotsky con Desarrollo cognitivo mediante interacción social. Erick Erickson con La sociedad moldea el desarrollo del ser humano (Orbegoso).

Lawrance Kohlberg⁹, continua los estudios de la teoría de Piaget, respecto al desarrollo moral, descubrió que a él no le importaba qué estaba bien o mal, le importaba identificar cómo alcanzamos esa idea de bien o mal. Reconoce que todos los individuos no tienen la oportunidad de vivir las experiencias necesarias en la forma adecuada, para llegar a desarrollar un nivel de conciencia moral que se ajuste a su propio comportamiento social. En su teoría desarrollo de la moral, generada a través de entrevistas y estudios observacionales, Kohlberg explica cómo se desarrolla la moral en las personas. En la medida en que aumenta la edad de los niños, la construcción de la moral aumenta igual que sucede con otras habilidades, como el lenguaje o la capacidad de razonamiento, así a medida que crecen van madurando sus pensamientos morales hasta que se interiorizan. Identifica tres niveles: preconvencional, convencional y postconvencional, descritos en seis etapas.

Los tres los niveles los relaciona con el yo, las normas y las expectativas de la sociedad, pero no todos los sujetos alcanzan los niveles de madurez. Díaz-Serrano Kohlberg se centra en el conocimiento a través del desarrollo de reglas y la adquisición de principios universales, y la moralidad son productos de la interacción creativa del sujeto con factores biológicos y culturales del medio y la adquisición de principios morales universales que se adquieren con la maduración del juicio cognitivo. (Díaz-Serrano, sep-dic, p 3, 2005).

Aunque esta teoría es controvertida, se aplica la prueba de Kohlberg, para identificar que el desarrollo moral, en los hombres, el desarrollo moral es superior al desarrollo moral de las mujeres, como lo indican los resultados obtenidos en varios trabajos, los más recientes obtenidos por Serrano-Díaz, escribe que los resultados se han constatado en otros estudios con el mismo resultado, al respecto al analizar a Kohlberg, Serrano-Díaz menciona que éste, justifica las diferencias obtenidas en los experimentos por el género, justifica que el papel de la mujer en el hogar limitaba su contacto con el entorno social y, con ello, su desarrollo moral es menor, en la actualidad esta teoría se desmonta más aún por las edades o como las del grupo participante estudio (Díaz-Serano, p. 9,2005).

La psicología vigotskiana o psicología sociocultural¹⁰. En esta teoría se distinguen cuatro dominios de investigación: 1) el dominio filogenético, investiga diferencias entre los seres humanos y otros seres vivientes; 2) el enfoque de la evolución sociocultural, es el efecto de la mediación de herramientas o artefactos culturales tales como los ordenadores, la escritura o el sistema numérico en el desarrollo de la civilización; 3) el dominio ontogenético investiga la interiorización de la mediación durante la infancia, su efecto en el desarrollo físico y mental del niño, y por último; 4) el dominio microgenético está relacionado con la investigación a corto plazo del desarrollo cognitivo durante una actividad específica. (Antón, M., 2010, pág, 10).

La explicación del aprendizaje la psicología cultural explica que el sujeto adquiere la psicología cultural por la relación entre dos planos, primero se produce el hecho en el

⁹ Lawrence Kohlberg (1927-1987) psicólogo estadounidense, desarrolló la teoría sobre el juicio moral. Sanfeliciano, A. (mar, 2003) La teoría del Desarrollo Moral de Kohlberg en: <http://ceril.net/index.php/2-articulos/267-la-teoria-del-desarrollo-moral-de-kohlberg>.

¹⁰ La teoría sociocultural fue inicialmente desarrollada por Lev Vygotsky, psicólogo ruso que desempeñó su principal labor investigadora durante la segunda década del siglo pasado. La teoría sociocultural se inicia con Lev Vygotsky, psicólogo ruso las ideas centrales de la teoría fueron ampliadas por Luria, Leont'ev, la teoría de la actividad, el papel de la interacción en la construcción social del aprendizaje en contextos educativos (Rogoff y Lave 1984; Wertsch 1985, 1991, 1998; Tharp y Gallimore 1988; Rogoff 1990; Lave y Wenger 1991; Wells 1999). En España (DePablos, Rebollo y Lebres 1999; Rebollo Catalán 1999; Colas Bravo et al. 2005). (Antón, M, pág. 10, 2010).

plano interpersonal, y después en el segundo plano de la conciencia individual por su participación en actividades microsociales, y desarrolla la capacidad para recibir una permanente influencia de los medios de comunicación, y los instrumentos simbólicos que están presentes, como reflejo de una realidad mediática. Al considerar esta perspectiva teórica, podríamos asumir que los fenómenos que generan la violencia y el maltrato entre los escolares, pueden ser el resultado de su participación en procesos interpersonales en los que se filtra la violencia estructural que acosa a la sociedad y que la actividad compartida entre sus semejantes se incorpora como violenta, si incluye contravalores como la injusticia, el abandono afectivo o el propio maltrato.

Lev Vygotsky afirma que la interacción social es la clave para obtener el conocimiento, estudia el origen y naturaleza social de la conciencia humana, y en este sentido hace referencia dos tipos de funcionamiento: al interpsicológico y al intrapsicológico, que lleva al desarrollo de los procesos psicológicos superiores, a través de la mediación semiótica. El desarrollo mental está marcado por la interiorización de las funciones psicológicas. Esa interiorización no es simplemente la transferencia de una actividad externa para un plan interno, pero es el proceso en lo cual ese plan interno es formado (Lorenzo, 2003).

Para Lev Vygotsky en sus investigaciones sobre el desarrollo de los procesos psicológicos superiores, pensamiento y lenguaje, se planteó como objetivo la superación de esa división, mediante la explicación científica de todos los procesos psicológicos, desde los más elementales a los más complejos para entender la conciencia desde su naturaleza y su estructura. Su teoría defendió siempre el papel de la cultura, en el desarrollo de los procesos mentales superiores del individuo, considerándolos de naturaleza social. Respecto al lenguaje y el papel que desempeña en la conducta humana y el desarrollo del individuo a lo largo de su vida, sostuvo la idea de que las palabras comienzan siendo emocionales; pasan luego a designar objetos concretos, y asumen por último su significado abstracto.

El planteamiento sobre el origen social de los procesos psicológicos llevó a Vigotsky a un nuevo enfoque en la valoración del desarrollo mental del niño. Describió que no se debe contar sólo con la capacidad actual que el niño presenta, sino que es preciso cuestionarse hasta dónde puede llegar, si el contexto social y cultural lo hace avanzar. Esta afirmación lo llevó a formular el concepto de "zona de desarrollo potencial", entendida como la distancia entre el nivel actual de desarrollo, determinada por la capacidad de resolver independientemente un problema, y el nivel de desarrollo potencial, determinado por la resolución de un problema bajo la guía de un adulto o en colaboración con otro compañero más capaz. (Fernández, y Tamaro, 2023).

3. APARTADO 2. TEORÍA PSICOLÓGICA DE LA PERSONALIDAD DE SIGMUND FREUD

La teoría de la Personalidad se integra por cinco teorías, que son elaboradas en varios momentos. En el otoño de 1902 Freud empezó a reunirse con (Kahane, Reitler, Adler, Steckel, etc.), para discutir problemas del psicoanálisis, llamados así porque en ese punto confluyen conflictos psicológicos individuales y conflictos sociales y esta convergencia afecta múltiples niveles de la realidad y genera un problema social complejo y difícil de abordar.

El grupo se autodenominó la Sociedad Psicoanalítica y con los años creció hasta alcanzar dimensiones mundiales, por la aportación de sus novedosas hipótesis sobre el funcionamiento psíquico, relacionó la salud mental con el origen de la personalidad, hasta

implantar el método psicoanalítico para tratar los problemas psíquicos y fue, y sigue siendo, aquella terapia que se compone de observación clínica y explicación de la observación, sobresalen cuatro autores que han dejado su influjo y su impronta en la obra de Sigmund Freud: Johann Herbart, Gustav Fechner, Josef Breuer y Theodor Meynert. (Iturbide, 2020).

Para explicar la personalidad del individuo Freud, expone en diferentes momentos cinco sub teorías: 1). Topográfica, La Primera Tópica o Modelo Topográfico, 2). La Teoría Dinámica o Modelo Dinámico, 3). Modelo económico, 4) Modelo genético y 5) El Modelo estructural, para Torres (2017) las teorías están descritas como modelos de personalidad y pueden concebirse como teorías complementarias o bien como actualizaciones porque en ellas desarrolló varios conceptos fundamentales¹¹. A continuación, se enuncian los principales argumentos de cada teoría.

1. La Teoría Topográfica, Primera Tópica o Modelo topográfico. Es un modelo elaborado a partir de su obra la interpretación de los sueños (1900). Freud es el primero que divide y describe la mente en tres niveles o regiones, diferentes: A) la mente inconsciente, B) la mente preconscious y C) la mente consciente, cada una con formas simbólicas, contenidos y procesos diferentes. A). La mente inconsciente, la identifica como el nivel más profundo de la mente, explica que, en esta región, el individuo oculta sus pensamientos, impulsos, recuerdos y fantasías y le resulta muy difícil acceder desde en nivel de la consciencia al nivel inconsciente, describe que esta parte de la mente está dirigida por el principio de placer y por los procesos primarios (la condensación y el desplazamiento), en esta región de la mente, la energía psíquica circula de forma libre. B). La mente preconscious la describe como una región de la mente puente, porque une las dos regiones (mente inconsciente y la mente consciente), se constituye por huellas de memoria en formatos verbales, explica que los contenidos de esta región se conocen desde la consciencia, mediante la focalización de la atención del individuo. C). La mente consciente, es una región que Freud describe como un sistema intermediario, entre las regiones profundas y el mundo exterior, su papel es intermediar entre el mundo interno del individuo y el mundo exterior, explica que en esta región se encuentra la cognición, la motricidad y la interacción con el entorno, esta mente está regida por la realidad.

2. La Teoría Dinámica o Modelo dinámico. En esta teoría, Freud describe que en la mente coexisten dos fuerzas, y para describirlas, utiliza el concepto dinámico, para explicar que hay una interacción por la lucha entre los impulsos y las defensas, los impulsos o las fuerzas “instintivas”, buscan la gratificación; y por el lado contrario, las defensas, procuran inhibir los instintos. En este modelo, Freud concibe los síntomas psicopatológicos en el individuo, como formaciones de compromiso, que permiten una gratificación parcial de los impulsos, al mismo tiempo, causan malestar, actuando como un castigo contra la conducta de la persona. De este modo la salud mental del individuo dependería en gran medida de la calidad de las defensas y de las auto sanaciones, del resultado de esta interacción surgen los procesos psicológicos, que suponen una resolución más o menos satisfactoria o adaptativa de los conflictos (Torres, 2017) que enfrenta el individuo.

3. La Teoría de la personalidad de la pulsión o Modelo económico. En esta teoría Freud, describe que existe un impulso que lleva a la persona a alcanzar un fin determinado, a éste lo conceptualizó como “pulsión” y es el componente fundamental en la personalidad. Estas pulsiones tienen un origen biológico (se relacionan con la tensión corporal) su objetivo es la suspensión de estados fisiológicos desagradables (Torres, 2017). En esta teoría

¹¹ Conceptos como, por ejemplo, las pulsiones o los mecanismos de defensa.

describe tres modelos o subteorías: A) la teoría de la pulsión sexual o de reproducción, responsable de la supervivencia de la especie, y la autoconservación, está focalizada en cada individuo; B) La Teoría de la Distinción entre las Pulsaciones objetales. Freud añadió una explicación a esta teoría, la distinción entre las pulsaciones objetales, dirigidas a objetos externos, y las pulsaciones de tipo narcisistas, que se centran en uno mismo, y C). La Teoría de la Dicotomía entre la Pulsación de Vida. En esta teoría, se integran las dos primeras y describe la pulsión de muerte.

4. El Modelo genético. Freud describe cinco fases del desarrollo psicosexual. Según esta teoría el comportamiento humano está regido en gran medida por la **búsqueda de la gratificación (o descarga de la tensión)** en relación con las zonas erógenas del cuerpo, su importancia depende de la edad, Freud describe que cada individuo atraviesa cinco etapas para alcanzar la formación total de la personalidad estas son: la etapa oral, la etapa anal, la etapa fálica, la etapa de lactancia y la etapa genital.

La primera etapa o etapa oral del desarrollo humano, la identifica desde el nacimiento hasta los 18 meses, describe que la fuente principal de satisfacción del individuo es la boca. La segunda etapa de desarrollo es el periodo anal, describe que se presenta entre los 18 meses a los tres años y medio; aquí, el individuo empieza a desarrollar tensiones anales y va a presentar una evolución y organización de la libido, que se organiza alrededor de la zona anal, el objeto de satisfacción en esta etapa está ligado con la función de defecación (expulsión-retención) y al valor simbólico de las heces. La tercera etapa del desarrollo es la fálica, Freud explica que se desarrolla entre los tres años y medio a los cuatro y medio; en esta etapa, el individuo empieza a asociar la satisfacción sexual con el área genital, el individuo crea mecanismos de defensa, como la represión de sus instintos que le ayudan a eliminar la ansiedad causada por deseos o sentimientos inaceptables de su entorno, que motiva a la persona a olvidar y reprimir, relegándolos a la inconsciencia. La cuarta etapa o fase de lactancia, en esta etapa Freud explica que se presenta en el individuo, entre los 6 años y la pubertad; la libido se reprime, se priorizan el aprendizaje y el desarrollo cognitivo. Finalmente, la fase genital, se desarrolla con la adolescencia, en esta fase el individuo alcanza la madurez sexual.

5. La teoría de la personalidad o Modelo estructural, esta teoría fue propuesta en 1923, Freud divide la mente en tres instancias (peticiones) que se desarrollan a lo largo de tres momentos. En esta teoría Freud intentó explicar el funcionamiento psíquico humano, como un aparato o estructura que está dividido en tres partes: 1) el ello (el Id), 2) el yo (el Ego), y 3) el super yo (el Superego). Los tres componentes comparten funciones y sus mecanismos operativos son inconscientes. En cada persona existe una energía psíquica distribuida en los componentes como facetas de la personalidad de las tres.

El ello (el Id), lo considera el núcleo del ser, en este componente dice, están localizadas las tendencias instintivas con las que nace un individuo, además proporcionan la energía psíquica necesaria para el funcionamiento de los otros dos componentes que posteriormente se convierten en parte de la personalidad una vez que se desarrolla, el contenido del ello es inconsciente y consiste fundamentalmente en la expresión psíquica de las pulsiones y deseos. Está en conflicto con el yo y el superyó, instancias que, en la teoría de Freud, se han escindido posteriormente de él (Padilla, pp 89-94, 2020).

El yo (el Ego) Freud lo concibe como un componente psíquico y gran parte de este es inconsciente y actuante, aparece como mediador entre los dos componentes (id y super yo). El yo busca cumplir las demandas de la realidad y satisfacer los deseos inconscientes del ello (id). Al mismo tiempo, también intenta conciliar las exigencias normativas y

punitivas del super yo. El yo desarrolla mecanismos que permiten la obtención del placer dentro de los límites de la realidad, otra función es la defensa. Por la incidencia del mundo exterior recibe los estímulos y con los dispositivos de protección que posee puede alejarlos y mantenerse en contacto con la realidad para mediar entre el mundo interior del ello (el id) y la instancia del mundo exterior para satisfacer las tendencias instintivas de la manera más eficaz.

El superyó (El superego) es la instancia moral, enjuiciadora, surge como resultado de la resolución del complejo de Edipo, constituye la internalización de las normas, reglas y prohibiciones parentales. En el Superego están contenidos los valores de la sociedad en la que se desarrolla el niño, dado que dichos valores surgen de la identificación con los padres que el niño incorpora a su personalidad en todas las maneras socialmente aceptables para conducirse que le enseñan sus padres. Las funciones del Superego son inhibir y persuadir el Ego, para sustituir los objetivos morales por las tendencias instintivas y luchar por alcanzar la perfección; estos conflictos son la fuente de los problemas del desarrollo psicológico.

De manera integral la Teoría de la Personalidad argumenta que la personalidad se manifiesta en el individuo en diferentes etapas de la vida y para entender el comportamiento del individuo es necesario comprender esta dualidad incorporadas en las personas porque su temperamento es motivado por fuerzas conscientes como inconscientes, y la agresividad aparece como un instinto básico, con poderosas raíces biológicas que inciden en el consciente individual y colectivo, de esta se desprende que existen varios elementos a considerar, para entender el comportamiento de la personalidad, no es posible ubicarla en un momento porque se manifiesta en etapas posteriores de su vida, según lo manifestó en el estudio de los sueños, a este lo considera no solo como actividad somática, sino también como una actividad intelectual altamente complicada, a través del sueño las emociones y los recursos enterrados en el subconsciente de la mente, estos se hacen conscientes, cuando son negativos, aparece el incumplimiento de un deseo como deseo reprimido, con tendencia al masoquismo. Finalmente, la contribución más importante de esta teoría es la idea de que las personas son motivadas por fuerzas conscientes como inconscientes y considera la agresividad como un instinto básico que inciden en el consciente individual y colectivo.

La explicación de Freud sobre el comportamiento únicamente del agresor es retomada en la actualidad, para explicar y alertar sobre los rasgos de la personalidad de ese agresor. Los más importantes al respecto, Hirigoyen y Piñuel no abordan la agresión del individuo con el aprendizaje, describen la personalidad del acosador, con características en la que identifican la autoestima, el poder, admiración y aprobación, las relacionan con la perversión del individuo acosador. La personalidad del acosador en el bullying (acoso escolar) es igual a la que describe Hirigoyen en el caso del mobbing (acoso laboral), afirma que para identificar las características de este personaje se debe “desmontar” al agresor, continúa escribiendo que los psiquiatras “se muestran dubitativos a la hora de nombrar la perversión, y sólo lo hacen para expresar su incapacidad de intervenir, o bien para mostrar su curiosidad ante la habilidad del manipulador” (pág. 9). Al describir el comportamiento del acosador, afirma que:

(...) éstos necesitan rebajar a los otros para adquirir una buena autoestima y, mediante ésta, adquirir el poder, pues están ávidos de admiración y de aprobación. No tienen ni compasión ni respeto por los demás, puesto que su relación con ellos no les afecta. Respetar al otro supondría considerarlo en tanto que ser humano y

reconocer el sufrimiento que se le inflige. La perversión fascina, seduce y da miedo. (Hirigoyen, p 9, 1998).

Es su obra la autora, genera una serie de cuestiones y pone en la palestra nuevos paradigmas sobre el comportamiento y el aprendizaje del individuo al afirmar que: la perversidad no proviene de un trastorno psiquiátrico, sino de una fría racionalidad que se combina con la incapacidad de considerar a los demás como a seres humanos, Hirigoyen coincide con Piñuel (2001) sobre el comportamiento de algunos de estos perversos cometen actos delictivos, por los que se los juzga, pero la mayoría de ellos usa su encanto y sus facultades de adaptación para abrirse camino en la sociedad dejando tras de sí personas heridas y vidas devastadas” (Hirigoyen, pp. 9- 10).

4. APARTADO 3. TEORÍA DE GÉNERO SOBRE LA VIOLENCIA

Pocas teorías como la de género ha transitado y abrazado varias disciplinas, hasta convertirse en la Teoría de Género actual. En ésta, se reconoce la equidad de los valores, derechos y obligaciones de la mujer frente el hombre, y sus aportaciones, han sido determinantes para construir un marco legal de orden constitucional, que norma las relaciones entre hombres y mujeres, no solo con respecto a la igualdad, sino también en términos de equidad, para acceder de la misma forma a las oportunidades sociales, económicas, políticas y culturales. A los términos de igualdad y equidad, se les incorporó el concepto de género, como en la actualidad se denomina. Antes de describir los argumentos de la teoría de género sobre la violencia, revisamos los antecedentes para comprender cómo influyó la conceptualización para la elaboración de los documentos jurídicos, para implantar los mecanismos y aspirar a alcanzar la igualdad y equidad de género en todas las regiones del mundo.

Coleman Eli, expone que fue John Money propuso el término “papel de género” para describir el conjunto de conductas atribuidas a los varones y a las mujeres, pero sin especificar las características en las definiciones de los conceptos de igualdad y equidad (Coleman, 1991) Posteriormente cuando Robert Stoller estableció la diferencia conceptual entre sexo y género, en otros trabajos se pudo identificar las características esenciales de los dos conceptos, así y sin confundirlos como sinónimos, se facilitó su análisis, y es a partir de estas referencias conceptuales, que se inicia a examinar distintos planos del conocimiento, sobre el género, sin embargo el término género, se vuelve relevante en la investigación, cuando empieza a ser analizado por las ciencias sociales, hace menos de cuatro décadas¹², y es incorporado posteriormente en la corriente y el discurso feminista.

En el feminismo, la Teoría de Género se dotó de un significado propio y una acepción específica, de esta manera, en la actualidad los estudios que abordan estos temas pueden denominarse como “estudios de género” y están contribuyendo a robustecer el segmento de la producción de conocimientos que se han ocupado en estudiar y tipificar el rol del hombre y la mujer en la sociedad en términos de igualdad y equidad, con base en la experiencia humana. (1991). La aceptación conceptual de los estudios con Perspectiva de Género por las y los intelectuales feministas, logra posicionarse en la academia y las

¹² Gamba, S. (2008) en un artículo sobre Perspectiva de Género¹², ubica este concepto en los años setenta, pero fue a fines de los ochenta y comienzos de los noventa que el concepto adquiere consistencia y comienza a tener impacto en América Latina.

políticas públicas de los gobiernos, en donde, la denominada “perspectiva de género” se convierte en referencia indispensable para los marcos teóricos que se incorporan a la investigación, capacitación o desarrollo de políticas o programas sociales, además han desarrollado, junto a otras teóricas feministas, nuevas aportaciones para el psicoanálisis feminista, argumentando que el psicoanálisis es vital, para el proyecto feminista y que debe, al igual que otras tradiciones teóricas, ser criticado y transformado por mujeres, para liberarlo de cualquier vestigio de sexismo (Rodríguez *et al* 2003).

La principal exponente de los derechos feministas fue Simone de Beauvoir (1949), en las teorías feministas del psicoanálisis moderno, el psicoanálisis está representado por numerosas exponentes, pero sobresalen Jane Flax, y Sandra Harding (1990); en México, Martha Lamas en su escrito hace una diferenciación de género y sexo (oct, 1999) y una evaluación sobre las construcciones teóricas y ubica a la teoría feminista en la filosofía posmoderna, como un análisis de relaciones sociales, argumenta que el posmodernismo está alejado de las creencias sobre la verdad, propone que es necesario una deconstrucción para alcanzar la verdad, y volver a construirlo, identificando las relaciones entre el conocimiento, el poder, el yo y el lenguaje. Por otro lado, Sandra Harding, propone un método para abordar los estudios de la mujer e incorporar los nuevos elementos.

Así, la Teoría de Género incorporada en el feminismo contemporáneo, reclama los derechos de igualdad y equidad para la mujer, su fundamento es crítico. Argumenta que cada sociedad y cada persona tienen su propia concepción de género, como parte de su visión contemporánea del mundo, de su historia y de sus tradiciones, al conjugarse con otras visiones, se conforman las identidades culturales. Es en estas identidades, los valores y las motivaciones, que se crean, construyen las bases para formar una cultura emergente del mundo contemporáneo, y se origina un nuevo paradigma crítico, alternativo y genera un nuevo paradigma cultural.

En síntesis, esta Teoría de Género, analiza, clasifica, redefine, reformula y le da nuevos significados a los contenidos tradicionales entre las relaciones que existían del hombre y la mujer. Su propósito es recomponer el orden social y cultural, y con esta profunda transformación de eventos, el proceso investigativo, se convierte en una metodología deconstructiva, para crear este nuevo orden social, integra las cosmovisiones de género, tanto social como personal, y es así que los estudios que se llevan a cabo para estudiar la violencia y que cuando se analiza, se entienda y se explique como una tradición aprendida y, por lo tanto, un resultado cultural, con esta afirmación, devela de un zarpazo la tradición concebida, de que la violencia y la desigualdad de género es algo natural, en donde en todos los casos, es la mujer la que sigue perdiendo.

Respecto a su posición sobre la violencia, afirma que este flagelo social y cultural, se origina, por la desigualdad de género, la percepción de los individuos sobre esta desigualdad se aprende desde la temprana edad, se refuerza en cada etapa de la vida y desarrollo de una persona. La desigualdad de género se conforma por las ideas, los prejuicios, los valores, las interpretaciones, las normas, los deberes y las prohibiciones que se marca para la vida de las mujeres y los hombres, como un conjunto de cosmovisiones particulares de género, las que son siempre etnocentristas. En primer lugar, la Teoría de Género permite visualizar con precisión las características que definen a mujeres y hombres de manera específica; identifica sus semejanzas y diferencias, identifica las posibilidades vitales de unas y otros; así, como el sentido de sus vidas, sus expectativas y oportunidades, por complejas y diversas que estas sean, y describe las relaciones sociales que se dan entre géneros.

Desde la Perspectiva de Género, describe la organización patriarcal del mundo y las condiciones femeninas y masculinas de desigualdad que impiden sus aspiraciones, suponen que el dominio de un género produce la opresión de otro género, y que ambos, son obstáculos para una construcción social sin violencia, afirma que las características y los mecanismos del orden patriarcal, es el elemento principal que reproduce la violencia hacia las mujeres. Afirma que la organización patriarcal tiene aspectos nocivos, destructivos, opresivos y enajenantes, debido a su estructura, que lleva a la mujer a ser víctima de la violencia, a la inequidad, la injusticia y la jerarquización, basadas en la diferencia sexual, transformada en desigualdad genérica y cultural. Los argumentos de la teoría, expuestos de esta manera, se vuelven acciones para eliminar la desigualdad y violencia.

Desde su posición teórica, para eliminar la desigualdad de género, se debe crear una cultura feminista, donde la representación del orden genérico del mundo, los estereotipos sociales y sus normas, se dirija hacia la educación para enseñar el significado de ser mujer y de ser hombre, así como las relaciones entre mujeres y hombres, los deberes y las prohibiciones, para que estos elementos, permitan analizar y comprender la condición femenina, y las situaciones vitales de las mujeres y de los hombres; además ofrece la posibilidad de definir la condición social, y entender que su construcción se apoya en la significación cultural de su cuerpo sexuado, para vivir, a través de su sexualidad.

La propuesta final de la Teoría de Género argumenta que es necesario evitar que mujeres y hombres se perciban como seres dados, eternos e inmutables, sino que se asuman como sujetos históricos, construidos socialmente, como producto de la organización de género, dominante en una sociedad, porque las mujeres y los hombres son asignados desde el nacimiento a uno de los géneros y, por ello, son sujetos de género. Desde esta visión debe construirse una organización genérica de la sociedad, donde la igualdad sea tanto para hombres y mujeres, esta igualdad se enseña tradicionalmente en las etapas de formación de los sujetos en su convivencia social.

Así la Teoría de Género, ubica a las mujeres y a los hombres en su circunstancia histórica, y por ello, puede darse cuenta de las relaciones de producción y de reproducción social como espacios de construcción de género. De aquí la propuesta metodológica para volver a construir una sociedad igualitaria en donde la cultura tradicional de opresión y violencia hacia las mujeres se pueda erradicar a partir de la transformación de la cultura.

En las últimas décadas la cultura ha rebasado su origen antropológico convirtiéndose en uno de los conceptos más usados para explicar la condición humana en las ciencias sociales. Hoy en día se reconoce que lo característico de la cultura es su naturaleza simbólica que entreteje conocimiento tácito sin el cual no hay interacción ordenada y rutinaria, con la que las personas comparten Significados no verbalizados, ni explicitados que toman por verdades dadas (Lamas, M. pág 2, 2000).

Con este enfoque se estimula a la reflexión sobre el comportamiento acoso agresivo y violento del hombre, y su relación con la cultura como una composición social, si esta se puede construir, entonces también se pueden construir los aprendizajes no violentos.

5. APARTADO 4. EXPLICACIONES POSIBLES DEL COMPORTAMIENTO DEL ACOSADOR EN EL BULLYING (ACOSO ESCOLAR)

En la psicología activa el bullying (acoso escolar) es una conducta innata y consustancial (necesaria) se ejerce de forma física y psicológica, mientras que en la psicológica pasiva se aprende, en Freud es parte de la personalidad y en la Teoría de Género es una construcción social. En las teorías psicológicas activas, el bullying (acoso escolar) es innato y los estudiantes responden a los estímulos ambientales y biológicos, como pautas preprogramadas (agresividad, conducta sexual, sociabilidad, relación madre-hijo, territorialidad, etc.) pero este comportamiento no determina la conducta agresiva dentro del grupo educativo que los rodea.

En las teorías psicológicas pasivas, el entorno externo y el componente interno del individuo desencadena el El bullying (acoso escolar) porque hay un entorno social agresivo y los participantes (al agresor- víctima y testigos) provocan en el estudiante agresor que ejerza la violencia como una reacción de emergencia ante los elementos externos hostiles. Feshbach explica que la agresión que ejerce el estudiante acosador sobre la víctima, es un intento de herirlo, ya sea física o socialmente; en algunos casos, el intento puede ser para destruirlo, a través de la agresión hostil y la agresión instrumental, su comportamiento se caracteriza por la emoción intensa y desorganizada de la ira, como respuesta a los estímulos, ejerce la agresión instrumental que inicia con la competencia y el deseo de obtener objetos, posesión de estatus por otra persona, joyas, dinero, territorio etc.

Bajo la explicación de Berkowitz describe el un comportamiento continuo que va de la agresión-ira-agresividad, la ira del acosador en el bullying (acoso escolar) aparece cuando alguien que nos produce frustración podría haber elegido actuar de otra manera. Una persona frustrada está especialmente susceptible a estallar cuando estímulos agresivos lo hacen expulsar el enojo generado por la frustración liberando la ira acumulada sobre la víctima. Con esta explicación se puede interpretar que el acoso es un proceso (con un principio y un fin) con un acto permanente, de apremio, apresurado, insistente, molesto y agresivo, para perseguir a una persona, sin darle tregua, hasta hacerlo correr.

El bullying (acoso escolar) los estudiantes lo pueden aprender por imitación según la teoría del aprendizaje social sostiene que las nuevas conductas agresivas del estudiante agresor pueden darse por la imitación de modelos agresivos, aprendidos en el entorno social. El psicólogo Albert Bandura el bullying (acoso escolar) es un aprendizaje social porque involucra a la comunidad, así los alumnos aprenden del comportamiento de sus padres, maestros y compañeros, no sólo del tema expuesto en la clase. Pero si es aprendido, Miller es afirma que puede ser susceptible de ser modificadas gracias al aprendizaje.

El conductismo social explica que el bullying (acoso escolar) es el resultado de la “violencia gratuita” entre sujetos con la sociedad actual, por la relación con la excesiva exposición a escenas de violencia que se difunden a través de los medios de comunicación (películas violentas, dibujos animados violentos, escenas de noticias que pueden herir sensibilidades, etc. En este caso, John Broadus Watson sostiene que aplicando las técnicas de modificación de conducta se puede adiestrar para cambiar el comportamiento.

Bajo la Perspectiva cognitiva, se puede cambiar el comportamiento del estudiante a medida que se adquiere su desarrollo socio moral y al desarrollo progresivo de las estructuras cognitivas del individuo, Jean Piaget el bullying (acoso escolar) se elimina aprendiendo normas justas para todos, para que los estudiantes reconozcan el valor de la

igualdad, y esto permite la formación de una cultura de juicios morales autónomos que en principio rechazan el concepto de igualdad. Kohlberg afirma que el comportamiento se centra en el conocimiento a través del desarrollo de reglas y la adquisición de principios universales, y la moralidad es producto de la interacción creativa del sujeto con factores biológicos y culturales del medio y la adquisición de principios morales universales que se adquieren con la maduración del juicio cognitivo.

El bullying (acoso escolar) desde la psicología vigotskiana o psicología sociocultural considera que los fenómenos que generan la violencia y el maltrato entre los escolares, pueden ser el resultado de su participación en procesos interpersonales en los que se filtra la violencia estructural que acosa a la sociedad, y que la actividad compartida entre sus semejantes se incorpora como violenta, si incluye contravalores como la injusticia, el abandono afectivo o el propio maltrato. Lev Vygotsky describe que es necesario conocer los procesos psicológicos, para entender la conciencia desde su naturaleza y su estructura y el papel de la cultura, en el desarrollo de los procesos mentales superiores, considerándolos de naturaleza social para erradicar el bullying (acoso escolar).

La explicación de bullying (acoso escolar) desde la perspectiva Freudiana, para interpretar la naturaleza del agresor, es con la Teoría de la Personalidad. El comportamiento del agresor es motivado por fuerzas conscientes como inconscientes, y la agresividad aparece como un instinto básico, con poderosas raíces biológicas que inciden en el consciente individual y colectivo, para entender el comportamiento de la personalidad es necesario observar las etapas posteriores de su vida.

La interpretación de las cinco teorías de Freud para describir la intensidad de la violencia, agresión y acoso que ejerce el acosador, se puede explicar por los impulsos positivos o negativos, para la convivencia en un entorno social, pero no actúan de manera aislada en el individuo, porque el impulso de auto conservación, es de naturaleza erótica, que necesita disponer de la agresión, compuesta de eros y destrucción, y determinan la agresividad y provoca la violencia, esta se vuelve social y circular, porque el acosador necesita mostrar su poder sobre otro individuo y materializarlo como violencia de derecho.

Como el poder es algo implícito por ser inconsciente, es la pulsión de apoderamiento, si no es controlada por la parte consciente puede dar origen al comportamiento sádico, al ser el poder inherente al ser humano, no se lo puede controlar, por medios artificiales, requiere procesos elaborativos continuos (análisis, autoanálisis, supervisiones), donde el encuadre, con las modificaciones que sean pertinentes, es un factor importante para evitar desbordes, si hay adquisición del pensamiento analítico resultado en gran parte de una transmisión de alto contenido vivencial, pone en juego los aspectos narcisísticos importantes, vinculados con efectos de poder inconsciente.

(...) la inevitable existencia de una "doxa", es decir un saber aceptado de por sí y que perpetúa formas de poder, constituye un obstáculo (...) para reducir estos obstáculos, es necesario la introducción de ideas no habituales (Agejas, may-jun, 2010).

El comportamiento del acosador en el bullying (acoso escolar) resulta de una cultura de violencia en la que ha faltado el fortalecimiento intelectual para gobernar la vida pulsional, además de tener la incapacidad para reconocer la inclinación a agredir, con actitudes psíquicas lo que ha generado un proceso cultural histórico de la violencia, refleja

socialmente una incapacidad intelectual y afectiva que trasciende a una intolerancia constitucional, originando una idiosincrasia que se repite de manera generacional.

El bullying (acoso escolar) desde la teoría de género se puede interpretar como un comportamiento intenso y violento que se relaciona por la desigualdad de género, y se aprende desde la temprana edad. El acosador tiene el objetivo de agredir a la víctima por su género: orientación sexual, identidad de género, sexo, etc., son las víctimas que predominantemente elije el acosador.

Para esta teoría, el bullying (acoso escolar) es el resultado de la desigualdad de género que se aprende desde la temprana edad, en la familia y se refuerza en cada etapa de la vida y desarrollo de una persona, se conforma por las ideas, los prejuicios, los valores, las interpretaciones, las normas, los deberes y las sobre todo las prohibiciones sobre la vida de las mujeres y los hombres como un conjunto de cosmovisiones particulares de género las que son siempre etnocentristas.

El buylling (acoso escolar). El bullying o acoso escolar, es un proceso en el que se ejerce el poder que inicia un estudiante o grupo de estudiantes con el acto permanente, insistente, molesto, agresivo y violento, en todas sus modalidades, para perseguir a otro estudiante, sin darle tregua para romper su autoestima, hasta hacerlo correr de la escuela, o llevarlo al suicidio, como fin del proceso.

Inicio: La naturaleza del proceso del bullying (acoso escolar) se origina por un estudiante (acosador), cuando este posee una personalidad energética¹³ y dinámica, es consciente que en el entorno escolar, ejerce el poder, este poder que posee el acosador, es algo implícito es la pulsión de apoderamiento, explicada por Freud, todos los individuos la poseen, pero si no es controlada por la parte consciente, puede dar origen a un comportamiento sádico que no se lo puede controlar, por medios artificiales, requiere procesos elaborativos continuos. Otro factor externo es el entorno competitivo, en este espacio se han credo las condiciones que como respuesta a otros elementos externo que, en su percepción, el acosador considera hostiles, cuando identifica que otra persona, es diferente al grupo y además posee cualidades diferentes o superiores a las que él posee, este estudiante se convierte en su víctima, su objetivo para expulsarla del lugar, así el agresor ejerce la violencia en todas sus modalidades.

La expulsión de la víctima del ámbito escolar, no es inmediata ni evidente, el acosador utiliza su inteligencia y su estructura cognitiva para planear la forma en que se ejecutarán estas violencias, principalmente por otros estudiantes, (a los que ha manipulado y coaccionado) con estas acciones se invisibiliza el protagonismo del agresor, y sólo se identifican las diferentes violencias, que, orquestadas desde la sombra, las ejecuta el grupo de agresores en todas sus manifestaciones (física, sexual, económica, patrimonial y psicológica--bloqueo social, manipulación, hostigamiento, agresión, coacción, exclusión, amenaza, intimidación, agresión--). El acosador podría haber elegido actuar de otra manera, pero la ira que le embarga aparece porque la superioridad, o diferencia por característica que posee la víctima cuando se autoevalúa es menor que en la del sujeto con el que se compara, esto desencadena la agresión instrumental para mantener su el estatus (joyas, dinero, territorio etc.), su comportamiento se caracteriza por la emoción intensa y desorganizada de la ira.

¹³ La personalidad del agresor, para autores actuales que han interpretado este comportamiento, lo consideran como un psicópata (Garrido, 2000) por esta razón el estudiante que es víctima de este acosador se considera la más agresiva y se cataloga como el maltrato psicológico (González de R, 2002).

Durante el proceso: El comportamiento continuo del acoso escolar hacia la víctima va de la agresión-ira-agresividad. En todo el proceso, el grupo de acosadores que acompañan al acosador, ejecutan la violencia de manera inconsciente, imitan el odio, la ira desorganizada porque lo aprendieron sin saber o cuestionarse, por qué lo replican, la destrucción, la agresividad y la violencia, se vuelve general y circular en el ámbito escolar, el poder sobre el otro individuo se ha materializado como violencia de derecho. Durante el acoso que sufre la víctima objetivo, en el entorno escolar se encuentran los testigos, este grupo de estudiante, no participa en las acciones que realiza el acosador o acosadores hacia la víctima, pero sufren en silencio por el terror que les provocan las acciones que están observando y que no quisieran que se desvíen hacia ellos, el miedo generalizado que los invade les impide apoyar a su compañero.

Fin del proceso: el proceso de acoso en el entorno escolar finaliza cuando el objetivo del acosador se completa, cuando a la víctima se le rompió su seguridad, su autoestima, se retira de la escuela, en muchos casos para siempre de los estudios, en algunos casos cuando el acoso fue violento y la víctima tiene una personalidad con mayor sensibilidad, el suicidio es la salida más drástica que encuentra la víctima, al no superar lo que supone, su fracaso en el ámbito escolar.

Como se ha descrito en el trabajo, la explicación para entender la conducta del acosador en el bullying (acoso escolar) desde las teorías psicológicas del aprendizaje, es multifactorial y transversal, pero aunque se han identificado varios factores, nos facilita enunciar las explicaciones que permitan diseñar acciones, para el desaprendizaje, cuando se pueden cambiar los factores que lo desencadenan en el acosador, además conocer la naturaleza del proceso del bullying (acoso escolar) externamente, permitirá que se inicien los primeros pasos para prevenir la violencia y resolviendo los conflictos como una estrategia para crear un clima con calidad, para posteriormente eliminarlo (Fernández, 1998), de la misma manera que se puede vencer el mobbing (acoso laboral) en las organizaciones (Rodríguez, 2002).

6. ANÁLISIS DE LAS TEORÍAS PSICOLÓGICAS REVISADAS

Aunque los resultados obtenidos no son concluyentes, porque los factores son multifactoriales, desde la perspectiva de las teorías psicológicas y de género se identificaron los factores externos (estímulos ambientales, aprendizaje, el entorno social) y factores internos (la psique humana, -poder frustración, ira poder-, capacidad cognitiva -aprendizaje-, cambios biológicos).

En el enfoque de aprendizaje activo: los factores externos son los estímulos ambientales, aprendidos en el entorno social y los factores internos es el comportamiento agresivo innato.

En el enfoque de aprendizaje pasivo: los factores externos es la imitación aprendida en el entorno social. Y los factores internos son la frustración como respuestas al ambiente físico, biológico, y social.

Para la psicología sociocultural: los factores externos son la violencia estructural de la sociedad y los factores internos son procesos interpersonales que actúan como filtros.

En Freud, la personalidad: los factores externos son la agresividad y agresiones físicas y los Factores internos son las fuerzas de la mente, humana para ejercer el poder a partir de una personalidad particular.

En la Teoría de género: Factore externos es el ejercicio del poder en todas sus expresiones aprendido y ejercido desde el núcleo patriarcal hacia la mujer origina la desigualdad de género, y la violencia.

7. PROPUESTA

La propuesta es una educación dirigida a la enseñanza de habilidades reflexivas para que la persona aplique su habilidad cognitiva y “desaprenda” lo aprendido, reeducarlo con normas éticas y morales, la característica de la educación dirigida:

Controlar la agresividad innata.

Eliminar la competición para erradicar la frustración.

Enseñanza consciente de reglas éticas y morales.

Educar para controlar los impulsos agresivos y de destrucción y construir una nueva cultura.

Educar con igualdad para erradicar actitudes estereotipadas de género

Para erradicar el bullying (acoso escolar) es a través de la educación en todos los niveles de formación, el aprendizaje debe dirigirse a la enseñanza de aprendizajes de comportamientos visibles no violentos. Para que el desarrollo socio moral y cognitivo permita reeducar al sujeto que manifieste conductas agresivas para que construya una nueva cultura en las que predomine el intelecto como instrumento para corregir los instintos destructivos y las creencias estereotipadas que desvalorizando a las personas con características diferentes al resto de la sociedad.

8. CONCLUSIONES

Ante la cuestión planteada al inicio del trabajo es que el aprendizaje se adquiere por lo tanto cuando en una cultura el acoso, la agresión y la violencia, es “natural” y cotidiana, se aprenden de manera inconsciente especialmente, pero en el bullying (acoso escolar) existen dos condiciones: el aprendizaje social y una personalidad con filia al poder y cuando crean condiciones en el entorno que desata la ira y frustración del acosador para alcanzar los objetivos impuestos por la competitividad social.

La hipótesis planteada inicialmente, se acepta parcialmente, porque para que se desencadene en el acosador el deseo de ejecutar el bullying (acoso escolar), si influye (factor externo) el aprendizaje del comportamiento violento aprendido en la sociedad, y los factores internos psicológicos (personalidad, ira, frustración) que posee el individuo, cuando se relacionan con las condiciones externas, del medio ambiente, competitivo y tóxico, puede desencadenar los factores internos psicológicos, (considerados en el paradigma psicológico, desequilibran las pulsaciones que empoderan al sujeto, cuando confluyen conflictos psicológicos individuales y sociales y afecta los múltiples niveles de la realidad y en respuesta el individuo ejercer el poder descontrolado contra otros traducido en acoso agresivo y violento) en el acosador, para ejercer bullying (acoso escolar) a su víctima y mantener su poder.

Por lo tanto, se puede concluir que los factores que desencadenan el bullying (acoso escolar) son externos e internos, cuando hay condiciones en el entorno externo y por los factores la personalidad del individuo para ejercer el poder.

REFERENCIAS

- [1] Agejas, Eduardo. (2010). El poder en el psicoanálisis. Subjetividad y procesos cognitivos, ciudad Autónoma de Buenos Aires, 14. (1). <http://www.scielo.org.ar/scielo.php>.
- [2] Antón, Marta. (2010). Aportaciones de la teoría sociocultural al estudio de la adquisición del español como segunda lengua. *Resla*, 23 (10), 9-30. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3897521>.
- [3] Bandura, Albert. (2021). Teoría del aprendizaje social. <https://www.psyciencia.com/albert-bandura-biografia-y-aportaciones-a-la-psicologia/>
- [4] Berkowitz, Leonard. (1989). Frustration-aggression hypothesis: examination and reformulation. *Psychological Bulletin*, University of Wisconsin—Madison, 106 (1), 59-73. https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/14750380/frustration_aggressisposition=inline%3B+filename%3DFrustra
- [5] Centro Europeo de Posgrado, (s/). Teoría del Aprendizaje Social de Bandura, en: <https://www.ceupe.cl/blog/la-teoria-del-aprendizaje-social-de-albert-bandura.html>.
- [6] Cerezo, Ramírez F. (2007). Teoría de la Frustración-Albert Bandura, *Psicorevista*. <https://psicorevista.com/articulos-de-psicologia/teoria-de-la-frustracion-albert-bandura/>
- [7] Criminólogos, Criminalistas y Expertos en Ciencias Forenses. (2016). Agresión. https://www.facebook.com/invesfo/photos/1185873478171902?_rdr.
- [8] Coleman Eli, (1991). John Money a Tribute, en el *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 4 (2).
- [9] Delgado, Paulette. (diciembre 09 2019). La teoría del aprendizaje Social: ¿qué es y cómo surgió? Observatorio, Institute for the Future of Education. <https://observatorio.tec.mx/edu-news/teoria-del-aprendizaje-social/>
- [10] Díaz-Serrano, José. (2005). El desarrollo del juicio moral en Kohlberg como factor condicionante del rendimiento académico en ciencias sociales de un grupo de estudiantes de educación secundaria *Revista Electrónica Educare*, Universidad Nacional Heredia, Costa Rica 19 (3), 1-14.
- [11] Eibl-Eibesfeldt, Irenaus. (2004). Amor y odio. Historia natural de las pautas elementales de comportamiento. Siglo XXI, México.
- [12] Estrada, Alejandro. (2003). Comportamiento Animal. El caso de los primates. Fondo de Cultura Económica México.
- [13] Fernández, García, Isabel. (1998). Prevención de la violencia y resolución de conflictos: El clima escolar como factor de calidad., Narcea.
- [14] Fernández, Tomás y Tamaro, Elena. (2004). Biografía de Lev Vigotsky. En *Biografías y Vidas*. La Enciclopedia biográfica en línea (internet) <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/v/vigotski.htm>
- [15] Feshbach, Herman (1964). Teorías psicológicas de la agresión. <http://psicologiahumanizada.blogspot.com/2010/03/teorias-psicologicas-de-la-agresion-y.html>
- [16] Figueroba, Alex. (agosto, 2017). Konrad Lorenz: biografía y teoría del padre de la etología. El fascinante ámbito de estudio del comportamiento de los animales nació gracias a este científico. <https://psicologiaymente.com/biografias/konrad-lorenz>
- [17] Flax, Jane y Sandra H. (1990). Fragmentos de pensamiento: psicoanálisis femenino en Occidente Contemporáneo. Berkeley: California. Cultura Posmoderna. www.pomoculture.org (en inglés estadounidense).
- [18] Gamba, S. (2008). Diccionario de estudios de Género y Feminismos. Editorial Biblos.
- [19] Garrido, Vicente Javier. (2000), *El psicópata*, Algar editorial.

- [20] Gomariz, Moraga Enrique. (1992). Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas. Periodización y perspectivas, en ISIS Internacional, Santiago de Chile,17.
- [21] González de Rivera, José Luis (2002). El maltrato psicológico, Espasa Calpe.
- [22] Hirigoyen, Marie-France (1998). El acoso moral: el maltrato psicológico en la vida cotidiana. Editorial Paidós.
- [23] Instituto Aguascalentense de la Mujer (2011). Encuesta del Bullying (acoso escolar) en las escuelas secundarias. Gobierno del Estado.
- [24] Instituto Nacional de Geografía Estadística en Informática, (2022). Encuesta Nacional sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares 2021, en: <https://www.inegi.org.mx/programas/endireh/2021/>.
- [25] Instituto Nacional de Geografía Estadística en Informática, (2022). Encuesta Nacional de Victimización de Empresas 2022. <https://www.inegi.org.mx/programas/enve/2022/>
- [26] Instituto Nacional de Geografía Estadística en Informática, (2021). Encuesta Nacional de Victimización de Empresas 2022. <https://www.inegi.org.mx/programas/encig/2021/>
- [27] Iturbide, Luquin Luis María (2020) Sigmund Freud y El Psicoanálisis. Psicología dinámica. II 1-36.
- [28] Klein, Emilio y Tokman Victor (2000). La estratificación social bajo tensión en la era de la globalización, Revista de la CEPAL, 72 (3), 1-24. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10705/072007030_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- [29] Klein, Zdenek. (2000). The Ethological Approach to the Study of Human Behavior. En Neuroendocrinology Letters 21 (6), 477-481.
- [30] Konrad, Lorenz (1976). Consideraciones sobre las conductas animal y humana, Planeta De Agostini.
- [31] Lamas, Marta. (2000). Diferencias de sexo, género y diferencia sexual, Escuela Nacional de Antropología e Historia, 7 (18), 1-25.
- [32] Lamas, Marta. (1999). Género, diferencia de sexo y diferencia sexual ¿Género?, Debate Feminista, 20 (10). <https://doi.org/https://doi.org/10.22201/cieg.2594066xe.1999.20.2044>.
- [33] Lorenzo, Juan Carlos. (2003). La psicología de Lev Vygosky algunos abordajes posibles para la enseñanza de la historia. Revista Escuela de Historia. 1 (2) 1-13.
- [34] Meloy, Reid J. (2000). The Psychology of Stalking. Reid. Academic Press.
- [35] Orbegoso, P. (s/f) Teoría cognitiva y sus representantes en: https://tauniversity.org/sites/default/files/teoria_cognitiva_y_sus_representantes.pdf
- [36] Padilla, Gálvez Jesús. (2012). Un estudio desde un punto de vista analítico en: Yo, máscara y reflexión, Ed. Plaza y Valdés.
- [37] Pérez, Acosta Andrés y Neal E. Miller (2003): psicólogo científico. Revista Latinoamericana de Psicología, Fundación Universitaria Konrad Lorenz Bogotá, Colombia 35 (1), 111-114.
- [38] Pérez, Nieto Miguel Ángel, Redondo Delgado Marta María y León Leticia. et al (2016). Aproximaciones a la emoción de ira: de la conceptualización a la intervención psicológica. Revista electrónica de Motivación y Emoción, XII, (28), 1-19. <http://reme.uji.es/articulos/numero28/article6/texto.html>.
- [39] Piñuel y Zabala, Iñaki, (2001). Mobbing. ¿Cómo sobrevivir al acoso psicológico en el trabajo?, Santander. Sal Terrae.
- [40] Rodríguez, Nora. (2002), Mobbing. Vencer el acoso moral, Planeta.
- [41] Rodríguez, Rosa María et al, (2003). El placer del simulacro: mujer, razón y erotismo. Icaria Editorial.
- [42] Sanfeliciano, Alejandro. (2003) La teoría del Desarrollo Moral de Kohlberg. <http://ceril.net/index.php/2-articulos/267-la-teoria-del-desarrollo-moral-de-kohlberg>.

- [43] Servian, Fátima. (2023). Piaget y su teoría sobre el aprendizaje. <https://lamenteesmaravillosa.com/piaget-y-su-teoria-sobre-el-aprendizaje/>
- [44] Staats, Arthur W. (1979). El conductismo social: un fundamento de la modificación del comportamiento Revista Latinoamericana de Psicología, Fundación Universitaria Konrad Lorenz Bogotá, Colombia.11 (1) 9-46.
- [45] Torres, Arturo. (2017). La teoría de la personalidad de Sigmund Freud, Psicología y Mente. <https://psicologiaymente.com/personalidad/teoria-personalidad-sigmund-freud>.
- [46] Wrangham, Richard. (1997). Subtle, secret female chimpanzees. Science 277 (5327), 774-775.

Capítulo 8

Mulheres na praticagem: Uma revisão

Emylaine Eduarda de Oliveira Laurentino

Larissa de Oliveira Santos

Resumo: O serviço de praticagem é uma atividade de apoio à navegação, tratando-se de um serviço que desde os primórdios é essencial, que consiste em assessorar o comandante nas manobras náuticas e na navegação. O objetivo do estudo é demonstrar o que foi produzido na literatura sobre as mulheres na praticagem. Assim, o estudo ora proposto, para identificação do problema utilizou-se o método de análise e solução de problemas, método de abordagem de dedução, no tocante ao método de procedimento, optou-se pelo monográfico, trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica (revisão de cunho narrativa), de natureza básica, referente aos objetivos a pesquisa consiste em exploratória e descritiva, foi utilizado ainda o método.

Palavras-chave: Navegação, Praticagem, Mulher.

1. INTRODUÇÃO

Cerca de 95% da carga movimentada pelo comércio internacional é transportada por vias marítimas, o que faz do navio o principal meio de transporte utilizado para fazer as mercadorias chegarem aos seus milhares de destinos espalhados pelo globo terrestre. Nunca é demais lembrar que o transporte marítimo é uma das modalidades mais antigas, sendo tão importante na antiguidade quanto é hoje – seja para o transporte de pessoas, seja para o desenvolvimento do comércio (GILBERTONI, 2005).

Em função disso, visa-se a melhor eficiência de circulação das embarcações na entrada e saída dos portos. Mais do que a condução de um navio, no seu cotidiano o comandante carrega sobre os ombros um fardo de responsabilidades, tomar decisões idôneas a minorar ou a evitar maiores prejuízos, que poucos se atrevem a onerar o próprio nome, a honra e a vida, mesmo aqueles que detêm as habilitações exigidas para aceder. Assim, entra a figura do práctico, cuja importância cresce devido ao aumento da circulação de navios nos oceanos (PIMENTA, 2007).

O serviço de praticagem é caracterizada por ser uma atividade de apoio à navegação, tratando-se de um serviço que desde os primórdios é considerada como essencial, que consiste em assessorar o comandante nas manobras náuticas e na navegação (MARTINS, 2013).

É um profissional aquaviário, não tripulante, que presta serviço de praticagem, sendo considerado um auxiliar técnico do comandante para manobras do navio em águas restritas. Por ser conhecedor de particularidades locais, zona de praticagem (ZP), sua natureza jurídica é de assessoramento (PULA, 2010).

Devido ao fato das atividades marítimas, ter sido historicamente um espaço caracterizado pelo uso da força física em atividades braçais e “pesadas / brutas”, sendo o acesso dos trabalhadores nas atividades laborais portuárias repassadas geracionalmente (geralmente de pai para filho), se dificultava a inserção das mulheres neste ramo, as poucas trabalhadoras mulheres empregadas comumente atuavam em instalações administrativas e áreas operacionais.

Então, diante do exposto anteriormente, o objetivo do estudo é demonstrar o que foi produzido na literatura sobre as mulheres na praticagem.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1. PRATICAGEM: CONCEITOS TEÓRICOS

A atividade de praticagem consiste em gerenciar os riscos baseados em seus conhecimentos dos acidentes e fatos da navegação característicos da área designada como zonas de praticagem (ZP). Essa atividade é realizada, de acordo com Martins (2013): “em trechos da costa, em baías, portos, estuários de rios, lagos, rios, terminais e canais.” A praticagem e mar é um serviço de assessoramento aos capitães que navegam em zonas perigosas ou muito trafegadas [...].

A praticagem de mar estava quase extinta, teve um renascimento com o advento dos grandes navios. São serviços privados, portanto, não regulamentados por quaisquer dos Estados ribeirinhos a essas regiões; desta maneira, não é obrigatório aos Capitães servirem-se desses serviços. No serviço de praticagem de porto e fluvial, os Práticos auxiliam os Comandantes na navegação e manobra dentro dos portos ou rios (PIMENTA, 2007). Os prácticos devem ter perfeito conhecimento das particularidades do local de

navegação, manobra, marés e correntes de marés, perigos, profundidades, movimentação de bancos etc. O conhecimento do práctico é limitado aos locais em que trabalham. (GIBERTONI, 2005).

Dessa forma, para a segurança e eficácia do transporte marítimo, o serviço de praticagem é essencial não só no Brasil, mas para a maior parte do mundo. O serviço da praticagem compreende em auxiliar, como mencionado, o comandante em manobras e na atracação do navio nos portos. Essa questão faz gerar uma grande discussão sobre a responsabilidade do práctico em casos que resulte erros ou acidentes na navegação, pois desses atos podem resultar prejuízos significativos como não só financeiros, mas ambientais e a proteção humana (MALUF, 2019).

A Convenção de Solas codifica as regras sobre a atividade da praticagem e a segurança do mar, dessa maneira a resolução IMO n.159, que sucede a Convenção, dentre os diversos temas relevantes que esta resolução versa, essencialmente, versa sobre a segurança, habilitação e assuntos específicos da atividade do práctico. Ainda na seara da segurança, um dos principais problemas a ser observado na atividade do práctico é o que se refere às grandes embarcações e as condições meteorológicas (RIBEIRO, 2017).

A Convenção de Solas indica alguns requisitos para melhor abordagem e acesso do práctico aos navios, ou seja, a melhor maneira para que os prácticos embarquem e desembarquem das embarcações (SILVA, 2015).

O práctico é o profissional responsável pela condução do navio em manobras, principalmente na entrada e saída dos portos, diferentemente do que ocorre na navegação. De acordo com a NORMAM 12/DPC, item 0115, consiste as manobras de praticagem, atracar, desatracar, fundear, suspender, amarrar à boia etc., quando executada em acessória de práctico.

2.2. PRATICAGEM: ASPECTOS HISTÓRICOS

Os primeiros Serviços de Praticagem organizados no Brasil, que apresentavam características que são preservadas até os dias atuais foram implementados com a rubrica do Príncipe Regente D. João VI em 1808. Em junho desse mesmo ano, foi criada a função de Piloto Prático da barra do porto do Rio de Janeiro, sendo então o Rio de Janeiro o primeiro porto do Brasil a possuir esse serviço especializado. As primeiras referências de praticagem fazem menção ao século XIX no porto de Santos. Almirante Protógenes Pereira Guimarães, ministro da Marinha, em 1933 autorizou a criação Associação dos Práticos da Barra, Canal e Porto de Santos, sendo assim a primeira entidade prestadora dos serviços de praticagem que, até aquela data, eram realizados de forma avulsa (GUEDES, 2016).

O desenvolvimento das aventuras marítimas surgiu como consequência do crescimento das civilizações costeiras. Uma vez que, buscou-se cada vez mais conquistar novas terras e ampliar o comércio. Sendo assim, com a evolução da atividade marítima, tornou-se necessário cada vez mais um aperfeiçoamento deste ofício. Era necessário que se tivesse boas embarcações, bons portos e bons profissionais para que garantisse uma maior excelência nesta área (GUTIÉRREZ; CASTRO JÚNIOR, 2011).

As atividades marítimas são muito antigas, desenvolvidas pelas civilizações que utilizavam o mar como meio de sobrevivência. Muito utilizada na antiguidade pelos gregos e fenícios, o início das atividades de praticagem surge nesse contexto. Esta surgiu para garantir a segurança das embarcações que chegassem aos portos. O práctico aparece

para prestar uma atividade de assessoramento ao comandante do navio em zonas consideravelmente críticas e que careciam de um auxílio para a realização das manobras náuticas (FILHO, 2010). Com o desenvolvimento crescente do mercado marítimo, surge a necessidade de se criar uma regulamentação para a atividade de praticagem. Buscando-se assim, a prevenção da ocorrência de sinistros, proteger os portos e regularizar o exercício da atividade propriamente dita. As nações marítimas, a partir do século XIX, passaram a adotar a praticagem como atividade obrigatória nos portos, vez que essa prevenia a ocorrência de acidentes nos portos, acelerava o processo de chegada e saída dos navios e, conseqüentemente protegia os navios e os portos de possível ocorrência de sinistros (GUEDES, 2016).

No Brasil, é a partir do Decreto de 12 de junho de 1808 de D. João VI que se tem a criação normativa que regulamentou essa atividade. Observa-se, que a necessidade de se ter um profissional que prestasse serviços de assessoramento ao comandante do navio para que se evitassem acidentes com as embarcações, garantindo assim a segurança do tráfego aquaviário não era realidade apenas das nações europeias (FILHO, 2010).

2.3. PRATICAGEM NO BRASIL

Os serviços de praticagem estão presentes em todos os principais portos do mundo e a profissão de Prático surgiu como decorrência da própria profissão. No Brasil o serviço de praticagem, tem suas diretrizes definidas pela NORMAM-12, da Diretoria de Postos e Costas. Portanto compete à DPC no papel da Autoridade Marítima para a Segurança do tráfego aquaviário, regulamentar o serviço de praticagem, bem como estabelecer as Zonas de Praticagem (ZP) em que a utilização do serviço é obrigatória ou facultativa e especificar as embarcações dispensadas de utilizar tal serviço.

Como já esclarecido, o piloto prático surge para garantir a segurança das embarcações nas áreas de proximidade dos portos, visto que por possuírem características próprias dificultavam a navegação daqueles comandantes que não conhecem a região. No Brasil, o serviço de praticagem compreende em estabelecer o direcionamento ao comandante do navio, sendo esse serviço necessário devido às particularidades de cada zona de praticagem que dificultam o acesso livre e tranquilo dos navios à chegada dos portos (MARTINS, 2013). Esses espaços marítimos são determinados a partir de constatada possível capacidade de ocorrência de sinistros e avarias, ou seja, ao ser verificado que naquelas áreas que se aproxima dos portos, um provável risco, determina-se desde já a obrigatoriedade da contratação desses profissionais para que se proteja a embarcação. Cada zona de praticagem, então, terá seus práticos determinados e estes serão capacitados para aquela região (SANTOS, 2015).

A atividade de praticagem será exercida pelo prático devidamente habilitado, juntamente com a lancha e atalaia. O contrato firmado entre o prático e o armador será o de prestação de serviço, sendo estabelecido desde já a remuneração, formas de execução e condições do serviço a ser prestado. O serviço será contratado para que se prevenir de possíveis riscos (PIMENTA, 2007).

No caso de ocorrência de algum dano ao navio no momento do exercício da atividade de praticagem, os tribunais têm entendido ser de responsabilidade do armador à reparação ao dano causado. Isso porque, a legislação brasileira não foi expressa quanto aos limites da responsabilidade civil do prático. Esta questão poderia ter sido sanada na Lei 9.537/97 na sessão que trata da praticagem, mas não o foi. Sendo assim, essa questão ainda gera

muitas discussões no âmbito do direito marítimo (GUTIÉRREZ; CASTRO JÚNIOR, 2011). Conclui-se que o limite para a responsabilidade civil do prático passa por ação de regresso a ser proposta pelo armador, quando, e somente quando ficar estabelecido que a causa determinante do dano se originou de erro específico do prático. Destacando também, que a hipótese de uma total responsabilidade do Prático elevaria os custos portuários do Brasil a níveis indesejáveis, por outros motivos, à medida que forçaria os Práticos e suas sociedades a buscarem coberturas adicionais numa superposição de seguros.

2.4. METODOLOGIA

Em relação ao percurso metodológico, referente aos objetivos a pesquisa é do tipo exploratória e descritiva. Ponte et al (2012), relatam que estas pesquisas se caracterizam por descrever e explorar o fenômeno em estudo, analisando os resultados encontrados.

Do ponto de vista da sua natureza, caracteriza-se como básica, a qual apresenta como finalidade, desenvolver novos conhecimentos, essenciais para o avanço do campo científico, não possui aplicação prática prevista, engloba verdades e interesses universais (GIL, 2007).

Uma das metodologias utilizadas para a identificação dos problemas consiste no Método de Análise e Solução de Problemas (MASP). Conforme o autor Freitas (2009), o MASP é uma metodologia extremamente prática que propicia a utilização de ferramentas de qualidade de forma ordenada e lógica, facilitando análise de um problema, determinando possíveis causas e elaborando um plano de ação para eliminar estas causas. Logo, também foi utilizada para construção desse estudo na fase inicial na definição do problema, uma das metodologias utilizadas para a identificação dos problemas consiste no Método de Análise e Solução de Problemas (MASP). Conforme o autor Freitas (2009). O MASP é uma metodologia extremamente prática que propicia a utilização de ferramentas de qualidade de forma ordenada e lógica, facilitando análise de um problema, determinando possíveis causas e elaborando um plano de ação para eliminar estas causas.

Logo, também foi utilizada para construção da pesquisa no intuito de caracterizar o problema, e posteriormente em outros estudos a serem escritos, elaborar possíveis ações corretivas e preventivas de forma a eliminar ou minimizar os problemas detectados.

Em relação a forma de abordagem da problemática, consiste em uma pesquisa do tipo qualitativa, não possui como fundamento dados numéricos, mas sim, o aprofundamento na busca de compreender e refletir sobre determinado grupo da sociedade, de uma organização específica ou abordagem de uma temática (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Consiste no método de abordagem dedutivo, comumente utilizado em diversas áreas do conhecimento, é associado as inúmeras formas de raciocínio sobre determinada temática.

Segundo os procedimentos técnicos, este estudo configura-se como uma pesquisa de revisão de literatura do tipo narrativa. A revisão da literatura é uma etapa fundamental para aprofundar conhecimentos relativamente aos conceitos, às metodologias utilizadas e aos avanços no domínio da questão que pretendemos estudar. A revisão narrativa, apresenta um caráter abrangente e destina-se a descrever o desenvolvimento de um tema, sob o ponto de vista da teoria, mediante análise e interpretação de dados científicos já existentes e publicados (BRUM et al., 2015).

3. DESENVOLVIMENTO DA TEMÁTICA

Desta forma, realizou-se o estudo a partir da busca por fontes científicas como livros, artigos, monografias e documentos disponíveis online, na intenção de conhecer as inúmeras considerações de diversos autores sobre o assunto investigado, procurando referências teóricas publicadas no intuito de reter informações e/ou conhecimentos prévios sobre a temática estabelecida na pesquisa.

A busca e seleção dos estudos foi realizada entre os meses de janeiro a março de 2023. Para a pesquisa foram utilizados artigos científicos, monografias, teses e dissertações publicados e disponíveis gratuitamente nas bases de dados: CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google acadêmico.

Os dados coletados para a seleção dos artigos analisados neste estudo atenderam aos seguintes critérios de inclusão: ter resumo completo na base de dados, no idioma de língua portuguesa e inglesa, publicados em periódicos indexados, cujo objeto de estudo fosse de interesse desta revisão narrativa e disponível gratuitamente.

A análise dos dados se deu por meio da técnica de temática do autor Minayo (2007).

Este método de análise é constituído por três etapas: a pró-análise, em que ocorre a ordenação dos dados obtidos; a exploração do material, em que os dados são classificados de forma a alcançar o núcleo de compreensão do texto por meio da formulação de categorias; e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, em que se articulam os dados apreendidos ao referencial teórico, visando responder as questões da pesquisa.

Após a análise seguiu-se os passos preconizados pelo autor, foi realizado uma leitura flutuante de todos os artigos, exploração do material catalogando-o e codificando-o em núcleos temáticos e, por último, interpretando os resultados encontrados na pesquisa.

A partir desse conhecimento prévio, identificou-se núcleos temáticos nos quais as publicações foram agrupadas. A síntese do conhecimento é apresentada a seguir nos resultados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. MULHERES NA PRATICAGEM

A função de Prático é pouco conhecida pela população, ele é responsável por realizar manobras de navios, de carga, de cruzeiro, de apoio offshore, entre outros e também é o profissional responsável por fiscalizar qualquer tipo de irregularidade nas embarcações, podendo solicitar o reforço da Capitania dos Portos para impedir sua atracação. (CERQUEIRA, 2014).

De acordo com o presidente do Conselho Nacional de Praticagem (Conapra), Ricardo Falcão, a profissão existe em todos os portos do mundo e funciona basicamente da mesma maneira. 'É um profissional que tem capacidade de decisão em nome do estado para preservar o meio ambiente, a vida das pessoas a bordo através de determinado ponto do mar, definido pela Marinha, além de realizar as 43 manobras nos portos', explica Falcão, que também é vice-presidente da International Maritime Pilots'

A Formação de Oficiais da Marinha Mercante deu início em 1892, em Belém do Pará, da chamada Escola de Maquinistas e Curso de Náutica. Em 1907 a Escola e o Curso foram congregados e transformados na Escola de Marinha Mercante do Pará. Em 1939, a Escola

de Marinha Mercante do Lloyd Brasileiro, no Rio de Janeiro, foi criada (GUEDES, 2016). Com o crescimento da frota, a necessidade de formação de tripulantes começava a se multiplicar, dessa forma as Escolas de Marinha Mercante se tornaram o Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) e Centro de Instrução Braz de Aguiar (CIABA). E foram nessas escolas que as primeiras Oficiais Mulheres foram formadas. No final do século XX, as mulheres puderam ingressar na Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM). O contingente feminino foi crescendo, e atualmente temos grandes figuras femininas no âmbito marítimo (PULA, 2010).

As adversidades que as marinheiras enfrentam ao buscar uma posição de respeito e legitimidade em uma embarcação é pauta frequente nos presentes dias. O prejulgamento da mulher, contudo, é tema antigo.

Embora tenha pouco tempo de trajetória feminina nesta área, cargos de gerenciamento e liderança estão sendo ocupados cada vez mais por mulheres. Além da Comandante Hildelene ter assumido o papel de Comandante em uma das melhores empresas de Navegação, em 2009 foi formada a primeira prática mulher no Brasil, Fernanda Letícia da Silva, a qual relata:

O nosso trabalho é sempre assessorar os comandantes da melhor maneira possível nas manobras em função das várias características do navio, condições atmosféricas e oceanográficas e movimentação portuária do momento. Não há uma manobra igual à outra e o desafio constante é sempre salvaguardar a vida humana no mar, preservar a segurança da navegação e prevenir a poluição hídrica. (Fernanda Letícia da Silva, 2021).

Fernanda almejava a posição de prática desde a época em que estudou na EFOMM:

O que mais me atraía eram as manobras. Fascinava-me ver como os comandantes assessorados pelos práticos conseguiam fazer com que os navios atendessem às ordens de máquina e leme para fundeio, atracações e desatracações entre outras, usando rebocadores ou não, usando as forças da natureza como vento, maré e corrente. Então, ainda como aluna, eu sabia que queria ser ou comandante ou prática. Entre os portos que eu mais frequentei estava o de Santos. Sempre que eu tive a oportunidade de acompanhar a manobra do práctico eu ficava com aquela curiosidade de saber como ele consegue dominar um navio. (Fernanda Letícia da Silva, 2021).

Fernanda faz parte do reduzido número de 14 mulheres num universo de 635 profissionais desse tipo, espalhados por 22 zonas estabelecidas pela Marinha (é a organização que regula a profissão, mas todos são autônomos). Na conta, a praticagem brasileira tem ínfimos 2,2% de mulheres, e esse abismo ajuda a justificar a tensão inicial de subir num navio desconhecido. A profissão, como a maioria relacionada a assuntos marítimos, ainda é majoritariamente masculina. Mas, finalmente, mesmo que aos poucos, o sexo feminino vem conquistando espaço (GLOBO, 2013).

De fato, o ofício de um práctico passa longe do faro do grande público. Figura presente no mundo inteiro, esse profissional precisa ter vasto conhecimento náutico (no entanto, é possível atuar com qualquer diploma de curso superior, contanto que haja aprovação em todas as etapas classificatórias), de meteorologia e dos mínimos detalhes do solo da região onde atua. Por isso, transferências são impossíveis. Uma vez aprovado para determina área, só é possível sair dela se outro concurso for prestado do zero.

4.2. CARREIRA COM IGUALDADE DE CONDIÇÕES ENTRE OS GÊNEROS

A Praticagem passou a ser para as mulheres um exemplo de carreira democrática fora do setor público, em termos de vencimentos e de oportunidades. Se, no mundo todo, ainda há muitas lutas e reivindicações de igualdade de condições entre homens e mulheres, pode-se dizer que, no Brasil, a democratização da Praticagem criou uma opção de grande relevância para as profissionais de todas as áreas. Mulheres e homens recebem e trabalham sem qualquer distinção nas associações de Práticos em todo o país. Ou seja, não há vencimentos menores – seja de forma velada ou explícita – para as mulheres que atuam como Práticas de navio.

Isso se deve à forma como a Praticagem está estruturada no Brasil. O acesso à carreira, através de processo seletivo conduzido pela Marinha periodicamente, é extremamente democrático. Qualquer pessoa com mais de 18 anos e com formação superior está apta a se tornar Praticante de Prático – estágio inicial da profissão, após a aprovação no processo seletivo e anterior à obtenção da habilitação definitiva.

4.3. DESAFIOS

Entre os desafios para o processo seletivo, um deles é o teste físico de barras. Apesar da exigência de apenas quatro repetições do exercício, a prova costuma representar dificuldade maior para as mulheres. No entanto, a antecedência de agendamento, aliada a uma preparação física regular, permite que qualquer pessoa saudável tenha condições de cumprir a exigência. Há implementos que, ao longo do tempo, podem tornar a Praticagem ainda mais amigável para as mulheres. Entre eles o de contemplar, como nas demais profissões, o período correspondente à Licença Maternidade.

Para criar tal adaptação, no entanto, seria preciso que a Marinha alterasse a Norman-12, que regulamenta o serviço de Praticagem no Brasil. Mudanças nesse sentido, para que as Práticas não tenham redução em seus vencimentos durante parte da gestação e nos primeiros meses de vida dos bebês, são benefícios diretos para as mulheres, mas com efeito em todo o ambiente da Praticagem, por seu poder de equiparar a carreira às demais profissões e pela capacidade de atrair mais candidatas.

A julgar pelo desempenho feminino nas últimas seleções e pela presença constante das mulheres nas turmas de preparação para o próximo processo seletivo, em breve teremos no Brasil mais mulheres exercendo a profissão. E, conseqüentemente, uma maior diversidade de formações e culturas a bordo das embarcações e nas equipes de Praticagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da atividade de praticagem não ser uma novidade, esta discussão é cada vez mais atual, vez que a problemática é corrente no âmbito marítimo do Brasil e do mundo. Embora tenha se tornado possível o ingresso das mulheres nas embarcações, elas vêm sofrendo constantemente no quesito de igualdade de gênero. É desafiador adaptar-se a um ambiente predominantemente masculino.

A conquista pelo espaço no mercado de trabalho e o reconhecimento pela competência no meio corporativo ainda é um obstáculo para elas. Também observa como a reprodução contínua de tais pensamentos afeta o desenvolvimento das mulheres na marinha mercante. Uma vez que existem hoje pouquíssimas fontes versam sobre esse assunto,

mais estudos devem ser realizados, sobretudo, em relação a percepção que elas têm quanto ao seu local do mercado de trabalho.

A pesquisa contribui não somente para a formação acadêmica, como para a produção de informações científicas, e para a sociedade de forma geral, por meio da divulgação dos dados. Assim como, servir de base para os acadêmicos, no intuito de aprofundar os saberes nesta área que está sempre em crescente evidência, e estimular outros estudos desta natureza.

REFERÊNCIAS

- [1] BRUM, C. N. et al. Revisão narrativa de literatura: aspectos conceituais e metodológicos na construção do conhecimento da enfermagem. Porto Alegre: Moriá, 2015.
- [2] FERNANDA LETICIA. Porto gente: Fernanda recebe insígnia da ordem do mérito naval. Entrevista disponível em: <https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/114020-fernanda-leticia-da-silva-recebe-insignia-da-ordem-do-merito-naval>. Assessoria das comunicações, 2021.
- [3] FILHO, A. C. A trajetória da marinha mercante brasileira: administração, regime jurídico e planejamento. Revista PUC SP, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 1-32, 2010.
- [4] FREITAS, F. V. M. Estudo sobre a aplicação da metodologia MASP em uma empresa transformadora de termoplásticos. São Paulo: Faculdade de Tecnologia da Zona Leste, 2009.
- [5] GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- [6] GIBERTONI, C. A. C. Teoria e prática do direito marítimo. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- [7] GLOBO.COM. 1ª capitã brasileira de longo curso vai comandar navio de 183 metros. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/01/1-capita-brasileira-delongocurso-vai-comandar-navio-de-183-metros.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- [8] GUEDES, M. H. As Grandes Navegações. 1. ed. 2016.
- [9] GUTIÉRREZ, N.; CASTRO JÚNIOR, O. A. Limitação da Responsabilidade Civil do Prático. Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário, v. 1, n.5, p. 28-46, 2011.
- [10] LAKATOS, E.; MARCONI, M. Fundamentos de metodologia científica. 7 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- [11] MALUF, N. B. Uma revisitação acerca da responsabilidade civil do prático. 2019.
- [12] MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- [13] MARTINS, E. M. O. Curso de direito marítimo. Imprensa: Barueri: Manole, 2013.
- [14] PIMENTA, M. G. Responsabilidade civil do prático. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- [15] PONTE, K. M. A. Produção científica em enfermagem cirúrgica: análise dos estudos quantitativos realizados entre 2005 e 2009. Revista Rene, v. 13, n. 1, p. 231-241, 2012.
- [16] PULA, C. M. Do serviço de praticagem no Brasil. Revista Jus Navigandi, v. 15, n. 2618, 2010.
- [17] RIBEIRO, A. F. A. O Estatuto e a responsabilidade civil do comandante do navio. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal, 2017.
- [18] SANTOS, R. P. F. D. A mulher na marinha mercante. 1. ed. Rio de Janeiro: Curso de Ciências Náuticas, EFOMM, 2015.
- [19] SILVA, F. C. M. S.; SILVA, F. C. M. Agenciamento Marítimo: Atribuições e Responsabilidades. Vitória: Nocacom, 2015.

Capítulo 9

Os kits de subjetividade queer em cena: Os modos de “ter” LGBTI+ nos filmes atuais

Vitória Rocon Covre

Frederico Augusto Tavares Junior

Resumo: Esta pesquisa suscita os *kits* de subjetividade e os modos de “ter” presentes nos longas-metragens LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Intersexos e mais) dos Oscars de 2019, 2020 e 2021. Com um olhar psicossociológico, aprofunda-se nos conceitos de Sociedade de Controle, Subjetivação, Teoria *Queer* e *Kits* de Subjetividade para pensar o impacto das lógicas mercadológicas na produção de perfis-prontos de consumo ofertados à comunidade *queer*. A metodologia desta pesquisa é a Análise de Conteúdo, baseando-se em 57 filmes para ilustrar a presença ou a falta das temáticas *queers*. Os resultados demonstram a utilização de estratégias de *product placement* e vão ao encontro da hipótese de que as grandes mídias estão corroborando para enraizar a lógica do consumo até mesmo nas dissidências sexuais e de gênero.

1. INTRODUÇÃO

A priori, após um longo período de subseqüentes guerras, tivemos uma alteração nos modelos coercitivos dos meados do século XX, denunciada por Deleuze (1992): a passagem da Sociedade Disciplinar para a de Controle. Esse paradigma alcança até os dias de hoje, formando um cenário maleável, cujas informações ganham um carácter primordial, diante do fato de que elas fornecem ao *marketing* os dados necessários para fundamentar estratégias de venda.

Por conta disso, vivemos a era da informação, cujos dados são as principais fontes de lucro e colhê-los é necessário para que esta lógica se mantenha. Esse contexto permitiu que autores como Pelbart (2011), Hardt (2000) e Hardt e Negri (2004) questionassem o carácter conectivo das atuais empresas, que usam o *marketing* para impulsionar seus produtos.

Nesse novo *modus operandi*, Rolnik e Guattari (2013) perceberam que hoje se vende antes mesmo do produto ser produzido, acarretando uma inversão. Esta venda idealizada permitiu com que *kits* de subjetividade fossem ofertados, tornando possível um mercado de modos de “ter”, disseminados nas grandes mídias (ROLNIK, 1997).

Nessa esteira, este trabalho visa estudar os atuais longas-metragens dos Oscars de 2019, 2020 e 2021, trazendo como recorte a presença de personagens *queers* neste filme, entendendo que a subjetividade, a produção de desejo de consumo e a sexualidade conversam entre si numa ótica psicossociológica.

Para entender a relação entre essas esferas, foi abordado uma fundamentação teórica pertinente para refletir e discutir a pesquisa, produzindo questões ao redor da hegemonização e capitalização das sexualidades. A fim de aprofundar estas questões, um estudo quanti-qualitativo foi elaborado pautado na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016).

2. IMPÉRIO E A SOCIEDADE “MUNDIAL” DO CONTROLE

A sociedade, historicamente, passa por diferenciações. Preciado (2018), no *Testo Junkie*, evidencia que após as duas grandes guerras mundiais, a tecnologia somática se diferiu, tornando os aspectos médicos parte do cotidiano — por meio de medicamentos frequentes e instruções diárias —, à medida que as tecnologias de representação (televisão, rádio, o cinema etc.) foram interiorizadas.

Nesta situação, Preciado (2018) percebe que as tecnologias da Sociedade Farmacopornográfica, ou de Controle, subjetivam corpos a partir de uma diluição imanente, diferente do funcionamento disciplinar anterior, que usava aparatos externos para arquitetar um discurso. “Como resultado, a relação corpo-poder torna-se tautológica: a tecnopolítica assume a forma do corpo, é incorporada” (PRECIADO, 2018, p. 85). Isso seria, para o autor, o Somatopoder.

Pautado nas percepções deleuzianas sobre a Sociedade de Controle, foi possível perceber que a transição da Disciplina para o Controle também era uma mutação nas formas de produção e obtenção de lucro. A fábrica deu lugar às empresas e a economia baseada no acúmulo deu lugar às flutuações da bolsa. “A mutação já bem conhecida pode ser resumida assim: o capitalismo do século XIX é de concentração, para a produção, e para a propriedade” (DELEUZE, 1992, p. 3), enquanto na atualidade:

É um capitalismo de sobre-produção. Não compra mais matéria-prima e já não vende mais produtos acabados: compra produtos

acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços e o que ele quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado (DELEUZE, 1992, p. 03).

Por isso, para Deleuze (1992), a sociedade de controle tem caráter disperso, tendo o *marketing* como centro do empresariado, tornando a informação cada vez mais valiosa. Enquanto o trabalhador passa a ser moldado pelo seu próprio salário, o *marketing* vira o centro dos negócios. A produção acumulativa deixa de ser mais lucrativa e visa-se o poder de venda, não o produto em si, vendendo antes da manufatura.

A relação trabalhista e o *marketing* formam dispositivos novos de controle, com o objetivo principal de alcançar o mais longínquo dos espaços: “O *marketing* é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua” (DELEUZE, 1992, p. 03).

Só que para fazer com que o *marketing* opere o centro da Sociedade de Controle, o trabalho de massa não é suficiente. A Sociedade de Controle é a sociedade da informação, logo as massas se tornaram amostra; banco de dados. É a senha que dará o acesso à informação. Por isso Deleuze (1992) nos diz que a assinatura já não é essencial, porque não é ela que permitirá acesso aos seus bens restrito. A senha cifrada é o que definirá o acesso. Tudo ganha um caráter mais fluido, tanto os produtos quanto a informação e o dinheiro são flutuantes:

É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro - que servia de medida padrão -, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir com cifra uma percentagem de diferentes amostras de moedas (DELEUZE, 1992 p. 02).

Essa passagem da massa ao indivíduo dá voz às demandas próprias, que surgem e são imediatamente modeladas e capitalizadas, transformando-as em públicos-alvo (GUATTARI e ROLNIK, 2013; ROLNIK 1997; PELBART, 2011).

Pautado nisso, o entretenimento vira uma ferramenta essencial para fundir o *marketing* com a produção de dados, a diversão e o consumo. O cinema, como situa Burrowes (2008) é um destes dispositivos-produtos que compõe realidade, produz desejo, e entretém o sujeito, sendo muito eficaz no ramo da publicidade e propaganda. O interesse por certos temas, o desejo por entender certos enredos e as pesquisas decorrentes de filmes e documentários são, em sua maioria, dados úteis para as seleções de produtos que se adequam ao usuário.

Neste contexto, Hardt (2000) e Hardt e Negri (2004) se baseiam no *post-scriptum* de Deleuze (1992) para desenhar mudanças importantes nas configurações dessa Sociedade Mundial do Controle. De início, com a ideia de universalização das lógicas institucionais e diluição de formas de controle, Hardt e Negri (2004) dizem que não há mais espaços específicos onde estamos sob uma só lógica de poder. Já que sempre estamos à presença de todos, o controle se torna incessante e autorregulador. O enfraquecimento das

instituições rígidas e as estratégias modernas de disciplinas as torna menos efetivas (HARDT e NEGRI, 2004). Sem o maniqueísmo das instituições fechadas, as formas de inserir poder vão se alocando, aos poucos, nos diversos espaços que o sujeito ocupa, acompanhando o movimento de sua subjetividade. Deformando e formando. Desta maneira, “a sociedade de controle só funciona se esfacelando” (HARDT e NEGRI, 2004, p. 371), sendo um estratagema maleável.

Neste mesmo texto, Hardt e Negri (2004) e Hardt (2000) fazem um paralelo com o racismo moderno. É possível fazer este mesmo paralelo com a sexualidade, pensando o não desaparecimento da *queerfobia* quando ela é denunciada como um problema cultural.

Apesar da existência dos locais destinados aos LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Intersexos e mais), há agressões por vias de outros discursos e outros espaços. A autora Butler (2018) alertou sobre o perigo de se universalizar certas opressões, ignorando as resistências e as outras histórias. Nessa linha, o cinema pode ser utilizado como uma forma abrupta de inclusão, cuja disseminação de informação pode acabar justificando as micro-opressões aos corpos não cisheteronormativos pelo viés culturalista. Preciado (2018a) e Butler (2019) já haviam transcrito seus receios com as táticas do neoliberalismo de capitalização das reafirmações *queers*.

Queers, para os autores, são aqueles sujeitos que não se identificam com a hegemonia da heterossexualidade e/ou com a cisgeneridade, ou seja, pessoas que se identificam com alguma letra da sigla LGBTI+ ou se aproximam disso.

A utilização das grandes mídias pode servir para gerenciar o conflito de modo que o *queer* seja englobado sem necessariamente ser aceito. O sistema inclui, enaltece e ignora, mantendo a pacificidade em nome da paz e, nos momentos de pequenas crises, invoca soluções incompletas, visto que não é do interesse soberano extinguir por completo crise alguma (HARDT e NEGRI, 2004). Esta técnica pode favorecer a inclusão de temáticas, sem necessariamente a incorpora ao debate público, possibilitando estratégias que misturem produções heterocentradas com as *queercentradas*, sem o embate direto.

Com o avanço rápido das plataformas de *streaming* e a *web-pirataria*, a estreia de um filme desloca o foco dos cinemas e das grandes metrópoles, sendo cada vez mais impulsionada para dentro de suas casas. Essa queda do protagonismo do cinema pode indicar um esfacelamento de paredes, o que permite um maior alcance às produções audiovisuais.

Hoje, para ver um lançamento, é necessário apenas um aparelho conectado à internet, seja ele um *smartphone*, um computador ou uma TV Box¹. Essa facilidade de acesso altera, a princípio, duas coisas: a acessibilidade e o aumento da internacionalização das produções.

Isto já denota uma forma descentralizada de comercialização de filmes, além de somar o entretenimento, o consumo e a publicidade em um mesmo site, propiciando não só a popularização de certos filmes, mas também a influência e a publicização de outros.

Tendo em vista que as novas formas de capitalizar incluem impactar o maior número de pessoas com o *marketing*, não é mais premissa do capitalista atuar por intermédio de instituições rígidas. É justamente por isso que Hardt e Negri (2004) dirão que o capital tem um caráter imanente, por não precisar de uma ordem transcendental para exercer sua função.

¹ TV Box é o nome dado a um aparelho conectado a internet que disponibiliza milhares de conteúdos de audiovisual pirateados.

Nessa linha, o mercado mundial seria o próprio discurso da diversidade, ele é pensado para todos, vendo toda e qualquer diferença passível de lucro. Por isso ele vem vinculado ao *marketing*, pois é o *marketing* que valorizará as diferenças e as transformará em público-alvo.

Relacionando um pouco dessa produção de público ao cinema, faz-se um paralelo com Guattari e Rolnik (2013), que afirmam que a mídia tem se tornado cada vez mais propulsora de formas de consumo. Necessita-se reproduzir os meios de produção e, acima de tudo, os meios de consumo. Criou-se uma indústria por trás do cinema e submergiu-se o sujeito em um universo cinematográfico, para tornar possível vender as mídias produzidas. Os autores apontam isto como uma inversão: não mais se manufatura algo para vender, agora se vende uma ideia antes mesmo de lançar o produto.

Para isso acontecer, foi necessária uma sequência de mudanças. As compras e vendas — por consequência, o lucro — se tornaram pilares da vida cotidiana, engenhando a produção de modos ideológicos que reproduziram os meios de produção (GUATTARI e ROLNIK, 2013).

Este caráter maleável e conexcionista é reparado por Pelbart (2011) ao perceber que sempre haverá mercado, variando a partir das conexões estabelecidas, sejam políticas, mercadológicas ou empresariais.

Graças às reconfigurações tecnológica e científica, as atividades laborais introduziram formatos mais criativos e interessantes. A intimidade e o prazer pelo trabalho começavam a ser cobrados por parte dos assalariados mais jovens. Para isso, era necessário quebrar a rigidez dos perfis ideais de trabalho, e pensar uma forma menos hierárquica, em que fosse possível existir criatividade, prazer e afinidade no emprego. “O que se desenha aí, através desse estímulo a uma navegação mais aberta, a uma maleabilidade sem precedentes, é o que os autores chamam de um capitalismo em rede, um capitalismo conexcionista” (PELBART, 2011, p. 97).

Nesse novo sistema de negócios, o melhor empresário é aquele que mais viaja, se desloca, alcança. Isto é o que Pelbart (2011) chama de caráter rizomático: a capacidade de se ramificar e criar diversas conexões. Tal lógica utiliza da subjetividade para se reproduzir.

Para entendermos como este pano de fundo afeta as expressões de gênero e sexualidade, é necessária uma análise ampla e consistente da subjetividade. Para tal, adentrar-nos-emos no campo da psicossociologia e dos processos subjetivos.

3. UM OLHAR PSICOSSOCIOLÓGICO SOBRE A SEXUALIDADE

Para discutir subjetividade é necessário imergir na perspectiva psicossociológica, pensando acerca do social e do individual. Nasciutti (1996) contribuiu com esta lógica, atribuindo a complexidade da relação sujeito-e-mundo. Para a autora isto vai muito além das próprias narrativas singulares, já que o sujeito é um ator social e, por este motivo, sua atuação produz, reproduz e reforma os macros e micros entrelaçamentos institucionais. Este nível de complexidade também é ambivalente, refletindo a complexidade de cada história. Portanto, o arcabouço da psicossociologia pensa na ciência como uma prática histórica e cultural; uma prática que estuda a complexidade política e a relação.

Essa complexa articulação faz com que Nasciutti (1996) conclua que o social ultrapassa as problemáticas psíquicas, apesar de derivar delas, sendo constituído e constituinte.

A subjetivação e a singularização aconteceriam no ponto chave do encontro. Pelbart (2000) ilustra o processo de subjetivação como um pano, um pano que desdobra, dobra, amassa, amarrota, abre e fecha. Esse pano tem diversas conexões e a cada marca de dobra vemos que ele pode produzir algo novo. O indivíduo navega nesse pano, em seus dobramentos e desdobramentos. Neste sentido, a subjetividade seria algo como um dentro-fora, uma espécie de encontro que vai para além do individual, mas que retorna a ele incessantemente, visto que essas dobras podem formar novas perspectivas de fora-dentro e desfazer noções anteriores.

Com os ascendentes meios de comunicação e de consumo, temos um mundo mais aproximado e denso à medida que os anos passam, mudança decorrente da globalização. Por isso, as ondulações subjetivas acabam sendo rápidas demais, deixando a vida sujeita a muitas (e rápidas) mudanças.

Como vimos anteriormente, após a segunda guerra mundial, as formas de controle deixam de ser tão punitivas quanto antes, tornando-se modos de (auto)regulação. Esses modos já eram muito presente no discurso sobre a Sexualidade (LEOPOLDO, 2020) um pouco antes, como Foucault (2018) nos apresenta em seu livro História da Sexualidade I.

O que se vê é que, mesmo com as descriminalizações, a repressão continuou e continua. A repressão social, como diz Brulon (2017), tornou-se uma forma regulatória muito mais eficaz do que o código penal. No que diz respeito à sexualidade, o período de transição entre o proibido escondido e o permitido estigmatizado foi caracterizado por Foucault (2018) como um período de luz sobre a sexualidade, que significando uma maior visibilidade e incentivo para que confessassem e dissessem acerca de suas próprias práticas sexuais.

Através dos atos discursivos, configurou-se o lícito e o ilícito, deixando a sexualidade aquém da regra; influída pelo postulado discursivo, mas nunca detida. Não se aproxime, não toque nisso, não faça aquilo, não fale. Em suma, renuncie (FOUCAULT, 2018). Percebe-se como esse poder que incide sobre o sexo influencia certos comportamentos sem necessariamente obrigá-los a existir.

Propondo discutir a forma como as questões de gênero vêm sendo colocadas, Judith Butler (2018) retoma Foucault (2018) para embasar que o gênero é uma produção discursiva, sendo produzido historicamente por meio de uma repetição de disputas discursivas de controle. Para a autora, o gênero se vincula ao sexo-nascente e do nascimento em diante são postuladas formas de agir, que serão repetidas pela criança durante toda a sua criação e a posterior, mesmo que ela não escolha nenhuma delas.

Ainda que isso falhe constantemente, os postulados continuam ali. Essas repetições de ações costumeiras são o que constroem o gênero, incorporando também as falhas. Por isso a autora afirma que o gênero é performance, já que ele nada mais é do que uma *paródia* de algo que é ensinado, um reflexo do que já está dado a priori, seja pela identificação com outras mulheres e/ou homens cis, seja pelo postulado cultural. Esse reflexo não é repetido em integridade e sim parodiado; falhado.

Para Butler (2018), o gênero não poderia ser tão binário quanto o universalismo propõe. As estruturas de gênero não são divididas apenas em oprimidas e opressoras. O binarismo do feminino/masculino destitui de mulheres questões como classe, raça e etnia, equivocando certas inferências. Nesse aspecto, qualquer universalidade do patriarcado seria uma exclusão de multiplicidades necessárias. “[...] A insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das inserções

culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’” (BUTLER, 2018, p. 39).

O ponto chave de sua teoria é que há uma artificialidade no gênero hegemônico como conhecemos. Ele seria construído por meio de discursos que instauram repetições, e essa hegemonia tenta postular o não hegemônico como um outro grupo.

A tentativa autorreflexiva que foge das universalidades de Judith Butler acaba dando característica e corpo a uma Teoria *Queer*. Esta teoria sobre a não-universalidade do gênero é importante pois é justamente ele que permite a criação de inovações subjetivas.

Entendendo que a subjetividade se inova e forma paródias de gênero e, em paralelo, vendo que o mercado consome diversidades, é importante debatermos como estas mudanças podem vir a ser trabalhadas em prol de marcas comerciais e quais as estratégias utilizadas nesse sistema. Para tal, esta pesquisa irá submergir nestes aspectos a fim de os entender melhor.

4. KITS DE SUBJETIVIDADE E ESTRATÉGIAS DE *PRODUCT PLACEMENT*

Tendo como pano de fundo o capitalismo conexcionista (PELBART, 2011), nota-se que a inovação, criatividade e originalidade podem ser utilizados para a produção de lucro. Isto significaria a capitalização das formas de ser, transformando-as em “formas de ter” (TAVARES, 2016). Deste modo, ao pensarmos na fluidez da sexualidade, é possível traçar um paralelo entre subjetivação e capitalização.

Neste contexto, rememora-se que com o esfacelamento das fronteiras (HARDT e NEGRI, 2004) e a aproximação instigada pela globalização, os espaços se densificam e essa densificação se torna cada vez mais variegada, ou como conceitua Rolnik (2000), cada vez mais mestiçada. Isso ocorre, segundo Rolnik (1997), porque as subjetividades passam a ser atravessadas por forças estrangeiras, de fora da localidade.

A mistura (ROLNIK, 2000) dificulta os processos subjetivos ínfimos, dificultando também as singularizações que dariam vazão às construções revolucionárias de gênero e sexualidade. As expressões de gênero também poderão ser mestiçadas, colonizadas (em partes) por performances hegemônicas e repetitivas, postuladas nas grandes mídias e viciadas na pornografia (BUTLER, 2018; PRECIADO, 2018a), incessantemente reiteradas em novos dispositivos que vão para além da educação dentro de casa, graças aos esfacelamentos de suas lógicas (HARDT e NEGRI, 2004).

Nessa esteira, Rolnik (1997) dirá que foi necessário que este embate ocorresse para que as identidades pudessem ser vendidas. Para a autora, há uma tecnologia muito bem aparelhada, que produz novas drogas identitárias, e este aparato se chama *marketing*.

É justamente o mundo globalizado que permite que isso aconteça, já que sua existência traz consigo duas premissas: (1) um mundo inteiro incluso no mercado mundial e (2) a impossibilidade de se manter uma subjetividade local estabilizada (ROLNIK 1997; 2000; HARDT e NEGRI 2000). Para Rolnik (1997), a mesma globalização que intensifica misturas também produz *kits* para consumo, que orbitam de acordo com seus públicos. Isso é o que Rolnik (1997) chama de *kits de subjetividade*: produtos que usam a mestiçagem subjetiva e as dificuldades do sujeito frente às velocidades subjetivas para criar órbitas que pesquem consumidores.

Esses *kits* são produzidos como drogas pelas mídias: via *marketing*, que se funde ao entretenimento (ROLNIK, 1997). No caso do cinema LGBTI+, poderiam ser as identidades

e personalidades veiculadas nos filmes, que criam um imaginário que poderá servir de modelagem a alguém.

Essas marcas comerciais, na égide capitalista, passam pela imaginação do consumidor e produzem subjetividades capitalizáveis: identidades revogáveis que têm em seu alicerce o desejo, o livre arbítrio (para desejar), a fantasia e a insaciabilidade (TAVARES, IRVING e VARGAS, 2014). Assim, o estético e o social se tocam e são tocados pelas individualidades, ficando cada vez mais evidente a dificuldade de se estudar a subjetividade e seus processos com recortes e referências fixas.

As produções subjetivas, a criação de vínculo e o aprofundamento das relações passam a ser construídas e atravessadas pelas redes do mercado (TAVARES, IRVING e VARGAS, 2014; TAVARES e VARGAS, 2017; PONTES e TAVARES, 2015). Sendo o desejo arquitetado para ser insaciável, consumir se torna compulsão, fetiche, obsessão e até dever ético para ser visto como sujeito-que-tem.

Retomando a transição da ‘disciplina’ para o ‘controle’, é importante recordar que, agora, as prisões são outras. Eternamente ‘endividado’ consigo mesmo, o sujeito pós-moderno é profundamente dominado pelo desejo de consumir e, por mais que procure a libertação, está preso a uma dúvida sem fim, vivendo em uma eterna moratória consumista de marcas e de novos estilos de vida produzidos pela lógica do consumo do mercado mundial (PONTES e TAVARES, 2015, p. 6).

Segundo Tavares, Irving e Vargas (2014), este é o método de controle que as empresas irão adotar, usando as marcas e as estratégias de reprodução de modos de ser, sempre externalizando criações de novas ordens, por meio da publicidade. Se o homem passa a ser o homem endividado, então, o consumo se torna algo pré-estipulado para que exista a inserção.

A sobreposição da posse enquanto identidade é, para Tavares (2016), a substituição de Ser Humano pelo “Ter Humano”, arquitetado ao redor dos *kits* de subjetividade modelados pelas marcas, desorientados de ética e que mascaram consumismo em conscientização (TAVARES e VARGAS, 2017; TAVARES e BITTENCOURT, 2018). Assim, para o autor, os modos de ser se tornam modos de “ter”, onde o consumo não só promove órbitas, como localiza o sujeito em um mundo capitalista, onde o consumo é condição para existência no sistema.

“O consumo, como exposto, é uma forma de regulação social do controle, que sublima a ideia de que para ‘ser’ é preciso ‘ter’ ou ‘parecer’. Do contrário, resta a exclusão” (TAVARES, 2016, p. 9). Esses modos de “ter”, graças às pulverizações identitárias e esfacelamentos institucionais, veem na instabilidade um campo de atuação. Na desterritorialização incessante, as identidades são produzidas à luz do capitalismo, oscilando continuamente. Os *kits* são flexibilizados pela liberdade de escolha, porém tensionados pelo desejo de consumir e gerenciados pelo *marketing*, pelos criadores de conteúdo e pelos modos de vida disseminados pelas grandes mídias (TAVARES, IRVING e VARGAS, 2014; ROLNIK, 1997; PELBART, 2000).

Não é incomum para o telespectador se deparar com marcas de produtos durante as cenas de um longa-metragem. Às vezes, a exposição é mais sutil, compondo geladeiras e mesas, dando verossimilhança à produção, em outras, a associação é mais explícita,

independentemente do método, a linguagem do marketing já vem há um tempo usando do *product placement* (a estratégia tática de adicionar marcas às aventuras emocionantes e fictícias) para divulgar produtos e crescer lucros.

Essa estratégia, bem como mostra Burrowes (2008), já havia sido reparada no final da década de 30, quando os preços de pedras preciosas estavam em queda, assim como suas vendas. Para resolver o problema, um empresário do ramo aposta na associação entre joias e romance, utilizando fotos de atores e atrizes usando anéis de pedras, enfatizando a representação (e relação) que um diamante tem com um amor indestrutível. Nos próximos três anos, a venda de diamantes aumentou 55% e a tática começou a ser aplicada em outros setores.

Nesse cenário, O *product placement* é introduzido, tentando cada vez mais associar às narrativas emocionantes os produtos vendáveis. Essa, segundo a autora, seria uma parceria de mão dupla: ao mesmo tempo que a presença das marcas deixam o cotidiano dos filmes mais próximo aos nossos, elas são associadas à experiência que o longa-metragem reproduz.

Percebe-se uma fusão entre o *marketing* e o entretenimento, visto que o primeiro deseja o *status* e o poder de entreter. Por isso, as estratégias de *marketing* começam a se ligar com as mais variadas expressões culturais (BURROWES, 2008). “Difícil é especificar a qualidade dessa experiência, se é real, ou imaginada, se é direta ou mediada, se é concreta ou simbólica, pessoal ou massificada, ou se todas as alternativas anteriores” (BURROWES, 2008, p. 46). É justamente por esta característica híbrida que as estratégias de *product placement* vão atravessar as demais esferas da vida e articular o desejo do sujeito com o sentimento que lhe atravessa, adicionando objetivos mercadológicos.

Tendo esta lógica em mente, o presente estudo visa investigar os atuais filmes que dão holofotes às sexualidades desviantes, a fim de mapear os *kits* de subjetividade presentes nestes longas-metragens e aprofundar nas lógicas que inserem os personagens *queers* nestes enredos. Para tal, foi utilizada a metodologia da Análise de Conteúdo, destrinchada nos parágrafos seguintes.

5. METODOLOGIA

O estudo prosseguirá nas pistas da Psicossociologia, utilizando um arcabouço múltiplo para uma visão multifacetada e transdisciplinar do tema (NASCIUTTI, 1996), tornando possível teorizar e articular autores pós-estruturalistas e suas teorias de Subjetividade (GUATTARI e ROLNIK, 2013), Império (HARDT e NEGRI, 2004), Sociedade de Controle (DELEUZE, 1992), Capitalismo Conexcionista (PELBART, 2011), Sociedade Mundial do Controle (HARDT, 2000), *Kits* de Subjetividade (ROLNIK, 1997; TAVARES, IRVING e VARGAS, 2014) e *Queer* (BUTLER, 2018; PRECIADO, 2018a).

Nessa linha de raciocínio, a discussão oscilará entre investigar a presença dos filmes de temática *queer* e descobrir como essa presença acentua o consumismo e propicia um novo mercado e identidades e, por consequência, uma lógica lucrativa e capitalizada dos processos de subjetivação.

Para que essa modelação tenha caráter organizado e sistemático, foi selecionada a metodologia de Análise de Conteúdo. A Análise de Conteúdo é um conjunto de ferramentas metodológicas que permitem o autorrefinamento à medida que a pesquisa vá avançando (BARDIN, 2016), já que, em suma, é baseada na dedução do conteúdo

encontrado durante a exploração. Esta dedução, para a autora, é chamada de inferência: aquilo que o conteúdo pode nos ensinar após ser descoberto. Isto produzirá a interpretação.

A escolha do recorte documental leva em consideração a relevância e a popularidade. Reiterando que o estudo procura investigar padrões de *marketing* em temáticas *queers*, torna-se importante que esses longas-metragens tenham estes dois pilares. Baseado nisso, foram admitidos todos os filmes que concorreram às categorias mais populares e debatidas (melhor filme, melhor roteiro adaptado, melhor roteiro original, melhor diretor, melhor atriz/ator, melhor atriz/ator coadjuvante e melhor filme estrangeiro) do Oscar, entre os anos de 2019, 2020 e 2021 para o estudo quantitativo, enquanto para o estudo qualitativo, foi selecionado apenas o filme *Dor e Glória* (2019).

6. RESULTADOS

Em primeiro passo, uma seleção inaugural resultou em um total de 57 filmes. Após uma primeira visualização, o peneiramento do material foi efetuado, restando apenas filmes que tenham alguma relação com a temática *queer*: seja por personagens; seja por cenas temáticas. Deste primeiro peneiramento, restou um *corpus* de 17 filmes, sendo 5 divulgados no Oscar de 2019, 8 em 2020 e 4 em 2021.

Após isto, uma dupla visualização possibilitou um fichamento de todo o material, quantificando as cenas temáticas, os personagens *queers* e as temáticas relevantes. A partir disso, foram levantados apenas sete filmes cujas temáticas principais ficavam ao redor do *queer* e suas articulações. Seis dos sete filmes são bibliografias de personagens LGBTI+, sendo o único restante uma ficção homorromântica (*Dor e Glória*, 2019).

Nos 17 filmes houve um total de 67 cenas *queers* e 1 hora, 15 minutos e 53 segundos de tempo de tela. Além disso, houve 9 categorias levantadas (Práticas Discursivas; Discussões; Associações Perversas; Reforços Heteronormativos; Erotismo; Agressões; Enfrentamentos; Performances) que variam entre outras três categorias: (1) cenas *queercentradas* (68,7% das cenas), (2) cenas cisheterocentradas (5,9%) e (3) categorias repetitivas (25,4%).

Dos sete filmes de temática *queer*, 85,7% são biografias, 100% são dramas e 85,7% têm como protagonista artistas.

7. DOR E GLÓRIA (2019) UM FILME DE ALMODÓVAR:

Título: Dor e Glória (Dolor y Gloria)

Ano de Lançamento: 2019

113 minutos

Gênero: Drama

Países: Espanha e França

Idioma: Espanhol

Diretor: Pedro Almodóvar

Roteirista: Pedro Almodóvar

Candidato ao(s) Oscar(s): Melhor Ator e Melhor Filme Internacional

Oscar(s) Recebido(s): Nenhum

Sinopse: Salvador Mallo, diretor de cinema em declínio, relembra sua vida e carreira desde sua infância na cidade de Valência, nos anos 60. Salvador tem lembranças vívidas de seus primeiros amores, seu primeiro desejo, sua primeira paixão adulta na Madrid dos anos 80 e seu interesse precoce pelo cinema.²

8. DISCUSSÕES

Almejando confrontar a relação entre filmes *queers* e inclusão, foi posto alguns pontos que emergiam dos resultados para discussão. Em primeiro momento, foi questionado o que as redes presentes nestes esquemas estão conectando. Ao revisitarmos as práticas discursivas opressivas e marginalizadoras (BUTLER, 2018), reparamos que, nos dias de hoje, há uma ressignificação parcial e gradual, como bem aponta a autora, sobre os movimentos do *queer* como palavra e discurso.

Torna-se importante reforçar que os filmes *queercentrados* não são a maioria do festival estadunidense, mas aparecem com uma frequência alta e realmente contam com cenas que denotam a realidade de sexualidades desviantes. Tendo isso em mente, percebe-se que a tendência é que a hegemonização dos debates cis e héteros acerca dos *queers* comecem a cair, sendo possível uma tomada das reproduções de suas próprias narrativas por parte do coletivo LGBTI+.

Nos filmes pesquisados, apesar de existir uma dificuldade em categorizar uma personagem trans que não traz isso em seu enredo, todos os outros personagens LGBTI+ são abertamente colocados nesta posição: seja pelo sexo ou romance explícito; seja pela vocalização direta. Esse posicionamento pode alterar a relação do telespectador com as cenas aqui pontuadas, afinal de contas, o não-dito deixa de ser a sexualidade e se torna improvável que alguém não entenda o teor homoerótico das imagens projetadas.

Para compreender melhor esta tendência, é necessário separar as categorias Agressões e Assédios; Erotismo e Romantismo; Performances e Apresentações e Enfrentamentos das demais e compreender que, na soma e proporção, temos 68,7% das sessenta e sete cenas contabilizadas fazendo parte deste grande grupo.

Apesar de ser uma tendência, precisa-se lembrar que não há um dado que indique a universalização desta posição, visto que ainda encontramos fragmentos de associações perversas entre homossexualidade e crimes e a repulsa da cisheteronormatividade responsiva a essa associação. Estes casos, somados, são 5,9% das cenas.

Do tempo que resta, temos outras três categorias que oscilam entre as duas perspectivas distintas: a hegemônica e a *queer*. Nas discussões, por exemplo, vemos ora debates religiosos ao redor do *queer* sem que nenhum personagem LGBTI+ seja envolvido (ou citado), ora conversas acaloradas em família onde o protagonismo está no casal gay recém-chegado. Outros exemplos são as associações de terceiros e as práticas discursivas nominativas — como vocativos e piadas —, que aparecem ditas por sujeitos *queers* a (ou sobre) outros *queers* ou por personagens cis héteros a (ou sobre) pessoas LGBTI+.

Além disso, a tendência a biografias dá a entender que a maioria dos filmes *queers* não são fantasiosos ou de roteiro original, mas sim uma exposição de algum personagem histórico

² Informações retiradas do Internet Movie Database, disponível em: < <https://www.imdb.com> > Acessado 06/01/2022

e/ou famoso. Tais aparições podem significar uma tomada histórica destes personagens, em uma releitura do passado sobre suas vidas, amores, enfrentamentos e protagonismos

A importância de uma biografia pode ultrapassar as exposições de uma história e delimitar uma existência *queer* onde antes era negada ou apagada, reforçando a existência prévia ao que as performances dominantes pontuam como *normal*.

Junto do gênero biográfico destes sete filmes, vemos o gênero dramático seguindo por toda a pesquisa, sempre pré-anunciando um desenvolvimento muito mais aprofundado nas personagens centrais e desenvolvendo conflitos complexos com emaranhados de personagens. O drama parece ser intrínseco à sexualidade, facilitando o vínculo de seu aparecimento temático às problemáticas sentimentais.

Desta forma, é possível interpretar que os filmes *queercentrados* associam sexualidades desviantes a artes vendáveis, já trazendo um dado importante que pode estar formando *kits* de subjetividades ao redor da música, além de modos de “ter”. Além disso, reforça-se o caráter biográfico, reiterando que estas pessoas não são milagrosamente talentosas, e sim que elas existiram e existem, reafirmando uma instância potente.

Nesta mesma esteira, esta pesquisa se aprofundou no filme *Dor e Glória* (2019), que também acompanha um artista gay, porém em uma ficção. A priori, tem-se em mente que o cinema é uma mídia que propulsiona desejos e formas de consumo pela via do deslocamento. Por isso é importante tentarmos entender quais *kits* de perfil padrão é visto neste filme, para poder desenvolver as possíveis órbitas de atuação (ROLNIK, 1997; GUATTARI e ROLNIK, 2013). Ainda nesta linha, não podemos perder de vista os rótulos com que Salvador Mallo interage e consome, deixados explícitos por Pedro Almodóvar pela via do *Product Placement* (BURROWES, 2008).

Estas marcas são majoritariamente multinacionais, que cada vez mais estendem seu público por todo o globo: o iMac, da marca estadunidense Apple, os eletrodomésticos da SMEG, da fabricante Italiana e o Rivotrill, do laboratório suíço Roche. A única exceção é a MyTaxi Iberia, uma empresa espanhola com atuação apenas local.

Ainda que este método soe como um *marketing* estratégico de impulsos de mercado, é importante reforçar aquilo que Burrowes (2008) deixou claro: a presença de marca não é só uma vantagem à empresa que divulga seu negócio, ela também compõe a verossimilhança do cenário e constrói as personagens.

A partir desta teoria, não podemos deixar de lado a percepção de um traço elitista de Mallo, como seu apreço por artes plásticas, sua opção por caríssimos eletrodomésticos SMEGs e seu iMac como ferramenta de trabalho.

Estas marcas parecem não se contentar com o público local, investindo neste mercado publicitário e tentando alavancar seus alcances. Isto poderia fazer a MyTaxi Iberia, por exemplo, se lançar em direção ao mercado mundial (HARDT e NEGRI, 2004), tal qual outras empresas globais de transporte privado.

Tal estratégia pode estar funcionando ainda melhor nos dias de hoje. Com o esfacelamento do cinema físico e a chegada dos filmes nas plataformas de *streaming*, estas marcas adentram nosso lar, tornando possível ver a sala decorada e sofisticada de Mallo enquanto nos deitamos no sofá ordinário de um cômodo comum.

Essa sobreposição, somada à capacidade de deslocamento que filmes têm, podem compor uma mestiçagem subjetiva (ROLNIK, 2000), corroborando para a pulverização das formas de vida locais e as colonizando, reagrupando em identidades *prêt-à-porter*. Por isso que,

para Deleuze (1992), o *marketing* é a chave do novo mercado de controle e a informação é importante para que os perfis de consumo possam ser replicados nas grandes mídias.

No mais, é importante entender a composição do protagonista para entendermos quais as órbitas que Salvador Mallo pode favorecer.

Para compor a riqueza platônica de Salvador, percebemos que Pedro Almodóvar vincula a angústia, a solidude e o vício à arte e a decoração, externalizando o investimento e a importância que Mallo dá ao seu lar e suas pinturas, sempre reforçando seu orgulho ao falar da decoração de sua casa.

Na cozinha, os eletrodomésticos SMEGs caríssimos e compactos priorizam um design *retro*, fabricados visando à ambientação harmônica. Eletrônicos estampados, encaixados em armários vermelhos contrastados com azulejos azulados, formam um ambiente sempre limpíssimo, emoldurando os SMEGs.

Com estas composições, somadas aos relatos de sucesso que Salvador acumula, Pedro Almodóvar agrupa um bocado de símbolos e compõe um ideal de riqueza daquele personagem. Este ideal de riqueza pode vir a ser um *kit* de subjetividade elencado no filme, o qual chamaremos de “*Kit Cineasta*”.

Este *kit* orbita uma desigualdade social, projetando no personagem um elitismo que é traduzido em bens materiais. Os itens que se colam ao rótulo são os eletrodomésticos caros e de marcas conhecidas, suas obras de artes plásticas, as numerosas estantes com livros e filmes, os vários abajures decorativos, o computador IMac e, ainda numa composição estética, os constantes tons de vermelho em seus armários e móveis.

A estética do filme parece ser pensada para chamar atenção. Elas ilustram não só como Salvador Mallo opta por gastar o excesso de seu dinheiro, como também compõem o imaginário de que um artista é apaixonado por arte e, por consequência, investe na estética e na imagética.

Paralelo a este “*Kit Cineasta*”, é possível ver uma segunda órbita sendo desenvolvida, promovendo um modo de “*ter*” *queer*. Para aprofundá-lo, tem-se que Pelbart (2000; 2011), Rolnik (1997) e Guattari e Rolnik (2013) já relacionavam a produção de sofrimento da maquinária capitalista com o consumismo. Preciado (2018) e Foucault (2018) foram um pouco mais longe ao demonstrar como estas linhas de fugas do capital, que são produzidas pelas próprias disputas de poder dos dispositivos sexuais, estão sendo gerenciadas por uma espécie de influência sobre a vida, ou nas palavras de Preciado, de um Somatopoder.

Assim sendo, a produção de incômodos não necessariamente anula a produção de desejo, já instigando a relação excitação-frustração-excitação nos investimentos monetários e nas medicalizações como forma de anestesia da vida. A hipótese levantada por estes escritores é que há um dispositivo que administra os incômodos, e por isto, suscitá-los não é, necessariamente, confrontar a hegemonia, podendo ainda cair no mesmo (no caso, o consumismo).

Diante disto, temos o enredo de Almodóvar, cujo vício as vezes parece ser apenas de heroína, enquanto o Rivotril, os analgésicos e os opioides são o tratamento constante, que podem causar problemas, mas que não são um problema em si. Uma passagem em que este limite é delimitado são as políticas de redução de danos, pautada nestes mesmos “*opióides legalizados*”, em que Mallo já aparentava viciado. Seu médico opta por lhe

medicar mais, tentando amenizar os efeitos da abstinência de heroína e substituindo o estímulo para algo legalizado.

Essa linha tênue tira de vista debates importantes ao redor da farmacologia e seu controle sobre o corpo (PRECIADO, 2018), apesar do longa-metragem ainda escancarar — talvez escandalizando — a quantidade de medicação tomada pelo protagonista. Os fármacos servem para compor as doenças e desgostos vividos por Salvador, mostrando o adoecimento também pela via do tratamento, minimizando a aparição de sintomas no enredo.

Esse modo de adoecer, muito vinculado ao *status* médico e não ao sofrimento em si, caracteriza um discurso cada vez mais comum sobre os corpos, que, pautado na saúde e nos postulados patológicos, incide um poder sobre os sujeitos e seus sofrimentos, influenciando suas decisões e domesticando pacientes (PRECIADO, 2018; FOUCAULT, 2018). Esta esfera, além de muito comum, abarca um bocado de significados e símbolos que se configuram em outra grande órbita que o personagem de Mallo gravita: o homem *queer* que adentra a medicina preventiva destinada à terceira idade.

Por ser uma órbita chave para os *kits* de subjetividade que levantamos, nomeá-la-emos de “Gay Idoso”, já que outros tantos termos utilizados para nomear este estereótipo podem ser considerados ofensivos. Esta é uma órbita para entendermos outro modo de “ter” dentro do filme Dor e Glória (2019).

Além disso, esta é uma órbita que tem direta relação com sua sexualidade por se tratar justamente de uma imagem corpórea, que lida com os prazeres e angústias relacionadas à esfera *psi*, ou seja, as esferas que abarcam suas relações, redes, cultura e corpo. Essa perspectiva psicossociológica (NASCIUTTI, 1996) compreende que o social e o individual se tocam e são tocados, numa relação recíproca. Assim sendo, a sexualidade e os prazeres de Salvador se tornam ponto chave no desenrolar de suas relações, por ser sempre algo que passará pelos seus próprios prazeres e enfrentará a relação com o outro, seja amorosa, familiar ou puramente cotidiana.

Desta forma, elencamos ao filme um *kit* de subjetividade “Gay Idoso”, que diz respeito à sexualidade frígida que Mallo tem ao encarar os adoecimentos que vieram com a idade. Neste espaço-tempo temos um homem que não pratica (ou praticou) atividades físicas, que não demonstra interesse em iniciar projetos, que tem o desejo sexual pouco aflorado e que se medica para evitar grande parte de suas doenças psíquicas e orgânicas. Seu consumo é orquestrado ao redor de remédios e estratégias de conforto, como tênis que não incomodem sua coluna e motoristas de táxis que não lhe farão usar meios-de-transporte mais cansativos ou desconfortáveis, como caminhadas ou transporte público.

Todos estes itens orbitam como soluções de incômodos e, no centro desta galáxia, as medicalizações surgem como estratégias de anestesia e redução de danos, reforçando o aspecto de “muleta” que o Rivotril tem para alguns níveis de sofrimento.

Estes seriam modos-de-ter de Salvador Mallo: o modo de “ter” doenças e sofrimentos, que será quase sempre desenrolada pela perspectiva médica de diagnósticos, tratamentos e prevenções.

Os *kits* de Salvador (o *Kit* Cineasta e o Gay Idoso), quando somados às construções de narrativas verossímeis e deslocadoras, podem acabar ocupando este espaço de identificação e incômodo gerado pelo filme, afinal de contas, sua riqueza é construída a partir de sua relação com a arte, que é um componente constitutivo da infância e adultez na narrativa de Salvador Mallo.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS E NOVOS PERCURSOS

Tendo em vista que um longa-metragem é uma produção artística e mercadológica composta por várias mãos, o resultado é difícil de definir ou prever. A intencionalidade de um diretor está sobreposta pelas interpretações dos atores, que sobrepujam o entendimento do roteirista. Esta alteração fica marcada dentro do próprio filme *Dor e Glória* (2019), num confronto ético, estético e político entre Salvador e Alberto.

Este confronto metalinguístico evidencia que a intenção do roteirista pode ser deturpada pela interpretação do ator, que adiciona mais uma nas várias linhas de fuga que irão atingir o telespectador.

Ainda assim, esta pesquisa avançou no filme *Dor e Glória* (2019) e fez achados importantes, levantando composições de roteiro junto de táticas de *product placement*, que suscitam a hipótese de que esta estratégia vem realmente sendo aplicada também nestes longas-metragens, o que indicaria uma possível persistência das tentativas de captura de subjetividades *queers*.

Um exemplo disso é a percepção que, nos dias de hoje, já é possível pensar um mercado da moda que influencie as construções de casas e componha os *designs* de interiores. O fato desta tendência estar elencada ao personagem denota que exista uma publicização desta tendência até mesmo nos filmes *queers*.

Perceber que isto está surgindo junto de marcas comerciais pode nos apontar alguns indicativos para entender quais as lógicas que inserem os personagens *queers* nas produções cinematográficas e quais suas relações com a sexualidade dos personagens.

Ainda que este seja um ponto importante para puxarmos este assunto, ressalta-se que estas não são as únicas lógicas, mas sim as que orbitam uma estratégia de produção de público e mercantilização.

Para compreendermos melhor quais são estas lógicas, também fomos atrás de um mapeamento das conexões e padrões existentes dentro dos 7 filmes com temáticas *queers*. Estes filmes — que não só passam a ser compostos por sujeitos *queers*, como também são centralizados neles —, em sua maior parte mostram (des)encontros amorosos, flertes e enfrentamentos, que levam em consideração as opressões exercidas às sexualidades e gêneros desviantes.

As produções acabam vinculando os personagens diretamente às suas sexualidades, o que desenrola problemáticas comuns que acabam perpassando suas desobediências de gênero. Isso significa que, caso o personagem fosse identificado como heterossexual, muitas das cenas não seriam atribuídas à sexualidade, visto que os filmes que protagonizam este tipo de temática mostram como a performance do desejo desviante vai para além do sexo e do prazer, alcançando outras instâncias sociais e culturais dos personagens.

Esta situação, junto dos demais filmes observados, ilustram como o assunto vem vinculado com cenas complexas e sentimentais, deixando a entender que o Oscar pode estar operando como um trampolim para filmes *queers* altamente dramáticos e trágicos, vindos de diversos países e ganhando visibilidade ao concorrerem alguma categoria.

Se isso acontece, torna-se importante localizar onde podem ocorrer os deslocamentos que têm potencial tanto de revolucionar quanto de identificar, entendendo que estas estratégias não podem ser completamente previstas, porém podem ser supostas.

Para o fluxo de capital do Mercado Mundial (HARDT e NEGRI, 2004) é interessante que as diferenciações se mantenham, mas que a paridade não seja alcançada, tornando possível a obtenção do lucro de poucos sobre muitos. Por isso é imprescindível entender o que se adiciona ao imaginário *queer* através do entretenimento. A mistura de informações, fantasias e divertimento podem acabar adicionando ao mercado uma população que não necessariamente é incluída ao pensamento hegemônico.

Com todo este potencial, um filme é capturado por grandes marcas a fim de se tornar um produto, uma arte e um entretenimento. Esta junção dos três elementos colocam a popularidade de um longa-metragem em alta, o tornando um eficaz modo de produção de desejo, induzindo prazer, desterritorializando, mestiçando e deslocando (ROLNIK, 2000; PELBART, 2000; TAVARES e VARGAS, 2017). Essa mestiçagem, como vimos, tem potência de formação de modos de “ter”.

Por isso há a necessidade de se aprofundar nos símbolos, no discurso e na estética deste meio tão contemporâneo, descobrindo os *kits* de subjetividade *queer* que estão em cartaz e quais esses modos de “ter” LGBTI+ nos filmes de longa-metragem. Se outrora o Mercado Mundial viu o cinema como um excelente meio de incitar desejos e potencializar consumos, tornar-se-á um importante papel do pesquisador entender como o desejo de consumo se entrelaça com o uso dos prazeres, o entretenimento e, neste caso em especial, às sexualidades desviantes que passam a ser inclusas, porém continuam polemizadas e marginalizadas.

REFERÊNCIAS

- [1] BARDIN, L. (2016) Análise de Conteúdo. Edições 70, São Paulo.
- [2] BERNARDES, A. HOENISCH, J. (2013) Subjetividade e identidade: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. In Psicologia Social nos Estudos Culturais: Perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Vozes, Petrópolis.
- [3] BRULON, B. (2017) Normatizar para Normalizar: uma análise queer dos regimes de normalidade na historiografia contemporânea da homossexualidade. In História & Teoria Queer. Editora Devires. Salvador.
- [4] BURROWES, P. (2008) Cinema, entretenimento e consumo: uma história de amor. In Rev. Famecos, ed. 35, Porto Alegre.
- [5] BUTLER, J. (2018) Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- [6] CONTRO, L. (2011) Psicossociologia Crítica a intervenção psicodramática. Ed. CRV. Curitiba.
- [7] DELEUZE, G. (1992) Conversações (3rd ed.). Editora 34, São Paulo.
- [8] DOR e glória (2019). Direção: Pedro Almodóvar. Produção: Agustín Almodóvar. Espanha.
- [9] FOUCAULT, M. (2018) História da Sexualidade: A vontade de saber. Editora Paz e Terra, ed. 7, Rio de Janeiro.
- [10] GUATTARI, F; ROLNIK, S. (2013) Micropolíticas: Cartografias do Desejo. Editora Vozes, Petrópolis, 2013.
- [11] HARDT, M. (2000) A Sociedade Mundial do Controle. In Gilles Deleuze: Uma vida filosófica (Cap 2 da Terceira Parte, pp 357 - 372). Editora 32, São Paulo.
- [12] HARDT, M.; NEGRI, A. (2004) Império. Editora Record, Rio de Janeiro.
- [13] LEOPOLDO, R. (2020) Cartografia do pensamento Queer. Editora Devires, Salvador.
- [14] NASCIUTTI, J. (1996) Reflexões sobre o espaço da psicossociologia. In DocumentOS Eicos, n.7. Rio de Janeiro.

- [15] PELBART, P. P. (2011) *Vida Capital: Ensaio de Biopolítica*. Ed. Iluminuras, São Paulo.
- [16] PELBART, P. P. (2000) *A Vertigem por um Fio*. Ed Iluminuras, São Paulo.
- [17] PONTES, F.; TAVARES, F. (2015) Kits de Subjetividade e Antropofagia: algumas considerações sobre o consumo e a publicidade na sociedade de controle. *Intercom Nordeste*.
- [18] PRECIADO, P. B. (2018) *TESTO JUNKIE*. Ed. n-1, São Paulo.
- [19] ROLNIK, S. (2000) Esquizoanálise e Antropofagia, in Gilles Deleuze: uma vida filosófica, Editora 34 (p451-462).
- [20] ROLNIK, S. (1997) Toxicômanos de identidade subjetividade em tempo de globalização, in *Cultura e subjetividade. Saberes Nômades* (p 19-24)
- [21] TAVARES, F. (2016) “Kits de subjetividade verde”. O consumo da natureza e as modelagens marcárias nas tensões do controle e do capitalismo rizomático. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 187. Rio de Janeiro.
- [22] TAVARES, F. BITTENCOURT, R. N. Do ser humano ao “ter humano”: um ensaio sobre a psicossociologia do consumo na perspectiva da Sociedade de Controle e da Modernidade Líquida. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 210. Rio de Janeiro.
- [23] TAVARES, F. IRVING, M.; VARGAS, R (2014). O “ter humano” e os “kits de subjetividade”: uma perspectiva psicossociológica do consumo através da publicidade. In *Conexões PSI*; v.2, n.2. Rio de Janeiro
- [24] TAVARES, F. VARGAS, R (2017). Processos de Subjetivação e consumo: uma perspectiva psicossocial. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 188. v. 16. Rio de Janeiro.

Capítulo 10

Pistas de um blackface para o consumo? Atravessamentos do capital nos processos de subjetivação do povo negro no Brasil

Felipe Mathias Castello-Branco

Frederico Augusto Tavares Junior

Catalina Revollo Pardo

Resumo: Este artigo é um ensaio teórico que versa acerca de práticas mercadológicas num contexto de mercantilização de formas simbólicas da cultura afro-brasileira. Neste, alguns exemplos de produtos e serviços oferecidos no mercado com características alegadas como pertencentes à cultura negra são comparados sob dois aspectos: aqueles que se aproximam e comprometem com tradições culturais afrocentradas e aqueles que sugerem uma captura simbólica da cultura negra para fins comerciais. A análise de conteúdo guia a orientação metodológica do ensaio. Após revisão bibliográfica e apresentação de exemplos os autores realizam uma breve análise dos elementos encontrados e sugerem que o mercado pode estar encenando o que propusemos chamar de um blackface para o consumo: encenações que mimetizam características da cultura negra sobre produtos a serem comercializados, sem que estes remetam a um comprometimento com comunidades, programas ou agendas afrocentradas. Tal percepção nos leva à conclusão que o mercado busca realizar capturas simbólicas sobre aspectos que remetam às culturas de matriz africana, para transformar em produto aquilo que não é produtível: a própria negritude.

Palavras-chave: Processos de subjetivação, negritude, cultura negra, blackface para o consumo.

1. INTRODUÇÃO

A Psicossociologia é um campo de reflexão propício para realizarmos uma discussão acerca dos tipos de subjetividades que são hoje construídas pelos afrodescendentes brasileiros, a partir de como estes se veem representados em produtos e serviços que são ofertados pelo mercado – principalmente quando o apelo para o consumo é *compre negro*.

Campanhas publicitárias que nasceram a partir do mote *‘Se não me reconheço, não compro’*, comumente replicado em redes sociais, na atualidade, reforçaram a vontade entre consumidores afrodescendentes de verem símbolos que remetam à cultura negra; evidenciados naquilo que se dispõem a comprar. E é justamente neste ponto, valendo-se de um movimento mercadológico de captura de desejos, que o capital parece se apropriar de símbolos, falas e sinais específicos da negritude, para (moldando tais apropriações a formas comercializáveis), produtivar aquilo que antes não era produto: a própria cultura negra – e, por consequência, os processos de subjetivação dos sujeitos afrodescendentes.

O capital parece se apropriar dos símbolos da negritude. Dando-lhe formas e padrões, sugere tentar sinalizar como ao negro convém ser, ou como ele não deve se mostrar: esforçando-se em adestrar o que os uma vez, os colonizadores europeus consideraram comportamentos, formas e natureza selvagem (SANTOS, 2008; FANON, 2008). Este capital, que um dia buscou expansão por meio de conquistas de territórios e exploração de trabalho servil, hoje traça linhas e estampas com motivações africanas, em escala industrial; produz turbantes para exportação nos tamanhos P, M, G; exporta a culinária negra, o batuque, a arte marcial da capoeira (SANSONE, 2000); concebe produtos de maquiagem específica para a pele retinta e tenta ditar como as negras devem tonalizar seus rostos; padroniza as combinações na palheta de cor; transforma símbolos sagrados do candomblé em adereços da moda, que servem para ser usados como bijuterias e outros adereços profanos (SANTOS, 2006).

Tomando a Psicossociologia como campo de discussão, trazemos buscamos hoje apresentar alguns exemplos que evidenciam diferenças entre produções materiais (produtos e serviços) quando feitas, por um lado, a partir de uma inserção direta na cultura negra brasileira (entendendo esta inserção como comprometida com suas tradições e valores) e, por outro lado, quando sugere uma captura comercial das formas simbólicas do que é a negritude afrodescendente (com intuito meramente comercial; descolado de implicações mais profundas com as tradições negras). Exploramos essas diferenças a partir de exemplos tomados do mercado, onde produtos e serviços são oferecidos como representativos de uma negritude genuína e um apelo a subjetividades afrocentradas. Questionamo-nos, criticamente, se o capital contribui para a produção de uma negritude pós-moderna, que é um tipo de negritude *prêt-a-porter*¹; cingido e moldado pelas forças de mercado. Uma negritude aparece na publicidade, na mídia e na vida pública, moldada a partir de kits de subjetividade (TAVARES, IRVING & VARGAS, 2013) que indicam formas de ser, para o negro que, vendo modelos exibidos nos produtos expostos nas prateleiras, deve se reconhecer naquilo que é oferecido no mercado.

¹ O conceito de identidades *prêt-a-porter* produzidas pelo mercado é aqui empregado segundo apontam Rolnik (2000) e Tavares; Irving; Vargas (2013): diz respeito a identidades regováveis, temporárias e flutuantes; frutos das dinâmicas que atravessam o ser no mundo ocidental pós-moderno. Portanto, identidades reguladas pelas estratégias do mercado e da mídia. É Tavares que grifa os “kits de subjetividades”, como identidades flexíveis: são formas de subjetivação do consumidor – fluídas e heterogêneas, mas homogêneas ao mesmo tempo – deslocando-se de acordo com a produção da cultura das marcas e do fetiche simbólico da “cultura-valor”, que é impregnada pelo capitalismo mundial integrado, ou rizomático, segundo Guattari (1981; ROLNIK, 2000).

Pontuamos que lá onde se observam movimentos sociais, também é possível encontrar contra-forças atuantes no campo. Desta forma, aquela negritude que pode estar sendo moldada em clichês *prêt-à-porter* – o que sugeriria uma forma de produção de discursos de um discurso do novo colonialismo: o colonialismo comercial (MBEMBE, 2018; FERGUSON, 2016; SANTOS, 2008; HALL, 2002), – parece opor resistências. Uma tensão parece se apresentar, ainda que de forma sutil, entre, de um lado, grandes agentes de mercado – que representando o capital (com maior poder financeiro, mais amplo alcance comercial e capilaridade), agiriam na captura de símbolos das tradições negras; transformando-os em ícones massificados; produzidos em série; prontos para serem vendidos como uma negritude prescrita – e, de outro, aqueles que se apresentam como afroempreendedores, reclamando para suas produções ligações mais comprometidas com as tradições ancestrais de raízes africanas e uma filosofia de produção e consumo ligada a princípios milenares – como o consumo sustentável; a produção em pequena escala; o retorno de parte dos lucros à economia local de base comunitária. Percebem-se indícios de que esses afroempreendedores defendem que seus esforços são mais do que apenas produzir, vender e enriquecer; associam à sua produção as ações empreendidas por movimentos de emancipação, afirmação e ascensão a posições de protagonismo social dos negros, para além de questões meramente pecuniárias. Para aqueles que produzem e vendem alegando não se dissociarem das tradições de origem africana, o afroempreendedorismo parece ser tratado como arena material para uma ressignificação racial e comunitária.

E eis que no campo da Psicossociologia viemos olhar para esta tensão, que parece se apresentar. Nosso objeto de investigação se volta para as práticas materiais (produção e oferta de produtos e serviços) que envolvem formas simbólicas de uma negritude afrodescendente brasileira. Perguntamo-nos se quem produz e quer vender para o negro está imbricado com sua cultura, ou sugere uma mera apropriação de formas simbólicas associadas à uma negritude, para que estas sejam posteriormente postas à venda.

Nossa investigação ousa partir de uma suposição: a de que o capital venha tentando capturar símbolos da cultura afro para, convertendo-os em itens comercializados, poder lucrar com o que antes não era produto: a própria cultura negra. Partindo desta suposição, propomos um estudo teórico a ser apresentado no formato de ensaio, que tem por objetivo verificar se podem ser encontradas no mercado ofertas de produtos e serviços que aludem a símbolos de uma negritude, mas que se que se diferenciem quanto ao uso das formas simbólicas da negritude que reivindicam para suas produções. Pretendemos identificar se há produtos e serviços que sejam produzidos e comercializados a) por um lado uma implicada em manter a cultura e os princípios de práticas tradicionais afrocentradas, e b) por outro lado, que se valha dos motivos e símbolos da negritude tão-somente para dar formas a produtos e serviços, sem, no entanto, comprometer-se intrinsecamente com esta cultura. Já o estabelecimento desta diferenciação equivale à divisão de categorias para a nossa análise de conteúdo (BARDIN, 2016) dos exemplos observados no mercado.

Um eixo teórico conduziu a nossa problematização, partindo de alguns autores seminais na localização das ideias de cultura negra e negritude: como estas foram construídas na modernidade por meio dos discursos colonizadores, até o momento atual. Levantamos também construções teóricas que observaram formas de apropriação cultural das tradições negras e sua conformação em padrões palatáveis ao mercado global – modos de domesticar o que [a colonialidade chamou] de ‘selvagem’ na cultura negra, para que esta pudesse ser comercializada mundialmente.

Situamos o nosso estudo no momento atual, e para este, adotamos as visões de mundo pós-moderno e neoliberal (FERGUSON, 2016; BAUMAN, 2008b); palco da fusão potencial entre o capitalismo global e o animismo (MBEMBE, 2018). É neste mundo que localizamos o ser humano com suas tradições, relações e valores *'liquefeitos'*; tornados fluidos; relativizados ao bel-prazer do mercado; ser humano que é guetificando; excluído da vida social, se não estiver pronto a consumir – e ser ele mesmo consumido como produto; objetivamente transformado em mercadoria (BAUMAN, 2008a, 2008b, 2007, 1998).

A partir do eixo teórico que traz para a discussão Hall (2018), Santos (2008), Fanon (2008), Bauman (2008a, 2008b, 2007, 1998), Sodré (1999) e outros teóricos de grande contribuição, nosso ensaio enseja olhar criticamente para as formas com as quais o negro e a negritude são representados na sociedade brasileira, pela via de produtos e serviços – que tentam simbolizar o que é ser negro e o que é coisa de negro; para o negro. Nesta lógica, distinguimos kits de subjetividade (TAVARES, IRVING & VARGAS, 2013) atrelados a representações de uma negritude possível; *prêt-a-porter* disponibilizadas no mercado. Também observamos o que um engajamento contra-hegemônico dos movimentos afroempreendedores se apresenta como contrapartida às tentativas de captura cultural encetadas pelo capital.

2. MÉTODO

Como o nosso ensaio deseja olhar criticamente para as formas com as quais o negro e a negritude são representados na sociedade brasileira, pela via da comercialização de produtos e serviços, optamos por um estudo qualitativo.

Partimos de uma pesquisa bibliográfica que teve como intuito dedicar ao tema um olhar crítico e aprofundado, partindo da identificação dos conceitos de cultura negra, seguindo pela localização das dinâmicas sociais num mundo pós-moderno e capitalista e sublinhando as relações comerciais que atravessam as relações sociais, por meio da produtivização de subjetividades e comunicação midiática das formas de ser, que são materializados em produtos e serviços.

Para além da pesquisa bibliográfica, elencamos alguns exemplos de ofertas de produtos e serviços oferecidos no mercado, que traziam o apelo de serem associados à negritude, como forma de chamariz para consumidores. Utilizamos peças publicitárias e de comunicação midiática nas quais produtos e/ou serviços eram oferecidos no mercado, com apelos de vendas que remetessem ao que é negro, afrocentrado ou direcionado a afrodescendentes. Os exemplos foram coletados em pesquisa livre na internet realizadas entre 2018 de 2019. Procuramos por produtos e serviços que nos seriam ofertados a partir de buscas com as palavras-chave *'compre negro'*, *'se não me vejo, não compro'* e *'afroempreendedorismo'*. A escolha de tais palavras-chave para buscas na internet deveu-se ao fato de serem expressões correntemente em voga na sociedade brasileira, quando abordamos o assunto consumo afrocentrado.

Uma vez apurados alguns exemplos ilustrativos, buscamos orientação no método da análise de conteúdo (BARDIN, 2016), que é um conjunto de técnicas de análise de comunicações que tem por objetivos ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados, para realizarmos uma leitura crítica de tais exemplos.

A análise de conteúdos do discurso é uma técnica que explora as relações entre discurso e realidade, verificando como os textos são feitos, carregando significados por meio dos processos sociais (MOZZATO & GRZYBOVSKI, 2011). Assim, buscamos identificar como os

símbolos das tradições africanas vêm sendo tratados em produtos e serviços oferecidos no mercado brasileiro.

Para nos ajudar na identificação e diferenciação de tratamento das formas simbólicas da negritude presente em produtos e serviços, estabelecemos duas categorias de enquadramento para os exemplos elencados.

Separamos os nossos achados em duas categorias: aqueles exemplos que, por um lado, sinalizavam (em seus discursos e práticas) para esforços de manutenção e resistência das tradições afrocentradas, e, de outro lado, exemplos que poderiam nos conduzir a inferências de apropriações das ideias de negritude com fins comerciais, pelo mercado. Dois aspectos amplos constituem, portanto, as categorias de análise que empregamos neste ensaio.

O primeiro aspecto amplo que estabelecemos como categoria para os exemplos de produtos e serviços que pretendem simbolizar uma negritude foi intitulado “Exemplos de produção material que buscam um retorno às tradições africanas”. Entendemos que as produções que buscam perpetuar uma afrocentralidade na cultura que descende dos africanos da diáspora negra e se comprometem com as agendas de movimentos negros (movimentos por emancipação social do povo preto; sejam esforços contra o racismo; seja o resgate histórico de uma memória afrocentrada) seriam agrupados nesta categoria. A segunda categoria foi identificada como “Exemplos de produção material e apropriação de negritudes”. Para tal categoria, supomos que ocorram produções que embalam produtos e serviços com uma caracterização de negritude, comercializa símbolos e representações da cultura negra, mas não mantém vínculos diretos com comunidades negras, suas tradições originais ou com movimentos emancipatórios do povo preto².

As duas categorias que sugerimos são diretamente implicadas com uma questão que é central para este ensaio: os processos de subjetivação entre os afrodescendentes mostram-se atravessados pela lógica do capital.

3. PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO ENTRE OS AFRODESCENDENTES ATRAVESSADOS PELA LÓGICA DO CAPITAL

Processos de subjetivação são tema de grande importância para a Psicossociologia. Parte determinante de tais processos são as formas simbólicas – construções significativas interpretadas e compreendidas por pessoas, que as produzem e recebem (THOMPSON, 1995). As formas simbólicas são construções estruturadas de maneiras definidas e inseridas em condições sociais e históricas específicas e, portanto, devem ser percebidas e analisadas apropriadamente.

A subjetividade e os processos de subjetivação como construção social nos oferecem amplas possibilidades de investigação e discussão. Neste ensaio, assumindo que os processos de subjetivação contemporâneos sejam atravessados pela lógica do capital (BAUMAN, 2008a, 2008b, 2007, 1998), buscamos pistas que corroborem para a construção da subjetividade de sujeitos afrodescendentes brasileiros, que são atravessados por formas simbólicas que pretendem refletir quem é o negro e sinalizar para seus desejos. Fomos procurar algumas destas pistas em produtos e serviços que se

² Neste trabalho não fazemos distinção entre as expressões ‘negro’, ‘afrodescendente’ ou ‘povo preto’, pois tais formas de tratamento e referência são comumente empregadas sujeitos afrodescendentes brasileiros, como sinônimos.

propõem a ilustrar quem é o negro, o que o negro usa, o que é de negro, o que o negro deseja. Embora este trabalho não pretenda abarcar toda a discussão a respeito dos processos de subjetivação do povo afrodescendente brasileiro; mas, evidenciando sinais de atravessamento do capital nestes processos, em pequenas pistas iniciais, tem a ambição de contribuir para o debate maior.

Partimos do cenário que nos cerca. Falamos de uma contemporaneidade que é chamada de pós-moderna (BAUMAN, 2008a, 2008b, 2007, 1998); localizamo-nos num mundo formatado por um capitalismo globalmente integrado (FERGUSON, 2016); somos partes de um tecido social cingido a partir de embates desiguais entre forças colonizadoras e movimentos contra-hegemônicos (HALL, 2018; FANON, 2008; SANTOS, 2008; SODRÉ, 1999). Os processos de subjetivação dos sujeitos são perpassados pelos produtos de nosso tempo, neste mundo pós-moderno, capitalista e tecnologicamente conectado. O capital perpassa os processos de produção de subjetividade (MANCINI, 1998), e, como consequências da mundialização do capitalismo enquanto paradigma econômico e social (MBEMBE, 2018; FERGUSON, 2016; SANTOS, 2008) as pessoas viram mercadorias, vivendo vidas para o consumo (BAUMAN, 2008b); veem suas relações, valores e tradições relativizados ante a lógica de mercado (BAUMAN, 1998) e as referências mais primárias como individualidade, pertencimento, tradições e reconhecimento comunitário não ficam intocados pela força do capital.

Eis que este cenário macro, inicialmente apresentado, atravessa e faz solo a todos os seres humanos – com mais ou menos força. A lógica do consumo atravessa-nos a todos e, mesmo aqueles que consomem menos; que tenham menos acesso ao consumo, são, ainda que indiretamente, impactados por essa lógica; ainda que apenas por meio de efeitos muito distantes (geopolíticos, macroeconômicos, de divisão de poder). Na pós-modernidade, não há quem esteja imune; não há quem consiga ficar fora do consumo – nem o turista, nem o vagabundo³ (BAUMAN, 2008b).

Posto o cenário macro; local de onde parte a nossa observação, o que podemos perguntar sobre os afrodescendentes brasileiros? Quem é este negro na pós-modernidade?

4. O NEGRO NA PÓS-MODERNIDADE: PAN-AFRICANISMO, RACISMO E MOVIMENTOS NEGROS

A lógica mercantil que moldou o mundo ocidental colonizador levou as nações europeias às investidas expansionistas que criaram o que historicamente se convencionou chamar de a Era Moderna. Uma Europa mercantilista, ávida pela expansão, conquista e enriquecimento material viu partirem para diferentes direções do globo as fragatas e os pelotões de países que se impuseram a povos por eles subjugados, como o padrão do que era poderoso, correto; referência de existência. Santos (2008), ao falar-nos sobre a instituição do padrão branco europeu como hegemônico no mundo moderno, explica que o colonizador ‘descobriu’ três elementos, em suas expedições de conquista: o oriente, o

³ As imagens do turista e do vagabundo são propostas de Bauman (2008b) que esboça duas realidades observáveis na pós modernidade: o turista é aquele sem localidade fixa; para quem os espaços não existem. Sua vida é estruturada de forma que todo lugar é lar; todo lugar é globalizado. Assim, o turista não está preso a lugar algum: o espaço já não existe como distância, porque ele conta com uma mobilidade fluida e extrema, possibilitada por sua condição material e cultural. Já o vagabundo é seu alterego: represente uma parcela da população mundial que é exposta aos imperativos da globalização, na forma da cultura de mobilidade e fluidez. Saem de casa sem destino, entendendo que a única forma de sobreviver é se movendo continuamente, apesar de não disporem dos recursos materiais e simbólicos do turista.

selvagem e a natureza. O selvagem foi encarnado na figura do indígena, e do negro que, sendo criaturas humanas inferiores, deveriam ser domesticadas, alocadas como recursos de força, ou mesmo exterminadas; caso tentassem insurreições, ou não se prestassem a nada de produtivo.

A história caminha e, mesmo que contada pelo colonizador, o tempo deixou marcas das mudanças ocorridas no mundo. O negro sobreviveu em terras outras que não a África de onde foi sequestrado.

Ferguson (2016) e Santos (2008) não nos deixam esquecer que a história, como a conhecemos nos livros didáticos que lemos no ocidente, foi e continua sendo escrita a partir do discurso de quem detém o poder hegemônico. É sob a pauta de uma hegemonia global e de uma perspectiva da internacionalização do poder que somos perpassados por falas e visões de mundo.

Os movimentos negros, apesar de não serem uma novidade (BATISTA, 2016), estão na ordem do dia, neste momento de um *devir-negro do mundo* (MBEMBE, 2018). Desde que os discursos colonizadores começaram a ser questionados e enfrentados e, mais fortemente, no momento histórico em que a “Europa se extravia, acometida pela doença de não saber onde se situa no mundo e em relação a ele” (MBEMBE, 2018:22); no instante em que a humanidade percebe que o capital não cumpriu suas promessas de fazer as riquezas chegarem às mãos de todo o mundo; mas, que ao contrário, mostra como um sistema baseado na exploração de recursos materiais e humanos é capaz de empobrecer a todos – inclusive aqueles que outrora estiveram na posição de dominantes.

O movimento negro brasileiro registra agendas pan-africanistas desde o século XX. O ideário político e científico do século XX no Brasil produziu discursos como o de Nina Rodrigues, que pregava um modelo assimilacionista; projetando o desaparecimento da raça negra ao longo de gerações futuras, em função da miscigenação. A visão segregatória e o discurso que declarava uma suposta inferioridade do negro seriam posteriormente reduzidos – mas não eliminados – no mito da formação híbrida da nação brasileira. Ribeiro e Gonçalves (2014:96) informam que “(...) a partir de meados do século XX, a composição heterogênea das nossas populações passa a ser valorizada e a diversidade cultural é, então, considerada uma característica positiva do nosso povo”.

Se o modelo assimilacionista adotado no país ao longo do século XX impediu, por um tempo, a visibilidade das diferenças culturais, a aceitação das diferenças étnicas não baniu o racismo da sociedade brasileira; apenas reconfigurou os discursos.

A partir da segunda metade do século XX, a cultura passa a ser compreendida como um conjunto de todas as experiências de vida de um grupo; “um patrimônio de conhecimentos e competências, de instituições, de valores e de símbolos, constituído ao longo de gerações e característico de uma comunidade humana particular” (MEYER, 2012:75, citando FORQUIN, 1993). É sob esta ótica que a cultura de um grupo étnico passa a ser compreendida a partir de diferentes perspectivas.

Neste ensaio, articulamos as ideias de cultura, grupo étnico, comunidade e poder nesta nossa temática acerca da construção de negritudes. SEYFERT (1984) nos informa que etnicidade é uma forma de interação e diferenciação entre grupos culturais, operando dentro de contextos sociais comuns. Enquanto isso, Hall (2003) define etnia como “as características culturais – língua, religião, costumes, tradições, sentimento de lugar que são compartilhados por um povo” (HALL, 2003:62). Sodré (1999) contribui para o nosso arcabouço com a noção de comunidade, enquanto materialização da ideia de ‘contexto

social comum': "antes de ser o *locus* dos assemelhamentos ou das identidades estáveis, a comunidade é um operador de diferenciação, algo suscetível de gerar uma relação social" (SODRÉ, 1999:209).

Se a cultura está implicada com a forma pela qual fenômenos manifestos são produzidos, por intermédio de sistemas de significação, estruturas e poder, ela também é o terreno onde se enfrentam diferentes e conflitantes concepções de vida social. Assim, a lógica racial, manipulada por uma conceituação de cultura étnica, deve ser vista sob o prisma das lutas políticas; das dinâmicas de poder que a atravessam.

Entretanto, o capital parece não tomar partido em lutas políticas ou discussões sociais: o capital parece ser capaz, inclusive, de comercializar culturas.

5. CULTURA NEGRA E SUA MERCANTILIZAÇÃO

Se no passado, o discurso hegemônico de caráter eugenista moldava formas de uma suposta inferioridade do negro no imaginário coletivo do mundo moderno, por outro lado, os negros moviam-se para criar formas ativas de cultura (uma contracultura!). Uma África própria parecia surgir, no Novo Mundo (SANSONE, 2000:87).

A necessidade de uma cultura que proporcionasse a humanização dos escravizados, construiu uma identidade do negro na diáspora e servisse de referência para a luta contra a opressão da escravidão fez surgir em diferentes contextos americanos a chamada cultura negra: híbrida, fruto da circulação de pessoas, ideias, símbolos e desejos. A música, a arte, a culinária e outras manifestações serviam a esses propósitos. Povos escravizados vindos de diferentes regiões e longe de suas culturas de origem criaram uma nova forma de expressar suas necessidades e aspirações, não obstante a ambivalência e a complexidade que ela (cultura negra) possa ter. (GONÇALVES & RIBEIRO, 2006:59).

O negro criou um mundo próprio em terras outras que não a sua África ancestral. Nesta cultura criada – cultura particular; sincretizada, mas cheia das significações, códigos e narrativas – encontramos seus esforços de sobrevivência e resistência; uma luta por existir (SANSONE, 2000; HALL, 2003). E o surgimento de uma cultura negra particular – que parecia aproximar diferentes nações negras num solo comum, no novo mundo – foi observado pelo colonizador, tanto para identificar o que era aquela massa, como para circunscrever aqueles homens e mulheres em categorias, segundo as características que partilhassem. Os negros foram identificados por marcas – para além de ferrolhos e iniciais gravadas a fogo: foram distinguidos pela forma de seu falar crioulo, por seu jeito de andar, por suas roupas, pelas curvas de seus corpos – além, é claro, da pigmentação óbvia em suas peles (FANON, 2008; SANSONE, 2000). Num caldeirão misturador, sua cultura foi demarcada; delimitada; codificada. Uma cultura materializada em objetos, signos e adereços. E onde há materialização, há possibilidades de comercialização. "No processo de mercantilização de uma nova cultura "negra" (uma dinâmica ativada tanto interna quanto externamente), certas características e certos objetos são escolhidos para representá-la como um todo – para objetificá-la, tornando-a sólida e material" (SANSONE, 2000:87).

No Ocidente capitalista, consumir é uma forma de pertencimento social. Ainda assim, os teóricos que se debruçaram criticamente sobre as imbricações do consumo e da vida do sujeito social (BAUMAN, 2008; PELBART, 2003; DELEUZE & GUATTARI, 1997) informam-nos que o consumo não é um campo homogêneo. Existem níveis diferentes de acesso; de possibilidades de inserção; de percursos que podem ser realizados no mundo de consumo. Há aqueles a quem é permitido o consumo de bens, serviços e status de forma quase ilimitada: podem ir fundo nas dinâmicas de consumir. Há outros que transitam como turistas do consumo: vêm e vão mais ou menos profundamente; imergem e emergem de acordo com os passaportes que lhes são carimbados de quando em quando. Nesta lógica capitalista, nem mesmo os periféricos – aqueles que pouco ou nenhum dinheiro tenham – conseguem viver sem consumir. Nem os vagabundos (BAUMAN, 2008b) conseguem existir fora da lógica do consumo.

Neste mundo do consumo, existem campos que se comunicam, se interpenetram, se chocam. Tocam extremidades; aproximam-se; distanciam-se; configuram rizomas que se comunicam, como platôs de uma cartografia de possibilidades; apresentam maiores ou menores inserções; inclusões mais profundas, exclusões relativas – mas nunca a possibilidade de não consumir.

Durante os períodos de escravidão, devemos nos lembrar, o negro era ele mesmo um produto que podia ser comprado e vendido. Com a Revolução Industrial e a produção em larga escala de bens manufaturados, as pressões para incremento de contingentes de trabalhadores assalariados – que pudessem consumir – contribuiriam para movimentos abolicionistas e, no bojo daquelas mudanças, o negro vislumbraria um horizonte de cidadania. Mas, no contexto do domínio da lógica do capital, o cidadão só o é, se consumir; é o consumo que lhe outorga uma cidadania; algum direito civil.

Não admira que ainda hoje os direitos civis sejam comumente distribuídos em função do que se pode consumir, do livre acesso aos rituais associados ao consumo ostentoso e ao que desse consumo se pode fazer notar em público. O consumo, portanto, também é um marcador étnico, bem como uma forma de oposição à opressão, uma maneira de, como negro, fazer-se visto ou mesmo ouvido. (SANSONE, 2000:88).

Se o eugenismo do século XX não conseguiu apagar o negro - eliminando a pele carregada em melanina, do planeta – então o preto teve que ser representado, codificado e enquadrado em algum lugar – também no mundo do consumo.

Se o eugenismo do século XX não conseguiu apagar o negro - eliminando a pele carregada em melanina, do planeta – então o preto teve que ser representado, codificado e enquadrado em algum lugar – também no mundo do consumo.

O capital precisava representar; mapear; escanear e codificar o negro para que, recebendo este ou aquele rótulo, ele pudesse ser consumidor e (*por que não?*, pergunta o capital) ainda que, de alguma forma, pudesse continuar sendo um produto para ser consumido. Desta forma, parece-nos que a cultura negra – assim que se captasse o que essa vinha a ser – deveria se transformar – de um potencial para materialização de produtos a serem mercantilizados – em lucros reais.

Aos poucos, o Mercado se disporia a realizar esta tarefa: codificar o que se deveria entender sobre o negro; atribuir-lhe significados, delimitar e embalar características em

versões prontas para levar (*prêt-à-porter*). O mercado faria, para fins de lucro, o que o primeiro colonizador não teve interesse em fazer: entender o negro. Não o transformando em protagonista; mas o escaneando para poder vendê-lo como produto. Absorvendo-o no discurso imperial (FERGUSON, 2016); adaptando-o à cultura branca; tornando-o palatável.

6. A 'CULTURA NEGRA' EM SUA INTERSEÇÃO COM A 'CULTURA BRANCA': INTERNACIONALIZAÇÃO E ABSORÇÃO NO DISCURSO HEGEMÔNICO

Uma vez alforriados do criminoso sistema escravista, os negros foram paulatinamente sancionados à existência em sociedade. Se um dia tinham sido consideradas criaturas sem almas, foram então inscritos na vida da nação, por meio do consumo. Mas isso também teve um preço: em uma realidade mercadológica de consumo, as características étnicas e culturais dos afrodescendentes viraram produtos que poderiam ser comercializados, sob o aval da racionalidade [mercantil] hegemônica.

Num contexto amplo de desenho do mundo pós-moderno pelas mãos do poder hegemônico, o negro olha para a sua comunidade preta, enquanto sua cultura é traduzida em contextos sociais que, validando sua existência – naquilo que pode ser comercializado – é vendida como produto mercantil. Percebemos isso no trabalho de Fanon (2008), que desenvolveu uma filosofia ativista, pontuando um processo de inferiorização do negro que sofreu processos colonizadores; sua alienação e o deslocamento de suas atitudes, em direção ao mundo do branco.

E aqui, voltamos nossos olhos para a cultura afro-brasileira; esta cultura que Gilberto Freyre (1987) sinalizou como sendo diferente da europeia e da africana: esta cultura negra em nosso solo é uma criação surgida nesta terra, formada por ressignificações bem particulares.

Hoje coexistem, num mesmo território os fenômenos da globalização cultural e as formas afro-brasileiras tradicionais (SANSONE, 2000:89). Reafirmando suas peculiaridades culturais, a versão brasileira da cultura negra (a cultura afro-brasileira), se mostra geralmente referenciada a dois polos principais: o polo afrocultural do Rio de Janeiro e o polo afrocultural de Salvador. É a principalmente a partir destes dois polos que formas tradicionais e modernas da cultura afrodescendente passarão por processos de trocas simbólicas e materiais.

7. PROCESSOS E ELEMENTOS USADOS PARA A MERCANTILIZAÇÃO DAS FORMAS TRADICIONAIS E MODERNAS DA CULTURA NEGRA, NUM PROCESSO DE TROCA SIMBÓLICA E MATERIAL

Parece-nos que o negro ainda é tratado no mundo produto - atualmente, não mais como um bem físico, que possa ser posto em grilhões e vendido para o trabalho escravo, mas quando as formas simbólicas de sua cultura passaram por processos de trocas representacionais com a cultura branca. Ao ser traduzida; reinterpretada; moldada sob padrões internacionalmente palatáveis, a cultura afro parece ter sido domesticada de tal forma que sua originalidade não assustasse, mas que ela pudesse ser exposta nas vitrines comerciais. A culinária do negro, antes vista como inferior; selvagem (SANTOS, 2008), ganhou embalagens gourmetizadas e nomenclatura palatável: é a cozinha típica; é o tempero da baiana; é o exotismo do azeite de dendê (SANSONE, 2000); da feijoada

carioca (GONÇALVES & RIBEIRO, 2006:50-52); do bolinho de Jesus⁴. O corpo negro continuou a ser comercializado, ainda que não mais como escravo para o plantio ou mineração: suas curvas vendem pacotes turísticos para o país tropical; sua ginga que fica bonita no samba das mulatas tipo exportação; seu rebolado é vendido como um movimento que só a negra pode mostrar (SANSONE, 2000). A música negra seja samba no Rio ou *axé music* na Bahia, vende o disco, o videoclipe, o show, as roupas e adereços, a coreografia do verão e das academias (SANSONE, 2000; GONÇALVES & RIBEIRO, 2006).

Numa sociedade de consumo, tudo é produto e, ao que parece, há muito tempo se usa uma estratégia para tornar a cultura afro-brasileira palatável: apagar os traços negros, a origem ou qualquer outro elemento passível de rejeição, sobretudo aqueles que de alguma forma remetem à herança religiosa. (RODNEY, 2017).

E a lógica por trás disso é exposta por Pai Rodney em seu artigo no site da Revista Carta Capital⁵:

Se é bom não pode ser preto”. Mas é bom? Então que deixe de ser preto. Eis a “lógica” da apropriação. Mudar sentidos, depurar, esvaziar. Ocorre que essa lógica só se aplica à cultura negra e faz parte de uma estrutura que tem como base o consumismo, esse mesmo que cria significados simbólicos e necessidades, mas nesse caso tendo o racismo como um componente fundamental. (Idem).

Oliveira e Mortari (2006) chamam a atenção para identidades culturais que são potencializadas pelo discurso midiático; entendendo que os sentidos que circulam na sociedade são oriundos de um consumo cultural em que contextos onde ocorrem representações dão sentido a marcações de identidades e fixação de narrativas. As autoras salientam que as práticas de consumo fundamentam um sistema de reconhecimento e diferenciação simbólica de grupos étnicos. E aqui enfocamos as características e objetos escolhidos para a representação do negro e da cultura afro-brasileira, pelo mercado.

8. O NEGRO NO MERCADO BRASILEIRO: VISIBILIDADES, REPRESENTAÇÕES E PRODUTOS

Almeida (2016) nos informa que até os anos 1990 a representação dos negros no meio de comunicação era praticamente inexistente. Mesmo duas décadas depois, com 51% da população brasileira se autodeclarando negra, o negro ainda parecia não ser elegível a representar a população, nas peças publicitárias produzidas pelo mercado: nos comerciais de televisão e peças publicitárias desenvolvidas para outdoors ou páginas de revistas, não é a família negra que toma sorvete, viaja de avião nas férias, compra automóvel ou o apartamento dos sonhos, num condomínio com piscina. O que ainda se vê, na publicidade; de uma forma geral, é a representação do povo brasileiro “constituída por modelos e personagens com pele clara e cabelo liso” (ALMEIDA, 2016: 155).

Na mídia, de uma forma geral, o negro é apresentado de uma forma estereotipada.

⁴ <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/sobre-capoeira-gospel-bolinho-de-jesus-e-afins>.

⁵ <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/sobre-capoeira-gospel-bolinho-de-jesus-e-afins>

Em jornais e publicidade em revistas, aumentos na proporção de apresentação de negros estiveram relacionados a traços estereotipados. A estereotipia foi particularmente presente na associação do negro com a criminalidade em jornais, literatura e cinema; no desempenho de funções socialmente desvalorizadas, na televisão, literatura infanto-juvenil e livros didáticos, na exploração de estereótipos de mulatas, sambista, mulato, jogador de futebol, na literatura, publicidade impressa e televisiva, no cinema. (SILVA, 2005:14 *apud* ALMEIDA, 2016).

Ainda assim, o capital mirou no negro como alvo mercadológico: grandes marcas descobriram o potencial de vender para este contingente: podia-se ganhar muito em volume. A fórmula mercadológica empregada então foi apreender o que o negro valorizava e transformar seus símbolos em produtos que apelassem para os seus desejos (já existentes ou outros que deveriam ser construídos).

A diferenciação de significações atribuídas a objetos que meramente aludam a uma negritude (captura de símbolos e conformação em estéticas comercializáveis) e objetos que caracterizem o que os negros percebam como genuinamente relacionado às suas culturas e tradições é atualmente assunto para discussão na sociedade e na academia. Cristiano dos Santos (2006) fala-nos a respeito da passagem dos signos religiosos afro-brasileiros – da representação e encarnação do fundamento religioso – para a dimensão da produção de bens de consumo e do próprio consumo, por meio de uma apropriação estética desses signos pela estética kitsch. Estética na qual o “(...) canibalismo eclético, reciclagem, deleite em valores superficiais e alegóricos – são as mesmas que distinguem a sensibilidade contemporânea da crença anterior na autenticidade, na originalidade e na profundidade simbólica” (OLALQUIAGA, 1998: 73 *apud* SANTOS, 2006:10-11). Santos (*idem*) aponta para o uso estético dos signos do Candomblé na moda – adorno e vestuário – como formas exotéricas (vulgares) na forma de objetos de proteção ou amuletos, sem o sentido primário do ritual; na música, artes plásticas e no consumo telemático dos produtos e serviços oferecidos pela religião. Um exemplo claro de apropriação da tradição cultural e religiosa negra, feita pelo capital no campo musical, com finalidades meramente comerciais, é apontada pelo pesquisador nas palavras que apresentavam o lançamento do CD Condom Black, do músico Otto, em 2001, no site clickmusic.com.br:

Mais do que uma questão de fé, o candomblé entra na mistura de Otto como base musical ‘Não tenho a clareza da celebração afro-brasileira, não frequento terreiros’, diz o compositor. ‘Entretanto, a influência está na minha vida o tempo todo, no jeito como falo, na minha maneira de compor. Faço um Candomblé *Freestyle*, não cheguei a pegar literalmente os temas e a percussão dos terreiros – só meti a mão, toquei e pronto, seja o que Deus quiser. Acho que a principal influência está no jeito em que componho, sempre abordando a natureza. Isso eu aprendi com a música do candomblé, que celebra as forças naturais’, afirma. (SANTOS, 2006:17).

O capital se apropria de traços do que entende ser a negritude e a embala em clichês que servem a uma disposição globalizada de mercados. Símbolos tradicionais associados à sua religiosidade, por exemplo, são traduzidos e reconfigurados, de tal forma que sua cultura

possa ser vendida em diferentes mercados, sem apegos que remetam a dimensões esotéricas só acessíveis a iniciados.

Em 2017 um artigo da revista Carta Capital, que trazia o título ‘Sobre capoeira gospel, bolinho de Jesus e afins’ discutia os movimentos que visavam tornar a cultura negra ‘palatável’, sinalizava que esforços no sentido de traduzir as tradições negras para que elas parecessem mais palatáveis ao mercado tratavam de estratégias de racismo (esforços de adequação a um discurso hegemônico branqueado). ‘As apropriações culturais são indevidas e o debate é sério e necessário’, fechava a matéria⁶. Essa discussão remetia a uma outra, ocorrida em 2015, quando a prefeitura de Salvador anunciou as regras para comercialização de na cidade. A determinação, confirmada pela Associação das Baianas de Acarajé, de que as comerciantes deveriam se uniformizar com roupas tradicionais (que remetem ao culto do candomblé) causou mal-estar entre as vendedoras evangélicas. Muitas igrejas protestantes da cidade foram contra essa determinação, apesar da alegação da prefeitura de que é preciso preservar a tradição do acarajé – transformado em patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico (Iphan) desde 2005. Em matéria veiculada na mídia à época leu-se: “A solução para algumas dessas baianas evangélicas foi rebatizar acarajé como “bolinho de Jesus”, evitando qualquer associação com a cultura afro-brasileira.”⁷. Esta fala contrasta claramente com a ritualização do preparo dos acarajés que são postos à venda por baianas que se atêm às tradições mais ancestrais de uma negritude afrobrasileira. A evidenciação do contraste é apresentada pela própria matéria jornalística, na fala de uma outra comerciante: “Já a baiana Júlia Rodrigues dos Santos, 59, explica que existe uma tradição que passa de mãe para filha. Ela, que é seguidora do candomblé, no início de cada dia prepara sete acarajés, assenta no chão e oferece aos “erês”, divindades que representam as crianças.” (idem).

Pra quem não sabe, o acarajé, uma das mais famosas iguarias da culinária baiana, é a comida votiva de Iansã, orixá guerreira, senhora dos ventos e das tempestades. Tombado como patrimônio nacional, está entre as tantas outras receitas que saíram dos terreiros, tomaram as mesas de todos os brasileiros e até se espalharam pelo mundo. Além do acarajé, caruru, vatapá, mugunzá, feijoada e tantos outros pratos são, na verdade, comidas de santo, ou seja, fazem parte das oferendas dos devotos do candomblé aos orixás.⁸

“Cinco empresas que usam símbolos da escravidão como marca” foi o título dado pela revista Forum⁹ para uma matéria que visava à conscientização dos leitores, na defesa da democracia – como dizia a página. Num dos trechos da matéria, pode-se ler:

Sensaza Restaurante/ Bar & Grill – restaurante localizado em Alto de Pinheiros, São Paulo, que mostra no próprio nome a total falta de respeito e sensibilidade para com a história da população negra. Afinal, por qual motivo, se não racismo, um estabelecimento faria uso do nome “Senzala” como marca? O que há de agradável e atrativo em uma senzala, o local onde pessoas negras foram

⁶ <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/sobre-capoeira-gospel-bolinho-de-jesus-e-afins>.

⁷ <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/sobre-capoeira-gospel-bolinho-de-jesus-e-afins>.

⁸ <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/sobre-capoeira-gospel-bolinho-de-jesus-e-afins>.

⁹ (<https://www.revistaforum.com.br>)

amontoadas e jogadas em condições sub-humanas, enquanto eram escravizadas por brancos?¹⁰.

A matéria complementa suas observações com a crítica de que “(...) muita gente acha que escravidão vende e é uma associação positiva para um comércio” (idem)

Um exemplo da fala que ganha espaço está no comentário feito por Pai Rodney em um blog no site da Revista Carta Capital, em que denunciava a apropriação da tradição da capoeira, entre outras:

Capoeira gospel é muito pior que apropriação cultural, é uma desonestidade imensurável. Posto que é negro, é de todos e se pode dispor como bem quiser. Alto lá. Respeitar a história do povo que criou e preservou é o mínimo. É preciso lembrar que antes da capoeira ganhar o mundo, antes de se tornar aceitável e atrativa, corpos negros tombaram à bala. Atabaque e berimbau, meu camará, cantam fatos sangrentos para forjar com coragem e força a identidade de um povo.

Ao trazermos aqui exemplos de formas estereotipadas de o capital representar o negro e fazer apropriações da cultura afro-brasileira com fins de comercialização de produtos e serviços, vemos neste artigo apenas de um limitadíssimo número de ocorrências que ilustram, mas não dão conta de listar todas as configurações existentes no mercado brasileiro. A fim de igualmente ilustrar os movimentos de resistência a tais ocorrências, citamos iniciativas de produções materiais realizadas por movimentos pela emancipação negra e/ou projetos realizados por comunidades tradicionais afrodescendentes.

Se mencionamos neste trabalho produções que capturam símbolos da cultura negra, sinalizaremos também algumas iniciativas que vão na contramão da mercantilização das formas simbólicas da negritude. Na música, por exemplo, temos corais que cantam canções em yorubá, como o Coral Agbára – Vozes D’África.

Fundado (...) por iniciativa do Instituto de Arte e Cultura Yorùbá (Iacy), o coral interpreta cantos tradicionais na língua original, falada por povos africanos do Golfo do Benin. A regência é de Robson Lopes.

“Queremos preservar e resgatar essa cultura muito presente no Brasil. O ritmo e algumas cantigas, por exemplo, existem em religiões como o candomblé, além de palavras usadas diariamente como abadá, axé, orixá e acarajé”, comenta o coordenador do Iacy, Olúségun Akínrúlí.¹¹

Na produção de moda vemos iniciativas de criadores de vestuário e acessórios que empregam tecidos originais usados em tradições africanas, como a kapulana; organizam oficinas sobre turbantes e tranças africanas e organizam-se em redes de empreendimento

¹⁰ <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/sobre-capoeira-gospel-bolinho-de-jesus-e-afins>

¹¹ <https://www.otempo.com.br/>

afro-brasileiros como o ‘Encontro Preto, Consumo Diferenciado’¹², que ocorre no Rio de Janeiro, todo primeiro sábado do mês, no Centro da Cidade, na região da Lapa. A proposta dos criadores do coletivo – assim como muitos outros que vêm surgindo pelo Brasil – é remeter à uma cultura mais tradicional, uma produção sustentável que não se perca em larga escala e fomentar encontros em comunidade. Produzir, trocar e conscientizar sobre a posição do negro na sociedade. Seus participantes argumentam ideias diversas à apropriação de formas simbólicas por grandes corporações, grandes marcas e grandes eventos, que apenas ‘se inspiram’ na cultura afro, mas que enquadram suas produções em uma lógica global de mercantilização.

Iniciativas que visam à construção de laços comunitários e perpetuação de tradições de cultura africana estão sendo empreendidas a partir de iniciativas de particulares e também por organizações culturais e religiosas. O chamado ‘povo de terreiro’, as ‘comunidades quilombolas’ ou ‘comunidades de terreiro’ têm se formalizado (obtendo CNPJ) e se organizado com apoio de entidades como SEBRAE, a fim de terem acesso a financiamentos, participação em licitações, acesso a programas de política pública, feiras e eventos de empreendedorismo. Um exemplo é o Instituto Onikoja, que oferece oficinas gratuitas de samba de roda, capoeira, coral e produz, entre outros itens, bonecas africanas, sabão de óleo reciclado e sabão da costa.

Os exemplos que ilustram este artigo merecem uma breve análise e discussão.

9. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Ilustramos anteriormente nossa suposição acerca de uma possível diferenciação entre, de um lado, agentes do capital que agiram na captura de símbolos das tradições negras; transformando-os em ícones massificados; produzidos em série; prontos para serem vendidos como uma negritude prescrita – e, de outro, aqueles que se apresentam como afroempreendedores, reclamando para suas produções ligações mais comprometidas com as tradições ancestrais de raízes africanas e uma filosofia de produção e consumo ligada a princípios milenares com exemplos reunidos do mercado. Num próximo passo, resumimos esses exemplos em um quadro (tabela 1) que os divide em duas categorias.

Sob a categoria “Exemplos de produção material que buscam um retorno às tradições africanas” temos exemplos que representam uma produção material que parecem buscar um retorno às tradições e buscam perpetuar uma afrocentralidade na cultura que descende dos africanos da diáspora negra. A outra categoria, “Exemplos de produção material e apropriação de negritudes”, traz exemplos de produções materiais que nos permitiram inferir uma apropriação de conceitos de negritude; embalando-os em produtos e serviços para serem comercializados, enquanto não mantêm vínculos diretos com comunidades negras e suas tradições originais. Uma breve análise dos exemplos, confrontando suas práticas segue ao quadro.

¹² <http://www.maisafro.com.br/empresa/encontro-preto-consumo-diferenciado/>

Tabela 1: Tabela comparativa de exemplos de produtos oferecidos com o apelo de negritude, divididos por categorias de aproximação às tradições afro-brasileiras

Categorias de análise	
Exemplos de produção material que buscam um retorno às tradições africanas	Exemplos de produção material e apropriação de negritudes
Coral Coral Agbára – Vozes D’África	CD Condom Black, do cantor Otto (2001).
Acarajé	Bolinho de Jesus
Oficinas de capoeira de raiz do Instituto Onikoja	Capoeira gospel
Coletivo de Consumo Diferenciado Negro, no Rio de Janeiro	Coleção Pagão de Elsa Schiaparelli. Paris, 2018
Cursos de língua Yorubá da UFRJ	Sensaza Restaurante/ Bar & Grill

Na música, temos de um lado exemplos como corais que preservam e difundem tradições com raízes Yorubá. O coral Coral Agbára – Vozes D’África é um representante desta categoria. Já o mercado fonográfico parece tentar se apropriar de formas simbólicas da negritude, na produção de CDs que se valem de elementos das culturas africanas e afro-brasileira, como itens para consumo; mais do que como formas para preservação e difusão de culturas tradicionais.

Na culinária, o preparo e comercialização do acarajé, segundo a tradição com raízes africanas, deve seguir preceitos e ritualística que é passada de mães para filhas. A oferta a entidades específicas antes da comercialização da produção do dia é um preceito inegociável para cozinheiras/ vendedoras do quitute. Já um exemplo de apropriação mercadológica com desvinculação dos significados culturais tradicionais, na culinária, é a proposta da substituição do nome ‘acarajé’ por ‘bolinho de Jesus’, feita em 2005 ao Poder Público, por comerciantes de acarajé da Bahia, que professam a fé cristã de orientação protestante. Este exemplo é um forte símbolo do contexto político brasileiro atual, na emergência da ultradireita cristã, materializada nas chamadas bancadas BBB (Boi, Bala e Bíblia). No caso específico do ‘bolinho de Jesus’, a proposta foi refutada por lei. Em tese, aquele bolinho seria o mesmo acarajé da tradição, só que despido da ritualística candomblecista que permeia seu preparo e comercialização.

Nos esportes a capoeira é tradicionalmente ensinada como símbolo de resistência; arte marcial dos negros escravizados, empregada contra senhores de escravos. Seu ensino tradicional pressupõe um alinhamento a filosofias de origem africana, bem como incorpora cantos e narrativas de feitos heroicos épicos, pronunciados em dialetos africanos. Quando o capital se apropria desta arte marcial, leva movimentos e técnicas para academias, ringues onde ocorrem disputas televisionadas; vende contratos de patrocínios; tenta vender uma grife que dissocia a arte marcial da religiosidade negra (a capoeira gospel).

Na moda, percebemos criadores de roupas e acessórios que se empenham em passar adiante preceitos tradicionais ligados à filosofia africana (contando as histórias que justificam as tranças negras, os turbantes, os pentes africanos das rainhas do continente berço da humanidade), enquanto o capital parece apenas se inspirar em símbolos, formas, cores e padronagem, para estampá-las em rótulos de qualquer produto, eventos de alta costura (como a Coleção Pagão de Elsa Schiaparelli apresentada em Paris em janeiro de 2018, que transforma a África em um reino de contos de fadas), vernissages de arte exclusiva, afastando-se do caráter inclusivo – de comunidade; de tribo; de construção, produção e consumo coletivos – preceituado na filosofia negra tradicional.

Na esfera da comunicação, elencamos os cursos de língua Yorubá que passaram a ser oferecidas em universidades no país. Cursos de extensão; cursos abertos à comunidade, são encontrados em universidades como a UFRJ. Já o capital, não raramente apresenta exemplos onde empresas cometem apropriações linguísticas de termos e símbolos como 'Senzala' e 'Navio Negroiro'. Estes são artifícios que não apenas sinalizam para uma captura histórica com fins comerciais, como fomentam discussões acerca do caráter racista do emprego de tais construções.

Os exemplos que apresentamos neste ensaio nos conduzem a inferir que a cultura negra é mercantilizada; produtificada. Como é práxis do capital, transforma-se em produto aquilo que não pode ser produto. O capital, novo senhor imperial, replica numa dimensão atualizada, aquela prática antiga que a arte do senhor colonial produziu nos palcos de entretenimento do século que ficou para trás: é o *blackface* que sai dos espetáculos de minstrel para as prateleiras do comércio e cenas dos anúncios comerciais de televisão. O mercado pratica o que entendemos ser um *blackface* para o consumo.

Originariamente, o termo *blackface* se refere à uma prática teatral comum em shows chamados *minstrel*, originados no século XIX, na qual atores brancos coloriam seus rostos como carvão de cortiça, para representarem personagens afroamericanos, de forma exagerada. Tal prática contribuiu para a disseminação de estereótipos em relação aos afrodescendentes. MAHAR (1999), informa-nos que em 1848, os *minstrel* shows com *blackface* eram uma espécie de arte formal estadunidense, reconhecida nacionalmente como um tipo de ópera popular. SWEET (2000), acrescenta que no início do século XX, o *blackface* se ramificou dos *minstrel* shows, tornando-se um gênero próprio; particular de teatro, e que só terminaria com o Movimento dos Direitos Civis dos Negros nos Estados Unidos em 1960. Tomamos este termo e elaboramos a ideia de *blackface* do consumo, neste trabalho, por percebermos características semelhantes aos processos de representação da negritude, ainda de forma estereotipada e estigmatizada; ainda de forma distorcida e exagerada, mesmo apesar da simulação a respeito do que é politicamente correto, nas práticas mercantilistas atuais. Entendemos que o mercado sugere caber ao negro produtos que evidenciem o corpo exuberante; as cores fortes, as estampas que remetam à selva, e objetos ostentosos, espalhafatosos ou que secularizem a religiosidade do candomblé; as músicas que apelam para o sensual, sob batuques; as comidas com sabores carregados em temperos e gorduras. Não vemos, no entanto, os negros como representantes da família brasileira: não são eles que aparecem no comercial da margarina; do sorvete; da concessionária de automóveis; da companhia aérea. Se o negro é representado na propaganda para o consumo, o mercado performa um show de *blackface*, agrupando as características que codificou como sendo a representação do que é este negro e sua cultura, e discursando para este negro, quais são os produtos adequados ao seu consumo. 'Você, negro, deve comprar a roupa da estampa florida em cores berrantes, feitas para o negro; deve comprar o sabonete para a pele negra; deve comprar os serviços do salão de beleza para cabelos afro', parece dizer o capital. Num tipo de guetificação do consumo, parece que aquele grupo consumidor, deve comprar os produtos e serviços que foram sancionados para o seu uso, por um poder superior; hegemônico, que lhe vem conceder o direito de existir, enquanto se limitar a adquirir produtos e serviços que sejam desenhados para o seu tipo. Mas, não pense o preto, que ele se verá numa propaganda comercial de venda de uma cobertura, vendida por uma renomada imobiliária, que comercializa unidades de luxo em todo o país: a este negro, ainda não é permitido o status de representar o cidadão livre que é capaz de aspirar à ascensão material plena, em nossa sociedade. A prática do *blackface* era (e continua parecendo ser, numa versão de

atualização mercantilista), a lembrança de uma suposta supremacia branca, (re)forçada sobre uma igualmente suposta inferioridade negra. O *blackface* naturaliza o racismo, enquanto guetifica o consumo dos negros – produtalizando a cultura do negro, e mercantizando os símbolos à ela atribuída, num discurso que diz o que é ‘do negro e para o negro’. A estereotipização e a estigmatização, ao representar a negritude, de forma distorcida e jocosa, que era feita pela aristocracia branca escravocrata do século XIX parece ser hoje travestida por práticas comerciais. O poder, agora menos senhoril, mas nem por isso, menos mercantil, continua sendo manipulado pelos donos dos meios de produção. E estes, continuam a delimitar; a sancionar, o que é para o negro e o que não lhe pertence.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PISTAS DE UM BLACKFACE PARA O CONSUMO?

A percepção da existência de movimentos de afroempreendedores independentes sugere que pelo menos dois tipos de representações da negritude brigam pela atenção e preferência do consumidor. De um lado, empresas capitalizadas parecem oferecer, com seus produtos e marcas famosos, modelos prontos das tendências que deveriam nortear (e referendar) os sinais de negritude na moda, nas formas de consumir esportes, culinária, música, dança. Modelos de negritude previamente testados e que, portanto, já viessem harmonicamente enquadrados ao *mainstream* social e mercadológico (mundo dominado pelo padrão hegemônico). Já palatável ao gosto de mercados de todo o globo. De outro lado, indivíduos ou grupos independentes que buscam materializar em produtos e serviços os símbolos da cultura negra sem massificá-los, convertê-los aos padrões normatizados pelos sistemas dominantes ou privá-los de suas tradições ancestrais e espontaneidade. Comercializando peças produzidas em escala reduzida e dando valor a interações interpessoais, formação de vínculos e atuação em comunidade. Os representantes deste outro devir negro (MBEMBE, 2018) parecem se confrontar com a representação de uma negritude padronizada para a vitrine do capital global. Defendendo representações do não-padronizável; do peculiar.

Num olhar mais amplo, percebemos duas formas de produzir para os negros, que nos levaram a *insights* a respeito de pelo menos duas formas distintas de representação deste negro – representações distintas de negritude, presentes em produtos e serviços oferecidos no mercado. Os exemplos apresentados neste artigo ilustrarão esta nossa percepção.

O que está na vitrine pode espelhar anseios e desejos dos (e para os) consumidores afrodescendentes, e assim, contribuir para seus processos de subjetivação. ‘*Se não me vejo, não compro*’, ecoa nas redes sociais, nos dias de hoje, o slogan que emoldura promoções de produtos para os negros. A frase, que perdeu a localização de autoria, quando foi replicada por um coro de indivíduos conectados online, leva-nos a um questionamento: que negro é apresentado para ser visto? Que símbolos ele carrega? Com que representação da negritude o consumidor afrodescendente vai se deparar, para então se reconhecer; se ver?

A negritude está na moda. O slogan ‘Se é preto, pode vender’ anima a produção na indústria. E a apropriação do discurso dos movimentos negros na produção de bens e serviços a serem vendidos, cumpre este papel de mascarar o poder hegemônico com a cor negra do carvão de cortiça que embala os produtos de negro e para negro consumir.

A cultura negra é mercantilizada por meio de processos de apropriação de formas simbólicas (tradicionais e modernas): processos de trocas simbólicas e materiais, que aqui identificamos como uma *blackface* para o consumo.

A diferenciação que fazemos, neste trabalho, entre as expressões genuínas da cultura negra, e as produções vindas do capital – que chamamos aqui de *blackface* para o consumo –, situam-se num contexto no qual a propaganda serve à circulação das ideias hegemônicas, que permeiam a cultura. O capital se vale da comunicação midiática; das práticas mercadológicas; dos modos de ser no dia a dia; da micropolítica cotidiana, para performar uma representação mimetizada dos objetos por ela focados, até que seja capaz de estandardizá-los; pasteurizá-los, reproduzi-los e comercializá-los segundo seus interesses. Assim como nas performances de *blackface*, o conceito de mimesis e cópia é central nas construções levadas a cabo pelo capital. Estudos fundamentados em uma abordagem materialista poderão compreender a prática do *blackface* para o consumo como um agente de opressão racista. O *blackface*, a partir de uma visão coerente com correntes derivadas do capitalismo Marxista, poderá ser lido como uma objetificação e uma solidificação do pensamento racista, fazendo-se presente lá onde suas práticas servem à circulação e reificação (duplicação) dos efeitos do capitalismo: a coisificação das pessoas e a socialização dos produtos.

O capital fornece produtos que promovem satisfação compensatória efêmera, agradando hipnoticamente os indivíduos, enquanto os submete a seu controle absoluto; tornando-os acríticos, o passo seguinte é dado quando este mesmo capital logra contornar as vozes que insistiam, em meio à massa, em levantar discursos problematizadores, críticos, revolucionários.

O capital não deseja que movimentos sociais despertem os indivíduos na massa, para um senso crítico: movimentos sociais não condizem com os investimentos de pasteurização cultural conduzidas por ele. O capital parece almejar por almas dóceis; por uma massa que se disponha a se endividar para consumir. ‘Quais produtos vocês querem? Quais produtos têm a ver com a sua aspiração social?’ Contem à Indústria, que esta tratará de materializar os seus desejos, e vocês consumirão consensualmente. Assim, o capital assegura a sua prerrogativa de orientador dos indivíduos em um mundo caótico. Quando normatiza, produtiviza, mercantiliza as falas dos movimentos sociais, desarticula qualquer revolta contra o seu sistema. Dando aos ativistas os símbolos de suas demandas, materializados em simulacros vendáveis, a Indústria desmobiliza a luta consciente; anestesia a mobilização crítica; transforma o indivíduo pensante em seu objeto; entorpece; sufoca a formação de qualquer reivindicação consciente e autônoma.

As criações do capital não são comprometidas com ideais; suas construções servem apenas ao mercado. E o mercado não tem ideologia, que não seja o consumo (BAUMAN, 2008b; TAVARES, 2013). Ainda assim, o capital não luta contra os insurgentes! O capital não digladiava contra os movimentos que ecoam entre na massa. Parece ter aprendido com a experiência; ter se tornado inteligente. Nada de confrontar: a estratégia é apropriar-se dos discursos. Apropriar-se das agendas dos movimentos sociais e transformá-las em produtos – e as divulgações de ideias que atendem aos interesses do capital, em mídias sociais parece ser a engenhosa forma de propagar conceitos que atravessem os processos de subjetivação da negritude, na atualidade.

A problematização acerca do silenciamento da cultura negra nos espaços sociais (produção midiática, escolas, vida cultural) vem ganhando corpo e produz discursos de enfrentamento inclusive diante de apropriações com fins de embranquecimento da

negritude e/ou para a comercialização da produtilização de sua cultura. Questionar, problematizar e encarar as práticas de mercado de forma menos naturalizada, mas atentos a processos que capturam subjetividades para conformá-las em versões comercializáveis sugere-se como movimentos necessários na atualidade e a Psicossociologia mostra-se como campo de reflexão propício para tanto. Acreditamos que estas reflexões iniciais são contribuições embrionárias para futuras discussões nesta temática.

REFERÊNCIAS

- [1] ALMEIDA, I. D. de (2016) A construção da imagem do negro na publicidade: marcas da senzala na contemporaneidade. *RevLet – Revista Virtual de Letras*, v.08, no.02, Agosto-Dezembro.
- [2] ALMEIDA, S. T. (2018). O significado da cultura e dos objetos no consumo social: uma versão preliminar. Disponível em < <http://repositorio.uninove.br/xmlui/handle/123456789/731> > Acessado em 20 fev. 2018.
- [3] ANDRÉ, M. C. (2007). Psicossociologia e negritude: breve reflexão sobre o “ser negro” no Brasil. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, Ano XXVII, nº 2/07, p. 87-102.
- [4] ARNOULD, E. J.; THOMPSON, C. J. (2005). Consumer culture theory (CCT): twenty years of research. *Journal of Consumer Research* 31 (4): 868–882.
- [5] BARDIN, L. (2016) *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- [6] BARRETO P. C. S. (2008). O racismo brasileiro em questão: temas relevantes no debate recente. In: *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del outro*, compilado por Gladys Lechini; editado por Diego Buffa y María José Becerra. Córdoba, 1ª ed., Ferreyra Editor; Centro de Estudios Avanzados: Programa de Estudios Africanos; Buenos Aires; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 35-52.
- [7] BAUMAN, Z. (1998). *O Mal-estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- [8] _____ (2007). *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- [9] _____ (2008a). *A Sociedade Individualizada: Vidas Contadas e Histórias Vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- [10] _____ (2008b). *Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- [11] BATISTA, M. H. (2016) *Negro, Ser Arquiteto: A Construção Identitária entre Africanidade e Negritudes*. Curitiba: Appris Editora.
- [12] BENTO, M. A. (2003) . Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, M. A. S.; CARONE, Iray. (Orgs.) *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- [13] BHABHA, H. (1998). A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: _____. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1998, pp. 105-128.
- [14] BITTENCOURT, R. N. & TAVARES, F. (2018). Do ser humano ao “ter humano”: um ensaio sobre a psicossociologia do consumo na perspectiva da Sociedade de Controle e da Modernidade Líquida. *Revista Espaço Acadêmico*. V.18. N.210 (2018).
- [15] BOCK, A. M. B., FURTADO, O. e TEIXEIRA, M. L. T. (2002). *Psicologias: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia*. Rio de Janeiro: Editora Saraiva.
- [16] BRAGAGLIA, A. P. (2018). Pertencimento e exclusão através do consumo. *Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura*. V.16. n.1(2018)
- [17] BRAGAGLIA, A. P.; BASTOS, L. L. A. (2017). O valor de aprovação social no consumo e na publicidade: uma discussão à luz da ética. *Fragmentos de Cultura*, v. 27, n. 2, p. 258–270, 2017. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/5061/3094>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

- [18] BRAGAGLIA, A. P.; REIS, D.T.F. & BEVAQUA, F. N. G. (2014) A publicidade refletindo o papel do consumo como código de socialização? Características e conflitos. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Vila Velha - ES – 22 a 24/05/2014
- [19] BULHAN, H. A. (1985). Frantz Fanon and the Psychology of Oppression. New York., Plenun Press.
- [20] CÂMINO, L. et al. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. Revista de Psicologia Política, ano 1, vol.1, nº 1, p.13-36.
- [21] CARNEIRO, S. (2011). Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro.
- [22] CÉSAIRE, A. (2011). Discours sur le Colonialisme. Paris (1955). Présence Africaine.
- [23] CHAUI, M. (2013) Representação política e enfrentamento ao racismo. In: Seminário Temático "Representação Política e Enfrentamento ao Racismo", Salvador.
- [24] CHAVES, E. S. (2003). Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da Psicologia Social brasileira. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 8, nº 2, p. 29-37.
- [25] D'ADESKY, J. (2001). Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e Antiracismos no Brasil. Rio de Janeiro, Pallas Editora.
- [26] DELEUZE, G. (1992). Post-scriptum sobre as sociedades de sontrolé. In: Conversações (pp. 219-226). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- [27] DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (2005). Qualitative Research. London: Sage Publications.
- [28] DESCHAMPS, J-C & MOLINER, P. (2009). A Identidade em Psicologia Social: dos Processos Identitários às Representações Sociais. Petrópolis, RJ: Vozes.
- [29] DOMINGUES, P (2007). Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo [online], vol.12, nº 23, p. 100-122.
- [30] DONALD. J.; A. RATTANSI, (1992). Race, Culture and Difference. California, L.A.: Sage Publications.
- [31] FANON, F. (2008). Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA.
- [32] FERGUSON, N. (2016). Império: Como os Britânicos Fizeram o Mundo Moderno. 2 ed. São Paulo: Planeta.
- [33] FERNANDES, F. (1972). O Negro no Mundo dos Brancos. São Paulo, Editora Difel.
- [34] _____. (1965). A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo, Editora Nacional.
- [35] FERREIRA, G.G.T. (2016). Desejo é devir: um olhar sobre a condição do indivíduo consumidor na perspectiva do capitalismo rizomático. Revista Espaço Acadêmico v. 16, n. 187 (2016).
- [36] FORQUIN, J. C. (1993). Escola e Cultura: As Bases Sociais e Epistemológicas do Conhecimento Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas.
- [37] FOSTER, D. (1999). Racism, Marxism, Psychology. Theory & Psychology. Sage Publications, vol. 9(3), p. 331-352.
- [38] FREIRE, P. (2013). A Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- [39] FREYRE, G. (2006). Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. Recife, Global Editora. (Original de 1933).
- [40] GALVÃO, F. (2006) Fragmentação do sujeito, experiência mercantilizada e centralidade do consumo na modernidade. UNIrevista, v. 1, n. 3, p. 1-11, jul. 2006.
- [41] GUATTARI, F. (1985). Revolução Molecular: Pulsões Políticas do Desejo. São Paulo: Editora Brasiliense.
- [42] GUATTARI, F.; ROLNIK, S. (2000). Micropolítica. Cartografias do Desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- [43] GIDDENS, A. (1994). Modernidade e Identidade Pessoal. Oeiras: Celta, 1994
- [44] GUIMARÃES, A. S. (1995). Racismo a anti-racismo no Brasil. Novos Estudos, n. 43.

- [45] _____. (1997). A desigualdade que anula a desigualdade. Notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, Jessé, Multiculturalismo e racismo. Brasília: Paralelo 15.
- [46] _____. (2002). Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Editora 34.
- [47] _____. (2003). A modernidade negra. Teoria e pesquisa, São Carlos-SP: UFSCar, n. 42-43.
- [48] _____. (2005). Intelectuais negros e a modernidade no Brasil. Disponível em: <
<https://www.lac.ox.ac.uk/sites/default/files/lac/documents/media/antonio20guimaraes2052.pdf> >
 Acesso em: 23.fev.2018.
- [49] GUIMARÃES, M. A. C. (2004). Preconceito de cor e racismo no Brasil. São Paulo, Revista de Antropologia, USP, v. 47, p. 9-43.
- [50] HALL, S. (2018). Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- [51] _____. (2002). A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- [52] _____. (2000). Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org.) Identidade e diferença. Petrópolis, Vozes, pp.103-133.
- [53] HASENBALG, C. A. (1979). Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Graal.
- [54] HASENBALG, C. A. & SILVA, N. V. (1988). Estrutura Social, Mobilidade e Raça. Rio de Janeiro, Editora IUPERJ.
- [55] HOFSTBAUER, A. (2006). Ações Afirmativas e Debate sobre o Racismo no Brasil. São Paulo, Lua Nova, 68, p 9-56.
- [56] _____. (2003). O conceito de “raça” e o ideário do branqueamento no século XIX – Bases ideológicas do racismo brasileiro. Teoria e Pesquisa, 42 e 43, p. 63-110.
- [57] IANNI, O. (1978). Escravidão e Racismo. São Paulo, Editora Hucitec.
- [58] IPEA. (2009). A Construção de uma Política de Promoção de Igualdade Racial: uma Análise dos Últimos 20 anos. Organizadora: Luciana Jaccoud. Brasília, IPEA.
- [59] LAZZARATO, M. Atualmente vigora um capitalismo social e do desejo. (Entrevista a Pedro Lipcovich). Revista Multitudes, p.12, 2010. Acesso em 03 de fevereiro, 2018, em, <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/39543-atualmente-vigora-um-capitalismo-social-e-do-desejo-entrevista-com-maurizio-lazzarato>
- [60] LEITÃO, D. K., OLIVEIRA, D. N. de & MACHADO, R. P. (Orgs.). (2006). Antropologia e Consumo: Diálogos entre Brasil e Argentina. Porto Alegre: AGE.
- [61] LIMA, M. E. O.; VALA, J. (2002). Sucesso social, branqueamento e racismo. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, 2004, vol. 20, nº 1, p. 011-019, jan-abr.
- [62] _____. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. Estudos de Psicologia, 9(3), p. 401-411.
- [63] LÓPEZ, L. C. (2012). O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. Interface – Comunic., Saude, Educ., v. 16, n. 40, p. 121-134, jan./mar. 2012.
- [64] MAHAR, W. J. (1999). Behind the Burnt Cork Mask: Early Blackface Antebellum American Popular Culture. Illinois: The Board of Trustees of the University of Illinois.
- [65] MANCE, E. A. (1998). O capitalismo atual e a produção de subjetividade. <http://www.ifil.org/Biblioteca/MANCE.TXT> acessado em 10/10/2018.
- [66] MATHIAS, J.R.A. (2004). Do consumo da identidade à identidade do consumo – o que fazer com a diferença? In CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27, Porto Alegre. Comunicação e Cultura das Minorias, Porto Alegre, RS.
- [67] MBEMBE, A. (2018). Crítica da Razão Negra. São Paulo: N-1 Edições.
- [68] _____. A. (2012). Necropolítica, una revisión crítica. In: GREGOR, Helena Chávez Mac (Org.). Estética y violencia: Necropolítica, militarización y vidas lloradas. México: UNAMMUAC, 2012, p. 130-139.
- [69] _____. (2003). Necropolitics. Public Culture, 15, p. 11-40.

- [70] MIGNOLO, W. (2010). *Desobediência Epistêmica: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad, Gramática de la Descolonialidad*. Buenos Aires, Ediciones Del Signo.
- [71] _____. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly*, vol. 101:1, Duke University Press.
- [72] MOZZATO, A. R. & GRZYBOVSKI, D. (2011) Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: potencial e desafios. *RAC*, Curitiba, v.15, n.4, pp. 731-747.
- [73] OLALQUIAGA, C. (1998). *Megalópolis: Sensibilidades Culturais Contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel.
- [74] OLIVEIRA FILHO, P. (2005). Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raças. *Estudos de Psicologia*, 10(2), p. 247-253.
- [75] OLIVEIRA, M. L. P. et al. (2009). Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. *Psicologia & Sociedade*; 21 (2), p. 266-274.
- [76] OLIVEIRA, V. & MORTARI, E. C. M. (2006, Setembro). Quilombos contemporâneos: a memória e o consumo midiático na formação da identidade negra. Comunicação apresentada no VI Encontro dos núcleos de pesquisa da Intercom, Brasília.
- [77] PACE, A. F.; LIMA, M. O. (2011). Racismo Institucional: apontamentos iniciais. *Revista do Difere*, v. 1, n. 2, dezembro de 2011.
- [78] PARK, I. (2006). Qualitative research. In: P. Banister et al, *Qualitative methods in Psychology: a research guide*. London, Open University Press.
- [79] PAULA, B. (2011). O movimento hip hop e a construção da identidade negra/juvenil. *Revista da ABPN*, 2: 5 (2011), pp. 63-73
- [80] PAULA, J. B. (2010). Consumo: uma contramemória? *Mouseion*, V. 4, n. 8, JulDez/2010 Jornadas Mercosul: Memória, Ambiente e Patrimônio, Canoas.
- [81] PELBART, P.P. (2003) *Vida Capital: Ensaio de Biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.
- [82] PEREIRA, A. A. (2013). *O Mundo Negro – Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro, Pallas Editora, FAPERJ.
- [83] PONTES, F. & TAVARES, F.A. (2017). Kits de subjetividade e antropofagia: algumas considerações sobre o consumo e a publicidade na sociedade de controle. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-1542-1.pdf> Acesso em 24 fev. 2017.
- [84] PONTES, F.; TAVARES, F.A. (2015). O consumo da natureza: a identidade prêt-à-porter ecologicamente correta. *Cadernos Zygmunt Bauman*, v.5, n.9.
- [85] Quijano, A. (2000a). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, vol. XI, nº. 2, p. 342-86.
- [86] _____. (2000b). Coloniality of Power, eurocentrism, and Latin America. *Nepantla: Views from South*, vol. 1, nº 3, p. 533-580.
- [87] RIBEIRO, A. P. A.; GONÇALVES, M. A. R. (2014). A cultura negra no Brasil. In: Ribeiro, A. P. A. *Questões Étnicas e de Gênero*. v. único / Ana Paula Alves Ribeiro; Maria Alice Rezende Gonçalves. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.
- [88] ROCHA, A & ROCHA, E. (2007). Paradigma Interpretativo nos Estudos de Consumo: Retrospectiva, Reflexões e uma Agenda de Pesquisas para o Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, v. 47, n. 1, p. 71-80, jan./mar. 2007.
- [89] ROCHA, E. (1995). *Magia e Capitalismo: um Estudo Antropológico da Publicidade*. São Paulo: Brasiliense.
- [90] _____. (2006). *Representações do Consumo: Estudos sobre a Narrativa Publicitária*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.
- [91] ROCHA, S. P. V. (2005). O homem sem qualidades: modernidade, consumo e identidade cultural, in *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, vol. 2, no 3, 2005.

- [92] RODNEY, P. Sobre capoeira gospel, bolinho de Jesus e afins. Diálogos da Fé, 2017. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/sobre-capoeira-gospel-bolinho-de-jesus-e-afins> Acessado em 10/outubro/2018.
- [93] ROSO, A. et al. (2002). Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia & Sociedade*, 14 (2), p. 74-94, jul./dez.
- [94] SANTOS, B. S. (2008). *A Gramática do Tempo: Para Uma Nova Cultura Política*. 2. ed. – São Paulo: Cortez.
- [95] SANTOS, C. H. R. dos (2006). Consumindo o candomblé: estudo sobre a comunicação dos objetos dessacralizados e trocas sógnicas na pós-modernidade. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*.
- [96] SANTOS, E. F. dos. (2015) *Das margens, escritos negros: relações entre literatura periférica e identidade negra*. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos. Tese de Doutorado.
- [97] SANSONE, L. (2004). *Negritude Sem Etnicidade: o Local e o Global nas Relações Raciais e na Produção Cultural negra do Brasil*. Salvador/Rio de Janeiro, Edufba/Pallas.
- [98] _____. (2000). Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil. *MANA* 6(1):87-119
- [99] _____. (1996). Nem somente preto ou negro. O sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, n. 18
- [100] SANTOS, C. H. R. dos (2006). Consumindo o candomblé: estudo sobre a comunicação dos objetos dessacralizados e trocas sógnicas na pós-modernidade. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*.
- [101] SANTOS, J. T. (2000). O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnicos. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 38, p. 49-66.
- [102] SAWAIA, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). *Psicologia Social Comunitária: da Solidariedade à Autonomia*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- [103] SCHARWCZ, L. M. (1993). *O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.
- [104] _____. (1994). Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados*, vol. 8 (20), p 137-152.
- [105] _____. (2012). *Nem Preto nem Branco, Muito pelo Contrário: Cor e Raça na Sociabilidade Brasileira*. São Paulo, Claro Enigma, 1ª ed.
- [106] SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA (2004). Brasília. Caderno de textos básicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- [107] SEYFERT, G. (1991). Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20.
- [108] _____. (1986). Imigração, colonização e identidade étnica. *Revista de Antropologia*, n.29.
- [109] _____. (1984) *Nacionalismo e Identidade Étnica*. Florianópolis: F. C. C.
- [110] SILVA, A. A. & TAVARES, M. R.(2016). Exemplos e práticas da produção de “kits de subjetividade verde” como narrativas de modelagens marcárias no consumo da natureza. *Revista Espaço Acadêmico* v. 16, n. 187.
- [111] SILVA, G. M. da. (2017) *Empreendimentos Sociais, Negócios Culturais: uma Etnografia das Relações entre Economia e Política a partir da Feira Preta em São Paulo*. São Paulo: USP. Tese de Doutorado.
- [112] SILVA, J. C. F. da. (2017) *Empreendedorismo e identidade afrodescendente: o caso da Reafro*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Monografia.
- [113] SILVA, N. (1999). Subjetividade. In M. G. C. Jacques, M. N. Strey, M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia social contemporânea: Livro-texto* (3ª ed., pp. 168-180). Petrópolis, RJ: Vozes

- [114] SILVA, P. V. B. (2005, setembro) Racismo discursivo na mídia brasileira. Comunicação apresentada no VI Congresso Latinoamericano de Estudios Del Discurso (ALED 2005), Santiago, Chile.
- [115] SLATER, D. (2002). Cultura do Consumo e Modernidade. São Paulo: Nobel.
- [116] SLENES, R. W. (2011) Na Senzala, Uma Flor – Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. 302 p.
- [117] SODRÉ, M. (1999). Claros e Escuros: Identidade, Povo e Mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes.
- [118] SOUSA SANTOS, B. (2008). A Gramática do Tempo: Para Uma Nova Cultura Política. 2. ed. – São Paulo: Cortez.
- [119] _____. (2002) O fim das descobertas imperiais. In: OLIVEIRA, I.B.; SGARBI, P. Redes culturais: diversidade e educação. Rio de Janeiro: DP&A.
- [120] _____. (2001). Os processos de globalização. In: SOUSA SANTOS, B.S. Globalização: Fatalidade ou Utopia. Porto: Afrontamento.
- [121] _____. (1991). A Transição Paradigmática: da Regulação à Emancipação. Oficina do CES. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- [122] TAVARES, F. (2016). Kits de subjetividade verde. O consumo da natureza e as modelagens marcárias nas tensões do controle e do capitalismo rizomático. Revista Espaço Acadêmico v. 16, n. 187 (2016)
- [123] TAVARES, F. (2005). Discurso Publicitário de Consumo: Uma Análise Crítica. Rio de Janeiro: Editora E-papers.
- [124] TAVARES, F. (2004). O consumo na pós-modernidade: uma perspectiva psicossociológica. Comum, 9 (22), 122-143.
- [125] TAVARES, F., IRVING, M.; VARGAS, R. (2014). O “ter humano” e os “kits de subjetividade”: uma perspectiva psicossociológica. Revista Conexões Psi, 2 (1),109-127.
- [126] TAVARES, F., IRVING, M.; VARGAS, R. O “ter humano” e os “kits de subjetividade”: uma perspectiva psicossociológica do consumo através da publicidade (2013). Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.
- [127] TAVARES, F.; IRVING, M. (2009). Natureza S.A. – O Consumo Verde na Lógica do Ecopoder. São Carlos, S.P: RiMaEditora.
- [128] TAVARES, F.; IRVING, M. (2007). Do sólido ao líquido: consumo, logo existo? Revista Comum, 13(29):90-116
- [129] TAVARES, F.; VARGAS, R. (2017). Processos de subjetivação e consumo: uma perspectiva psicossocial. Revista Espaço Acadêmico Ano XVI, n.188, v.16. Jan/2017, 155-165.
- [130] THOMPSON, J. B. (1995) Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes.
- [131] TURATO, E. R. (2003). Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-qualitativa. São Paulo, Vozes.
- [132] VALA, J. (2011). Articulação psicossociológica e diálogos intra e interdisciplinares In GONDIN e CHAVES. Práticas e Saberes Psicológicos e suas Conexões. Salvador: UFBA.
- [133] WALLACE, M. (1995). Modernism, Postmodernism and the problem of the visual in Afro-American Culture. In: FERGUSON, Russell et al. (Org.). Out Threere: Marginalization and Contemporary Cultures. New York: The MIT Press, p.39-50.
- [134] Na internet
- [135] <https://noticias.gospelprime.com.br/evangelicas-acaraje-bolinho-de-jesus/> acessado em 10/10/2018.
- [136] <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/sobre-capoeira-gospel-bolinho-de-jesus-e-afins> acessado em 10/10/2018.
- [137] <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2017/05/13/empresas->

descobrem-o-potencial-do-mercado-voltado-para-publico-negro-283366.php acessado em 10/10/2018.

[138] <http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/marcas-e-estudos-mostram-poder-de-consumo-de-afro-descendentes/28148/> acessado em 10/10/2018.

[139] <http://revistadonna.clicrbs.com.br/coluna/marca-de-maquiagens-gaucha-enaltece-a-beleza-da-mulher-negra-veja-fotos-do-editorial-duda-buchmann/> acessado em 10/10/2018.

[140] <https://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/coral-agb%C3%A1ra-traz-canto-tradicional-da-cultura-yor%C3%B9b%C3%A1-1.244347> acessado em 10/10/2018.

[141] <https://www.efe.com/efe/espana/gente/la-alta-costura-de-schiaparelli-transforma-africa-en-una-leyenda-hadas/10007-3500049> acessado em 10/10/2018.

Capítulo 11

Os fundamentos da educação em Direitos Humanos e o poder democrático como interfaces entre a macro e a micropolítica nos cursos técnicos de formação integral

Ana Claudia Lima da Silva

Resumo: O presente capítulo tem por objetivo verificar, numa perspectiva fundamentada na teoria crítica dos Direitos Humanos, o papel da Educação em Direitos Humanos na formação dos discentes dos cursos técnicos integrados, ofertados pelos Institutos Federais, na formação educativa e profissional desenvolvida no âmbito dos cursos, por entender que é fundamental para o fortalecimento desse processo de preparação e aprendizagem profissional do sujeito para o mercado de trabalho. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Para a realização do estudo, buscou-se utilizar revisão de literatura relacionada às bases conceituais da temática, assim como, pesquisa documental pautada na identificação e análise qualitativa dos marcos normativos da Educação em Direitos Humanos. Em primeiro momento, o estudo expõe a relevância da Educação em Direitos Humanos no âmbito da Educação Profissional e Técnica. Em seguida busca-se discutir a respeito da desconcentração do poder no Brasil no âmbito da educação. Considerando que essa é uma pesquisa em andamento, pretende-se que a mesma possa apontar possíveis caminhos que conduzam à vivência dos valores da Educação em Direitos Humanos e sua incorporação à atividade discente a ao cotidiano da comunidade escolar dos cursos técnicos integrados ofertados pelos Institutos Federais.

Palavras-chave: Educação cidadã; Direitos Humanos; desconcentração do poder.

1. INTRODUÇÃO

A educação é gerada como um Direito Humano e está preconizada no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Esse direito é reconhecido nacionalmente com previsão legal no artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 2022) e na Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). A sociedade brasileira apresenta marcas históricas de uma série de violações de direitos humanos, opressões e violências.

Considerando que o espaço escolar ocupa um papel fundamental na construção de uma cultura universal de direitos humanos, é importante refletir sobre estratégias educacionais direcionadas a promover a Educação em Direitos Humanos – EDH dentro desses espaços. A Educação em Direitos Humanos é um processo que contempla a educação de forma ampla e está direcionada para a concepção de uma cultura universal dos direitos humanos, do respeito às liberdades e a dignidade humana. Essa educação está comprometida com um modelo ético e democrático compreendendo, de forma crítica, o conhecimento construído historicamente capaz de influenciar atitudes e valores voltados para a formação do sujeito de direitos.

Além disso, a formação de sujeitos de direitos e o princípio da equidade, constitui-se como pressuposto fundamental da Educação em Direitos Humanos, instituído no âmbito da macropolítica como as Diretrizes Nacionais para a EDH, mais especificamente o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007), onde foi proposto um conjunto de ações programáticas que norteiam os programas e os projetos de forma transversal para a promoção dos direitos humanos nas políticas públicas em educação e opera como macropolítica induzidora de direitos humanos no âmbito da educação.

Ademais, os direitos humanos surgem nos espaços educativos e na relação entre os sujeitos sociais com o objetivo de fazer valer os direitos legítimos, bem como de demandar por meio da Educação em Direitos Humanos uma política pública de Estado como forma de promover tanto a formação educacional como a profissional do cidadão, esses fatores são essenciais para seu desenvolvimento e a emancipação social.

Tendo em vista o entendimento sobre a importância da Educação em Direitos Humanos para o desenvolvimento social, do pensamento crítico e da construção de uma cidadania ativa, o objeto de investigação dessa pesquisa é verificar, numa perspectiva fundamentada na teoria crítica dos Direitos Humanos, o papel da EDH na formação dos discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados pelos Institutos Federais, na formação educativa e profissional desenvolvida no âmbito dos cursos. Nestes termos, a pesquisa se utilizará dos documentos que devem ser elaborados de forma coletiva em concomitância com a gestão democrática preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Para a realização do estudo, buscou-se utilizar revisão de literatura relacionada às bases conceituais da temática, assim como, pesquisa documental pautada na identificação e análise qualitativa dos marcos normativos. Utiliza-se o estudo teórico dos conceitos, fundamentados nos princípios dos Direitos Humanos e nas diretrizes da Educação em Direitos Humanos. Ponderar que a pesquisa qualitativa inicia-se a partir da compreensão de que a realidade social se faz por aproximação, e nessa perspectiva é necessário compreender que na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são essenciais e valiosos, privilegiando algumas técnicas que contribuem para a descoberta de fenômenos latentes (CHIZZOTTI, 2014).

Compreende-se que a política de descentralização potencializa a inter-relação entre a instituição macropolítica da EDH, por um lado e, por outro, as ações de micropolítica da EDH na formação discente e profissional dos sujeitos de direito, apontando o papel dessas ações na construção de ferramentas que ajudam na formação de profissionais em espaços inclusivos e plurais e de uma cultura de direitos humanos. A discussão sobre os desafios relacionados aos espaços, à autonomia e à educação profissional pode contribuir no enfrentamento aos desmontes sociais, principalmente na envergadura das políticas sociais de forma geral e das políticas de planejamento de forma particular.

2- A TEORIA DEMOCRÁTICA EM CONSONÂNCIA COM AS AÇÕES DE EDH

O estudo busca contextualizar a relevância da Educação em Direitos Humanos no âmbito da Educação Profissional e Técnica ofertadas pelos Institutos Federais, no Brasil. Procura-se evidenciar a relação existente entre os princípios, diretrizes e objetivos da EDH com a proposta de formação integral dos sujeitos de direito. Ressalta-se seu papel na construção de espaços escolares plurais e inclusivos tendo a necessidade de alinhar as táticas de EDH com um aspecto contextualizado e crítico dos direitos humanos, apontando possíveis caminhos para a implementação da formação integral do sujeito de direitos em busca de sua emancipação através de uma educação de qualidade.

Em primeira análise, assinala-se, tendo em vista a importância do processo político e democrático no Brasil, alguns enfoques sobre a relevância da EDH para a formação social, política e profissional dos sujeitos de direitos para o desenvolvimento da cidadania ativa.

Os direitos de cidadania, entre os quais se sobressaem os direitos de participação e de comunicação políticas, são melhores entendidos como liberdades positivas. Eles não garantem a liberdade de coação externa, mas sim a participação em uma prática comum, cujo exercício é o que permite aos cidadãos se converterem no *querem ser*: autores políticos responsáveis de uma comunidade de pessoas livres e iguais (HABERMAS, 1995, p.40).

O extrato ajuda a compreender que a Educação em Direitos Humanos importa como uma estrutura fundamental para a superação da barbárie e para a afirmação da dignidade humana, por meio da participação ativa e atuação dos sujeitos como seres políticos, críticos. Desta forma, a instituição de ensino que procura contribuir para a construção de uma educação para a democracia, a cidadania e para a transformação social, precisa pautar seus compromissos e valores na elevação dos direitos humanos.

Nessa direção, a teoria democrática de Habermas, conhecida como Democracia deliberativa se comunica positivamente com os princípios que norteiam a EDH no sentido de comungar com a ideia de apresentação de um modelo de ação comunicativa. Dessa forma a sociedade cria regras através do consenso e não coercitivamente, onde as massas exercem a participação através de deliberação apoiada no processo discursivo, ou seja, uma teoria procedimental apoiada numa ética discursiva (SAKATA e LIMA, 2018).

A justificação da existência do Estado não se encontra primariamente na proteção de direitos subjetivos privados iguais, mas sim na garantia de um processo inclusivo de formação da opinião e da vontade políticas em que cidadãos livres e iguais se

entendem acerca de que fins e normas correspondem ao interesse comum de todos (HABERMAS, 1995, p.41).

Esse interesse comum encontrado no modelo de ação comunicativa está presente na busca pela formação dos sujeitos de direitos a partir do princípio da equidade evidenciada a partir das lutas sociais e as transformações que receberam um impulso a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2022) e constitui-se como pressuposto fundamental da Educação em Direitos Humanos estampados no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007), como política indutora de direitos humanos no âmbito da educação. Esse aparato legal parte de uma política de educação descentralizada do poder dentro do modelo de gestão democrática.

A participação representa um dos mais importantes instrumentos de realização da democracia, agora alargada às diversas áreas e instituições sociais. Não se trata, apenas, de garantir a democratização do Estado e a participação da sociedade civil no funcionamento das suas instituições políticas, mas de estender o princípio participativo às organizações sociais onde, em larga medida, se opera a socialização dos indivíduos e se modelam atitudes e comportamentos favoráveis, ou desfavoráveis, ao debate e a discussão, à crítica, a intervenção activa da defesa de projectos (LIMA; AFONSO, 1990, p.3).

Contudo, foi proposto um conjunto de ações programáticas que norteiam os programas e os projetos de forma transversal para a promoção dos direitos humanos nas políticas públicas em educação. Nessa direção, a Educação em Direitos Humanos, no âmbito da macropolítica está institucionalizada através de suas diretrizes e atua no ambiente escolar como ato educativo considerando os valores da cidadania e da democracia.

As limitações impostas ao poder dos governantes ocorrem apenas no reconhecimento mínimo da soberania popular e das liberdades individuais. Ambas devem ser encaradas não como concessões, mas como conquistas obtidas e perpetuadas por meio da ação democrática, ou seja, pela participação cidadã na esfera pública (GAVIÃO, 2015, p. 500).

Em benefício, promoção e defesa dos Direitos Humanos, procura-se demonstrar que sua implementação se torna de fundamental relevância para a formação de sujeitos de direitos e no desenvolvimento da cidadania ativa sendo capaz de habilitar o cidadão para reivindicar a efetivação dos seus direitos. Nesse sentido, destaca-se a importância da influência da Educação em Direitos Humanos nos cursos técnicos integrados ofertados pelos Institutos Federais, como macropolítica, por entender que é fundamental para o fortalecimento desse processo de preparação e aprendizagem profissional do sujeito para o mercado de trabalho. “Promover uma educação com respeito integral aos direitos de todas as pessoas e uma formação cidadã, em que elas possam ser agentes e atores do projeto de uma sociedade livre, igualitária e socialmente justa” (SILVA, 2012, p.10).

Não há, como se sabe desde Rousseau e de outros autores clássicos, outro processo de ensinar e aprender a democracia e de conseguir interessar cada um de nós pelos assuntos relativos ao governo da coisa pública que não seja através do exercício da democracia e da participação, da cidadania ativa (LIMA,2018, p. 25).

O estudo busca apresentar as questões centrais desta abordagem do ponto de vista teórico metodológico a partir da descentralização da educação no Brasil “A descentralização tem sido utilizada como um recurso das políticas democráticas, sendo baseada na delegação de poder e é uma estratégia a partir da qual subentende-se a ampliação da autonomia das instituições em seus diversos níveis” (BOTLER, 2004, p. 48).

3. A DESCONCENTRAÇÃO DO PODER NO BRASIL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

O financiamento e a oferta da educação básica foram permitidos pelo federalismo a partir da descentralização de responsabilidades constitucionais. Percebe-se com esse estudo que no Brasil não houve descentralização, divisão da autoridade, no âmbito da educação; na realidade houve a desconcentração do poder, delegação de poderes de decisão a órgãos ou representantes subordinados a autoridade central, pois o Estado continua centralizando a normatização, o poder decisório e os regulamentos, delegando apenas a execução das tarefas.

O modelo democrático assumido pelas políticas educacionais contemporâneas, que direcionam a organização escolar sob formato padronizado, homogêneo, utiliza como um de seus recursos a descentralização que, baseada na delegação de poder, emerge como estratégia de agregação de interesses e de expressão das relações de poder (BOTLER, 2010, p.189).

A partir do momento em que o Estado passa a ter características de centralizador, após a descentralização ordenada a partir da desconcentração do poder, as desigualdades sociais existem no Brasil desde a colonização, inclusive no âmbito da educação, pois o poder executivo por meio do governo federal centralizou grande parte dos recursos financeiros para si e distribuiu aos demais entes subnacionais, estados, distrito federal e municípios, parte pequena desses recursos: “Ambas as compreensões a respeito de modelos de organização (centralizado/ descentralizado) estão presentes na escola e influenciam a dinâmica de participação no contexto da democracia instituída o que, por vezes, ocorre de forma conflituosa” (BOTLER, 2010, p. 192).

O sistema educacional nacional [...] estabelece as normas globais sobre as quais os estados e municípios devem se fundamentar. Esta política é adotada na perspectiva de assegurar um padrão mínimo de direitos e deveres no quesito educação para todos os brasileiros (BOTLER, 2012, p. 604-605).

Nesse sentido, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos destacam a importância das metodologias de ensino sob a perspectiva da EDH e apontam alguns exemplos que a vivência destas metodologias pode possibilitar na contribuição com os

sistemas de ensino e com as instituições de educação. O Programa Nacional de Direitos Humanos recomenda que os estados e o distrito federal organizem seus planos de educação em direitos humanos com base no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, devendo a educação básica, ter como um dos seus eixos, a EDH. Em consideração à política institucionalizada que ocorre no âmbito nacional pode-se destacar a cidadania participativa nas políticas de EDH.

O poder central assume a descentralização como direção política a ser adotada em nome da democracia e da cidadania participativa em um contexto socioeconômico onde a população carece de atendimento a necessidades sociais básicas como alimentação e saúde, e se caracteriza culturalmente como subordinada. Desse modo, imprime ao modelo adotado características de desconcentração mais do que de autonomia, atribuindo um sentido funcional à escola (BOTLER, 2004, p.23).

Em um segundo plano de análise, nesta pesquisa, situam-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados a partir de 2008 com a instituição da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008) e a relevância da EDH conforme orientação das Diretrizes Nacionais para EDH. Uma das missões dos Institutos Federais é proporcionar uma educação articulada com o trabalho, ciência e cultura, além da investigação científica, condição de grande importância para a autonomia intelectual e uma educação de qualidade. Sua orientação pedagógica assenta-se no pensamento analítico e busca uma formação profissional mais abrangente e flexível, com maior ênfase na compreensão e na participação qualitativa do sujeito no mundo do trabalho no âmbito de uma educação de qualidade (PACHECO, 2010).

Para entender o que significa a qualidade educacional, é preciso reconstituí-la no discurso da luta pela efetivação dos Direitos Humanos, especialmente no que se refere à Proteção Integral às Infâncias. A concepção do direito à educação contida nos textos da Constituição brasileira é condição ínsita ao ser humano, sem a qual não haveria o pleno desenvolvimento dos outros direitos e, portanto, o desenvolvimento da própria humanização dos sujeitos (MOURA, 2017, p.132).

Os Institutos Federais têm a proposta de mudança do paradigma limitador da educação profissional e tecnológica no Brasil, para a construção de um modelo educacional capaz de trabalhar as múltiplas dimensões do sujeito de direito, tendo como objetivo a formação integral, no campo da educação e da qualificação profissional. Nesse contexto, pode-se observar que sob a ótica da macropolítica essa temática possui amparo legal institucionalizado nacionalmente, porém a micropolítica tende a ser realizada no cotidiano da escola através da comunidade escolar. “É pela micropolítica da escola que a macropolítica se firma ou se perde. Quanto dela se firma ou não depende de quanto ela leva em conta a realidade política das escolas e não se restringe a uma fórmula de “teste e punição” dos agentes educativos” (FREITAS, 2016, p.10).

Percebe-se a partir dos estudos que a formação profissional tende a emancipar o sujeito de direito, promovendo o conhecimento e uma visão crítica sobre a realidade, o que possibilita uma transformação social. Esse ponto de vista dialoga com os princípios da

Educação em Direitos Humanos, em virtude de promover mecanismos reflexivos e críticos sobre as relações sociais e as relações de trabalho, promovendo a contribuição para a formação integral do sujeito de direito.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que essa é uma pesquisa em andamento, pretende-se que a mesma possa contribuir para um melhor conhecimento, no âmbito acadêmico e na sociedade, sobre a abordagem e a relevância da Educação em Direitos Humanos nos cursos técnicos integrados ofertados pelos Institutos Federais, com vistas a promover uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, respeitando o lugar do dissenso no desenvolvimento das políticas públicas e da cidadania ativa.

A discussão entre a temática abordada, descentralização da educação, a democracia e a micropolítica, e os autores trabalhados em questão, apontam para a crítica à democracia no contexto social, o que abrange o campo educacional. No texto “O ódio à democracia” o autor aponta a crítica à democracia para situá-la no cerne político atual, buscando entender o que há de novo no sentimento antidemocrático. Esse sentimento de procura é tão antigo quanto a noção de democracia. O autor repensa sobre o poder subversivo do ideal democrático e o que é política para encontrar o caráter desafiador de sua ideia (GAVIÃO, 2015).

Entende-se que houve avanços e retrocessos em relação à educação no Brasil, o que coaduna com o notório enfraquecimento das democracias ao redor do mundo na atualidade, como apontado no texto “Como as democracias morrem”, onde os autores fazem menção à comparação com os casos passados e enfatizam que atualmente as democracias morrem lentamente, muitas vezes por meio de processos legalmente legitimados, por ocorrer subversão do ideal democrático (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Tal ideal pode ser materializado por meio de uma formação integral, o que pretende-se observar especialmente nos Institutos Federais.

Espera-se contribuir para fortalecer o debate a respeito da relevância da EDH na formação educacional e profissional dos sujeitos de direito, sob a ótica dos conceitos trabalhados nesse estudo, como uma estratégia para se obter uma educação integral e de qualidade. Essa temática poderá ser expandida a partir de estudos e pesquisas mais aprofundadas dos reflexos da política de EDH que possam se somar à luta pela garantia dos direitos humanos, o que é imprescindível no tempo presente.

Com a pesquisa pretende-se verificar se há desenvolvimento dos preceitos da EDH nos cursos técnicos integrados ofertados pelos Institutos Federais, no entanto, não se tem a intenção de esgotar o tema, mas apontar possíveis caminhos que conduzam à vivência dos valores da Educação em Direitos Humanos e sua incorporação à atividade discente a ao cotidiano da comunidade escolar dos cursos técnicos integrados ofertados pelos Institutos Federais.

REFERÊNCIAS

- [1] BOTLER, Alice. A escola como organização comunicativa. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9807>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- [2] _____. Cultura e Relação de Poder na Escola. *Educação e Realidade*, v. 35, n. 2, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8708/9460>. Acesso em: 6 jun.

2022.

- [3] _____. Repercussões das políticas multiculturais na educação. *Educação & Sociedade* [online], v. 33, n. 119, p. 595-609, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/yGQnNWVzpQ6WfGfxQWjR4ty/?lang=pt#>. Acesso em: 8 jun. 2022.
- [4] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: de 5 de Outubro de 1988. 54. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- [5] _____. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 26 maio de 2023.
- [6] _____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO, 2007.
- [7] _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394compilado.htm. Acesso em: 8 jun. 2019.
- [8] CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2014.
- [9] DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 26 maio 2023.
- [10] FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. *Cadernos CEDES* [online], v. 36, n. 99, p. 137-153, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/RmPTYx4p7KXfcQdSMkPGWFy/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 7 jun. 2022.
- [11] GAVIÃO, Leandro. Resenha da obra 'O ódio à democracia'. *Revista de História*. São Paulo: n. 173, p. 497-503, 06 Jun. 2015. Disponível em:
- [12] <https://www.scielo.br/j/rh/a/9jLSNqkHnXC7WyhrQQf6FVC/?lang=pt#>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- [13] HABERMAS, J. Três Modelos Normativos de Democracia. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*. São Paulo, v. 36, p. 39-53, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/tcSTz3QGHghmfzvbvL6m6wcK/?lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- [14] LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as Democracias Morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- [15] LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, p. 15-28, 2018. ISSN 68. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/YCPpdwGWZshhVyhjwpzHZtp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- [16] LIMA, Licínio C.; AFONSO, Almerindo Janela. Participação discente e socialização normativa: na perspectiva de uma sociologia das organizações. *Revista Aprender, Portalegre-Portugal*, v. 11, p. 29-37, 1990. Disponível em: <http://aprender.esep.pt/index.php/aprender/issue/view/14>. Acesso em: 7 jun. 2022.
- [17] MOURA, Jamerson Kempes Gusmão. *Cultura organizacional e políticas públicas: processos sociais que envolvem a política de gestão democrática da educação no Brasil e Portugal*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25653?mode=full>. Acesso em: 7 jun. 2022.
- [18] PACHECO, Eliezer. *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: MEC/SETEC, 2010.
- [19] SAKATA, Kelly Letícia; LIMA, Michelle Fernandes. Apontamentos sobre o conceito de democracia em Joseph A. Schumpeter e Jürgen Habermas. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 12, n. 15, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/59183/36160>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- [20] SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma (Org.). *A formação cidadã no ensino médio*. São Paulo: Cortez, 2012.

Capítulo 12

Espaço educacional e a arquitetura indígena Kaingang: O caso da Aldeia Marrecas e Koe Ju Porã no Paraná

Bruna Eduarda Kubliski Folmer

Jhonatan dos Santos Dantas

Resumo: Os povos indígenas sofreram um longo processo de expropriação territorial, exploração da mão obra incorporada à dinâmica da economia colonial moldada pelos Europeus e posteriormente um processo de desculturalização. A consolidação dos territórios indígenas no período recente garantiu o direito a terra e permitiu (de modo relativo) a permanência de variados grupos étnicos em seu meio natural/social garantindo a (re)produção da cultura e dos valores desses povos. Nesse contexto, o objetivo do trabalho é apresentar os elementos constitutivos da arquitetura Kaingang em duas aldeias no interior do Paraná, demonstrando fragmentos de mudança e de permanência da cultura indígena. Ao mesmo tempo, trata dos espaços educacionais indígenas, demonstrando os ambientes educacionais e os projetos escolares das respectivas aldeias. Espera-se descrever uma realidade que é símbolo da resistência e da valorização multiétnica dos povos tradicionais no Brasil, promovendo reflexão e valorização da cultura indígena.

Palavras-Chave: Kaingang. Arquitetura Indígena. Espaço Educacional.

1. INTRODUÇÃO

O artigo analisa os espaços educacionais indígenas em duas aldeias na região Centro Sul do Estado do Paraná, Brasil, que modificou sua estrutura arquitetônica e paisagística a partir de novos espaços educacionais propostos por planos de governo, cuja característica paisagística mostra-se presente, alterando também a organização territorial das comunidades a partir dos projetos governamentais para o ensino regular nas aldeias.

O estudo de caso demonstra características distintas na paisagem e na arquitetura dos espaços educacionais a partir das duas aldeias de origem Kaingang, nesse contexto, o trabalho representa grande avanço na interpretação das formas de uso do espaço, cujos projetos governamentais e organização comunitária modificam as estruturas socioespaciais e a paisagem que revela-se como materialidade de forças exógenas combinadas à processos identitários, étnicos e culturais presentes no interior das comunidades.

Assim, o artigo apresenta no primeiro momento um breve histórico dos povos indígenas no Brasil, posteriormente é analisado a cultura e a arquitetura indígena Kaingang, como conteúdo identitário das comunidades. Na sequência é analisado a modificação nas edificações e na paisagem inseridas pelas transformações dos espaços educacionais a partir dos projetos governamentais.

O trabalho foi realizado a partir de revisão bibliográfica de literatura, fotografia realizada in locus, no ano de 2019, além do estudo da paisagem e das plantas das edificações, que revelam os diferentes formatos de uso e organização dos espaços educacionais.

2. OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

O Brasil é um país constituído por diferentes grupos étnicos e uma grande variedade de povos que foram formados ao longo da história. A diversificação étnica inicia desde o período de formação do Brasil colonial, com o contato entre os Europeus, Africanos e os grupos já residentes no Brasil, comumente denominado de povos indígenas.

Contudo, havia (e há) uma grande variedade de povos indígenas, que apresentavam costumes, modos de vida, língua e crenças distintos. Viviam da pesca, da caça e tinham na natureza fonte de sobrevivência – daí o caráter rico de cada grupo étnico, que tinha identificação direta com as diferentes paisagens, tipos de clima, tipos de floresta e recursos inseridas ao longo do vasto território atualmente chamado de Brasil. Havia diferenças, portanto, étnicas e culturais estabelecidas nos múltiplos universos indígenas, que passou a ser genericamente reduzido à visão eurocêntrica como um povo só.

De acordo com a FUNAI¹ (2019) ao citar o censo de 2010, quase 900 mil pessoas se identificavam indígenas no Brasil, cerca de 216 povos falando mais de 180 línguas indígenas diferentes (NOVAES, 2019).

A população indígena representa uma grande pluralidade de etnias que ao longo dos anos, sofreu considerável diminuição, por extermínio, ou por doenças trazidas pelos colonizadores. A política indigenista do século XIX apagou inúmeras identidades de grupos que ainda se afirmavam indígenas, entretanto os mesmo contemplam hoje a um movimento inverso (SOUZA, 2019).

¹ Fundação Nacional do Índio criado em 1967.

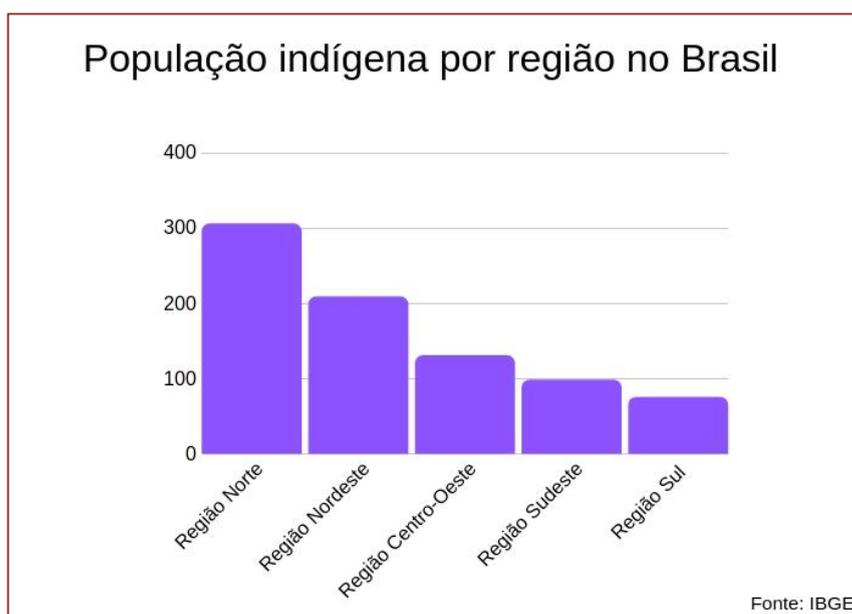
Em várias regiões do Brasil, principalmente após a Constituição de 1988 - que reconheceu direitos à manutenção de diferenças étnico-culturais, vários grupos de indígenas reaparecem, afirmando sua identidade cultural e buscando suas origens em aldeamentos considerados extintos.

Este processo reforça a ideia de que os povos indígenas integrados à colônia continuaram presentes na história do Brasil (ALMEIDA, 2019). Podemos observar que foram muitos anos de lutas para que os indígenas conseguissem seu espaço dentro da sociedade que passou se tornar complexa a partir da dominação dos povos Europeus, e posteriormente após um longo processo de migração e miscigenação cultural.

2.1. A SITUAÇÃO INDÍGENA

O Censo 2010 revelou que, das 896 mil pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas, 572 mil ou 63,8 %, viviam na área rural e 517 mil, ou 57,5 %, moravam em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas (FUNAI, 2019).

Figura 01. Censo indígena



Fonte: IBGE, (2010).

Após a análise do gráfico ilustrado na (Figura 01), pode-se concluir que a região norte do país possui maior população indígena, com um número aproximado de 300.000 indígenas. A região Sul é a que apresenta menor número de povos indígenas no país, concentrando um pouco mais de 60.000.

Conforme a (Figura 02) ilustra, no Estado do Paraná existem aproximadamente 9.000 Indígenas, habitando 85.264,30 hectares de terra. Esta área está distribuída em 17 divisões de terra que abrigam as etnias Kaingang, Guarani e 6 remanescentes do povo Xetá, fora os grupos dispersos em locais que não são demarcados. (PORTAL EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ, 2013).

Figura 02. Áreas indígenas no Paraná

Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná, (2003).

Apesar do estado paranaense concentrar um número relativamente baixo de indígenas, essas reservas asseguram a manutenção da identidade, da cultura e da (re)produção da vida social, por meio de um conjunto de crenças, valores, línguas, costumes e do direito à terra e ao território, que por essência passa ser lócus identitário importante para preservação/manutenção dessas diversas comunidades.

Ao mesmo tempo, se faz necessário o resgate de um conjunto de elementos simbólicos das diferentes culturas indígenas presentes, como as músicas, vestimentas e a própria arquitetura. Esses elementos identitários contribuí para o resgate e a preservação de um patrimônio histórico cultural rico dos diversos grupos étnicos indígenas que ocupam o território paranaense.

3. A CULTURA E A ARQUITETURA INDÍGENA KAYNGANG

Nos preceitos da cultura indígena Kaingang “O termo kaingang se refere á (“kaa” = mato; “ingang” = morador), conforme foram denominados genericamente por Telêmaco Borba - o mais importante estudioso e defensor dos indígenas no século passado” (COHEN, 2004, online).

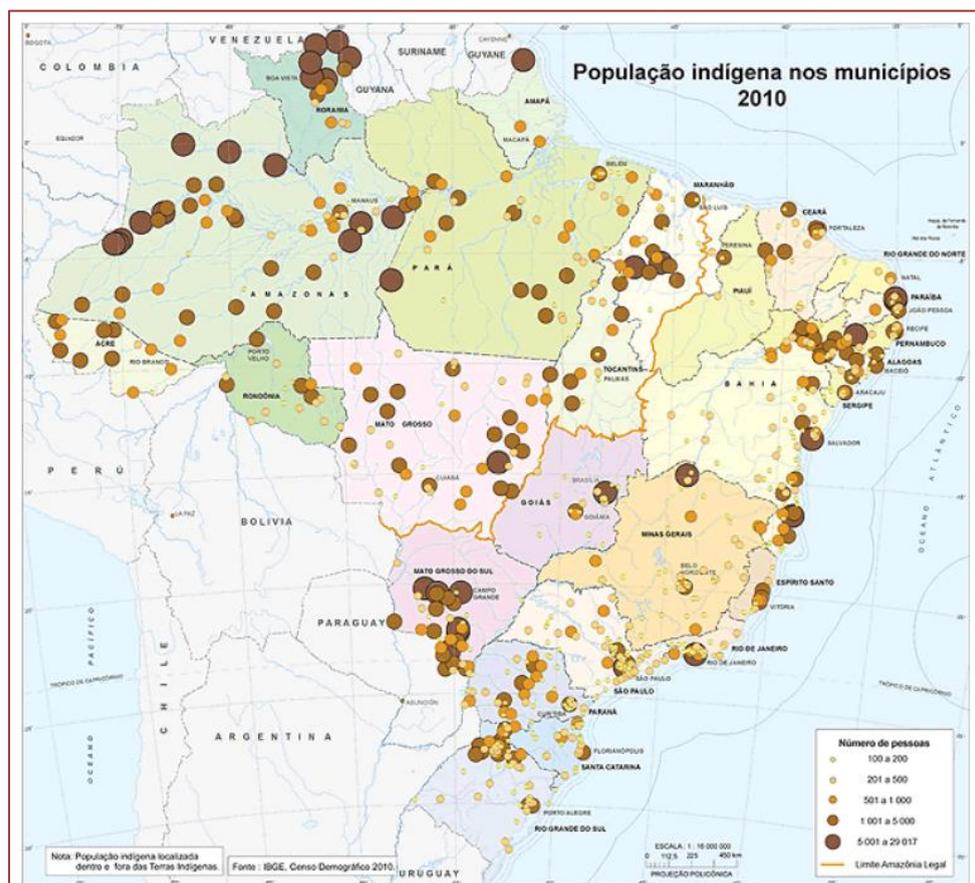
A denominação kaingang aparece na documentação bibliográfica a partir de 1882 (...) antes disso, aproximadamente a partir de meados do século XIX eram denominados de coroados (SOLAK, 2009, p.07).

Os Kaingáng são uma sociedade dual, ou seja, uma sociedade fundada na divisão do mundo entre dois grupos principais, os Kamé e os Kanhru. Kamé é o fundador do povo Kaingáng. Consciente de sua incompletude no mundo criou seu irmão Kanhru, para ajudá-lo a constituir o mundo. Cada qual criou seu conjunto de seres, identificando-os a si e assim se fez o mundo. Kamé fez cobras, Kanhru fez onças. Kamé fez a Araucária, Kanhru o Cedro, etc. Os que se identificam a Kamé, assim, adotam a pintura em forma de linhas/traços; ao passo que os Kanhru adotam as formas de círculos

e pontos na pintura corporal, no grafismo e no artesanato. (AMPARO, 2016, p.30).

Segundo D'Angelis e Veiga (2003), o povo Kaingang habita há séculos o sul do Brasil. A população indígena é estimada em mais de 29 mil índios, que se distribuem em áreas dispersas pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os primeiros contatos de grupos Kaingang com a sociedade branca Européia inicia-se por volta de 1812 na região de Guarapuava.

Figura 03. População indígena nos municípios



Fonte: FUNAI, (2010).

Sobre a história da cultura Kaingang, Maranhão (2019), relata que os Kaingang pertencentes à família linguística Jê, preferiam habitar as regiões de florestas de Araucária. Os territórios compreendiam além das aldeias, extensas áreas, onde estabeleciam acampamentos utilizados nas expedições de caça, e pesca. Cabia às mulheres o preparo da comida, cuidados com as crianças, confecção de cerâmica e o plantio de roças nas proximidades da aldeia, onde cultivavam milho, abóbora, feijão e mandioca.

Posteriormente, a expansão das fazendas de gado sobre os campos gerais de Guarapuava e de Palmas, atingiram diretamente os territórios tradicionalmente ocupados pelos Kaingang. Após violentos embates os grupos que sobreviveram passaram a viver nos aldeamentos organizados pelo Governo criados pelo Serviço de Proteção ao Índio - SPI,

posteriormente denominado Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

3.1. CONTATO DOS INDÍGENAS COM A ARQUITETURA 'BRANCA'

Conforme a (Figura 04), pode-se observar após a visita na Aldeia Marrecas², casas de alvenaria cobertas com telhas de barro, não existindo no local nenhuma edificação com traços da arquitetura indígena.

Figura 04. Entorno Aldeia Marrecas



Fonte: Autora, (2019).

As casas costumam estar espalhadas pelo território, de acordo com a proximidade das roças de cada família, geralmente em torno de um chefe de grande família.

A Aldeia Koe Ju Porã, da etnia Guarani mostra outra realidade, pois nessa Aldeia ainda são preservadas algumas moradias indígenas conforme a (Figura 05) nos apresenta, e as poucas casas existentes no local possuem traços da arquitetura indígena que contrastam com a arquitetura branca.

² Uma das Aldeias Kaingang do Paraná, localizada no município de Turvo – PR.

Figura 05. Arquitetura da Aldeia Koe Ju Porã



Fonte: Autora, (2019).

Conforme a (Figura 06), nos mostra as moradias da Aldeia *Koe Ju Porã* fazem uso de madeira, e a maneira que estão dispostas na construção geram um desenho que lembra os grafismos indígenas.

Figura 06. Casa da Aldeia Koe Ju Porã



Fonte: Autora, (2019).

Segundo D'Angelis e Veiga (2003), em certas circunstâncias os órgãos indigenistas oficiais (o SPI, até 1967, e a FUNAI depois disso), construíram “conjuntos” de casas para famílias indígenas em determinadas comunidades. Nos anos 50 e 60 o SPI construiu verdadeiras aldeias-vila, em formato retangular, com casas de madeira padrão, todas pintadas de branco, para exibir o resultado de seu trabalho de “proteção” aos indígenas.

Os órgãos indigenistas vendiam a madeireiros, grandes quantidades de pinheiros, por processos de licitação. Em outros momentos, construíram séries de casas de madeira

padrão, cobertas de telha de barro, exatamente para obter concordância com a exploração das madeiras em terras indígenas (D'ANGELIS; VEIGA, 2003).

Entre fins da década de 60 e meados dos anos 70 o "padrão FUNAI" de construção para os índios era uma casa de aproximadamente 6 m. x 5 m., possuindo uma cozinha anexa, em chão batido, medindo aproximadamente 2 m. x 1,5 m, coberta de telha de barro, em madeira de má qualidade e sempre pintadas de branco (D'ANGELIS; VEIGA, 2003).

A partir do final dos anos 70 o "padrão FUNAI" passou a variar, conforme a região. Em algumas áreas do centro do Paraná construíram-se casas de placas de cimento pré-moldado, cobertas de "eternit", em dois tamanhos padrão, em torno de 4 m. x 4 m. ou 5 m. x 4 m.

Em Santa Catarina e no sudoeste do Paraná, na mesma época, quando chegava ao auge a exploração madeireira pelas serrarias da própria Funai em áreas como Xapecó e Mangueirinha, construíram-se casas em tamanho maior, com cerca de 7 m. x 8 m., cobertas de telhas de cimento amianto, sempre pintadas de azul. As cores eram usadas para que a edificação tivesse destaque, evidenciando o trabalho feito pela FUNAI ou SPI (D'ANGELIS; VEIGA, 2003).

A FUNAI consagrou, nos anos 70, o enfileiramento das casas padrão ao longo das estradas, quais são, hoje, movimentadas rodovias. Em muitos casos, as casas 'originais' já apodreceram, sendo algumas vezes refeitas pelos indígenas, com o próprio material reaproveitado ou, outras vezes, substituídas por um rancho (D'ANGELIS; VEIGA, 2003).

3.2. CASAS SUBTERRÂNEAS KAINGANG

Segundo Afonso (2014), o nome casas subterrâneas é motivo de discussão entre os arqueólogos, pois há outros nomes usados como estruturas semissubterrâneas, estruturas subterrâneas, casas semissubterrâneas, buracos de bugres, etc. Pois nem sempre elas são "casas", local de moradia dos indígenas. Às vezes, tiveram outras funções, eram usadas também como local de cerimônias ou serviram para armazenagem de alimento.

O termo "subterrâneo" é também problemático porque os grupos, apenas escavaram o solo superficialmente ou usavam depressões naturais do terreno, construindo ali uma espécie de proteção com madeira e vegetais.

Segundo D'Angelis e Veiga:

As casas subterrâneas são atribuídas às populações Jê ou Kaingang, que ocupavam o planalto antes da conquista e representam uma invenção engenhosa do homem pré-histórico contra as nevascas e os ventos gelados dos invernos rigorosos das grandes altitudes (D'ANGELIS; VEIGA, 2003, p. 08).

As paredes eram compactadas com argila mais fina, resultando em uma camada de revestimento, algo que pode ser compara atualmente ao adobe.

Conforme a (Figura 07) nos mostra, o teto era apoiado sobre estacas sendo uma estaca principal no centro, que ia até o chão da casa, e estacas laterais, que irradiavam do mastro central e se apoiavam na superfície do solo, na parte externa. Este teto ficava pouco acima do nível do terreno, garantindo ventilação, iluminação e trânsito.

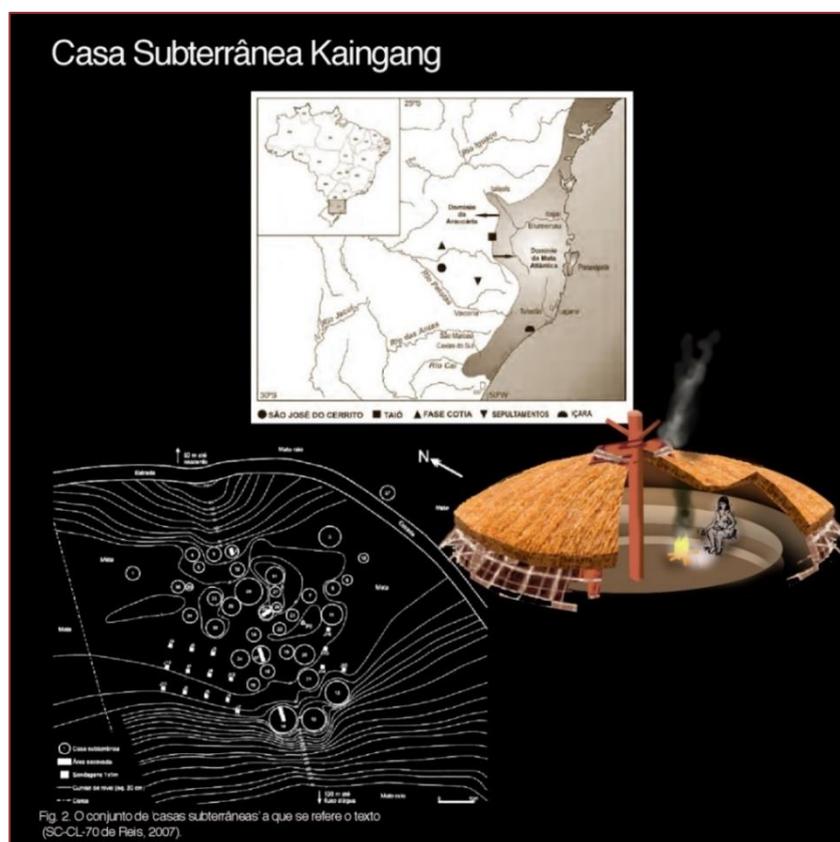
Figura 07. Casa subterrânea Kaingang



Fonte: XAPURI, (2018).

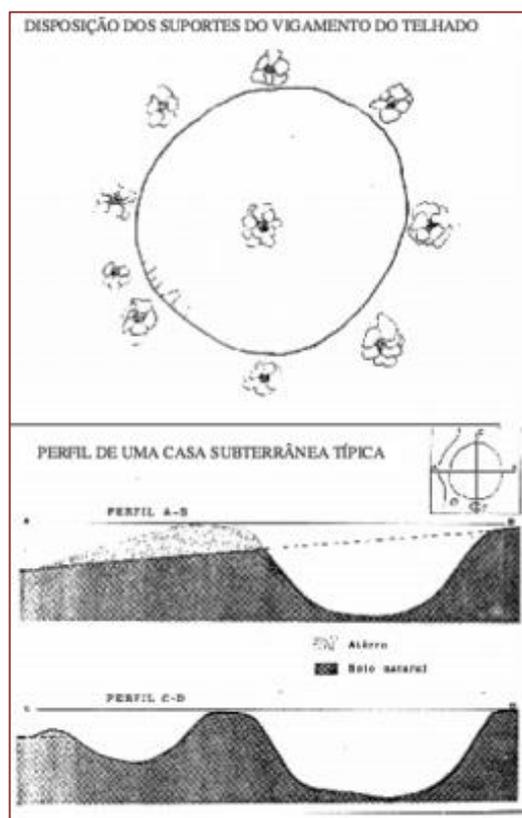
Em algumas casas os arqueólogos mencionam ter encontrado algum tipo de revestimento de piso e, em outras, uma porcentagem de pedra nas paredes ou em parte delas. É comum encontrar conjuntos dessas casas, agrupamentos somando entre 8 e 10 casas, e, casos de mais de 20 casas em um mesmo lugar. O espaçamento entre essas casas varia entre 1 a 10 metros, aproximadamente.

Figura 08. Casa subterrânea Kaingang



Fonte: REIS, (2007).

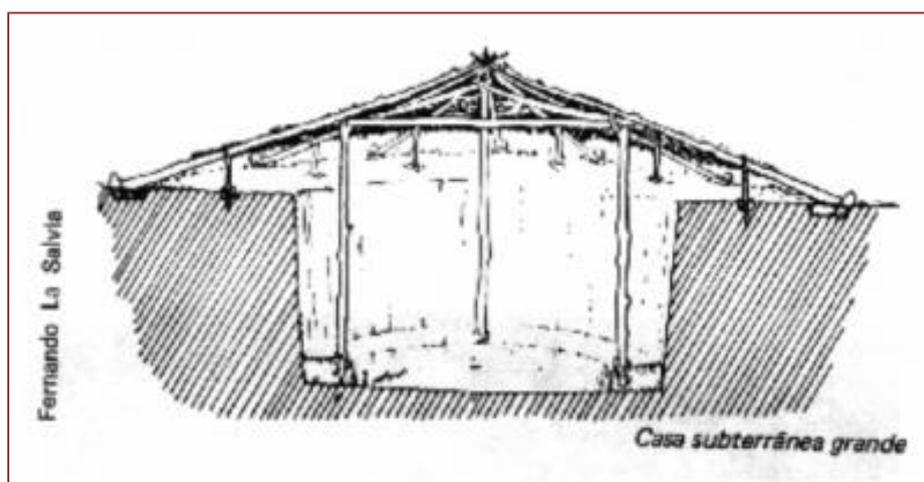
Figura 9. Planta de cobertura e corte esquemático casa subterrânea



Fonte: INVESTIGAÇÕES INDÍGENAS, (2016).

As casas subterrâneas eram casas circulares, com dimensões variáveis possuindo tamanhos médios entre 2 e 13 metros de diâmetro com profundidade que se aproximavam de 2,5 a 5 metros de altura, havendo relatos de casos com até 6 metros de profundidade (INVESTIGAÇÕES INDÍGENAS, 2016, online).

Figura 10. Corte esquemático casa subterrânea



Fonte: (INVESTIGAÇÕES INDÍGENAS, 2016).

A compreensão do estilo arquitetônico utilizada por esses grupos é fundamental para pensar os diferentes elementos étnico-culturais que faziam parte dessas comunidades, os locais de vivência e as moradias em seus formatos exóticos para a cultura ocidental Europeia é um importante elemento para ser resgatado como identidade histórica e cultural dessas civilizações.

4. A ARQUITETURA COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL

Kowaltowski (2018) relata que a arquitetura tem um papel fundamental em uma escola, pois é considerada pela mesma, uma espécie de terceiro professor, pois, o espaço físico influenciara diretamente na maneira de como as pessoas convivem nele.

A segurança psicológica proporcionada pela edificação também é de suma importância, pois o aluno precisa se sentir seguro o que faz diferença também é o conforto proporcionado pela edificação, se o estudante precisa segurar as folhas do caderno para não voarem ou se não enxerga por causa do sol, ele irá conseguir se concentrar, consequentemente não vai aprender tudo o que poderia.

A arquitetura deve priorizar a segurança, saúde dos alunos, e o conforto térmico acústico e lumínico do ambiente escolar.

A sala de aula precisa ser um lugar não só de preparo para o sucesso em notas e na vida escolar, mas, principalmente, deve ser uma oportunidade para se receber informações de vida, compartilhar experiências, vivenciar a integração e, principalmente, compreender e aprender a conviver com algo mais importante do que um bom boletim, o ser humano (ROSSETTINI; UTSUMI, 1988).

Uma pesquisa de 2015 feita na Inglaterra comparou escolas bem cuidadas, bem construídas arquitetonicamente com aquelas menos cuidadas. Eles analisaram os resultados dos alunos dessas escolas em uma mesma prova de matemática e inglês e viram que, nas escolas que ofereciam um bom ambiente, as pontuações eram 25% maiores. Se o trabalho de um arquiteto consegue melhorar as notas dos alunos, isso justifica a nossa profissão. (KOWALTOWSKI, 2018).

Através desses dados podemos notar como o espaço arquitetônico influência diretamente a aprendizagem dos alunos. Desta maneira, podem-se propor mudanças significativas no modelo padrão das salas da aula aonde na maioria dos casos ainda se é encontrado um quadro negro e cadeiras enfileiradas, tornando esse espaço pouco estimulante para aprendizagem.

4.1. PROJETOS ESCOLARES PADRÕES IMPLANTADOS PELO GOVERNO

Segundo o Art.2º da Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, constituirão elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

- I. sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos;
- II. exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;

- III. o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;
- IV. a organização escolar própria.

Ainda sobre a organização das escolas indígenas, a resolução considera necessária a participação da comunidade na definição de edificação de escolas que atendam aos interesses das comunidades indígenas (ART. 3º, INCISO V).

Entretanto Escolano (2001), diz que o termo organização escolar no seu sentido estrito remete para uma definição mais particular desse mesmo conceito considerando que ele inclui a organização dos espaços físicos e a infraestrutura, pois os aspectos pedagógicos abrangem também o espaço como parte integrante disso.

Os professores relatam que sentem falta de um ambiente que busque a integração da educação com a cultura indígena, um projeto ainda não alcançado "(...) o desejo de contemplar, no espaço escolar, os costumes e as tradições, bem como a relação com o ambiente natural o sol, a chuva, o fogo, a terra, e a mata como integrantes do ensino escolar." (ZANIN; SILVA E CRISTOFOLII, p.201, 2018).

Atualmente nas Aldeias indígenas são executados pelo governo projetos padrão, ou projetos modelo, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que desconsideram as características indígenas, e que constituem a mesma solução projetual em diversos contextos culturais, ambientais, políticos e climáticos.

O projeto que foi executado na Aldeia Marrecas e na Aldeia Koe Ju Porã possui uma estrutura relativamente boa, entretanto segundo o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o projeto é um modelo desenvolvido para áreas rurais sem levar em consideração o local aonde é inserido, e a cultura da região que irá fazer uso desse espaço.

Figura 12. Projeto Espaço Educativo Urbano e Rural



Fonte: FNDE, (2019).

Conforme a (Figura 14) nos mostra, a escola existente na Aldeia indígena Marrecas, a (Figura 15) ilustra a escola presente na Aldeia Koe Ju Porã, as duas escolas possuem a mesma arquitetura apesar abrigarem indígenas de etnias diferentes Kaingang e Guarani, respectivamente.

A única diferença projetual entre as escolas são as suas cores, observasse claramente uma arquitetura branca que está ignorando características da cultura indígena.

Figura 13. Colégio Estadual Indígena Cacique Otávio dos Santos



Fonte: Autora, (2019).

Figura 14. Colégio da Aldeia Koe Ju Porã



Fonte: Autora, (2019).

Os projetos padrões impostos pelo programa FNDE precisam de flexibilidade para permitir ajustes às condições do local e clima aonde serão inseridos para ter como resultado uma arquitetura de qualidade, no entanto, nesse caso, não há margem para alterações, pois o projeto padrão evidenciado desconsidera o clima e local onde está sendo inserido e, sobretudo não leva em consideração a cultura da aldeia.

A Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 (Conselho Nacional da Educação,

2012), define as Diretrizes especificamente para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Art. 6º Os sistemas de ensino devem assegurar às escolas indígenas estrutura adequada às necessidades dos estudantes e das especificidades pedagógicas da educação diferenciada, garantindo laboratórios, bibliotecas, espaços para atividades esportivas e artístico-culturais, assim como equipamentos que garantam a oferta de uma educação escolar de qualidade sociocultural (Conselho Nacional de Educação, 2012).

Através disso percebe-se que as legislações são claras quanto a suas normas, entretanto cabe aos órgãos responsáveis a execução de um projeto que contemple a arquitetura indígena.

4.2. AMBIENTES EDUCACIONAIS INDÍGENAS

Novaes (2019), relata que a educação indígena não se restringe apenas na transmissão de informação acumulada, mas também na transmissão de cultura, algo que atualmente pode se considerar um problema.

Os propósitos da educação escolar indígena devem ser definidos pelo seu povo, dependendo de seus anseios e necessidades, não deixando de se preservar sua cultura e sua língua materna.

A escola entrou na comunidade indígena como um corpo estranho, que ninguém conhecia. Quem a estava colocando sabia o que queria, mas os índios não sabiam, hoje os índios ainda não sabem para que serve a escola. E esse é o problema. A escola entra na comunidade e se apossa dela, tornando-se dona da comunidade, e não a comunidade dona da escola. Agora, nós índios, estamos começando a discutir a questão (KAINGANG; FREIRE, 2004:28).

Através dos anos os indígenas sofreram com a imposição de cultura, língua e costumes ocasionada pela civilização europeia, que desconsideravam a sua herança cultural, e tinham como objetivo a catequização dos mesmos e posteriormente a educação para convívio em sociedade "(...) Porém, a mesma educação que ensina pode ser usada como forma de dominação de um povo, como ocorreu com os índios ao longo da história" (NOVAES, p. 03, 2019).

Na história da Educação Escolar Indígena, foram construídos prédios escolares que representavam a intenção dominadora e assimiladora da escola sobre as culturas indígenas, com construções que não dialogavam com os conhecimentos e concepções indígenas sobre edificações e ocupação espacial. Desse modo, é responsabilidade do MEC fomentar o diálogo intercultural propositivo entre as comunidades e as instituições executoras, para que as propostas de infraestrutura escolar sejam condizentes com as perspectivas indígenas e suas realidades ecológicas, garantindo,

com isso, resultados efetivos na aplicação dos recursos públicos (Brasil, 2007, p.83).

Observa descaso com a infraestrutura da escola indígena, pois atualmente ainda não se foi elaborado um projeto arquitetônico institucional que contemple características dessa cultura “Entendemos que o desenho dos espaços escolares, bem como de outras intervenções arquitetônicas realizadas em comunidades indígenas, deveria ser específico para a comunidade contemplada” (ZANIN; SILVA; CASTELLS, 2019, p.157).

Segundo Zanin; Silva e Castells (2019), na elaboração de um projeto arquitetônico escolar indígena devesse considerar a representatividade simbólica, pois a mesma irá facilitar a apropriação dos ambientes.

O desenho da forma, os materiais e o lugar terão grande enfoque visto que a escola surge como uma espécie de mecanismo de fortalecimento cultural, e, por esse motivo os moradores das comunidades indígenas desejam que a imagem da escola expresse símbolos e significados fortalecendo a identidade cultural indígena.

Assim, escolas indígenas com projetos arquitetônicos característicos facilitam a apropriação, possibilitando que a escola obtenha um lugar de identificação cultural para a comunidade.

Portanto, consideramos que o desenho de intervenções arquitetônicas deveria ser específico, assim como cada cultura é específica. E, ainda, cada grupo ou comunidade pode ter intenções diferentes dos demais, daí a necessidade de relativizar cada caso, como é previsto pela legislação (BRASIL, 1999; 2007; 2012a; 2014).

Entretanto devesse elaborar projetos que contemplem a cultura de cada cultura indígena, deixando evidente na edificação os valores tradições e costumes de seu povo.

Na tipologia projetual a interação com o ambiente externo é um ponto muito importante a ser explorado, pois os indígenas possuem uma forte conexão com a natureza, praticar aulas fora da sala. Dorvalino menciona também o fato do uso de fontes naturais (...) “seria importante se não fosse preciso o uso de lâmpadas e que o Sol fosse à única fonte de iluminação” (JOHN; SENFF, 2005, p. 40).

Pensar em um projeto que fuja do espaço fechado das salas de aula usual, pois a cultura é outra, as aulas podem acontecer também à sombra das árvores, ou no campo, visto que o povo indígena tem forte ligação com a natureza.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, que os espaços educacionais Kaikang da Aldeia Marrecas e Koe Ju Porã sofreram grandes transformações a partir dos planos governamentais para construção de espaços escolares que tem como característica arquitetônica uma homogeneidade representada pela influência da arquitetura ‘branca’. Revela-se de um lado, como um investimento necessário para a comunidade, pelo outro, representa um processo de avanço ‘euro-ocidental’, que descaracteriza a paisagem como materialização da identidade cultural indígena, em suas formas e conteúdos identitários.

A paisagem e especificamente a arquitetura revela-se como elementos fundamentais para identidade local das comunidades. Os espaços educacionais quando permeados por elementos arquitetônicos que valorizam a identidade, promovem um reconhecimento identitário, étnico e uma ferramenta que promove uma educação emancipadora e contra hegemônica, no sentido de reconhecimento das memórias e trajetórias de um povo.

Nesse sentido, reconhecer os elementos que constituem a identidade cultural, bem como os conteúdos de representação de comunidades indígenas, permite compreender também a tipologia de uso e organização social do espaço, que reconheça a autonomia territorial e a cidadania como processos inerentes à essa valorização.

REFERÊNCIAS

- [1] AFONSO, C. M. CASAS SUBTERRÂNEAS: A ARQUEOLOGIA NAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL, Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/37524190.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2019
- [2] ART. 205, Título VIII Da Ordem Social Capítulo III Da Educação, da Cultura e do Desporto Seção I Da Educação, 1998 Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp>. Acesso em 18 fev. 2019.
- [3] BARÓ, A., AVENTURE-SE NUMA RESERVA INDÍGENA, Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/esporte/aventure-se- numa-reserva-indigena-292080.html>> Acesso em: 15 mai. 2019.
- [4] COHEN, R. Grupos indígenas e sua distribuição, Disponível em: <<http://www.paginadogaicho.com.br/indi/grupo.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2019.
- [5] D'ANGELIS; VEIGA, W, R J. Habitação e Acampamentos Kaingang hoje e no passado. Texto publicado na revista CADERNOS DO CEOM. 'UChapecó Unochapecó/Argos, 2003 n.18, p 213-242.
- [6] D'ANGELIS, W. R. Políticas lingüísticas e a escola indígena. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO, 4, 2002. Brasília. Anais... Brasília: MEC, 2002, p. 112-121.
- [7] FIALHO, M. H. A Funai e novo contexto de políticas públicas em Educação Escolar Indígena: uma questão de direito e cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO, 4, 2002. Brasília. Anais... Brasília: MEC, 2002, p. 25-28.
- [8] FNDE, Projeto Espaço Educativo Urbano e Rural - 4 salas, Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/par/eixos-de-atuacao/infraestrutura-fisica-escolar/item/5954-projeto-espaco-educativo-urbano-e-rural-4-salas>> Acesso em: 29 mai. 2019.
- [9] FUNAI, Educação Escolar Indígena, Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena>>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- [10] GAULKE, D. RESERVA INDÍGENA MARRECAS Potencial para Redução de Emissões pelo Desmatamento e Degradação Florestal – REDD +, Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/39181/R%20-%20E%20-%20DEBORA%20GAULKE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- [11] IBGE, Censo demográfico: 2010 características gerais dos indígenas: resultados do universo, CD. Rio de Janeiro, p. 245, de 2010. Disponível em: Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=795>>. Acesso em 12 mar. 2019.
- [12] KAIKANG, P., Terra Indígena Marrecas, Disponível em: <http://www.portalkaingang.org/index_marrecas.htm> Acesso em: 16 mai. 2019.
- [13] LEITÃO, R. M. Educação escolar e formação de lideranças indígenas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO, 4, 2002. Brasília. Anais... Brasília: MEC, 2002, p. 77-88.
- [14] MARFAN, M, A. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação formação de professores: educação indígena, Marilda Almeida Marfan (Organizadora) Volume. 4. ed. Brasília. 202 p.

- [15] NOVAES, P, G. UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA AO LONGO DA HISTÓRIA, Disponível em: <<https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pfhistedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/G/Gabriela%20pntin%20novaes.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2019.
- [16] OLIVEIRA, B, L. Uma discussão acerca do método etnográfico: reflexões e prática. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA22_ID1950_20072018110431.pdf> Acesso em: 05 mai. 2019.
- [17] OLIVEIRA, Emanuelle. Educação Indígena, Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/educacao-indigena/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- [18] PAGANO, L. Povos Indigenas do Brasil Kaingang, Disponível em: <<http://indigenasbrasileiros.blogspot.com/2016/04/kaingang.html>>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- [19] PARANAENSE, Povos indígenas no Paraná, Disponível em: <<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=68>>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- [20] PEREIRA, M. Projeto de escolas: a arquitetura como ferramenta educacional, 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/900627/projeto-de-escolas-a-arquitetura-como-ferramentaeducacional?fbclid=IwAR1wtd57FkZqLBMjaYC4TOPYWIrPXuP30fWgALkOPiUfve7d400bdBO6dro>> Acesso em: 02 fev. 2019.
- [21] PORTARIA INTERMINISTERIAL. Sobre a Educação Escolar para as Populações Indígenas, MJ E MEC Nº 559, DE 16 DE ABRIL DE 1991. Disponível em: <www.sed.sc.gov.br/documentos/indigena...portaria-interministerial...n...1991/file> Acesso em: 05 mai. 2019.
- [22] PAGANO, L. Povos Indigenas do Brasil Kaingang, Disponível em: <<http://indigenasbrasileiros.blogspot.com/2016/04/kaingang.html>>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- [23] PALHARES, I, A Arquitetura escolar e seu papel na aprendizagem, Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,a-arquitetura-escolar-e-seu-papel-no-aprendizado,70002202508>> Acesso em: 19 mai. 2019.
- [24] PORTAL DA EDUCAÇÃO, Terras indígenas no Paraná, Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/estaticas/alunos/indios_terrass.php>. Acesso em: 09 jun. 2019
- [25] WEIMER, Günter. Evolução da Arquitetura Indígena. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2014. 20 p.
- [26] XAPURI, Povos indígenas no Paraná, Disponível em: <<https://www.xapuri.info/arqueologia/casas-subterraneas-dos-kaingang-povos-da-tradicao-taquara/>>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- [27] XAVIER, R. K. N Escolas Indígenas: uma busca pela cultura sufocada, Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/escolas-indigenas-uma-busca-pela-cultura-sufocada/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- [28] ZANIN, N; SILVA I, M, M; CRISTOFOLI, M, S. Espaços Escolares Indígenas no Brasil: políticas, ações e atores envolvidos, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n1/2175-6236-edreal-62535.pdf>> Acesso em: 08 mai. 2019.

Capítulo 13

Racismo ambiental: Uma análise acerca dos imigrantes venezuelanos em Manaus

Ygor Felipe Távora da Silva

Guilherme Henrich Benek Vieira

Resumo: O fluxo migratório da Venezuela para o Brasil se tornou intenso com a crise instaurada naquele país, com pessoas de todas as classes sociais vindo buscar melhor qualidade de vida no Brasil. Inclusive a população indígena da etnia Warao, com boa parte desses se dirigindo para Manaus. A região amazônica culturalmente já sofre com o racismo ambiental, direcionado contra sua população indígena, o que se agravou ainda mais com a chegada desses imigrantes Warao. Diante disso, esse estudo teve como objetivo pesquisar sobre o racismo ambiental em relação aos imigrantes venezuelanos em Manaus, através de uma revisão da literatura. O estudo concluiu que se faz necessário que o Governo Brasileiro tenha atitudes mais efetivas para o acolhimento dos Warao, ao mesmo tempo em que modifica sua visão sobre sua própria população indígena, e inicia um processo de reparação nacional em relação a justiça ambiental para os povos indígenas.

Palavras-chave: Racismo ambiental, refugiados, Venezuela, Brasil, Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

A migração entre os povos é motivada por inúmeras razões, mas geralmente ocorrem por busca de melhores condições de vida e emprego, seja por motivos de crises econômicas, ambientais ou mesmo por guerras. Muitos países, como é o caso do Brasil, proporcionam asilo humanitário a refugiados, garantido por lei. Entretanto, mesmo com essa proteção, é comum se observar esse direito ser transgredido de várias formas, principalmente através de ocorrência de preconceitos, abusos e, inclusive, agressões e discursos de ódio contra esses refugiados.

O Brasil tem enfrentado, nos últimos anos, um intenso fluxo migratório proveniente de migrantes da Venezuela, que fogem da enorme crise político-econômica e humanitária que vive seu país, em busca de melhores condições de vida no Brasil. A maioria desses migrantes se instala nas regiões de fronteira entre os dois países, o que gera uma enorme sobrecarga para os serviços públicos locais, bem como para o mercado de trabalho dessas regiões, que não consegue comportar tanta mão-de-obra. Isso origina uma série de problemas como exploração do trabalho desses migrantes, mendicância e aumento da criminalidade.

Todo esse quadro de instabilidade regional que surge com esse fluxo migratório acaba por gerar preconceitos e xenofobia contra esses imigrantes venezuelanos, o que pode ser classificado como uma forma de racismo ambiental, o que se observa principalmente em relação aos imigrantes indígenas, por serem justamente os mais necessitados e com menos preparo para exercer algum tipo de atividade remunerada.

Assim, esse estudo traz como objetivo geral pesquisar sobre o racismo ambiental em relação aos imigrantes venezuelanos em Manaus. Como objetivos específicos, o estudo irá trazer alguns conceitos de racismo ambiental e xenofobia; explicar resumidamente a crise na Venezuela e sua relação com o fluxo migratório para o Brasil; relacionar o racismo ambiental com a realidade vivida hoje pelos imigrantes venezuelanos em Manaus, em especial os indígenas.

Para desenvolver esse estudo foi utilizada a metodologia de revisão da literatura, com a busca de informações em artigos publicados em jornais e revistas científicas, que foram pesquisados nas bases de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação) e Google Acadêmico.

Para encontrar os artigos foram utilizados os seguintes descritores: racismo ambiental; xenofobia; imigração; fluxo migratório; refugiados; Venezuela; venezuelanos; Brasil; Manaus. Como critérios de inclusão foram utilizados os seguintes: serem artigos publicados em português, inglês ou espanhol; disponíveis na íntegra online;

Também foram utilizados livros que abordassem a temática e publicações de Instituições e Organizações oficiais e reportagens sobre o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, bem como sobre os conflitos gerados pela presença de imigrantes na região do Amazonas/Manaus.

Dividiu-se o trabalho em tópicos, para melhor didática e organização das informações, se iniciando através de um esclarecimento sobre o que é o racismo ambiental e sua ligação com a xenofobia; seguido por um tópico abordando as questões relacionadas com a crise venezuelana e o conseqüente fluxo migratório; finalizado com a situação vivenciada em relação ao racismo ambiental em Manaus, no Amazonas.

2. RACISMO AMBIENTAL E XENOFOBIA

De uma forma geral, pode-se definir racismo ambiental de acordo com a explicação de Bullard (2005, p. 01): “O conceito ‘racismo ambiental’ se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor”.

Esse fenômeno se refere a um tipo de discriminação e injustiça ambiental característico, pois é dirigido a uma parcela específica e vulnerável da sociedade, que muitas vezes não é foco de políticas públicas realizadas pelo Estado. Portanto, representa um acesso e uso desigual dos recursos ambientais (ROCHA; VASCONCELOS, 2018).

O conceito de racismo ambiental está ligado ao de justiça ambiental, visto que Acselrad (2004, p. 23-24) diz haver uma articulação entre degradação ambiental e injustiça social, sendo evidente a desigualdade social em relação à exposição aos riscos ambientais. Inclusive, existem diversos movimentos por justiça ambiental que apontam o caráter socialmente desigual das condições de acesso à proteção ambiental.

Nesse contexto, destaca Séguin (2013, p. 133) que a Justiça Ambiental deve ser debatida por meio de uma forma de serem partilhados equitativamente os ônus do desenvolvimento, bem como suas benesses. A autora utiliza o que ocorre com os povos indígenas como exemplo, e afirma ser perceptível que as questões étnicas associadas a ideia de sustentabilidade ambiental em terras indígenas são vistas como obstáculo ao crescimento econômico. Isso leva à sociedade em geral, por meio de normas governamentais, a condenar este grupo a viver na “Idade da Pedra”, sem poder usufruir das vantagens e da dignidade que o desenvolvimento proporciona. Ademais, a autora também enfatiza que se sabe ser necessário que esses povos utilizem os recursos naturais existentes em suas terras, não apenas para sua subsistência, mas também para o desenvolvimento socioeconômico de sua comunidade, o que exige um modelo de gestão que garanta a preservação da sua cultura e tradições.

Ou seja, não é porque os povos indígenas precisam perpetuar e manter sua cultura e tradições que eles não possam ter acesso a algumas das modernidades do mundo atual. Muitas vezes eles são condenados a espaços territoriais restritos, o que os impede de ter uma área suficiente para caça e cultivos, e por estarem isolados e não receberem luz elétrica, ficam privados de ter como adquirir produtos e os manterem em uma geladeira, por exemplo. Isso leva muitos indígenas a passarem fome. Também, em muitos casos, não recebem auxílio algum do governo em relação à atendimento de saúde, saneamento ou educação. Já que a civilização invadiu seu espaço e os priva de seu território, nada mais justo que compartilhe com essa população alguns benefícios que as ajude a se manter em seu território e possa perpetuar seus costumes e cultura.

Conforme explica Séguin (2013, p. 149):

As etnias indígenas estão sob a proteção dos direitos humanos e não podem ser dissociadas da sustentabilidade ambiental, como foi inicialmente considerado, sendo perfeitamente possível a sua compatibilização, desde que as ações governamentais respeitem os costumes indígenas e fomentem a participação da comunidade em seus destinos, já que o direito ao desenvolvimento pressupõe o direito de livre escolha do sistema econômico-social e a autodeterminação desses povos. Os recursos naturais existentes em reservas indígenas, resguardadas as características culturais

do grupo, devem ser utilizados para fomentar o desenvolvimento socioeconômico da comunidade de forma sustentável.

Verifica-se que os povos indígenas são vítimas de racismo ambiental, pois, em sua grande maioria, não recebem auxílios necessários por parte do governo, para sua subsistência de forma digna, muito menos incentivos para manutenção e propagação de sua cultura. Não há respeito pelos limites de seus territórios, havendo, na verdade, o contrário, a cobiça pelos recursos naturais encontrados neles, levando a ocorrência de invasões, desmatamento, caça predatória, poluição e degradação de seu meio ambiente. Esses mesmos recursos poderiam ser utilizados de forma sustentável, gerando rendimentos e prosperidade para a comunidade.

Então, esclarecendo melhor o contexto, o racismo ambiental envolve injustiça ambiental, que é definida como o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento do desenvolvimento para populações mais vulneráveis, de baixa renda, ou grupos sociais discriminados, povos étnicos tradicionais, entre outros grupos vulneráveis (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 25).

Se constata que o racismo ambiental se relaciona com o fato de as instituições governamentais, sejam elas jurídicas, econômicas, políticas e/ou militares, interferirem na utilização local da terra, bem como na aplicação das normas ambientais. Nesse caso, a questão de quem paga e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais é fundamental na análise do racismo ambiental, pois fortalece a estratificação das pessoas (seja por raça, etnia ou *status* social), já que se manifesta no trato desigual que as pessoas recebem. Por exemplo, trabalhadores do campo e as suas famílias estão expostos a perigosos agrotóxicos nas terras onde trabalham, são obrigados a aceitar salários e condições de trabalho inferiores aos trabalhadores de nível médio. Outro exemplo é o dos trabalhadores que se defrontam a condições trabalhistas e de segurança mínimas, como os imigrantes (BULLARD, 2005, p. 01).

Com isso, o conceito de racismo ambiental pode ser aplicado, também, em relação a xenofobia contra os imigrantes venezuelanos, em especial aos indígenas. Principalmente devido ao fato trazido por Zuker et al. (2018, p.7), de que situação de ódio e preconceito que os indígenas amazonenses vivem cotidianamente, por sofrerem uma espécie de transferência de responsabilidade pelas mazelas do Estado, agora estar sendo atribuída aos venezuelanos.

De acordo com Miller (2018, p. 01), xenofobia pode ser definida como atitudes, preconceitos e comportamentos que rejeitam, excluem e muitas vezes difamam as pessoas, com base na percepção de que são estranhos ou estrangeiros para a comunidade, sociedade ou identidade nacional. Em muitos casos essa postura tem se relacionado com o etnocentrismo, que é caracterizado pela atitude de que o próprio grupo ou cultura é superior aos outros.

Nesse caso, a xenofobia pode, inclusive, impedir a ação política destinada a aumentar a partilha de responsabilidades e uma melhor coordenação de recursos, particularmente em situações de deslocação em larga escala e prolongadas, como a que ocorre da Venezuela para o Brasil.

Ainda mais que, nesse caso, a xenofobia está relacionada a uma situação específica, como explica Miller (2018, p. 02), associada a tempos de instabilidade econômica e

política, onde o preconceito contra os imigrantes pode oferecer uma saída emocional para o medo quando ambos os assuntos internos e externos de um país são instáveis, fazendo com que a xenofobia se encontre enraizada na competição pelo acesso a recursos limitados.

Essa instabilidade não se relaciona apenas ao que ocorre na Venezuela, mas também em relação ao próprio governo brasileiro, que também vem enfrentando uma série de crises políticas que geram instabilidade econômica e insegurança na população em geral.

Agravando esse quadro de xenofobia, os autores Ranincheski e Uebel (2018, p. 47) revelam que muitas mensagens veiculadas pela mídia apelam para certo sensacionalismo, além de adulterarem informações de forma a induzir os leitores a pensarem de determinada forma em relação a situação dos imigrantes. Segundo esses autores, pode-se observar nitidamente o uso de abordagens pós-positivistas em reportagens brasileiras, e o quanto estas abordagens mascaram a realidade do fenômeno migratório, se posicionando e interferindo na explicação da realidade.

Complementando, os autores Morais e Santos (2017, p. 141) alertam que a mídia brasileira tem levado seus leitores a “demonizarem” a migração dos venezuelanos, principalmente quando associa a imagem destas pessoas a atividades criminosas e taxas de desemprego, que, devido às necessidades de sobrevivência destes imigrantes, os levam a fazer qualquer tipo de trabalho, muitas vezes em condições exploratórias, que só beneficiam o empregador.

Em resposta a essas atitudes, o atual secretário da Organização das Nações Unidas (ONU), Antonio Guterres (2017, p. 08), realizou um discurso na 72ª Assembleia Geral das Nações Unidas, onde fez uma declaração enfática, afirmando que muitos refugiados (em todo o mundo) têm sido estereotipados e utilizados para fins políticos. O secretário procurou conscientizar as pessoas que no mundo de hoje, onde sociedades tornam-se a cada dia mais multiculturais, multiétnicas e multirreligiosas, a diversidade que chega com a migração deve ser vista como uma riqueza, e não como uma ameaça.

Nesse cenário, há que se conscientizar que a população venezuelana, por conta de um governo autoritário, tem fugido dessa crise humanitária que seu governo se recusa a reconhecer e não enfrenta. Com isso, essas pessoas migram para outros países, em especial o Brasil, em busca de sobrevivência. Muitos deles solicitam proteção como refugiados, enquanto outros apenas desejam trabalhos temporários (com esperança de que a crise em seu país se encerre e possam voltar) e outros buscam com urgência por cuidados médicos (LIMA, 2018, p. 06).

3. CRISE VENEZUELANA E O FLUXO MIGRATÓRIO

No ano de 1999 a Venezuela começou a vivenciar o que foi denominado pelo então presidente Hugo Chávez como “Revolução Bolivariana”, cujo auge veio com a aprovação de um referendo sobre a Constituição Venezuelana de 1999. A partir de então o país experimentou significativas mudanças em consequência de inúmeras reformas políticas, econômicas e sociais que foram realizadas pelo governo (FRANCISCO NETO, 2017, p. 803).

Todavia, em 2013 a Venezuela começou a enfrentar uma crise interna, de ordem econômica e política, agravada por uma crise econômica mundial, levando o país à um quadro de extrema pobreza, com falta de medicamentos, alimentos e diversos outros

bens e serviços que são indispensáveis para a população. Conseqüentemente, cresceu a oposição ao governo, o que gerou uma forte repressão do governo a esses opositores, ganhando proporções alarmantes, inclusive com a execução de prisões, exonerações e cassações de lideranças da oposição. Toda essa crise originou um intenso e crescente processo migratório de venezuelanos em direção a outros países, em especial para o Brasil (FRANCISCO NETO, 2017, p. 803).

Observa-se que essa crise venezuelana possui um forte fator político, que sofreu uma polarização ideológica devido à crescente oposição ao governo, que se iniciou no governo de Hugo Chaves e se perpetuou pelo atual governo de Nicolás Maduro, se configurando com a pior crise já enfrentada pelo país. O intenso populismo das reformas da Evolução Bolivariana e o aumento do conservadorismo potencializou a crise econômica, que se agravou ainda mais com a queda nos preços do Petróleo, visto essa ser a principal atividade econômica do país, levando ao enorme déficit de insumos básicos.

De acordo com Moreira (2018, p. 87), a Mesa de Unidade Democrática (MUD), que corresponde à coalizão de partidos políticos de oposição ao governo central venezuelano, assumiu o controle do Legislativo do país após as eleições de dezembro de 2015, o que intensificou ainda mais a divisão já latente entre os antigos apoiadores do ex-presidente Hugo Chávez, daqueles do atual presidente Nicolás Maduro. Desde então, a instabilidade política, econômica e social na Venezuela tem se deteriorado, o que vem se agravando ainda mais ao longo dos últimos meses, potencializando o fluxo de migrantes da Venezuela.

Não bastasse tudo isso, a crise no país ainda enfrenta outro fator que vem provocando a imigração de sua população, que é decorrente da estatização dos principais setores presentes na economia, como o turismo, a alimentação, a energia e a saúde, o que causou a redução da produtividade, tendo seu índice alavancado com a queda do preço do petróleo, que corresponde ao principal recurso para a compra de matéria-prima para as diversas indústrias governamentais e para a compra de produtos básicos. Por causa disso, a população perdeu ainda mais o acesso a produtos básicos, originando enormes filas nos mercados para conseguir produtos, o que levou muitos recorrerem aos mercados dos países vizinhos, fazendo com que boa parte dessa população passasse a migrar da Venezuela para outros países, entre eles o Brasil (LIMA, 2018, p. 06).

Mas, apesar de toda essa conjuntura da crise venezuelana, o fenômeno migratório entre a Venezuela e o Brasil é muito mais complexo, pois envolve diferentes regiões de ambos os países, cada qual com suas particularidades, e ainda envolve diferentes contextos populacionais e perfil de migrantes, havendo desde a população indígena, passando por populações carentes até populações de indivíduos com maior instrução e capacidade profissional, que vêm para o país em busca de colocações melhores no mercado de trabalho. Cada um desses perfis vem em busca de saciar diferentes necessidades, se direcionando para diferentes regiões do país.

Aragão e Santi (2018, p. 139) explicam que se trata de “um contexto plural”, que envolve vários atores sociais, correspondentes às regiões e até mesmo etnias diversas dentro do território bolivariano. De acordo com esses autores, o fluxo migratório que Brasil vem sofrendo não é apenas um êxodo urbano-urbano, proveniente de Caracas, que é a capital da Venezuela, para Boa Vista, capital de Roraima, que é o principal destino desses migrantes. Se trata de uma imigração muito mais complexa, que abrange diferentes regiões da Venezuela como de Tucupita, Estado Lara, Guayana, e regiões indígenas como o Delta Amaruco, entre outros.

A relação entre os dois países tem sido tão estreita que com o agravamento da crise na Venezuela a situação da imigração se agrava para o Brasil, o que se evidenciou principalmente a partir do segundo semestre de 2016, quando a quantidade de venezuelanos nas cidades fronteiriças cresceu de tal forma que muitos deles acabaram fazendo das ruas sua morada. Isso decorreu do fato de que sua situação econômica era tão precária que não conseguiam emprego, por falta de capacitação profissional e por não mais haver espaço disponível nos mercados de trabalho locais, fazendo que essas pessoas não pudessem nem mesmo pagar o aluguel de uma moradia simples, levando muitas famílias a situação de moradores de rua.

Essa situação ocorreu principalmente no contexto da imigração indígena- venezuelana, em especial por indígenas da etnia Warao, proveniente da região do Delta do Orinoco, que é composta pelos estados venezuelanos do Delta Amacuro, Monagás e Sucre (ARAGÃO; SANTI, 2018, p. 141; e MOREIRA, 2018, p. 90). Esses imigrantes indígenas, em sua maioria, chegam ao Brasil a pé, atravessando a fronteira até a cidade brasileira de Pacaraima, em Roraima. Da fronteira, ou continuam a caminhar ou utilizam o transporte rodoviário até a cidade de Boa Vista, capital de Roraima, ou ainda até a cidade de Manaus, no Amazonas, que tem se tornado importante ponto de atração de venezuelanos, principalmente os indígenas, fato que levou à criação de abrigos nessas localidades (MOREIRA, 2018, p. 90).

É importante ressaltar aqui que, conforme a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2018, p. 19), os indígenas migrantes possuem todos os mesmos direitos que são assegurados pelas leis internacionais e brasileiras aos indígenas nacionais, como o acesso ao subsistema de saúde indígena, o direito à documentação, à nacionalidade, à moradia e à autodeterminação, bem como o direito de transitar por fronteiras e de estar na cidade e ter acesso às políticas sociais destinadas aos povos indígenas.

4. MANAUS E O RACISMO AMBIENTAL

Em relação à migração de venezuelanos para Manaus, é preciso lembrar que, ao entrarem no Brasil, não é exigido desses migrantes vistos de entrada, devido a acordos diplomáticos existentes entre os dois países. Apenas é requerida sua legalização de entrada e sua situação junto a representações da Polícia Federal do Estado. Porém, muitos não o fazem, e acaba sendo ainda mais complexo obter o número exato das pessoas que ingressaram ou saíram do Amazonas.

Por exemplo, a maioria ingressa no país através de Pacaraima em Roraima, e a maioria fica no Estado. Uma parte se desloca para outras localidades, como é o caso de Manaus, para onde parte da comunidade indígena segue. Entretanto, como informam os dados da OIM (2018a, p. 55), não se sabe quem e nem quantos indígenas migrantes permanecem em Roraima, seguem para Manaus ou retornam para a Venezuela, desconhecendo-se também se são os mesmos que partiram e voltaram, e como ocorre esse fluxo.

Originários do Delta do Orinoco no Estado Delta Amacuro, os Warao estão presentes em três estados da Venezuela: Monagás, Bolívar e Sucre. São hábeis canoeiros e pescadores, também dedicados à coleta de produtos para complementar a alimentação. Estima-se que a população Warao atualmente gire em torno de 49 mil pessoas, sendo a segunda maior população indígena da Venezuela. Devido as precárias condições de permanência em seus territórios tradicionais na Venezuela, a falta de segurança alimentar e a ausência

de assistência médica e educacional, essa população tem migrado para o Brasil, principalmente para Roraima, seguida de Manaus e, também, para o Pará (OIM, 2018b, p. 13-15).

Ao começarem a se estabelecer em Manaus, muitos Warao permaneceram acampados em condições precárias na rodoviária de Manaus, o que trouxe à tona a problemática social, política e econômica dos “índios na cidade”. Infelizmente, a imagem constituída dos indígenas no Brasil é totalmente equivocada, com a sociedade enxergando o índio como um “sujeito que vive nu, usa cocar de penas, mora em uma maloca de palha, alimenta-se da caça e da pesca e possui hábitos não civilizados”. Neste contexto ideológico equivocado, o “índio na cidade” é visto como alguém que teria perdido sua identidade, não tendo mais vinculação com um modo de vida “ancestral”, e que estaria “ocupando espaços” aos quais não teria direito (OIM, 2018b, p. 23).

Procurando contornar a situação de precariedade vivida pelos imigrantes e, ao mesmo tempo, promover auxílio aos refugiados de forma humanitária, o Conselho Nacional de Imigração, através da Resolução Normativa nº 126, de 2 de março de 2017 (BRASIL, 2017a), criou a possibilidade de regularização migratória além da solicitação de refúgio, permitindo a concessão de residência temporária por até dois anos aos estrangeiros de países fronteiriços ao Brasil que chegarem por via terrestre, como é o caso dos indígenas. Outra medida tomada pelo Governo Brasileiro foi facilitar a legalização de imigrantes no país, abrindo mais espaço para a acolhida humanitária através da Nova Lei de Migração, Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que compreende a migração como um fenômeno da humanidade, simplificando vários procedimentos administrativos para o imigrante, como a criação do visto humanitário (BRASIL, 2017b).

Além dessas novas legislações, outras medidas também vêm sendo adotadas, com o objetivo de solucionar os efeitos desta imigração no Brasil. Uma delas foi a criação de abrigos nas cidades fronteiriças que mais recebem os imigrantes, sejam indígenas ou não indígenas. Este auxílio tem sido prestado em parceria com organizações internacionais especializadas, como a ONU e a Organização Internacional de Migração. Estas organizações internacionais têm exercido um papel fundamental, não apenas na prestação de assistência humanitária, como também na mediação da própria crise internacional na Venezuela, juntamente aos governos vizinhos (MOREIRA, 2018, p. 93).

No entanto, em grande parte devido a superlotação do abrigo em Manaus, a intenção de ir para o Estado, que antes era preconizada por parte dos indígenas Warao, vem sofrendo algumas modificações enquanto estratégia migratória. Além da lotação, essa população reclama de ter pouca liberdade de entradas e saídas e não ter autonomia para fazer o fogareiro e cozinhar a própria refeição (OIM, 2018a, p. 67). Isso mostra a necessidade de construir uma melhor comunicação intercultural entre os modos de vida Warao e as instituições brasileiras (OIM, 2018b, p. 11).

Na verdade, a prestação de assistência aos Warao, sendo esse um povo indígena com direito a viver sua cultura, e a ter seus direitos respeitados como imigrantes, trouxe muitos desafios para os agentes públicos e entidades civis, que se viram diante dos limites da execução de políticas de assistência para povos indígenas em situação urbana no Brasil.

A complexidade da imigração Warao está justamente em reconhecer estes limites. Isso significa que o Estado brasileiro precisa assumir o descompasso histórico de sua fundamentação ideológica em reconhecer a cidadania diferenciada desses povos tradicionais, o que geralmente só é feito quando se encontram vinculados às terras

regularizadas como tradicionalmente indígenas (OIM, 2018b, p. 23).

Diante desse quadro, os Warao trouxeram destaque para a presença de indígenas nas cidades brasileiras como um fenômeno de inserção marcadamente periférica, por se constituir em uma população invisibilizada, que convive em meio à exclusão econômica, social e moral, e é alvo de forte discriminação. Nesse cenário, fica o questionamento: Como falar em políticas públicas diferenciadas para os Warao se as próprias políticas indigenistas nacionais estão viradas de costas para a realidade dos muitos indígenas brasileiros que vivem nas cidades? (OIM, 2018b, p. 23).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil do imigrante venezuelano é eclético, visto que pessoas de todas as classes sociais e formações profissionais tem migrado para o país. Conforme seus interesses, essas pessoas seguem destinos diferentes em território nacional, com boa parte delas permanecendo nas regiões mais próximas às fronteiras.

Dentro desse grupo há uma população especial que é a indígena, composta por membros da etnia Warao, que em sua maioria permanece em Roraima, mas havendo outros que seguem até Manaus, ou ainda até o Pará. Em Manaus, essa população vinha sendo acolhida em abrigos, porém superlotados e que não respeitavam algumas características culturais dessas pessoas, o que leva muitos a preferirem se manter pelas ruas, em acampamentos precários, sofrendo todo tipo de preconceito e xenofobia.

Por serem indígenas, são interpretados e julgados com ainda mais preconceito e rigor, devido ao já existente racismo ambiental contra os povos indígenas, o que prejudica fortemente a compreensão das necessidades dessa população por parte do governo brasileiro, que possui concepções ideológicas errôneas contra sua própria população indígena urbana, o que dirá dessa população indígena migrante. E essa população, entre os imigrantes, é justamente a que mais carece de apoio dos serviços e políticas públicas brasileiros, pois são pessoas que não possuem formação profissional, não sendo absorvidos pelo mercado de trabalho brasileiro.

Se faz necessário que o Governo Brasileiro tenha atitudes mais efetivas para o acolhimento dos Warao, ao mesmo tempo em que modifica sua visão sobre sua própria população indígena, e inicia um processo de reparação nacional em relação a justiça ambiental para os povos indígenas. E quando se fala em justiça ambiental, não se refere apenas a demarcação de terras indígenas, mas em proporcionar condições dignas de vida para esses povos, com respeito à sua cultura, crenças e tradições, criação de políticas públicas que favoreçam a sustentabilidade desses povos e proporcione um real debate intercultural entre o governo e as lideranças indígenas.

REFERÊNCIAS

- [1] ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri.; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumarã, 2004. p. 23-39.
- [2] ARAGÃO, Tainá.; SANTI, Vilso. Somos migrantes: o uso das redes sociais na produção midiática alternativa sobre a migração venezuelana em Roraima. *Aturá Revista Pan- Amazônica de Comunicação*, v.2, n.1, p. 136-156, 2018.
- [3] BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa nº 126, de 2 de março de 2017. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. Brasília: CNI, 2017a.

- [4] BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília: Casa Civil, 2017b.
- [5] BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. Revista Eco 21, ano XV, n. 98, versão online, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2f9bM6N>>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- [6] FRANCISCO NETO, Lucas. Venezuela e migrações. In: Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est, 11 a 14 de setembro, Vitória-ES, 2017. p. 803-817.
- [7] GUTERRES, Antonio. Statement presented at the 72nd Session of the General Assembly of the United Nations. New York: General Assembly of the United Nations, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2LrNpWj>>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- [8] HERCULANO, Selene.; PACHECO, Tania. Introdução: “Racismo ambiental” o que é isso? Anais do I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental. Rio de Janeiro: Fase, 2006. p. 21-28.
- [9] LIMA, Joice. Regimes totalitários e a imigração: uma análise do caso de imigração dos venezuelanos para o Brasil à luz do direito natural. Revista de Direito FIBRA Lex, ano 3, n. 4, p. 1-11, 2018.
- [10] MILLER, Sarah Dearnorff. Xenophobia toward Refugees and Other Forced Migrants. World Refugee Council Research Paper, n. 5, p. 1-9, 2018.
- [11] MORAIS, Vângela Maria Isidoro de; SANTOS, Luan Correia Cunha . Mediações e cibercultura: estudo de comentários em matéria jornalística sobre a imigração venezuelana em Roraima. Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação, v. 1, n. 2, p. 120-144, 2017.
- [12] MOREIRA, Paula Gomes. Entorno e primeiras respostas (g) locais à instabilidade na Venezuela. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, n. 18, p. 87-95, 2018.
- [13] OIM - Organização Internacional para as Migrações. Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil. Brasília: OIM, Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018a.
- [14] OIM - Organização Internacional para as Migrações. Diagnóstico e avaliação da migração indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas. Brasília: OIM, Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018b.
- [15] RANINCHESKI, Sônia Maria.; UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. “Polícia Federal deporta 450 imigrantes ilegais venezuelanos de Roraima”: um estudo sobre remediation, positivismo e pós-positivismo no jornal O Globo. Diálogo, n. 37, p. 39-52, 2018.
- [16] ROCHA, Jiliani Santos; VASCONCELOS, Priscila Elise Alves. Racismo ambiental. Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça/RJDSJ, v. 6, n. 1, p. 337-340, 2018.
- [17] SANTOS, Carlos Augusto dos; BRASIL, Marília Carvalho; MOURA, Hélio Augusto de. “Personae non gratae?": A imigração indocumentada no estado do Amazonas. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2000.
- [18] SÉGUIN, Elida. Justiça ambiental e o etnodesenvolvimento. Revista Interdisciplinar de Direito, v.10, n.1, p.133-150, 2013.
- [19] ZUKER, Fábio; SENHORAS, Elói; BETHONICO, Maria Bárbara. Brasileiros e Venezuelanos: uma crônica de ódio e compaixão. Agência Pública, 12 set., 2018, p.1-13.

Capítulo 14

Infodemia de COVID-19: Notícias falsas e padrões de mobilidade urbana no Brasil

Fabio Marcel de Castro Filho

Resumo: Este estudo tem como objetivo entender se a disseminação de notícias falsas envolvendo palavras-chave relacionadas à pandemia se correlacionou com o aumento da mobilidade urbana durante os períodos de distanciamento social e lockdown nos cinco países mais afetados pela COVID-19: Argentina, Brasil, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos. A pesquisa combina os resultados da revisão da literatura sobre o fenômeno da infodemia, o impacto das notícias falsas durante a pandemia de COVID-19 e a correlação potencial entre a mobilidade urbana e a popularidade das notícias falsas. A metodologia envolve a análise de dois conjuntos de dados - padrões de mobilidade obtidos da Apple e dados de popularidade de notícias falsas do Google Trends - e a exploração de sua correlação usando o coeficiente de correlação de Pearson. O estudo discute as limitações, incluindo a incerteza em relação aos fatores que impulsionam o aumento da mobilidade urbana e a precisão dos dados de notícias falsas. Os resultados iniciais indicam uma baixa correlação entre a popularidade das notícias falsas e a mobilidade urbana. Recomenda-se pesquisas adicionais para examinar semanas específicas em que a popularidade das notícias falsas pode ter uma correlação mais forte com os padrões de mobilidade. Além disso, coletar dados mais precisos e frequentes, como dados diários, e desenvolver métodos para medir o impacto das notícias falsas com mais precisão forneceriam insights valiosos para a formulação de políticas e intervenções em saúde pública.

1. INTRODUÇÃO

A rápida disseminação de informações, tanto precisas quanto imprecisas, durante uma pandemia deu origem ao conceito de "infodemia". Cunhado pela combinação das palavras "informação" e "epidemia", uma infodemia se refere à disseminação generalizada de informações factuais e falsas sobre um tema específico, como uma doença. Peiffer-Smadja et al. (2020), Galvão (2020) e um editorial publicado na revista *The Lancet Infectious Diseases* (2020) exploraram o fenômeno da infodemia durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19.

Países como Austrália e Nova Zelândia, com suas rígidas restrições e medidas de distanciamento social, conseguiram conter com sucesso a disseminação do vírus SARS-CoV-2. Em contraste, o Brasil enfrentou desafios significativos devido à infodemia e à disseminação de notícias falsas sobre a COVID-19 e seus tratamentos, colocando milhões de pessoas em risco e posicionando o país como um dos epicentros da doença.

Segundo Kaspersky (2020), 62% da população brasileira acredita em notícias falsas. As plataformas de mídia social como Twitter, Facebook, WhatsApp e Instagram servem como canais para a disseminação dessas histórias falsas. Apesar dos esforços das empresas de tecnologia para combater a desinformação (por exemplo, a ferramenta do Google que direciona as pesquisas para fontes de notícias verificadas), parece haver uma falta de esforço público coordenado para obter informações precisas.

Muitas das notícias falsas relacionadas ao tratamento da COVID-19, incluindo tratamentos ineficazes precoces, foram amplamente defendidas pelo presidente brasileiro Bolsonaro e seus apoiadores. A credibilidade dos ministros da saúde, que defendiam medidas como distanciamento social, uso de máscaras e vacinação, foi publicamente minada pelo presidente, levando a suas renúncias. Isso teve uma série de efeitos negativos, incluindo o aumento de casos e mortes e a escassez de suprimentos médicos. A falta de coordenação entre o governo federal e estudos científicos colocou muitos brasileiros em risco e alimentou o ceticismo em relação à ciência.

Durante a pandemia, circularam inúmeras histórias falsas com o objetivo de desencorajar o distanciamento social e as medidas de lockdown, desacreditar estudos científicos relacionados à COVID-19 e incentivar as pessoas a seguir com suas vidas normalmente, ignorando os riscos apresentados pela doença.

Estudos anteriores de Lewandowsky, Ecker e Cook (2017) e Pennycook e Rand (2019) destacam os desafios de lidar com a desinformação na era da "pós-verdade" e a eficácia de anexar avisos a histórias de notícias falsas. Vosoughi, Roy e Aral (2018) e Guess et al. (2020) exploram a disseminação de notícias verdadeiras e falsas online e a exposição a sites não confiáveis durante as eleições dos EUA em 2016. Esses estudos fornecem insights sobre os mecanismos e o impacto da desinformação em vários contextos.

No contexto da COVID-19, Ferrara (2020) investiga o papel dos bots do Twitter na propagação de teorias conspiratórias sobre a COVID-19, enquanto Kouzy et al. (2020) examinam a epidemia de desinformação sobre a COVID-19 no Twitter. Allcott e Gentzkow (2017) e Lazer et al. (2018) mergulham na relação entre mídia social e notícias falsas, especificamente durante as eleições de 2016, fornecendo insights valiosos sobre a dinâmica da disseminação de informações falsas.

Zarocostas (2020) enfatiza a importância de compreender e combater as infodemias, enquanto o estudo de Nielsen et al. (2021) investiga a correlação entre a popularidade de

notícias falsas relacionadas à pandemia e a mobilidade urbana durante os períodos de distanciamento social e lockdown em cinco países altamente afetados.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo entender se, durante o período de 2020-2021, a disseminação de notícias falsas envolvendo palavras-chave relacionadas à pandemia correlacionou-se com o aumento da mobilidade urbana durante os períodos de distanciamento social e lockdown nos cinco países mais afetados pela COVID-19: Argentina, Brasil, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos (Nielsen et al., 2021). Esse tópico é relevante para compreender os padrões de mobilidade urbana durante pandemias e compreender a influência da disseminação de notícias falsas nas mídias sociais na mobilidade urbana.

A revisão da literatura acima integra várias fontes para fornecer uma visão geral do fenômeno da infodemia, o impacto das notícias falsas durante a pandemia de COVID-19 e a correlação potencial entre a mobilidade urbana e a popularidade das notícias falsas. Essas referências contribuem para uma compreensão abrangente do tópico e estabelecem a base para o presente estudo de pesquisa.

A presente pesquisa pretende responder a seguinte pergunta: A mobilidade urbana durante o primeiro ano da pandemia pode ser correlacionada com a popularidade das notícias falsas para desestimular o isolamento social?

2. METODOLOGIA

O que pode ser explorado entre as variáveis X e Y são as relações entre o aumento da mobilidade nos dias em que as notícias falsas eram mais populares. O resultado seria um coeficiente de correlação. Minha expectativa ao analisar os dados é que haja alguma correlação entre o aumento das notícias falsas e o aumento da mobilidade urbana durante a pandemia.

Essa análise torna-se relevante tanto para compreender os padrões de mobilidade durante pandemias e contribuir para a literatura, quanto para elaborar políticas públicas mais assertivas no combate às notícias falsas em períodos de pandemia, uma vez que o aumento da mobilidade em tempos de isolamento social pode representar um problema de saúde pública devido à maior possibilidade de contágio.

3. CONJUNTO DE DADOS

Serão utilizados dois conjuntos de dados, que serão mesclados de acordo com a data:

Conjunto 1 (Variável dependente X; efeito): Padrões de mobilidade em todo o mundo obtidos da Apple, especificamente dados de direção (driving) e caminhada (walking). Período: 13/01/2020 a 30/05/2021. Os Dados de Mobilidade da Apple mostram os volumes relativos de solicitações de direção por país em relação a uma linha de base em 13/01/2020.

Conjunto 2 (Variável independente Y; causa): Medição de popularidade de notícias falsas obtida do Google Trends, especificamente para as palavras-chave "Sem Máscara" e "Não Fique em Casa". Período: 13/01/2020 a 30/05/2021. Os dados do Google Trends foram obtidos em forma normalizada para cada palavra-chave analisada.

3.1. ETAPAS

3.1.1. ETAPA 1

Corresponder os dados dos dois conjuntos de dados. Como o conjunto de dados de mobilidade apresenta números diários e o conjunto de dados relacionado à busca por notícias falsas apresenta dados semanais, é necessário fazer uma média semanal dos dados referentes ao volume de mobilidade, para que os dois conjuntos de dados mostrem dados no mesmo nível.

3.1.2. ETAPA 2

Analisar os dados abordando a correlação entre as duas variáveis (popularidade de notícias falsas e padrões de mobilidade) usando a correlação de Pearson:

$$r_{xy} = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}}$$

3.1.3. ETAPA 3

Encontrar o nível de confiança da correlação em 95%.

Hipótese 0: H_0 = Não há correlação entre a disseminação e popularidade de notícias falsas e o aumento nos padrões de mobilidade durante a pandemia (as populações de x e y não estão correlacionadas).

Hipótese 1: H_1 = As variáveis podem estar correlacionadas (teste de uma cauda na direção negativa) ou $\rho > 0$ (teste de uma cauda na direção positiva) ou $\rho \neq 0$ (teste de duas caudas em ambas as direções).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ESTATÍSTICAS RESUMIDAS

d		w		nm		dnsh	
Min.	: 12.71	Min.	: 8.21	Min.	: 0.0	Min.	: 0.000
1st Qu.	: 67.34	1st Qu.	: 56.20	1st Qu.	: 14.0	1st Qu.	: 0.000
Median	: 93.45	Median	: 79.80	Median	: 26.0	Median	: 0.000
Mean	: 89.46	Mean	: 80.28	Mean	: 28.6	Mean	: 7.368
3rd Qu.	:110.41	3rd Qu.	:105.25	3rd Qu.	: 44.0	3rd Qu.	: 9.000
Max.	:169.31	Max.	:145.31	Max.	:100.0	Max.	:100.000

d = Driving (Direção, Dirigir)

w = Walking (Caminhada, Caminhar)

nm = No Mask (Não use máscara)

dnsh = Do Not Stay Home (Não fique em casa).

4.2 FALTA DE DADOS

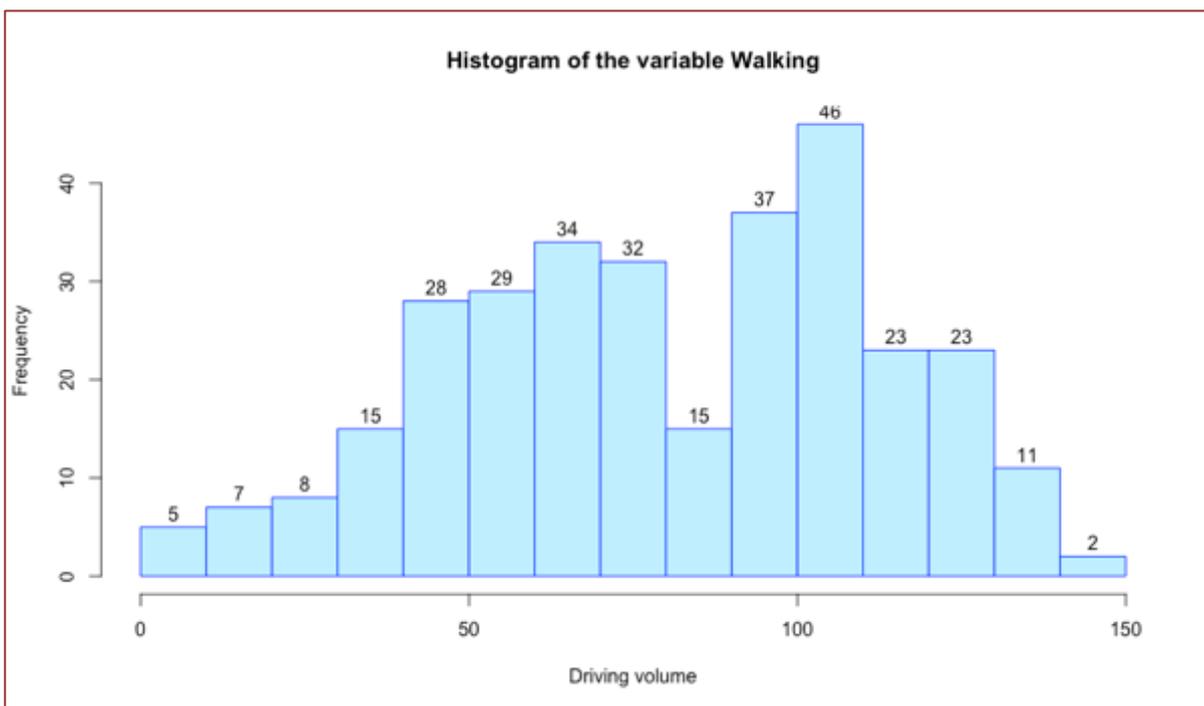
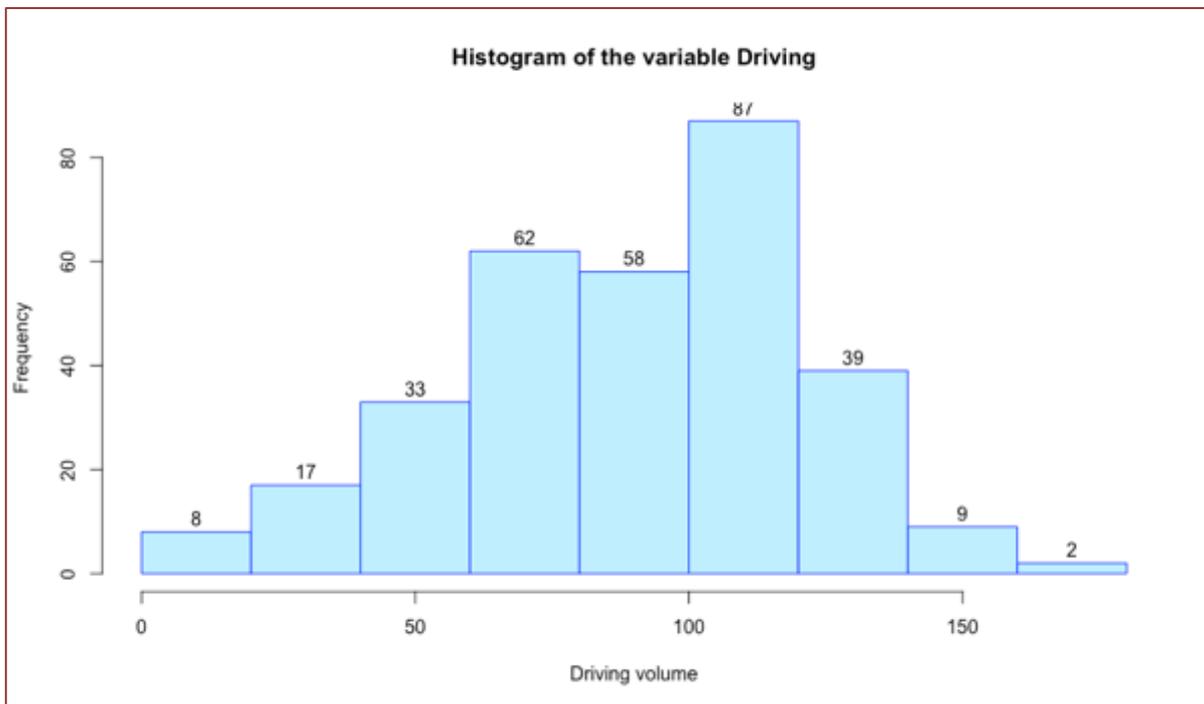
Havia três valores nulos quando o conjunto de dados de mobilidade estava mostrando dados diários. Para corresponder aos dados de notícias falsas, que são semanais, a média semanal de mobilidade foi calculada para cada semana no conjunto de dados de mobilidade e, em seguida, os valores nulos foram dissolvidos e preenchidos em suas respectivas semanas.

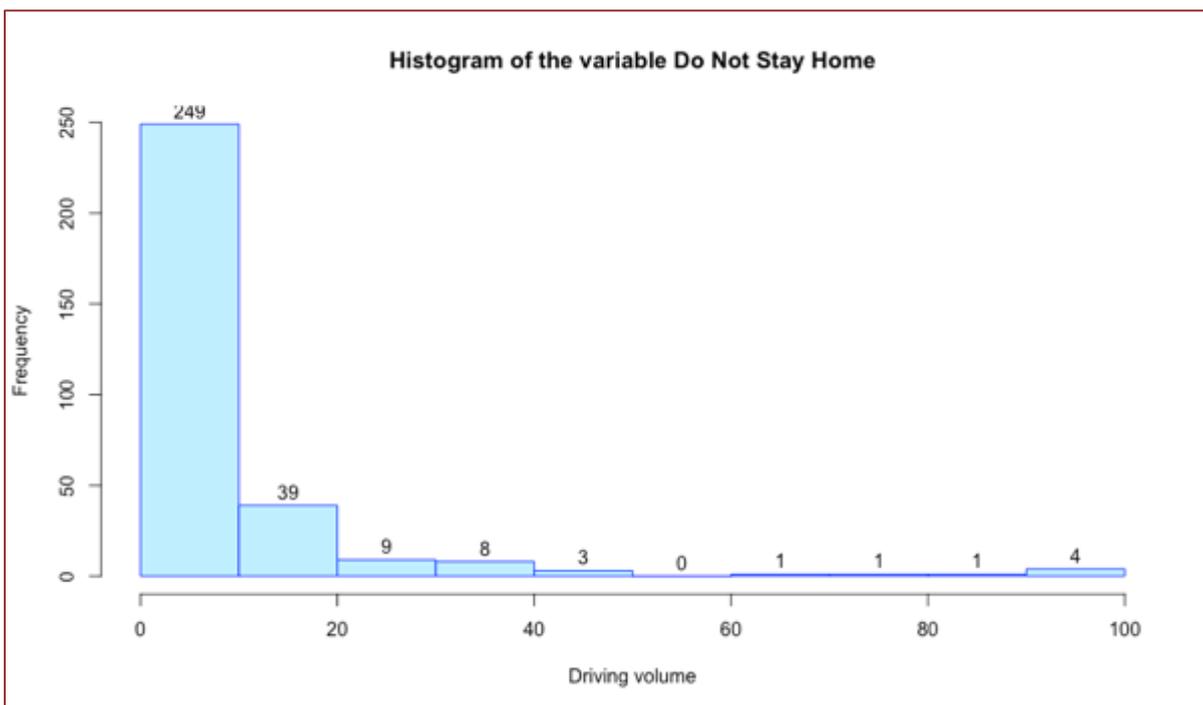
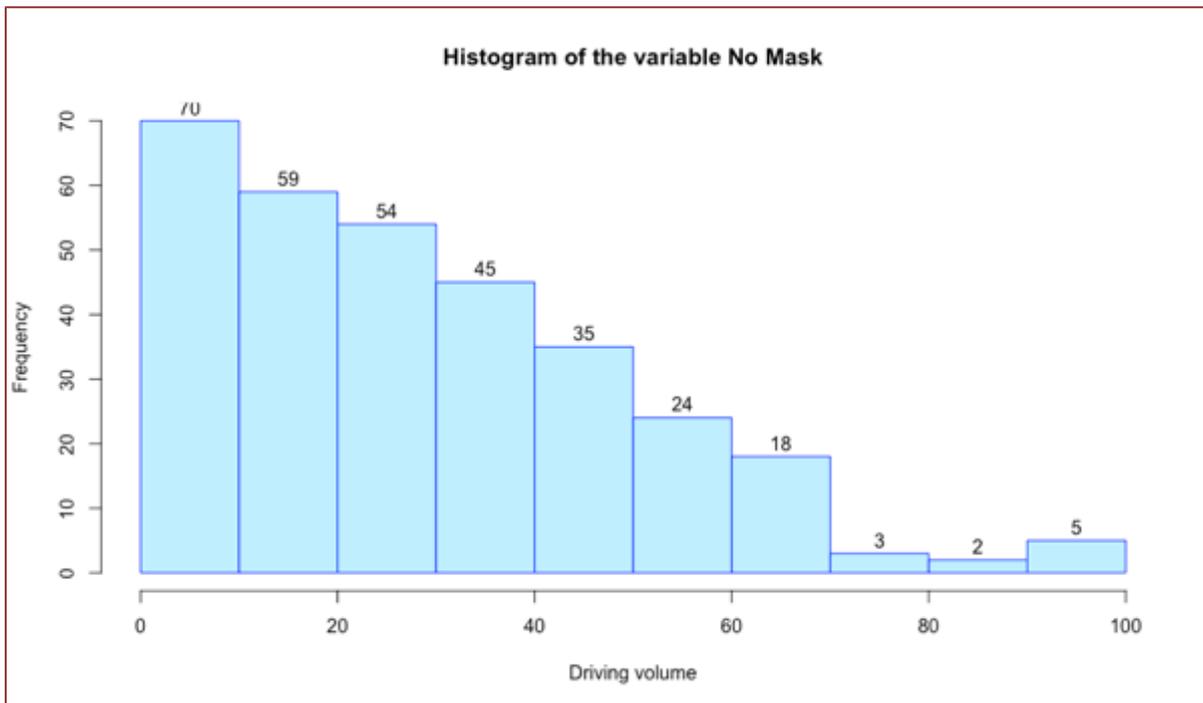
4.3 DISTRIBUIÇÕES

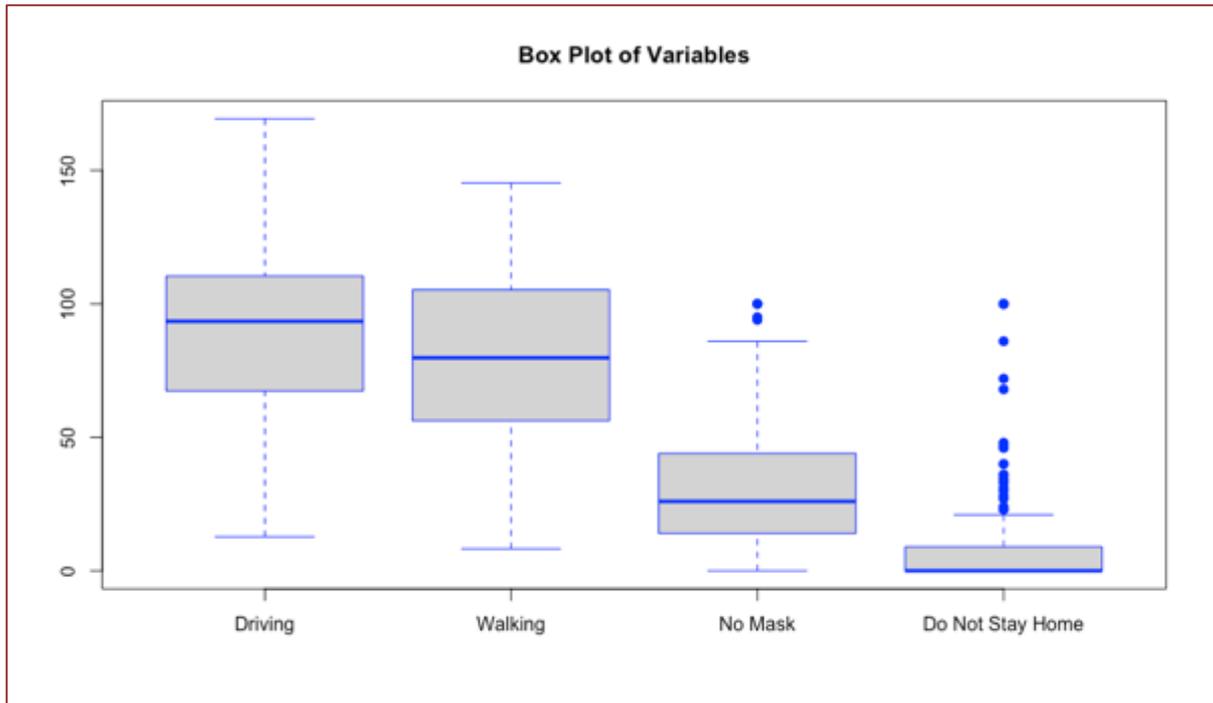
A partir da análise preliminar das variáveis, nota-se que a distribuição dos dados está um pouco distante da linha de regressão ideal para uma correlação perfeita. Como o conjunto de dados é pequeno (315 entradas), pode-se considerar que os desvios padrão encontrados para cada variável são muito altos. Isso significa que os dados estão distribuídos de forma muito esparsa na amostra. Além disso, os dados das variáveis de notícias falsas apresentam muitos valores discrepantes, que, quando comparados com a constância dos dados de mobilidade, podem inicialmente indicar que eles não estão correlacionados.

Existem valores discrepantes nas variáveis relacionadas às notícias falsas. Nesse caso, os valores discrepantes podem confirmar a H1, que é analisar se os picos de popularidade das notícias falsas podem estar associados ao aumento da mobilidade urbana. No entanto, nota-se que as variáveis de mobilidade são muito mais constantes, o que neste primeiro momento indica que elas podem ter pouca correlação. Caso contrário, as variáveis de mobilidade também teriam valores discrepantes. Como no caso da variável "Não Ficar em Casa" que apresenta muitos valores discrepantes, isso significa que esses pontos estão muito distantes das outras observações e, em uma possível análise dessas variáveis com as variáveis de mobilidade ("Dirigir" e "Caminhar"), indicaria baixa correlação.

Os dados relacionados às notícias falsas podem não ser precisos em relação a essas análises, pois eles não são constantes e foram normalizados. Para análises mais precisas, seria necessário que os dados estivessem completos, disponibilizados diariamente e incluíssem apenas notícias falsas. Nesse caso, a medida refere-se à popularidade das buscas por esses termos, portanto, não é certo se as buscas destes termos no Google foram motivadas por pessoas acreditarem nessas notícias falsas ou por qualquer outra motivação, como curiosidade e informação.







SD = Driving:

31.74698

SD = Walking:

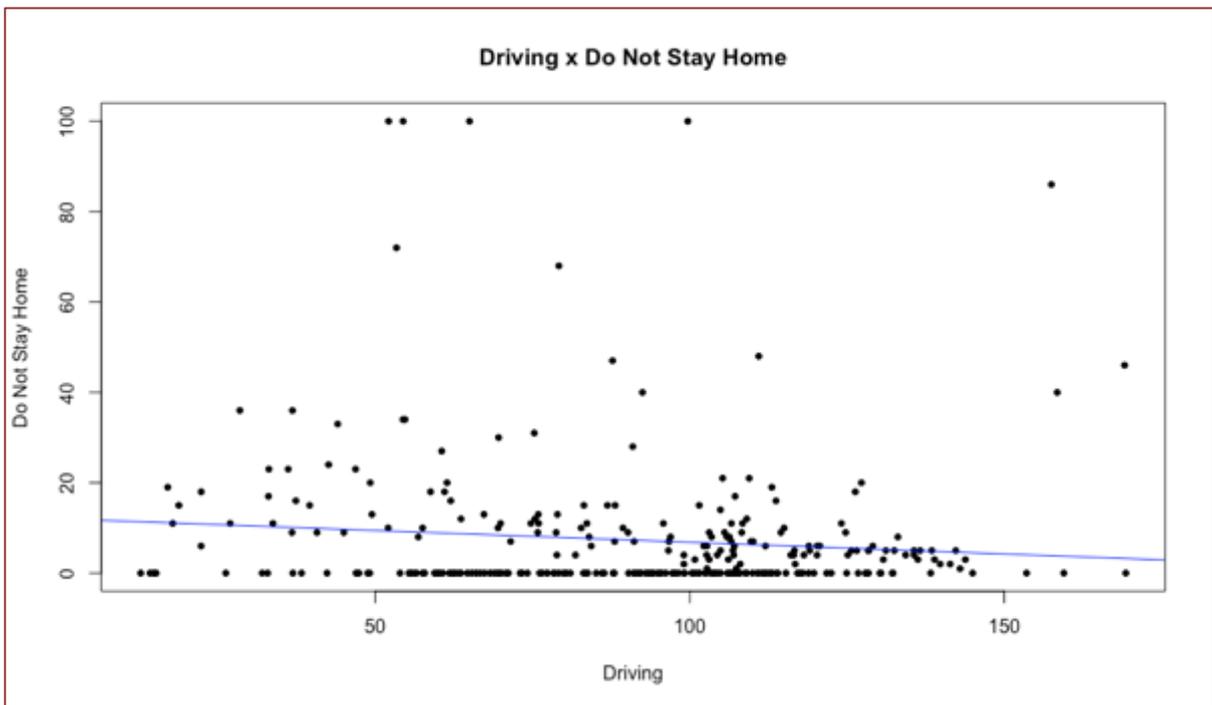
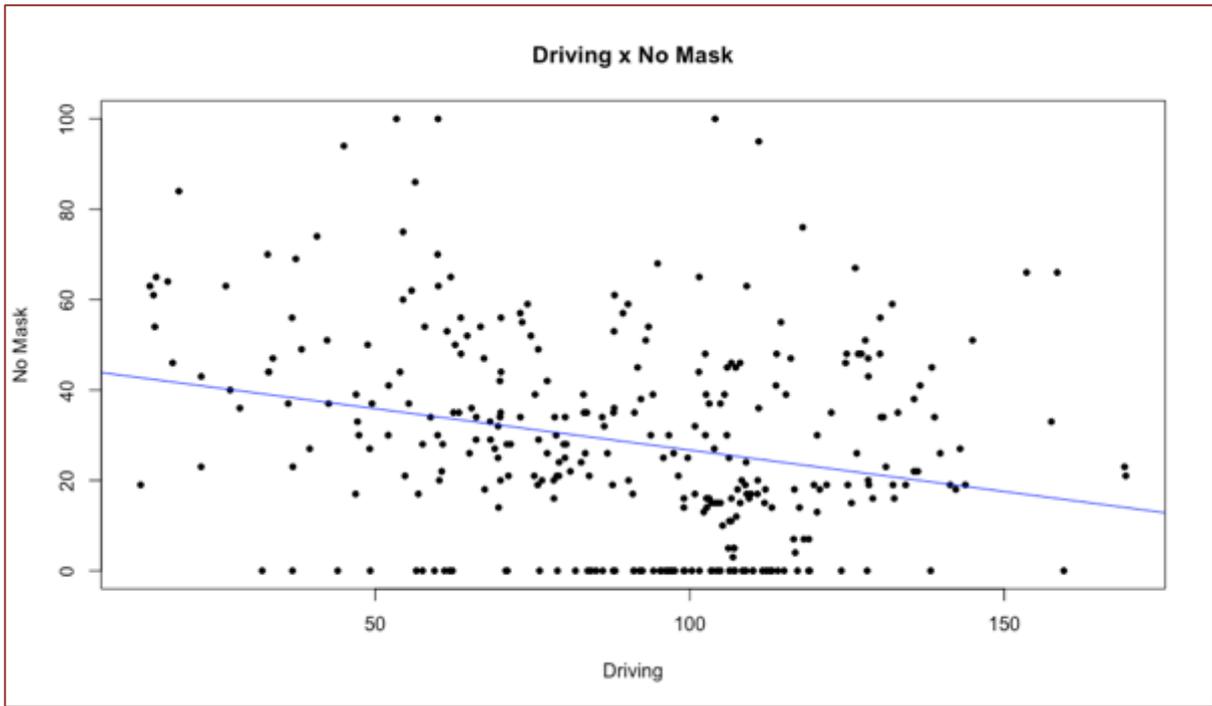
31.93284

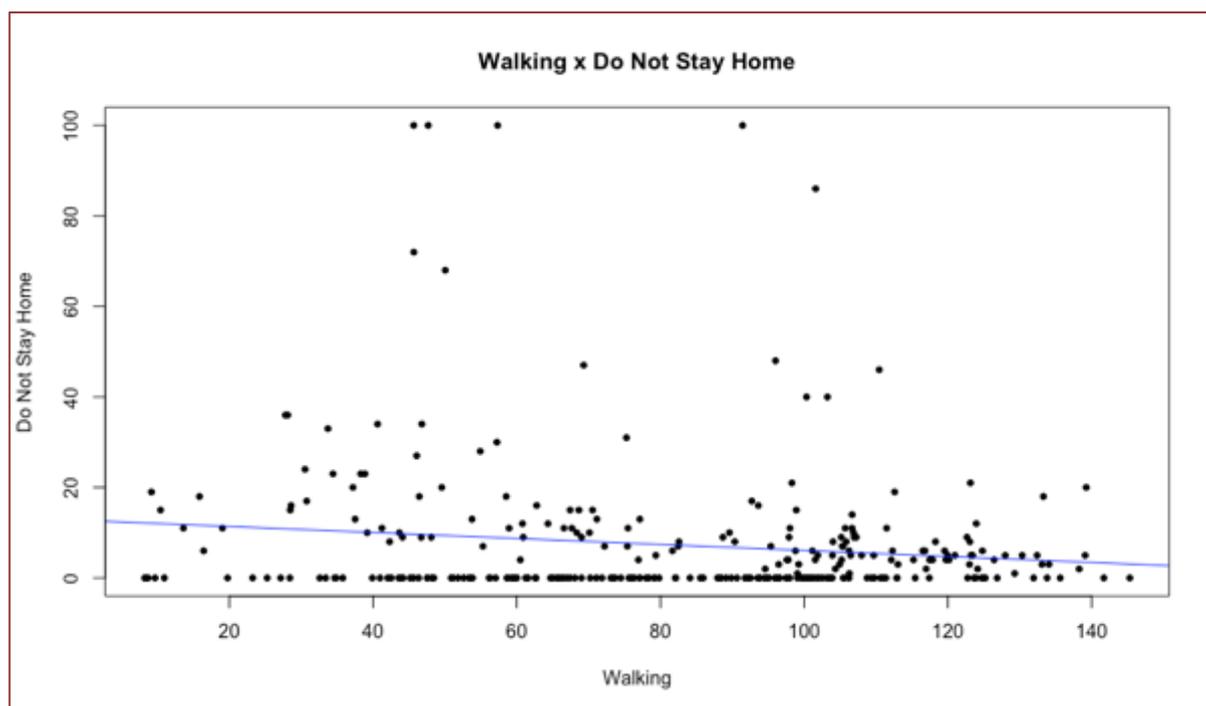
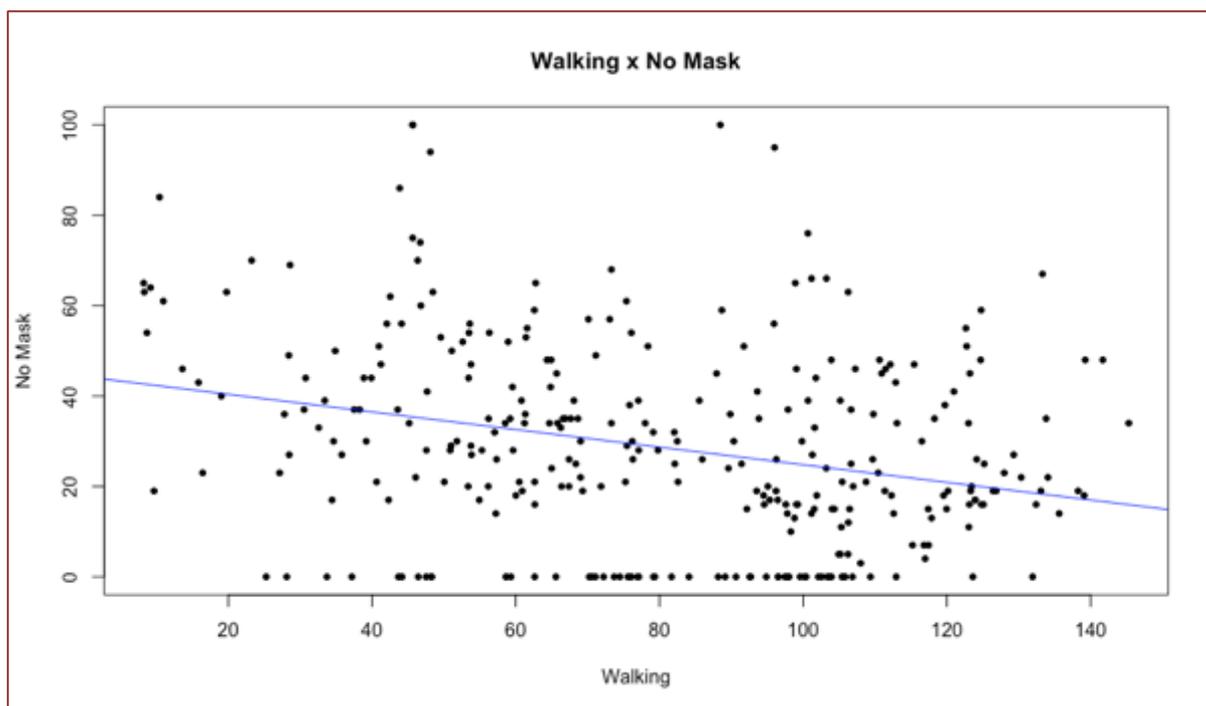
SD = No Mask:

22.17761

SD: Do Not Stay Home:

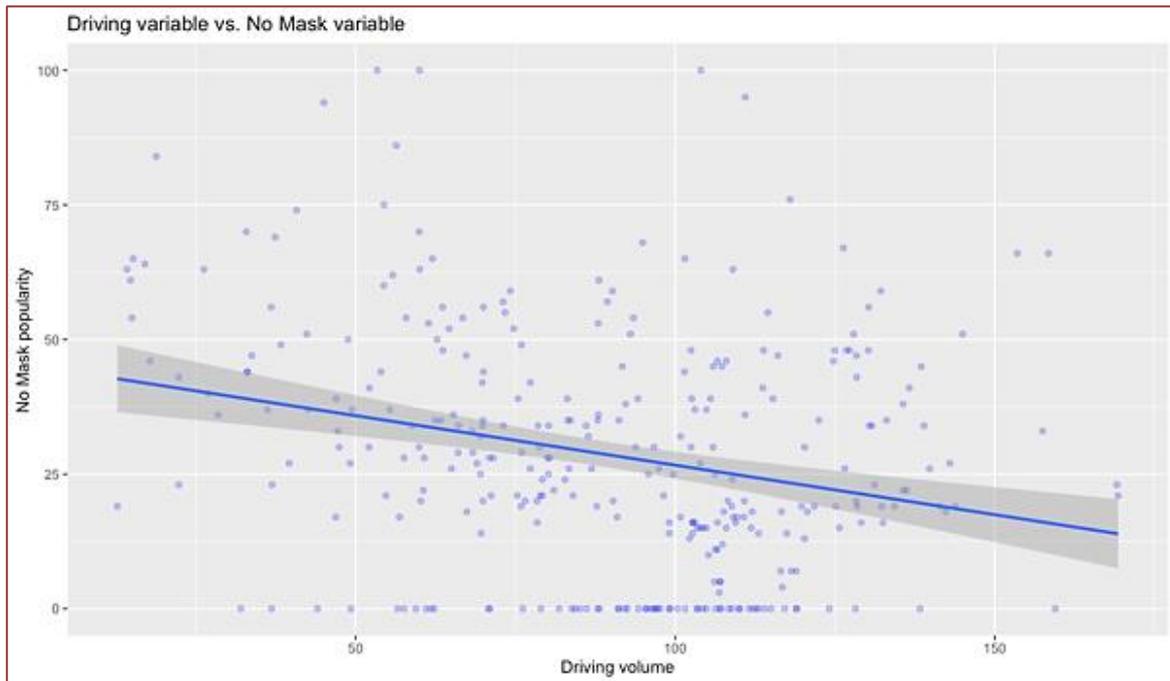
15.37258





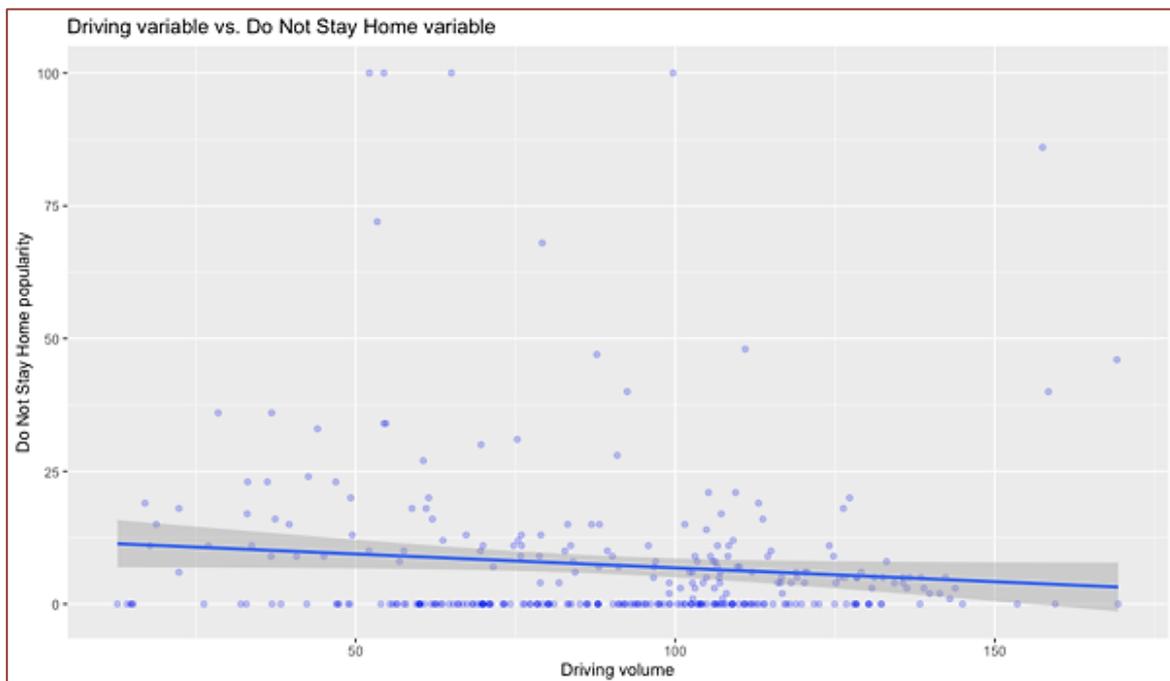
4.4 MODELOS DE REGRESSÃO LINEAR

Sob um modelo de regressão adotando um intervalo de confiança de 95%, em todas as regressões lineares entre as variáveis, o coeficiente negativo sugere que, à medida que a variável independente aumenta, a variável dependente tende a diminuir. Isso indica que há uma correlação negativa entre as variáveis.



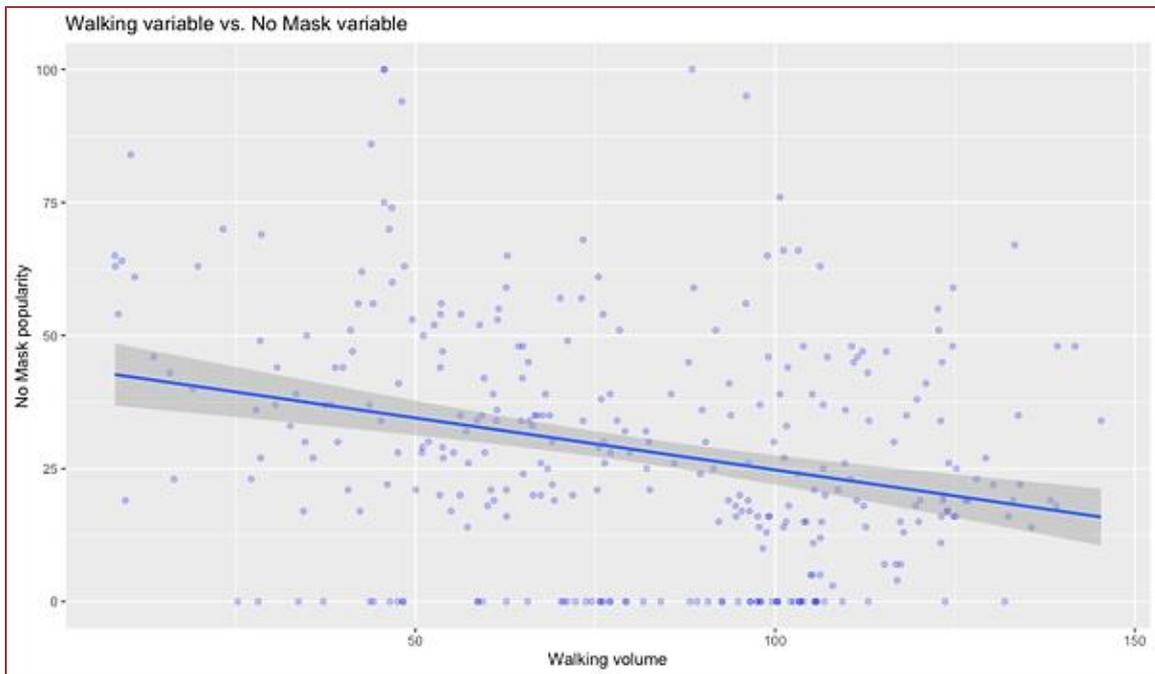
Call:
lm(formula = d ~ nm, data = mydata)

Coefficients:
(Intercept) nm
100.2309 -0.3768



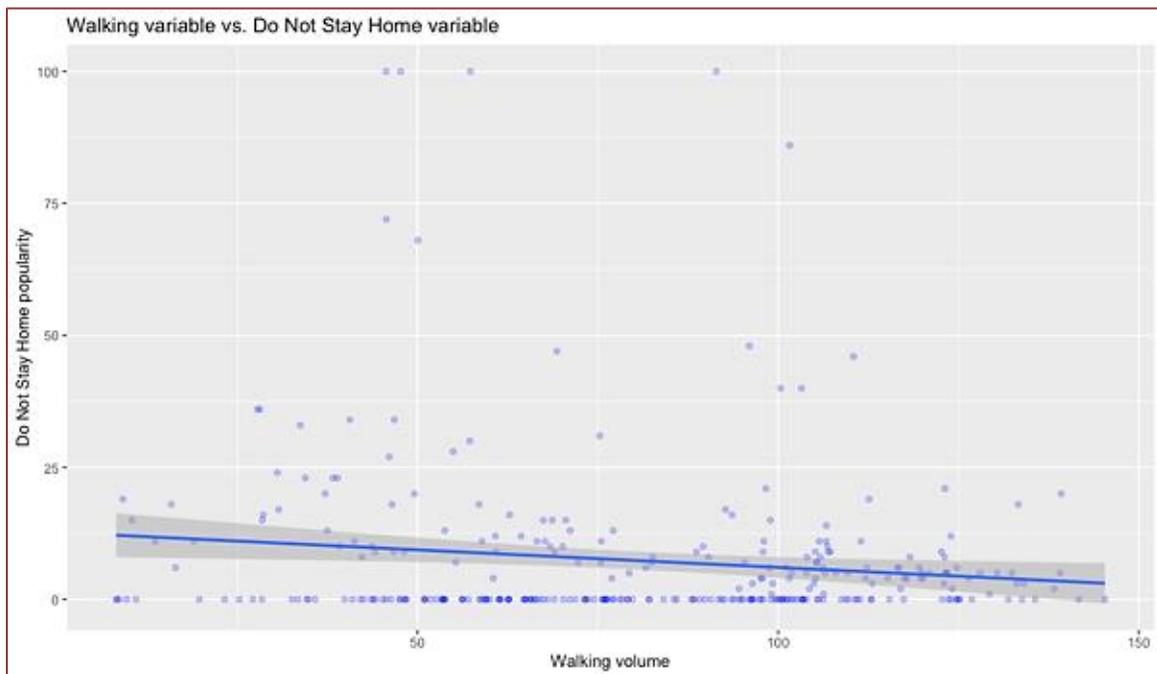
Call:
lm(formula = d ~ dns, data = mydata)

Coefficients:
(Intercept) dns
91.0949 -0.2223



Call:
lm(formula = w ~ nm, data = mydata)

Coefficients:
(Intercept) nm
91.864 -0.405



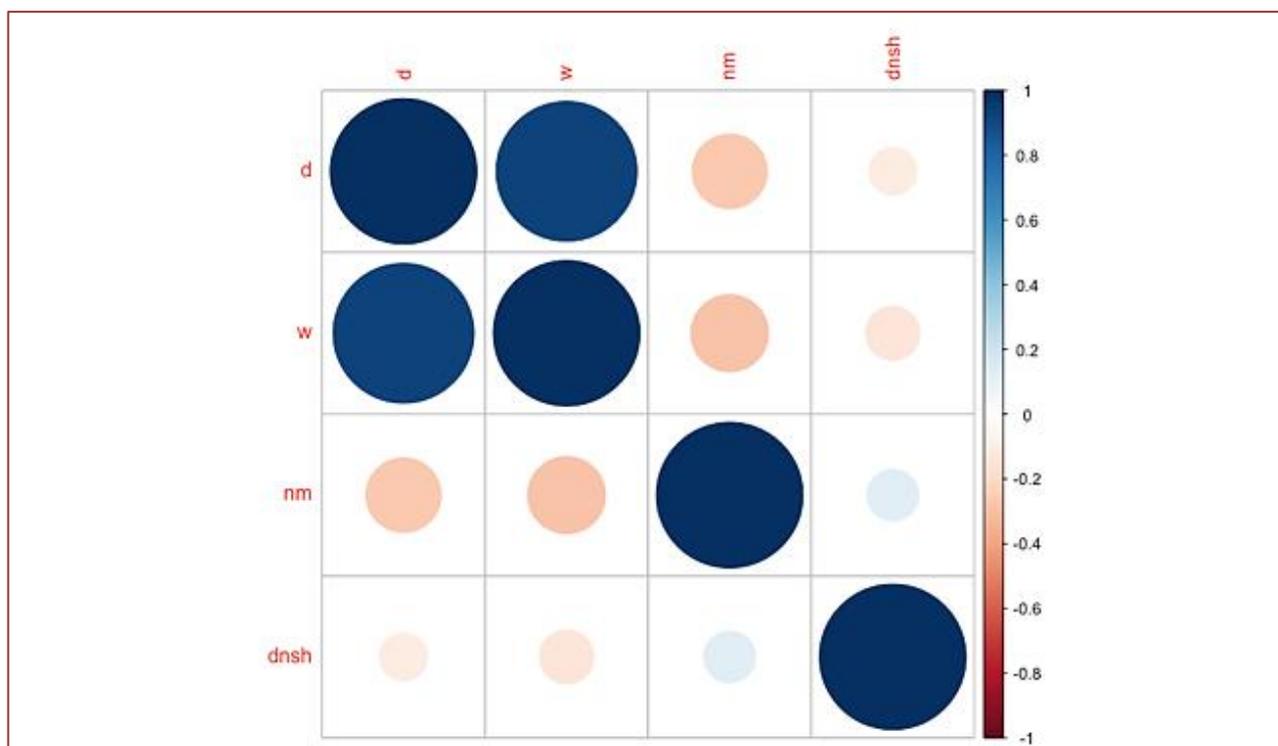
Call:
lm(formula = w ~ dnsh, data = mydata)

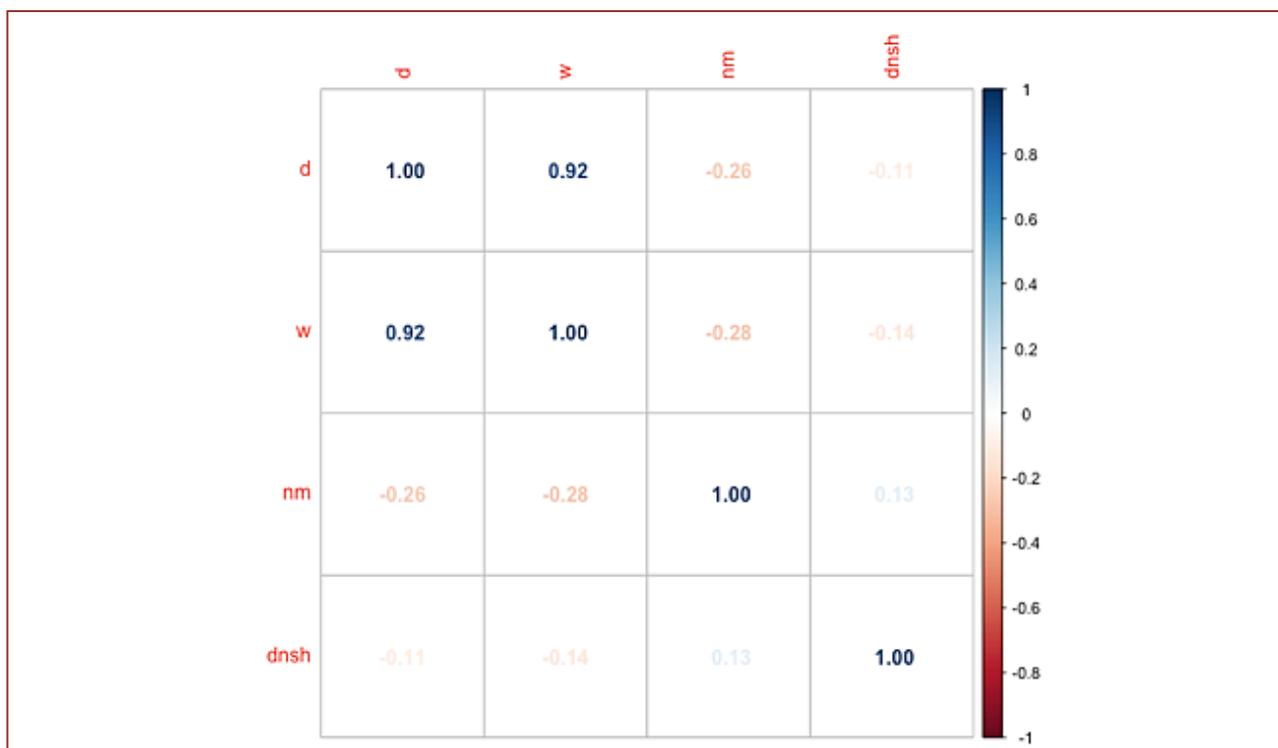
Coefficients:
(Intercept) dnsh
82.3931 -0.2867

4.5 CORRELAÇÃO

É possível observar através da matriz de correlação que há uma forte correlação entre as variáveis de mobilidade "dirigir" e "caminhar" e entre as variáveis de notícias falsas "Sem Máscara" e "Não Ficar em Casa". No entanto, os coeficientes de correlação entre as variáveis de mobilidade e as variáveis de notícias falsas, quando combinados, são todos negativos, demonstrando que há uma correlação muito baixa entre essas variáveis.

Portanto, conclui-se a partir da matriz de correlação que inicialmente não há correlação entre o aumento da popularidade das notícias falsas e o aumento da mobilidade urbana nos países mais afetados pela pandemia de Covid-19, no intervalo de tempo de 2020-2021.





5. CONCLUSÃO

Uma das limitações do estudo é a incerteza se o aumento da mobilidade urbana foi resultado da popularidade das notícias falsas ou se houve um aumento por qualquer outro motivo. Não é possível obter a resposta de qual motivo foi mais relevante para aumentar o padrão de mobilidade, pois, nesse caso, apenas duas variáveis estão sendo analisadas.

Outra limitação é a precisão dos dados de notícias falsas. Os dados se referem ao volume de pesquisas de um termo específico no Google. No entanto, não é especificado qual é a motivação para a busca por uma palavra em particular. Portanto, mesmo buscando palavras relacionadas a notícias falsas, não é possível garantir que aqueles que pesquisaram a palavra acreditam em notícias falsas, nem que a busca esteja associada ao interesse em notícias falsas. A busca por palavras pode ter uma motivação contrária ao significado de notícias falsas, como foi o exemplo desta pesquisa.

A obtenção de dados em forma normalizada também pode ter sido um fator que influenciou os resultados obtidos. Se os dados não tivessem sido normalizados, seria possível verificar o volume real dos dados, especialmente os dados de mobilidade.

No entanto, apesar da correlação apresentada neste trabalho ser negativa, seria interessante em análises futuras aproveitar os valores discrepantes referentes aos dados de notícias falsas e verificar em qual semana a popularidade das notícias falsas teve uma correlação maior ou menor com os padrões de mobilidade. Essa abordagem alternativa poderia revelar que talvez as notícias falsas nem sempre estivessem correlacionadas com o padrão de mobilidade, podendo ter uma forte correlação em semanas específicas, como as semanas de lockdown durante uma pandemia.

Para pesquisas futuras, sugere-se testar o mesmo método intercalando as semanas. Esta hipótese testaria se a popularidade de um termo poderia influenciar no aumento de mobilidade na semana seguinte, considerando um tempo de tomada de decisão por quem

está motivado a acreditar em notícias falsas e conseqüentemente contribuir nos padrões de mobilidade.

Apesar deste teste inicial, em particular, não indicar correlação entre notícias falsas e padrões de mobilidade, em termos de políticas públicas seria interessante coletar os dados com uma consistência mais detalhada e em intervalos com mais frequência – coletando dados diários. Também se atenta para o desenvolvimento de um método que pudesse medir com mais precisão o impacto de notícias falsas para que pudesse ser comparado a qualquer outra variável.

REFERENCIAS

- [1] Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211-236.
- [2] Ferrara, E. (2020). What Types of COVID-19 Conspiracies are Populated by Twitter Bots? *First Monday*, 25(8).
- [3] Galvão, J. (2020). COVID-19: the deadly threat of misinformation. *Lancet Infectious Diseases*. Published Online October 5, 2020.
- [4] Google Trends. (2022). Retrieved from <https://trends.google.com/trends>.
- [5] Guess, A., Lerner, M., Lyons, B., & Nyhan, B. (2020). Exposure to Untrustworthy Websites in the 2016 US Election. *Nature Human Behaviour*, 4(5), 472-480.
- [6] Kaspersky. (2020). 62% dos brasileiros não sabem reconhecer uma notícia falsa. Retrieved from https://www.kaspersky.com.br/about/press-releases/2020_62-dos-brasileiros-nao-sabem-reconhecer-uma-noticia-falsa
- [7] Kouzy, R., Abi Jaoude, J., Kraitem, A., El Alam, M. B., Karam, B., Adib, E., ... & Baddour, K. (2020). Coronavirus Goes Viral: Quantifying the COVID-19 Misinformation Epidemic on Twitter. *Cureus*, 12(3).
- [8] Lazer, D. M., Baum, M. A., Benkler, Y., Berinsky, A. J., Greenhill, K. M., Menczer, F., ... & Schudson, M. (2018). The Science of Fake News. *Science*, 359(6380), 1094-1096.
- [9] Lewandowsky, S., Ecker, U. K., & Cook, J. (2017). Beyond Misinformation: Understanding and Coping with the "Post-Truth" Era. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, 6(4), 353-369.
- [10] Peiffer-Smadja, N., Rebeaud, M., Guihur, A., Mahamat-Saleh, Y., Fiolet, T. (2020). Hydroxychloroquine and COVID-19: a tale of populism and obscurantism. *Lancet Infectious Diseases*. Published Online November 13, 2020.
- [11] Pennycook, G., & Rand, D. G. (2019). The Implied Truth Effect: Attaching Warnings to a Subset of Fake News Stories Increases Perceived Accuracy of Stories Without Warnings. *Management Science*, 67(11), 4944-4957.
- [12] Rasmus Kleis Nielsen, Schulz, A., & Fletcher, R. (2021). An ongoing infodemic: How people in Eight Countries Access and Rate News and Information about Coronavirus a Year into the Pandemic. Reuters Institute Report, May 2021.
- [13] Roozenbeek, J., & van der Linden, S. (2019). Fake News Game Confers Psychological Resistance Against Online Misinformation. *Palgrave Communications*, 5(1), 1-10.
- [14] The Lancet Infectious Diseases. (2020). The COVID-19 infodemic. *Lancet Infectious Diseases*, 20, 875.
- [15] Vosoughi, S., Roy, D., & Aral, S. (2018). The Spread of True and False News Online. *Science*, 359(6380), 1146-1151.
- [16] Zarocostas, J. (2020). How to Fight an Infodemic. *The Lancet*, 395(10225), 676.

Capítulo 15

A educação do campo e o desenvolvimento territorial rural: Uma alternativa em construção

Ângelo Rodrigues de Carvalho

Resumo: Este artigo é resultado das pesquisas realizadas ao longo da formação profissional em Educação do Campo, buscando pensar a construção de um Desenvolvimento Territorial Rural que seja produzido e articulado junto e com os sujeitos do campo, das águas e das florestas, em especial, os educandos inseridos na educação/formação profissional do campo. Desta forma, neste artigo, são apresentados os elementos que aproximam a Educação do Campo e o Desenvolvimento Territorial Rural. A primeira parte do texto apresenta uma breve introdução ao tema. A segunda aborda os desafios colocados à construção de um modelo de desenvolvimento do campo que esteja de acordo com os saberes e conhecimentos produzidos e advindos da relação à realidade histórica dos sujeitos camponeses. Na terceira e última parte, apresenta-se a Educação do Campo enquanto alternativa ao processo de formação profissional e humana que deve ser levada em consideração na educação profissional do campo, no intuito de se chegar a construção de estratégias de desenvolvimento territorial rural possíveis. Os conceitos de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural foram estudados sob a ótica de vários autores que tratam sobre os referidos temas, para um melhor entendimento no contexto das práticas e concepções educacionais existentes. Para esta investigação, optou-se pela abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica, análise documental e aplicação de entrevistas semiestruturadas, além de outros instrumentos importantes. Nesse interim, o presente trabalho visa aprofundar o processo de formação humana-profissional de filhas (os) da classe trabalhadora do mundo rural/agrário, voltando-se para suas próprias realidades históricas e especificidades socioespaciais e socioterritoriais.

Palavras-chave: Educação do Campo, Desenvolvimento Territorial Rural, Educação Profissional do Campo, Campesinato.

1. INTRODUÇÃO

Pensou-se que, para a construção de um desenvolvimento territorial rural que proporcione uma integração dos sujeitos, que se reproduzem na e da terra, é imprescindível o diálogo com a Educação do Campo, a fim de que, perceba-se uma integração e interação entre os seus sujeitos, com inclusão e participação dos sujeitos coletivos do campo. Assim, trata-se pois, da necessidade de uma mudança do modelo educacional vigente nas escolas de formação profissional dominante no país.

O campo brasileiro vem sendo fortemente marcado por uma modernização que, historicamente, combina aumento da produção com incremento das desigualdades sociais no mundo rural/agrário. Essa realidade contraditória tem expressado a necessidade de se repensar o modelo de desenvolvimento da produção agrícola do país, o que põe como destaque e condição, a necessidade de se repensar também o modelo de educação para os sujeitos do campo brasileiro.

O modelo de educação defendido aqui, não trata da educação com o viés neoliberal, onde os sujeitos da classe trabalhadora são simplesmente reduzidos a mais uma peça do sistema produtivo. Defende-se aqui, um projeto de educação que considere a história do território dos seus educandos, que se coadune com a realidade histórica e sociocultural dos sujeitos coletivos do campo.

Nessa perspectiva, argumentamos que “só há sentido em se discutir uma proposta educacional específica para as necessidades dos trabalhadores do campo se houver um projeto novo de desenvolvimento para o campo, que seja parte de um projeto nacional”. (ARROYO, et al, 2005, p. 13).

Silva (2014, p. 24) salienta que “o projeto pode ser conservador ou transformador e, por isso, também contraditório entre formar para o mercado de trabalho ou para uma perspectiva omnilateral.” Temos ciência de que, o projeto educacional assim como pode favorecer e promover a libertação do ser humano, das amarras da ignorância e das sombras da escuridão, também pode, por outro lado, promover o seu aprisionamento, aprofundando o processo de estranhamento/alienação em que está submetido e vive.

O modelo de educação que defendemos traz em seu sentido e bojo princípios que estão ligados diretamente ao respeito à vida; trata-se, pois, de um projeto de educação em que se promova a construção de outro capítulo da história dos sujeitos coletivos do campo, onde eles mesmos sejam os protagonistas desta história de lutas e sonhos, lágrimas e enfrentamentos, mas também de realização e materialidade, porque outro espaço camponês é possível.

Este modelo por sua vez, pressupõe fazer-se uso dos princípios que fundamentam tudo o que defende e propõe a Educação do Campo, fundada com base em uma educação pluricultural, onde a diversidade do conhecimento e dos saberes populares é considerada tão importante quanto o conhecimento científico, para a produção de novos conhecimentos; daí, que a Educação do Campo, pode vir a compreender o desenhar de um novo paradigma, em que seu modelo busca alcançar a liberdade dos sujeitos.

Segundo Silva (2014):

A conquista de um conhecimento crítico, autônomo e criativo é tão crucial para a liberdade e a afirmação do projeto político dos setores subjugados que Gramsci (2000) chega, em diversos momentos, a traçar as linhas do seu processo de formação. Este

seria, em síntese: em primeiro lugar, respeitar o saber popular, mesmo na sua inorganicidade e fragmentariedade, sem, contudo, deixar de fazer uma avaliação crítica das opiniões e das 'crenças' difundidas no 'senso comum', de modo a estabelecer uma relação dialética com o 'bom senso' presente em tantos conhecimentos". (SILVA, 2014, p. 28).

Portanto, só será possível a construção de um novo projeto societário, mediante uma resposta advinda dos conhecimentos e saberes, bem como da práxis social, ou seja, das ações conscientes protagonizadas pelos sujeitos coletivos do campesinato: mulheres e homens que nascem, vivem e se reproduzem na e da terra, porque terra, para esses sujeitos, é mais que terra; é mais que direitos; é na essência, vida e na aparência, alma, feições diretas e tangíveis de seus territórios-trabalhos materiais e imateriais.

De acordo com Masson (2014, p. 220):

Podemos identificar a educação como uma práxis social, fundada no trabalho e como uma importante mediação para o desenvolvimento do trabalho, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento do indivíduo singular como gênero humano, na medida em que promove a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores desenvolvidos pela humanidade para reagir às diferentes situações da vida.

Portanto, educação e desenvolvimento são dois conceitos que, historicamente, caminham juntos, especialmente a partir do advento dos tempos modernos, pois a dissociação entre ambos implica, em um plano teórico e prático, na impossibilidade de evolução das sociedades. Logo, é possível afirmar que há entre os conceitos um diálogo em permanente (re)construção, de outro modo, desenha-se nesse contexto diversas perspectivas que convergem para uma inter-relação entre ambos.

O modelo de educação que tem como sujeito o Estado, resulta no controle do sistema educacional pela lógica do pensamento da classe burguesa, ou seja, valoriza-se enquanto concepção de conhecimento o ideário hegemônico da classe dominante, isto é, sua visão de mundo, e conseqüentemente, o seu ideário cultural, acabam por serem aceitos, reproduzidos, logo, compartilhados pelos sujeitos das classes menos favorecidas.

A educação na sociedade burguesa, pois, não favorece a emancipação humana dos indivíduos, uma vez que, está ideológica e tacitamente com suas bases voltadas fundamentalmente à formação de mão-de-obra, no intuito de suprir os interesses da máquina do processo produtivo. Assim, os direitos fundamentais dos seres humanos, são, portanto, negligenciados pela dinâmica do capital e o funcionamento do Estado (neo)liberal burguês. Em outras palavras, o que a educação burguesa promove – e, quando promove – diz respeito ao reconhecimento mínimo da existência da dita/concedida emancipação política; na essência, o que vale é, a manutenção da garantia do individualismo, da falácia da meritocracia.

De acordo com as últimas pesquisas do IBGE (2010), 29,8% da população adulta – 15 anos ou mais -, que vive no meio rural é analfabeta, enquanto no meio urbano essa taxa é de 10,3%. Com base nesses índices é possível inferir que o analfabetismo no meio rural brasileiro se apresenta preocupante. Neste sentido, verifica-se a existência de um desafio

aos sujeitos do meio rural/agrário, em especial aos educandos (as) trabalhadores (as) da educação profissional do campo, a fim de construir um desenvolvimento de seus territórios que, de fato, atenda os anseios e suas necessidades culturais e histórico-geográficas.

Depreende-se portanto, que a luta dos sujeitos dos movimentos sociais camponeses, para poderem ter acesso ao direito que compreende a educação, não se trata de algo recente da nossa história. A luta por inclusão e alcance de justiça social vem sendo construída e travada de forma permanente, tal qual é a história de vida de reprodução dos sujeitos que vivem e se reproduzem na e da terra.

É necessário pois, promover a construção de uma educação que contribua e favoreça para uma lógica de relações sociais, em que não seja dissociada do território material e imaterial dos sujeitos coletivos, para que se efetive uma inclusão dos excluídos e se materialize o desenvolvimento integral das pessoas, de suas vidas, de suas culturas. Assim pois, é, essa a educação que a Educação do Campo defende e acredita ser possível construir.

Neste sentido, para melhor compreensão e entendimento, ressaltamos que, “quando falamos em desenvolvimento, estamos nos referindo à sua multidimensionalidade e, portanto, ***quando pensamos o desenvolvimento da agricultura, não esquecemos da educação necessária para que esse desenvolvimento ocorra***”. (FERNANDES, 2016, p. 5-6. Grifos nossos).

Nestes termos, pensar sobre o Desenvolvimento Territorial Rural construído a partir das ações históricas dos sujeitos coletivos do campo assume um papel relevante no processo de formação dos educandos na educação profissional do campo, pois possibilita a percepção e o conhecimento do espaço construído/vivido por eles, compreendendo “o espaço como uma produção aberta e contínua” (MASSEY, 2015, p. 89); daí o fato do uso de categorias da ciência geográfica enquanto ferramentas a fim de refletir sobre o Desenvolvimento Territorial Rural pela via da Educação do Campo. Afinal, “o espaço é a sociedade” (SANTOS, 1996) e, logo, este não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem¹ tivessem uma vida própria, podendo assim explicar-se por si mesmos. O espaço, segundo Santos (1996), constitui a matriz na qual as novas ações substituem as ações passadas. É nele, portanto, presente, porque passado e futuro².

Desta forma, a questão problema levantada nesse trabalho reflete sobre: Qual a importância, ou não, da contribuição da Educação do Campo no processo de construção de um desenvolvimento territorial rural, a partir das ações e reflexões dos sujeitos coletivos do campo? O questionamento aqui apresentado parte da premissa de que a Educação do Campo pode possibilitar, dentro de suas condições e realidades, no diálogo com, a construção de uma formação humana e profissional, a partir da ação reflexão dos princípios dos movimentos sociais camponeses; onde o campo possa ser compreendido enquanto espaço de possibilidades, de construção de um novo território, fruto das relações sociais ensejadas pelos movimentos socioterritoriais, fazendo com que seus sujeitos sintam-se e vejam-se enquanto agentes e construtores de sua própria historicidade.

¹ Segundo Milton Santos, para o geógrafo Claude Raffestin não é possível assimilar paisagem e espaço, pois para este pensador da geografia os dois conceitos são finalmente duas coisas muito distanciadas uma da outra, encerrando dois signos que comunicam mensagens diferentes a uma mesma geoestrutura.

² SANTOS, 006:104.

2. METODOLOGIA / PERCURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Os procedimentos metodológicos pretendidos para adoção trata, pois, de entrevistas semiestruturadas, até a observação participante; tais procedimentos, buscarão compreender não apenas o modo, mas a história de vida dos sujeitos do campo, percebendo as realidades/contradições e as necessidades destes sujeitos, em seus respectivos lugares de moradia, ou seja, nos seus espaços de vivência.

Salientamos que a Educação do Campo percebe em seus pressupostos teórico-metodológicos a orientação e a busca pela transformação da realidade rural, entendendo-se como meta e princípio a construção de um outro projeto político de sociedade, onde o projeto de educação profissional seja produto das ações e reflexões educacionais produzidas e em produção pelos próprios sujeitos do campo, entendidos, portanto, enquanto protagonistas históricos.

No que tange os procedimentos técnicos-operacionais da pesquisa, destacamos a realização da revisão bibliográfica acerca das temáticas centrais, bem como a coleta de dados a partir da pesquisa documental e de campo, e em último plano, mas não menos importante a transcrição e análise das entrevistas realizadas.

É importante salientar que, o presente trabalho advém de outro trabalho anteriormente realizado, no âmbito do IFPA Campus Castanhal, tendo como sujeitos de pesquisa os educandos da turma do Programa Nacional de Educação na reforma Agrária / PRONERA; após iniciar os trabalhos com o PRONERA que, desde então temos buscado, contribuir com a construção de uma outra história da educação para os jovens trabalhadores do ensino técnico profissional do campo, uma vez que, a se considerar o referido programa, verifica-se a proposição de mudança da matriz tecnológica presente, e ao mesmo tempo, tem-se uma enorme possibilidade na “reelaboração e construção de uma nova maneira de se relacionar com a natureza na produção agrícola”. (MOLINA, 2003, p. 136).

Diante de tal realidade, que compreende a expansão das práticas do agronegócio, é imprescindível ao campesinato que se formule novas formas de pensar e elaborar estratégias de resistências ativas, que sejam vitais para inibir um maior avanço das práticas capitalistas no campo paraense e, sobretudo, brasileiro.

Afinal,

[...] no sistema capitalista em que a desigualdade faz parte de sua natureza, é preciso ter estratégias de resistência e defesa de seus territórios e da territorialização. É por essa razão que camponeses e capitalistas disputam territórios e modelos de desenvolvimento. (FERNANDES, 2016, p.4).

Destarte, o simples propósito desta pesquisa é contribuir para com trabalhos e projetos, que compartilhem e busquem reunir forças e interesses dos mais diversos setores da sociedade acadêmica, para que, como sustenta Fernandes (2016), juntos com os Movimentos Sociais camponeses possam somar aos objetivos de promover a construção de um projeto de educação profissional, inclusivo, que sirva a “manutenção da existência do campesinato com qualidade de vida e respeito às suas identidades e culturas”. (FERNANDES, 2016, p.2).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o avanço do capital em direção ao campo e, por sua vez, as mudanças provocadas por este, no espaço agrário, é possível afirmar que a diversidade do território rural brasileiro é permeada, cada vez mais, por desigualdades e complexidades nas suas relações sociais e econômicas; nesse interim são geradas expulsões, ao mesmo tempo em que “a complexidade tende a produzir brutalidades elementares com demasiada frequência” (SASSEN, 2016, p. 10).

De acordo com Caldart (2010):

[...] no Brasil, de modo geral, os cursos técnicos em agropecuária ou correspondentes e os cursos superiores de Agronomia e correlatos, não são voltados ou pedagogicamente organizados para formar agricultores. Mesmo quando são os próprios camponeses ou seus filhos que conseguem ter acesso a estes cursos, se entende que seu objetivo é deixar de ser camponeses ou deixar de ter como trabalho a produção agrícola. (CALDART, 2010, p. 236).

Observa-se pois, que o modelo de educação profissional existente e dominante nas escolas técnico-profissionais brasileiras não possibilita a inclusão social e a formação continuada dos (as) educandos (as), em especial, daqueles (as) que residem no campo. Daí a necessidade de se buscar construir um outro modelo de educação alternativo aos sujeitos coletivos do campo, para que os mesmos possam alcançar um desenvolvimento territorial rural produto de suas próprias ações reflexões.

A educação é importante para construção de um projeto político-social alternativo porque a superação da alienação só pode ser feita por meio de ações e atitudes que sejam autoconscientes. Assim sendo, a educação profissional do campo se constitui enquanto uma estratégia para a produção e a construção de território agrário que integre e não fragmente, possibilitando, desta forma, uma inclusão ao invés de uma exclusão aos homens e mulheres, crianças, jovens e adultos do campo, das águas e das florestas.

Entendemos então que, o conhecimento na Educação do Campo precisa ser pensado, ensinado e construído, tendo-se e entendendo-se o trabalho enquanto princípio educativo e esteja relacionado diretamente com prática social.

“...os homens são seres de práxis. São do quefazer, diferentes, por isto mesmo, dos animais, seres do puro fazer. Os animais não “admiram” o mundo. Imergem nele. Os homens, pelo contrário, como seres do quefazer, “emergem” dele e, objetivando-o, podem conhecê-lo e transformá-lo com seu trabalho”. (FREIRE, p.143).

Assim, a transformação advinda das ações do trabalho dos homens e mulheres que habitam os campos e as cidades, necessita ser uma transformação radical, e não há transformação radical sem base teórica, sem ação e reflexão. Significa dizer, portanto, que a transformação radical não se faz com verbalismos e simples ativismos, ela se dá somente com práxis, que por sua vez, deve incidir diretamente nas estruturas a serem transformadas.

Daí que o projeto político-pedagógico da Educação do Campo precisa estar atento para os processos produtivos que conformam, hoje, o ser trabalhador do campo, e participar do debate sobre as alternativas de trabalho e opções de projetos de desenvolvimentos locais e regionais que podem devolver dignidade para as famílias e as comunidades camponesas. É assim, pois, que entendemos a possibilidade de transformação da realidade, a partir do desenvolvimento territorial rural, construído e em construção pela via da Educação do Campo, a partir de seus diálogos e suas resistências em construção.

Freire nos ensina que “o esforço revolucionário de transformação radical destas estruturas não pode ter, na liderança, homens do quefazer e, nas massas oprimidas, homens reduzidos ao puro fazer”. (FREIRE, p. 144. Grifos do autor).

Pensar isso do ponto de vista pedagógico mais amplo, enquanto processos de humanização-desumanização dos sujeitos, e pensar como estes processos podem/devem ser trabalhados nos diferentes espaços educativos do campo, deve permear as táticas e estratégias de um novo processo educacional para a construção do modelo de desenvolvimento territorial rural viável aos sujeitos coletivos do campo.

Nessa perspectiva, a educação profissional do campo terá tanto mais lugar no projeto político e pedagógico da Educação do Campo se não se fechar em si mesma, vinculando-se com outros espaços educativos e políticas de desenvolvimento no e do campo, com a dinâmica social em que estão inseridos seus sujeitos. Deste modo, a educação profissional do campo irá cumprir com sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas, libertando-as como sujeitos do seu tempo histórico.

Nesse interim, pensamos que, a educação e o desenvolvimento, quando trabalhados na perspectiva humana, constituem-se em territórios de suma importância para assegurar aos sujeitos do campo o acesso à uma política de direitos. Desta forma, defendemos enquanto alternativa para assegurar esse direito, a construção da Educação do Campo, e via seus princípios a produção de um projeto alternativo de desenvolvimento territorial rural, que possibilite aos sujeitos do campo o alvorecer de sua garantia de vida, com respeito e dignidade.

É urgente entender que, a Educação do Campo, constituída a partir da luta social, da reflexão coletiva, de práticas educativas alternativas e de resistência da luta e da construção da Reforma Agrária dos Movimentos Sociais do Campo, não é e nem se limita à luta pela terra, mas também, luta pela educação, como parte de um projeto político e social muito maior, um projeto de vida e de nação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que, a Educação do Campo se inscreve enquanto uma clara alternativa de construção e transformação do modelo de educação profissional dominante e produzido pelas escolas de formação técnica-profissional do país.

A Educação Profissional do Campo não é a mesma coisa que escola agrícola. Ela inclui a preparação para diferentes profissões que são necessárias ao desenvolvimento do território cuja base de desenvolvimento está na agricultura: agroindústria, gestão, educação, saúde, comunicação, mas sem desconsiderar que a produção agrícola é a base da reprodução da vida e, por isso, deve

ter centralidade na formação para o trabalho do campo. (CALDART, 2010, 236).

A Educação do Campo apresenta enquanto um dos seus princípios que permeia sua prática, a Pedagogia da Alternância, que se apresenta como possibilidade de transformação sociocultural e, é parte integrante de uma educação de resistência e radical, porque libertadora, em que se entende o trabalho, a ciência, a pesquisa e a tecnologia como instrumentos e ferramentas a serviço da vida e não, simplesmente, da lógica do capital.

Os princípios que sustentam e inspiram a Educação do Campo, foram produzidos e pensados a partir, e mediante as articulações das lutas e resistências dos Movimentos Sociais do Campo, requerendo produzir um conhecimento não enquanto um modelo pronto e acabado, devido estar constantemente em mudanças e transformações, mas um modelo de educação que esteja de acordo com os saberes, as experiências e renovações das novas atividades e conhecimentos historicamente construídos, vividos e propostos pelos (seus) sujeitos históricos, logo, protagonistas de saberes, vidas, lutas e resistências na e pela terra, águas e florestas.

É válido salientar que, ao longo da realização dos trabalhos desta pesquisa, compreendeu-se a importância que tem assumido o processo de constituição de um território, em espacial aos sujeitos coletivos do campo, ou seja, dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, para os quais implica permanentemente repensar o papel da educação aos homens e mulheres que vivem e se reproduzem na e da terra, bem como lutar e ressignificar a luta por e para a efetivação de novas políticas que lhes venham ser benéficas, porque inclusivas e participativas. Por outro lado, isso implica, sobretudo, na construção e definição de novas estratégias que sejam capazes de conciliar de forma integrada os processos de educação e de desenvolvimento dos seus territórios.

Nesse sentido, torna-se necessário partir da compreensão de que a educação tem função fundamental na formação da classe trabalhadora do campo e de seus filhos, voltada à construção de um projeto de território que seja vivo e cada vez mais composto por lugares e espaços de possibilidades e alternativas. Assim sendo, é imprescindível pensar também, a Educação do Campo para o desenvolvimento do território rural, e para tal, desta forma, é urgente e necessária iniciar a organização dos sujeitos coletivos do campo, desde a educação básica até o nível superior, passando pela formação técnica-profissional específica, como é caso da educação profissional do campo, necessária para a construção de outro desenvolvimento de projeto de vida e de campo.

Desta forma, pensamos que, o desenvolvimento territorial rural, produto da luta e das ações reflexões dos movimentos sociais camponeses, apresenta enquanto estratégias a defesa da Educação do Campo, logo, da luta pela Reforma Agrária, da luta pela terra e território e dos movimentos socioterritoriais do campo. “Aprender, a partir da materialidade da vida real, as relações entre os fenômenos e suas dimensões que ajudam a compor e determinam seu movimento é aspecto de visão materialista e histórico-dialética do conhecimento”. (CALDART, 2017, p. 13). Ademais, compreendemos que os movimentos sociais tem em seu projeto de Reforma Agrária um caráter eminentemente popular, em que “a luta pela terra se junta com afirmação da agricultura camponesa e de soberania alimentar, que por sua vez se juntam com a agroecologia e o trabalho camponês associado”. (Idem)

Nestes termos, acreditamos que, “a construção de um projeto camponês de desenvolvimento territorial para sua autonomia é fundamental para a melhoria da qualidade de vida, pois há um aumento de sua capacidade de resistência” (FERNANDES, 2016, p.22).

Assim sendo, pensamos que, o projeto de formação humana na educação profissional, produto da luta e das ações reflexões dos movimentos sociais camponeses, apresenta enquanto estratégias a defesa da Educação do Campo, logo, da luta pela reforma agrária, da luta pela terra e território e dos movimentos socioterritoriais do campo.

Nesse sentido, urge a necessidade de se promover a construção de uma educação que contribua e favoreça a outro modelo de desenvolvimento da agricultura no e do campo, onde não seja dissociada do território material e imaterial dos sujeitos coletivos, para que assim, se efetive uma inclusão dos excluídos e se materialize o desenvolvimento das pessoas, de suas vidas, de seus saberes e sabores, e de suas culturas. Assim pois, é, essa a educação que a Educação do Campo defende e busca construir um modelo diferenciado de Desenvolvimento Territorial Rural.

Portanto, significa dizer e se afirmar que, o modelo de desenvolvimento que buscamos, trata-se, de “um modelo que inclui os excluídos, amplia os postos de trabalho no campo, articula, organiza e aumenta as oportunidades de desenvolvimento das pessoas e das comunidades e avança em produção e em produtividade”. (ARROYO, et al, 2005, p. 32).

Destarte, a Educação do Campo para os sujeitos coletivos do campo, das águas e das florestas, constitui-se num novo paradigma sobre a questão agrária, sendo resultado das relações historicamente construídas com os movimentos socioterritoriais e socioterritoriais do campo, permitindo assim com que os sujeitos que constituem a população camponesa no Brasil, possam ter acesso ao conhecimento científico e a educação propriamente dita, que possibilite o pensar e, por conseguinte, o desenvolvimento de suas bases materiais e territoriais, ou seja, de suas vidas e representações materiais e imateriais que formam os sujeitos.

Segundo Molina (2003, p. 24. Grifos nossos), para que seja possível a viabilidade da concretização de um novo modelo de desenvolvimento no campo, duas políticas se apresentam enquanto cruciais, porque estruturantes e necessárias, a Reforma Agrária e a agricultura familiar *camponesa*. Daí, portanto, a importância da construção da Educação do Campo associada íntima e integralmente a um novo projeto de Desenvolvimento Territorial Rural, este pensado e construído pelos seus próprios sujeitos.

REFERÊNCIAS

- [1] ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). Por uma Educação do Campo. 2ª ed., Vozes, Petrópolis, 2005.
- [2] CALDART, Roseli Salete. Educação Profissional na perspectiva da Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; FETZNER, Andréa Rosana; RODRIGUES, Romier; FREITAS, Luís Carlos de (Orgs). Caminhos para transformação na escola: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. São Paulo-SP: Expressão Popular. 1ª ed., 2010, p. 229- 241.
- [3] Prefácio. In: MOLINA, Mônica Castagna; MICHELOTTI, Fernando; BOAS, Rafael Litvin Villas; FAGUNDES, Rita (Orgs.). Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 7-15

- [4] FERNANDES, Bernardo Maçano. Mestres camponeses: a criação do TerritoriAL – Programa de pós-graduação em desenvolvimento territorial na América Latina. In: FERNANDES, Bernardo Maçano; PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs.). Desenvolvimento Territorial e Questão Agrária. São Paulo-SP: Cultura Acadêmica, 1ª ed., 2016, p. 1-23.
- [5] FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido: (o manuscrito). 1ª ed., Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, 2013.
- [6] MASSEY, Doreen. Pelo Espaço – uma nova política da espacialidade. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2015.
- [7] MASSON, Gisele. A importância dos fundamentos ontológicos nas pesquisas sobre políticas educacionais. Contribuições do Materialismo Histórico-Dialético. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (Orgs.). O método dialético na pesquisa em educação. Campinas-SP: Editores Associados / Brasília-DF: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2014. p. 201-225.
- [8] MOLINA, Mônica Castagna. A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e desenvolvimento sustentável. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- [9] SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. EDUSP, São Paulo. 4ª ed. 2 reimpr, 2006 (Coleção Milton Santos; 1).
- [10] SASSEN, Saskia. Expulsões: brutalidades e complexidade na economia global. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2016.
- [11] SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da; LIMONTA, Sandra Valéria. Formação de professores em uma perspectiva crítico-emancipadora: a materialidade da utopia. In: SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da; LIMONTA, Sandra Valéria (Orgs.). Formação de professores na perspectiva crítica: resistência e utopia. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 2014, p. 11-28.

Capítulo 16

Turismo e acessibilidade em parques públicos de Aracaju/SE

Simone de Andrade Santos da Silveira

Lício Valério Lima Vieira

Resumo: O turismo é considerado uma atividade que proporciona lazer e trocas de experiências, e pode ser praticado também em parques urbanos, os quais são de grande importância para a qualidade de vida da população e dos seus visitantes. O presente trabalho tem como objetivo analisar as questões de infraestrutura e acessibilidade de dois parques urbanos de Aracaju: Gov. José Rollemberg Leite e Gov. Antônio Carlos Valadares. Para o desenvolvimento deste estudo, foram realizadas três etapas: A primeira através de estudos sobre turismo e acessibilidade, por meio de pesquisas bibliográficas e documentais; A segunda constituiu na pesquisa de campo, com realização de entrevistas e observações in loco. As observações foram registradas através de fotografias, analisando as condições de acessibilidade, conforme a norma da ABNT 9050/2020, a qual visa a eliminação das barreiras, para que se torne ambiente mais atraente e frequentado pelos visitantes/turistas, independente do seu estado físico. A terceira etapa foi realizada através da pesquisa exploratória, com aplicação de questionário aos visitantes, complementado com observação sistemática local. Como conclusão do estudo, observou-se que o Parque José Rollemberg Leite não oferece condições de acessibilidade, não atende as normas e leis de acessibilidade, necessitando de melhoria em toda estrutura do parque; enquanto o Parque Gov Antônio Valadares possui elementos que possibilitam acessibilidade, porém necessita de reforma e manutenção em sua infraestrutura.

Palavras – Chave: Parques públicos, Turismo, Acessibilidade, Lazer, Infraestrutura.

1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma das melhores formas de diversão e também um importante fenômeno para geração de emprego e renda. Por isso, tem que ser realizado de maneira planejada e sustentável. As mudanças constantes realizadas pelo homem, nos espaços geográficos das grandes cidades brasileiras proporcionam transformações arquitetônicas e urbanistas nos espaços públicos e privados, que às vezes não respeitam o direito constitucional de ir e vir das pessoas.

Quando se fala em acessibilidade, a primeira ideia que as pessoas pensam a existência de uma rampa de entrada para cadeirantes. Mas, a acessibilidade vai muito além, e para isso, existem várias leis e regramentos para a sua implantação.

O termo acessibilidade começou a ser utilizado recentemente. O conceito de acessibilidade é descrito na legislação brasileira como a condição para a utilização com segurança e autonomia total ou assistida dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, do serviço de transportes e dos dispositivos do sistema de comunicação e informação.

A sociedade está cada vez mais preocupada em reduzir as diferenças, aproximando as pessoas na igualdade de direito, por exemplo, circular com facilidade e realizar atividades do cotidiano. Por isso, a acessibilidade é muito importante, é, portanto, uma questão de qualidade de vida e respeito com as pessoas independente do estado físico.

Por sua vez, os parques urbanos são de extrema importância para a qualidade de vida da população, devendo estar acessível a todos independentemente da idade ou do seu estado físico, e para isso, precisam oferecer uma infraestrutura adaptada para todos.

Os parques urbanos são áreas consideradas verdes e oferecem aos visitantes e turistas diversas opções de lazer, diversão, realização de atividade física, além do contato com a natureza (DORIGO; LAMANO-FERREIRA, 2015). No entanto, para que eles funcionem com qualidade, é preciso que seja realizado um bom planejamento que atenda os anseios e necessidades dos visitantes.

De acordo com Colesanti (1994) e Toledo e Santos (2008) os parques urbanos são espaços verdes que agregam as áreas livres de construção da cidade, onde a principal função é a preservação e recuperação do ambiente vegetativo, sendo também destinado ao lazer público. Esses espaços são destinados para toda população, os quais devem conter obrigatoriamente todos os dispositivos de acessibilidade para as pessoas (FRANÇA; SANTOS; GOMES, 2013).

Neste sentido, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar as questões de infraestrutura e acessibilidade nos parques públicos de Aracaju/SE: Parque da Cidade Gov. José Rollemberg Leite e o Parque dos Cajueiros. A pesquisa ainda teve os seguintes objetivos específicos: Caracterizar os parques objetos de estudo; Levantar as leis e normas para acessibilidade em espaços públicos; Identificar a infraestrutura vinculadas às questões de acessibilidade; Levantar pontos fortes e fragilidades quanto às questões de acessibilidade dos parques, e ainda, Propor alternativas para potencialização e/ou melhoria da infraestrutura de modalidade nos parques.

Na metodologia foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais sobre turismo, parques urbanos e acessibilidade. Quanto a natureza o trabalho apresenta, como pesquisa básica, na qual envolve verdades e interesses universais. Segundo Appolinário (2011), a pesquisa básica tem a finalidade de avançar o conhecimento científico, sem se

preocupar com a aplicação imediata dos resultados a serem obtidos. Quanto à abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde a realidade é compreendida somente na base da investigação e no levantamento de dados. Conforme Appolinário (2011), os dados da pesquisa qualitativa são recolhidos a partir das interações sociais e observados de modo teórico pelo investigador, nesta categoria apreocupação é com o fenômeno.

Quanto ao objetivo da pesquisa se trata de uma pesquisa exploratória, a qual tem como objetivo aprofundar nas informações coletadas sobre o assunto investigado. Para Severino (2016) a pesquisa exploratória busca levantar informações sobre um objeto específico determinando o campo de trabalho e mapeando as circunstâncias de manifestações desse objeto; esse tipo de pesquisa tem a necessidade de um constante levantamento bibliográfico e observações de fatos.

A primeira etapa desenvolvida foi a pesquisa bibliográfica, com o propósito de realizar um levantamento conceitual. Segundo Dencker (1998) a pesquisa bibliográfica permite uma categoria de maior abrangência, possibilitando o levantamento de elementos/dados históricos e a economia de tempo. De acordo com Mattar (1996), a pesquisa bibliográfica é devidamente utilizada nos primeiros estágios da investigação, a compreensão e o aprendizado do fenômeno por parte do investigador é geralmente pouca ou inexistente.

A segunda etapa realizada foi o trabalho de campo, onde foram observados alguns elementos da acessibilidade nos locais estudados. Foram feitos levantamentos, coletas de dados, observações e vários registros com fotografias, analisando se esses espaços atendem a NBR 9050/2020. Segundo Ruiz (1996) a pesquisa de campo representa uma observação de acontecimentos, onde ocorre na coleta de dados e nos registros das constantes variações presumidamente relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. A terceira etapa foi executada a coleta de dados por meio de um questionário individual para visitantes e gestores dos parques.

O presente trabalho segue com mais dois capítulos: um que trata da fundamentação teórica, onde são levantadas as seguintes temáticas: Turismo, acessibilidade e lazer; mobilidade urbana e turismo; Acessibilidade e regulamentações; contexto dos parques urbanos. O outro capítulo aborda a caracterização dos parques: Gov. José Rollemberg Leite e Parque dos Cajueiros. Segue ainda mais um capítulo onde são apresentados os resultados e discussões, com análise dos dados e informações levantadas e os devidos registros fotográficos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são apresentadas análises sobre elementos teóricos que sustentam o estudo. São tratados temas como turismo, lazer, parques públicos e acessibilidade.

2.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE TURISMO E LAZER

O turismo é um fenômeno social que é representado no deslocamento temporário e voluntário de pessoas que saem do seu local de residência para outro por diversos motivos, como: saúde, recreação, cultura e descanso, onde não exerce nenhuma atividade lucrativa. E também representa um importante papel no processo de inclusão social, na geração de empregos diversos (DE LA TORRE, 1992).

A Organização Mundial do Turismo define o turismo como: “O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001, p. 38).

De acordo com Dumazedier (1973), o turismo tem a função de diversão, passatempo, descanso, desenvolvimento, recreação e brincadeira. Para a economia, esta atividade é um dos setores mais importantes. Portanto, para que haja um desenvolvimento na movimentação turística com equilíbrio existe um conjunto composto com 5 recursos: Atrativo, Infraestrutura, Turista, Comunidade e Serviços (MTUR, 2009).

Segundo Beni (2008), o turismo tem como elemento importante o fornecimento de serviços para satisfazer as preferências dos turistas, motivações e suas necessidades, ou seja, constitui em produzir, preparar e distribuir serviços e bens turísticos. A relação entre inúmeras atividades forma um sistema que determina o sistema turístico.

Segundo Duarte (2005) a atividade turística está diretamente ligada à sua característica de diversidade de povos e raças, ou seja, tudo deve ser receptivo a qualquer indivíduo, sempre devendo incluir o turismo para todas as pessoas que desejam usufruir tais serviços.

Andrade (1992) denomina o turismo como uma atividade bastante complexa, onde visam planejamento, a promoção e execução de viagens e serviços de recepção. O turismo envolve questões com regulamentações culturais, técnicas ou financeiras.

Para Beni (2001) o turismo é o resultado da soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da não permanência do residente. Segundo Boullon (2004) é essencial que os empreendimentos e atrativos turísticos incluam uma infraestrutura acessível para que as atividades turísticas sejam realizadas. Barreto (1997) conceitua a infraestrutura como a junção de combinações de edificações, obras e serviços públicos que forneçam bem-estar e conforto a população.

Andrade (1992) explica que existem dois aspectos que são fundamentais para a atividade turística: teoria e prática. De modo teórico, o turismo está ligado diretamente com o fluxo de pessoas que partem com o objetivo de lazer para determinada localidade, envolve também questões culturais, financeiras e técnicas. Na prática, o turismo tem o propósito de estabelecer um conjunto de ações para atrair os indivíduos, disponibilizando diversos pontos de atração e preparar serviços que são essenciais.

Barreto (2003) explica que o turismo tem impactos econômicos diretos e indiretos na economia do país. Os efeitos diretos estão ligados ao resultado das despesas, na qual é realizado pelos turistas por meio de equipamentos turísticos, em que o turista pagou diretamente. Já os efeitos indiretos estão ligados nas despesas realizadas através de equipamentos e prestadores de serviços turísticos na obtenção de bens e outros tipos de serviços.

Por sua vez, lazer é derivado do latim “*licere*” que significa “ser lícito, ser permitido, poder-se fazer”, originou-se a partir do fenômeno da sociedade industrial, onde a exaltação do trabalho deu origem à valorização do não trabalho, ou seja, modificando o tempo livre vivenciando o lazer (ROLIM, 1989).

Dumazedier (2001) explica que lazer é um conjunto de ocupações, nas quais o indivíduo concebe de livre e espontânea vontade, por diversos motivos: como meio de entreter-se, diversão, repouso, recreação e também para o desenvolvimento de sua informação ou

formação desinteressada. É, portanto, um meio de escolha, proporcionando o sentimento de bem-estar.

De acordo com a Legislação Brasileira de 1988, o lazer é um direito social destinado para toda população. O lazer é apontado no artigo 6º, juntamente com os direitos à saúde, à educação, à previdência social, à moradia, à segurança, ao trabalho, à assistência aos desamparados e a proteção à maternidade e à infância. (BRASIL, 1988). A lei relata que o direito ao lazer é destinado para todos, contudo depara com as dificuldades, sendo retirado o direito especialmente para as pessoas que possuem mobilidade reduzida. É necessário a disponibilidade de espaços e equipamentos públicos em diversas regiões das cidades, garantindo a acessibilidade nesses espaços. (SOUZA, 2016).

3. ASPECTOS DA ACESSIBILIDADE E DA MOBILIDADE URBANA

Acessibilidade é condição fundamental para a inclusão social, por isso as áreas públicas necessitam estar conforme regulamenta a norma de acessibilidade para que ocorra a participação de todos os cidadãos (BINS ELY, 2004). O Ministério do Turismo tem buscado garantir a acessibilidade a todos independente das diferenças, apoiando projetos que assegurem a acessibilidade urbana, adaptações de atividades turísticas, entre outros. (BERNARDES, 2014) Segundo Vasconcellos (2001), a acessibilidade é vista como a condição para atingir um determinado destino e não apenas a facilidade de atravessar espaços. Por sua vez, Sathisan e Srinivason (1998) contribuíram diretamente para a melhor compreensão dos termos: mobilidade e acessibilidade. A mobilidade é a praticidade do deslocamento, na qual está sendo realizado, enquanto a acessibilidade é a capacidade de atingir um determinado destino/lugar.

De acordo com a Lei 13.146/2015 (BRASIL, 2015) acessibilidade é conceituado como condição de alcance para utilização, com autonomia e confiança de espaços mobiliários, equipamentos urbanos, comunicações e edificações. Incluindo também seus sistemas, tecnologias, serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado.

O Decreto nº 5.296 de 2004, aborda a questão da acessibilidade e contempla os espaços de lazer e, em 2009, uma nova lei de nº 11.982 expõe novos progressos na adaptação de equipamentos de parques de diversões e brinquedos, suprindo às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2009).

Segundo Moreira (2010, p. 64) a acessibilidade no turismo: [...] “É a obrigação que não cabe apenas às associações ligadas ao atendimento direto, mas também os órgãos públicos devem analisar suas estratégias políticas, havendo a inclusão das pessoas com deficiência. Diversos lugares alegam serem acessíveis, mas na verdade não são, pois, suas adaptações não são eficazes”. Para Pavarino Filho (1996) a acessibilidade pode ser conceituada como uma possibilidade de realizar atividades no turismo de forma geral.

O Ministério das Cidades conceitua a acessibilidade como um conjunto de aspectos fundamentais como: tempo, custo e distância, para que possa conquistar liberdade aos destinos que são oferecidos pela cidade (BRASIL, 2006). Como afirma Sasaki (1999, p. 41) é “fundamental equipararmos as oportunidades para que todas as pessoas incluindo portadores de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos”.

Na maioria das vezes, as rotas turísticas necessitam proporcionar a acessibilidade, não apenas nos aspectos de infraestrutura e dispositivos turísticos, mas também nas áreas que

são prestadas para aqueles habitantes/visitantes que são portadores de necessidades (TOLEZANO,2011).

De acordo com Silveira e Ribeiro (2006) o termo acessibilidade está ligado diretamente ao atendimento das necessidades das pessoas. A acessibilidade aproxima os meios técnicos aos indivíduos, principalmente para aqueles que possuem algum tipo de deficiência. Conforme Kinsky (2004), o conceito de acessibilidade está ligado ao afastamento de obstáculos, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, na qual presume que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza.

Quando uma cidade dispõe de um bom planejamento com ações de infraestrutura adequada, proporciona a acessibilidade e conseqüentemente a inclusão social. Segundo Grinovar (2004), há diversas definições que estão ligadas nas possibilidades de acesso dos indivíduos ou de grupos sociais, ou seja, há uma articulação nas atividades ou serviços que estão presentes nas cidades, proporcionando a igualdade de oportunidade aos usuários urbanos. Para Sasaki (2004), o termo acessibilidade precisa ser incorporado aos conteúdos pragmáticos de todos os cursos formais e informais presentes no Brasil. Por conseqüência das dificuldades econômicas e culturais, empresários e poder público ainda não criaram alternativas para assegurar condições adequadas de infraestrutura capacitada para permitir a recepção, adaptação de equipamentos e serviços turísticos. (DANTAS, 2008).

O Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana (2006), conceitua o Desenho Universal como uma conduta para a eliminação das barreiras, tendo o propósito de adequar o local para atender as especificações que são exigidas destinadas para toda a população. Segundo Souza (2016) o desenho universal, tem como objetivo oferecer espaços livres de barreiras promovendo a acessibilidade para a população.

A NBR 9050 (2004) determina o desenho universal como aquele que pretende atender o maior número de características sensoriais dos cidadãos e antropométrica; definindo também a acessibilidade como a capacidade de percepção, entendimento e a condição de alcance, utilizando com segurança e autonomia os espaços mobiliários, edificações e equipamento urbano.

Mobilidade urbana é um tema muito discutido nas políticas públicas, onde envolve o planejamento das cidades. De modo geral, interfere diretamente no modo em que as pessoas se locomovem pelos espaços geográficos urbanos e no bem-estar dos indivíduos (MATIAS, 2017). É, portanto, entendida como a facilidade de deslocação de pessoas na cidade, sendo utilizado por diversos meios de transporte, vias e toda infraestrutura urbana (PINTO,2019).

A mobilidade urbana é considerada sustentável quando possibilita o acesso universal das pessoas na cidade e às oportunidades que são oferecidas, colaborando diretamente para o desenvolvimento socioeconômico, utilizando a percepção de infraestrutura viária sem prejudicar o meio ambiente (GOMIDE, GALINDO, 2013).

A mobilidade e acessibilidade têm uma grande importância, em razão de fazerem parte das atividades humanas estabelecendo uma relação direta, com a qualidade e oportunidade na vida dos indivíduos (SILVA; RIBEIRO, 2006). Alves e Raia Júnior (2009) acreditam que a acessibilidade é o ponto chave da inclusão, que é realizada através da equiparação das oportunidades, na qual a vida oferece.

Para Beni (2011) a globalização acarretou um alto índice de disponibilidade e acessibilidade em amplitude mundial dos serviços turísticos e dos produtos das

instalações. Por outro lado, afirma-se, portanto, que a mobilidade urbana não é apenas o ir e vir das pessoas e produtos, mas um fator de estruturação e reestruturação do espaço e do território.

Existe uma relação entre mobilidade e turismo, na qual se caracteriza por ser interdependente. Para Coriolano e Fernandes (2012, p.2), “sem mobilidade não há turismo, pois o turismo supõe deslocamento, mudança de lugar, movimento”. Nesta perspectiva, Coriolano & Fernandes (2012, p.6) afirmam que: “O turismo está relacionado às mobilidades temporárias, em que ocorre turistificação em muitos lugares onde se assiste ao desenvolvimento da mobilidade turística que implica em fluxos humanos, culturais, técnicos e financeiros”.

Dischinger e Padaratz (2005) determinam que o termo acessibilidade pode ser interpretado como o poder de chegar em um determinado lugar de forma segura e independente. A acessibilidade é um direito que foi estabelecido pela Legislação Brasileira em que possibilita o acesso à informação, bens e serviços destinados para toda a população, incluindo pessoas que necessitam de adaptações especiais para acessar ou consumir algo (BRASIL, 1989; 2000; 2004). A acessibilidade e mobilidade urbana são termos novos, na qual estão diretamente ligados na junção de uma união de políticas de desenvolvimento urbano, circulação e transportes (SANTOS; ARAÚJO, 2019). Essa diversidade de políticas, afeta e é afetada de forma direta e indireta por meio da mobilidade das pessoas, logo é possível observar que o assunto é de fundamental importância (KNEIB, 2016).

De acordo com o Manual de Acessibilidade da ABNT (2015), a acessibilidade precisa ser explorada e contemplada em todas as etapas de cada projeto, como a execução e adaptação no meio urbano. No que se refere aos parques urbanos, o Decreto 5.296 /2004 (BRASIL, 2004) no seu artigo 15, preconiza que os espaços públicos devem ter infraestrutura adequada, que esteja de acordo com as normas técnicas o que diz a acessibilidade, assegurando a todos o direito de usufruírem esses espaços com liberdade e segurança.

A Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT – NBR9050, 1994) tem o objetivo de promover a acessibilidade no espaço construído e propiciar condições de mobilidade, com confiança e autonomia, excluindo as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, edificações e em meios de comunicação e transporte (BRASIL, 1994; 2004; 2015).

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

No Brasil os parques urbanos surgiram no século XVIII, com o propósito de suprir os interesses da coroa portuguesa nas potencialidades econômicas por meio da natureza brasileira, através da proteção das áreas verdes com objetivo de passeios públicos, contemplação da natureza e lazer (SEGAWA, 1996). O parque brasileiro deu origem a “um aspecto complementar ao cenário das elites emergentes”, estruturando de maneira compatível a forma urbana e internacional. (MACEDO; SAKATA, 2003).

Segundo Macedo e Sakata (2003), os parques são vistos como espaços de uso público, sendo atribuídos para recreação de massa, que são necessários para abranger as intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente.

Os parques urbanos são espaços públicos, destinados para toda a população, nas quais devem abranger todos os dispositivos de acessibilidade para as pessoas com deficiências,

que também são cidadãos tendo direito ao lazer e recreação (MARIA; RIBEIRO, 2011).

O estudo de caso foi realizado nos parques urbanos de Aracaju, são eles: Parque da Cidade Gov. José Rollemberg Leite e o Parque Gov. Valadares, conhecido como “Parque dos Cajueiros”.

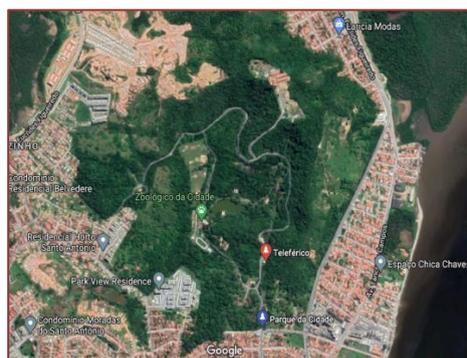
5. PARQUE DA CIDADE GOVERNADOR JOSÉ ROLLEMBERG LEITE

Construído no ano de 1979 o Parque José Rollemberg Leite (figura 1), conhecido também como Parque da Cidade foi o primeiro parque da cidade de Aracaju, construído no famoso Morro do Urubu sendo localizado na Avenida Coríntio Leite, Bairro Industrial zona norte de Aracaju. São diversas histórias contadas em relação ao nome do morro, uns relatam que havia um grande lixão na área, outros falam que por ser uma área de altitude elevada, a áreaservia de dormitório, atraindo diversas espécies de aves.

O parque é caracterizado por ser um local livre, arborizado, abrigando uma pequena reserva biológica e também uma área de proteção animal. O espaço possibilita o encontro de pessoas de todas as idades que estão em busca de realizar diversas atividades como: lazer, esporte, turístico, entre outros.

Inaugurado em 12 de março de 1979, o parque teve a presença do grupo humorístico “Os trapalhões”. No decorrer dos anos, o local foi completamente abandonado pelos visitantes e turistas, por apresentar estrutura danificadas e infraestrutura precária para atender o público.

Figura 01: Imagem via satélite do Parque da Cidade José Rollemberg Leite



Fonte: Google Maps (2021).

Em 25 de maio de 1985 o parque foi reinaugurado trazendo uma ampla diversidade de opções de lazer como: campo de futebol, serviços de charretes, trenzinhos, quadras poliesportivas, entre outros. (figura 2).

Figura 02: Imagem do Parque da Cidade José Rollemberg Leite



Fonte: Autores (2021).

Em 2006 o parque passou por uma nova reforma, atribuindo mais uma opção de lazer como a construção do teleférico, proporcionando uma visualização panorâmica da Mata Atlântica, do Rio Sergipe e algumas instalações do zoológico. E também teve a implementação de um espaço destinado para a administração do parque.

O zoológico é o espaço que possui mais fluxo de visitantes, em razão da grande variedade de animais. Em algumas áreas do zoológico há uma grande preocupação da acessibilidade e inclusão de cadeirantes.

5.1. PARQUE DOS CAJUEIROS

Inaugurado na década de 1990, o Parque Gov. Antônio Carlos Valadares conhecido também como Parque dos Cajueiros fica situado em uma área nobre da capital sergipana. O parque ficou um período fechado (cerca de 10 anos), sendo reaberto no começo do ano de 2012 com inúmeras opções de lazer para todas as idades (figuras 3 e 4).

Figura 03: Imagem via satélite do Parque dos Cajueiros



Fonte: Google Maps (2021).

Figura 04: Imagem do Parque dos Cajueiros



Fonte: Autora (2021).

O parque possui uma pequena passarela sobre o Rio Poxim, com uma magnífica paisagem admirada por muitos visitantes turistas. O local também é bastante aproveitado para a pesca e esportes. Em relação à infraestrutura o parque possui academia ao ar livre, com diversos equipamentos. Possui pistas de pedestres, ciclovias, quadras poliesportivas e

prática de esportes náuticos sendo praticados no rio Poxim.

No complexo do local há inúmeros comerciantes, na qual vendem guloseimas, pipocase disponibilizando camas elásticas, piscinas de bolinhas fazendo a alegria da criançada. Também possui lanchonetes, sorveterias e um restaurante chamado “Casa de Seresta RaimundoBaiano” muito conhecido por suas serestas.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa dos parques Gov. José Rollemberg Leite e Cajueiros foi baseada nas recomendações das normas de ABNT NBR 9050 e na Lei nº 10.098/00, as quais possuem como objetivo principal tornar os espaços urbanos mais acessíveis, eliminando barreiras para as pessoas, independente do seu estado físico seja com deficiência ou mobilidade reduzida.

Em razão da pandemia do COVID-19, os questionários foram criados no Google Formse disponibilizado pelas redes sociais WhatsApp, Instagram e E-mail para visitantes e gestores. Portanto, o número de respostas recebidas não foi o esperado, comparado a quantidade de questionários enviados. Durante a pesquisa no parque não foi encontrado o gestor, em razão disso foi enviado um questionário para a coordenadora de Áreas Protegidas do Estado de Sergipe, o que contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa do parque da Cidade - José Rollemberg Leite. Com relação ao Parque dos Cajueiros foi informado que atualmente está sem gestão e no momento o Pelotão Ambiental cuida do parque. Por esse motivo, não foi possível obter resposta do questionário do gestor referente ao Parque dos Cajueiros.

6.1. LEVANTAMENTO DE PESQUISA PARQUE DA CIDADE - JOSÉ ROLLEMBERG LEITE

O parque analisado apresenta vários problemas em relação à infraestrutura. Na entrada do parque (figuras 05 e 06) é possível observar o primeiro obstáculo com relação a acessibilidade, como por exemplo falta de rampas de acesso, a calçada não é adaptada apresentando níveis diferentes.

Figuras 05 e 06: Imagens do Parque José Rollemberg Leite



Fonte: Autora (2021).

O ponto de ônibus está localizado aproximadamente 50 m da entrada do parque (figuras 08 e 09), não oferece nenhuma acessibilidade, com inúmeros buracos e desníveis em todo calçamento.

Figuras 07 e 08: Imagens do ponto de ônibus



Fonte: Autora (2021).

O parque enfrenta grande dificuldade em relação a inclinação e padronização de sinalização tátil em rampas. É possível verificar (figura 09 e 10) que não possui nenhuma sinalização horizontal na rampa e ausência do piso tátil como é estabelecido conforme a NBR 9050.

Figura 09 e 10: Imagens do ponto de descanso com rampa apresentando regularidade



Fonte: Autora (2021).

A sinalização e placas de trânsito são existentes, contudo, podem ser ampliadas e melhoradas em todo o parque (Figuras 11 e 12). Foi verificado a partir da (figura 12) que a área de circulação é totalmente pavimentada e apresenta pequenas falhas (desnívelamento) podendo ser um obstáculo para pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida.

Figuras 11 e 12: Imagens de sinalização



Fonte: Autora (2021).

O acesso ao posto (figuras 13 e 14) possui uma escada larga contínua, não possui nenhuma rampa e corrimão para pessoas com mobilidade reduzida, ou seja, a área de circulação externa não possui nenhuma acessibilidade.

Figura 13 e 14: Imagens do posto policial do parque, é possível observar que na entrada não possui acessibilidade



Fonte: Autora (2021).

Na chegada ao parque, é possível deixar o veículo em um estacionamento aberto (figura 15), localizado aproximadamente a 100 m da entrada principal, nesse caminho percorrido não há nenhuma acessibilidade. O calçamento de todo estacionamento é de paralelepípedo proporcionando mais obstáculos, não há vagas destinada para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência.

Figura 15: Imagem do estacionamento



Fonte: Autora (2021).

Foi observado (figuras 16, 17 e 18) que em algumas áreas é inexistente a pavimentação, com diversas raízes de árvores, gramados e ausência de rampas dificultando a acessibilidade ao local.

Figuras 16 e 17: Imagens da área de zoológico



Fonte: Autora (2021).

Figura 18: Imagem da área do zoológico



Fonte: Autora (2021).

7. RESULTADOS OBTIDOS ATRAVÉS DOS QUESTIONÁRIOS - VISITANTES (GOOGLE FORMS)

Foram aplicados 31 questionários, mas somente 12 pessoas responderam. O questionário foi enviado através de e-mail e pelas redes sociais Instagram e WhatsApp.

Quanto à visitação ao local 54,8% informaram que não costumam visitar o parque e 45,2% informaram que costumam visitar o local. De acordo com os visitantes 41,9% informaram que vão acompanhados com a família; 41,9% com os amigos e apenas 16,1% visitam o parque sozinho. Foi informado que 96,8% dos visitantes não possuem nenhuma deficiência e apenas 3,2% possuem deficiência física.

Em relação a satisfação da acessibilidade no local, 71% dos entrevistados informaram que não estão satisfeitos e 29% dizem que estão satisfeitos. Classificam o parque como “bom” 54,8% dos entrevistados; como “ótimo” 16,1% e 29% dos entrevistados classificam o parque como “ruim”. A experiência no parque foi positiva para 61,3% dos entrevistados e 38,7% comonegativa.

Ao perguntar aos entrevistados sugestões para a melhoria da infraestrutura do parque, foi possível observar as seguintes opiniões:

- Entrevistado 1: “Melhoria do acesso ao zoológico, uma passarela para o público se locomover sem precisar disputar espaço com os carros”.
- Entrevistado 2: “Inovação e segurança”.
- Entrevistado 3: “Brinquedos que permitam que crianças com deficiência também possam brincar”.
- Entrevistado 4: “Implementação de cercas separando o parque da vegetação e mudanças em relação a acessibilidade para melhor aproveitamento das pessoas que possuem necessidades físicas.”
- Entrevistado 5: “Pintura das construções”.
- Entrevistado 6: “O parque possui uma infraestrutura precária. A sugestão seria implantação de mais rampas, banheiros acessíveis, melhorar o acesso ao zoológico, pois não apresenta muita acessibilidade, entre outros.”
- Entrevistado 7: “Deveria ter mais atrativos”.
- Entrevistado 8: “Precisa de reforma”.
- Entrevistado 9: “Aumentar um pouco a acessibilidade para outras pessoas com deficiência possam ir ao parque”.
- Entrevistado 10: “Primeiro, tratar melhor os animais que vivem lá, todo mundo sabe que os bichos passam fome e são solitários. Além disso, tratar de botar um policiamento mais reforçado lá, porque os assaltos são frequentes e além disso, tentativas de abusos sexuais também ocorrem”.
- Entrevistado 11: “Melhorar a iluminação do local”.
- Entrevistado 12: “O zoológico precisa de reestruturação e mais cuidados com os animais”.

8. RESULTADO OBTIDO ATRAVÉS DO QUESTIONÁRIO PARA GESTOR - COORDENADORA DE ÁREAS PROTEGIDAS DO ESTADO (GOOGLE FORMS)

Segundo a coordenadora de Áreas Protegidas do Estado de Sergipe, o parque costuma receber muitos visitantes e o que mais agrada no local é o lazer, contato com a natureza e o zoológico. A mesma informou que o parque José Rollemberg Leite não oferece nenhuma acessibilidade aos visitantes, não atendendo as leis e normas de acessibilidade NBR 9050:2004.

Foi informado também que o parque não possui nenhum projeto para atrair visitantes/turistas com mobilidade reduzida. A coordenadora relatou que o parque necessita de reforma em toda sua infraestrutura para melhor atender os visitantes. Em razão da pandemia, o parque se encontra fechado e está recebendo apenas animais capturados pelo ADEMA (gestão da área do zoológico) e pelo Pelotão Ambiental.

A partir da análise e dos depoimentos, é possível diagnosticar que o parque José Rollemberg Leite não oferece as mínimas condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida conforme a Lei nº 10.098 e a NBR 9050:2004 apresentando inúmeras barreiras arquitetônicas.

9. LEVANTAMENTO DE PESQUISA PARQUE DOS CAJUEIROS

O parque apresenta acessibilidade em toda área externa, garantindo aos visitantes segurança e conforto (Figuras 19 e 20).

Figuras 19 e 20: Imagens da entrada do parque



Fonte: Autora (2021).

Através das imagens (figuras 20 e 21) é possível observar que na entrada do parque, existem elementos acessíveis para visitantes/turistas, proporcionando o direito de ir e vir com autonomia e segurança, que são estabelecidas pelas normas de acessibilidade, como por exemplo, rampas, travessia de pedestre elevada, piso tátil, calçamento uniforme e ciclovia para ciclistas e pedestres.

Figura 20 e 21: Imagens da entrada do parque



Fonte: Autora (2021).

Conforme as (figuras 22 e 23) é possível observar que a rampa principal do ponto de ônibus é acessível, porém encontra-se em estado de degradação devido a ação do tempo faltando pintura e manutenção.

Figuras 22 e 23: Imagens do ponto de ônibus e rampa de acesso



Fonte: Autora (2021).

O parque possui rampas com piso tátil como é estabelecido, segundo a NBR – 9050 proporcionando aos visitantes/turistas a livre circulação em todo o parque. As rampas conforme as (figuras 24 e 25) apresentam falta de manutenção.

Figuras 24 e 25: Imagens das rampas de acesso na área interna



Fonte: Autora (2021).

O estacionamento não possui vagas destinadas a veículos que transportam pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O parque não possui nenhuma sinalização de placas verticais ou horizontais. (Figuras 26 e 27).

Figura 26 e 27: Imagens do estacionamento



Fonte: Autora (2021).

As faixas de pedestres existentes em todo parque são acessíveis, oferecendo aos visitantes/turistas uma melhor segurança. De acordo com a resolução n° 738, de 6 de setembro de 2018, (BRASIL,2018) estabelece padrões e critérios para a instalação de travessia elevada para pedestre em vias públicas. (Figuras 28, 29 e 30).

Figuras 28 e 29: Imagens da faixa de pedestre



Fonte: Autora (2021).

Figuras 30: Imagem da faixa de pedestre



Fonte: Autora (2021).

O acesso aos banheiros femininos e masculinos não possui rampas de acesso dificultando o acesso de pessoas com mobilidade reduzida. Foi verificado que a área de circulação possui apenas piso tátil na entrada principal da administração dos banheiros e na entrada dos banheiros não possui nenhum tipo de acessibilidade. (Figura 31).

Figura 31: Imagem da administração dos banheiros



Fonte: Autora (2021).

Foram observados que os banheiros femininos e masculinos ambos são acessíveis em algumas partes, como por exemplo as barras de apoio que são fundamentais para a melhor movimentação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Os pisos dos boxes sanitários não são antiderrapantes como é regulamentado pela ABNT NBR – 9050:2015 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos). (Figuras 32 e 33).

Figuras 32 e 33: Imagens do banheiro



Fonte: Autora (2021).

Foi analisado (figura 34) que não há barras de apoio ao lado da pia e a torneira não é adaptada para deficientes ou pessoas com mobilidade reduzida (mecanismo manual e giratório), como é exigido pela ABNT NBR 9050, na qual recomenda que as torneiras sejam acionadas por alavancas ou sensor.

Figura 34: Imagem da pia do banheiro



Fonte: Autora (2021).

O parque possui acessibilidade no complexo esportivo, (figuras 35, 36, 37 e 38) porém foi observado que no local falta manutenção nas sinalizações, calçamento e pintura.

Figuras 35 e 36: Imagens do complexo esportivo



Fonte: Autora (2021).

Figura 37 e 38: Imagens do complexo esportivo



Fonte: Autora (2021).

Como se pode observar nas (figuras 39 e 40), a área de circulação possui acessibilidade, apresentando sinalizações adequadas, piso tátil, calçamento adequado sem desníveis conforme a norma NBR 9050 de acessibilidade.

Figuras 39 e 40: Imagens da área ciclismo e caminhada



Fonte: Autora (2021).

10. RESULTADOS OBTIDOS ATRAVÉS DOS QUESTIONÁRIOS DOS VISITANTES (GOOGLE FORMS)

Foram aplicados 39 questionários, mas somente 20 pessoas responderam. O questionário foi enviado através de e-mail e pelas redes sociais Instagram e WhatsApp.

De acordo com os entrevistados 53,8 % informaram que é do sexo feminino e 46,2% masculino. Sobre o estado civil 74,4% informaram que são solteiros; 17,9% casados; 2,6% são divorciados e 5,1% outros. Em relação à faixa etária 53,8% dos entrevistados tem entre 11 a 21 anos; 23,1% informaram que tem entre 22 a 31 anos; 12,8% informaram que possui 32 a 41 anos e 10,3% tem 42 a 51 anos.

Quanto à visita ao local, 51,3% informaram que não costumam visitar o parque e 48,7% informaram que costumam visitar o local. De acordo com os visitantes 43,6% informaram que vão acompanhados com a família; 48,7% com os amigos e apenas 7,7% visitam o parque sozinho. Foi informado que 100% dos visitantes não possuem nenhuma deficiência física.

Em relação a satisfação da acessibilidade no local, 53,8% dos entrevistados informaram que não estão satisfeitos e 46,2% dizem que estão satisfeitos. Classificam o parque como “bom” 76,9% dos entrevistados; como “ótimo” 15,4% e 7,7% dos entrevistados classificam o parque como “ruim”. A experiência no parque foi positiva para 76,9% dos entrevistados e 23,1% como negativa.

Ao perguntar aos entrevistados sugestões para a melhoria da infraestrutura do parque, foi possível observar as seguintes opiniões.

Entrevistado 01: “Está precisando de uma pequena reforma, principalmente nos banheiros. Mas em termos de acessibilidade no local na minha opinião tá bom”.

Entrevistado 02: “Reforma no banheiro, mais rampas de acesso e melhorias nas pinturas em geral”.

Entrevistado 03: “Manutenção de alguns objetos, pinturas e segurança”.

Entrevistado 04: “Reformar pista devido aos buracos”.

Entrevistado 05: “Zelo pelo local e melhoria na iluminação”.

Entrevistado 06: “Melhorar a iluminação no período noturno”.

Entrevistado 07: “No tempo que frequentei o local, a segurança (reforço de policiamento)

era mínima, quase inexistente. O parque é bom, a infraestrutura é boa, mas precisa combater ainda questões de vandalismos com reforço policial, por exemplo”.

Entrevistado 08: “Brinquedos que permitam que crianças com deficiência também possam brincar”,

Entrevistado 09:” Seria interessante um maior investimento na segurança do parque para evitar assaltos”.

Entrevistado 10:” Implementação de cercas separando o mangue do parque; mudanças para que ocorra uma melhor locomoção dentro do parque para pessoas que possuem necessidades físicas”.

Entrevistado 11: “Mais infraestrutura e reforma de danos pelo tempo”.

Entrevistado 12: “Rampas de acesso, calçadas uniformes (sem buracos)”.

Entrevistado 13: “Melhoria na infraestrutura”.

Entrevistado 14: “Colocar mais atrativos para as crianças, como brinquedos, colocar fast food com o objetivo de entreter a família”.

Entrevistado 15:” Questão da segurança e da aparência, pois percebi que tinha vários locais pichados nos próprios quiosques”.

Entrevistado 16: “Ter mais vagas de estacionamento para ir mais pessoas ao parque”.

Entrevistado 17: “Primeiro, melhorar os locais de caminhada e os quiosques para o pessoal ir. Além disso, melhorar a infraestrutura como um todo, para que as pessoas cadeirantes possam visitar”.

Entrevistado 18: “Questão de placas de conscientização ambiental, frases e entre outras coisas”.

Entrevistado 19: “No geral a infraestrutura é boa. Os banheiros poderiam ser melhorados”.

Entrevistado 20: “Melhorar o calçamento do parque”.

A partir da análise, foi possível diagnosticar que o parque dos Cajueiros oferece condições de acessibilidade conforme a Lei nº 10.098 e a NBR 9050:2004 (Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos), porém deve ser melhorada a infraestrutura do local. Os depoimentos dos entrevistados apontam que o parque dos Cajueiros oferece boas condições de acessibilidade para as pessoas independente do estado físico, contudo, precisa de reforma, pintura e manutenção.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o presente trabalho possa contribuir em pesquisas futuras, já que se trata de uma temática de grande importância para o profissional do turismo. O mesmo deve ser acessível para todos e não deve ser entendido somente como direito social, mas como uma grande oportunidade de negócios para o setor em nosso país.

A importância da acessibilidade no turismo é muito clara e precisa ser debatida e analisada, para que não prejudique a segurança e a integridade física e não deixar nenhum turista excluído da atividade por conta da falta da acessibilidade.

Diante das entrevistas e observações da pesquisa foi possível detectar que o Parque da

Cidade - José Rollemberg Leite oferece poucas e deficitárias condições de acessibilidade aos visitantes/turistas, como é estabelecido na norma da ABNT NBR 9050:2004. Entretanto, o parque dos Cajueiros é um local acessível, mas que necessita de melhoria na infraestrutura. Dessa forma possibilitando o direito de ir e vir das pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência.

REFERÊNCIAS

- [1] ABNT. NBR 9050, Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- [2] ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- [3] ALVES, Prinscilla; RAIA, Archimedes Azevedo. Mobilidade e Acessibilidade Urbanas Sustentáveis: A gestão da mobilidade no Brasil. Disponível em [www.ambiente- augm.ufscar.br] Acesso em: 04 de fevereiro de 2021
- [4] ANDRADE, J.V. Turismo: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1992. APPOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de Metodologia Científica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- [5] BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 13 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- [6] BENI, M.C. Fundamentos da Teoria de Sistemas Aplicadas ao Turismo. 2001. P. 36. BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 13. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008 BENI, Mário Calos. Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2011.
- [7] BERNARDES, Sandra Ribeiro. Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec9_CadernoAcessibilidade_m.pdf] Acesso em 15 de fevereiro de 2021
- [8] BINS ELY, Vera Helena Moro. Orientar-se no Espaço: Condição Indispensável para a Acessibilidade. In: Seminário Nacional Acessibilidade no Cotidiano, I, 2004, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- [9] BRASIL, Lei Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000. Brasília, 2004.
- [10] BRASIL, Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de Atendimento às Pessoas que específica, e dá outras Providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Poder Executivo, Brasília, 1989.
- [11] BRASIL, Lei No 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 1 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil].
- [12] BRASIL, Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.
- [13] BRASIL, Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.
- [14] BRASIL, Resolução Nº 738, de 6 de setembro de 2018.
- [15] COLESANTI, M. T. M. Por uma Educação Ambiental: o Parque do Sabiá, em Uberlândia, MG.1994. 175f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1994.
- [16] CORNER, D. M. R. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.
- [17] DANTAS, Andréa Virgínia Sousa; CHAGAS, Márcio Marreiro das; AMARAL, Semari Estefânia da Silva; et al. Pessoas com Deficiência como Nicho de Mercado no Turismo Emissivo e Receptivo: Uma Análise da Realidade da Cidade do Natal/RN. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL

(SeminTUR) Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de junho de 2008.

- [18] DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. 8. Ed. São Paulo: Futura.
- [19] DE LA TORRE. Oscar. El turismo: fenómeno social México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- [20] DISCHINGER, Marta; PADARATZ, Rejane; ELY, Vera Helena M.B. Acessibilidade e inclusão no ensino para melhoria da qualidade de vida urbana. Florianópolis, 2005.
- [21] DORIGO, T.A.; LAMANO-FERREIRA, A.P.N. Contribuições da Percepção Ambiental de Frequentadores sobre Praças e Parques no Brasil (2009-2013): revisão bibliográfica. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, vol. 4, n.3, 2015. Disponível em: [http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/138] . Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.
- [22] FRANÇA, T.P.P.de; SANTOS, C.Z.A.dos; GOMES, L.J. Arborização de Aracaju: uma percepção dos seus moradores. Geografia (Londrina), v. 21, n. 2, p. 5-22, 2013. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/9507.] Acesso em: 18 de fevereiro de 2021
- [23] GOMIDE, A. Á., & GALINDO, E. P. (2013). A mobilidade urbana: uma agenda inconclusa ou o retorno daquilo que não foi. Estudos Avançados, 2013. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300003&lng=pt&tlng=pt] Acesso em 01 de março de 2021
- [24] KNEIB, Erika Cristine. Mobilidade Urbana e Qualidade de Vida: do Panorama Geral ao Caso de Goiânia. Goiânia: Revista UFG, 2012.
- [25] KINSKY, Marcos (2004). Serpro garante acessibilidade digital para portadores de necessidades especiais. Disponível em: [https://lucianopg.wordpress.com/2010/05/07/serpro-garante-acessibilidade-digital-para-portadores-de-necessidades-especiais/]. Acesso em 10 de fevereiro de 2021
- [26] MACEDO, Silvio S. e SAKATA Francine G. Parques Urbanos no Brasil. SP- Editora da Universidade de São Paulo – Coleção QUAPÁ; 2003.
- [27] MARIA, Ecione da Silva; RIBEIRO, Beatriz Soares. A acessibilidade no parque do Sabiá para pessoas com deficiência física. Disponível em [http://www.observatorium.ig.ufu.br/] Acesso em: 09 de fevereiro de 2021
- [28] MATIAS, Átila. Mobilidade urbana no Brasil; Brasil Escola. Disponível em: [https://brasilecola.uol.com.br/geografia/mobilidade-urbana-no-brasil.htm] Acesso em 23 de fevereiro de 2021
- [29] OMT - Organização Mundial de Turismo. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001. PAVARINO Filho, R.V. Análise do espaço de Circulação de Pedestres nos Deslocamentos Complementares a Viagens e Transportes Público. Dissertação de mestrado. Engenharia Civil. Universidade de Brasília. Brasília, 1996.
- [30] TOLEDO, F. S.; SANTOS, D. G. Espaços Livres de Construção. SBAU. Piracicaba. v.3, nº 01, mar. 2008, p.73-91.
- [31] TOLEZANO, Beatriz Regina. Acessibilidade em terminais de passageiros em São Paulo: Tiête e Cumica, 2011. Disponível em [https://www.eumed.net/rev/curydes/09/taw.htm] Acesso em 18 de fevereiro de 2021
- [32] PINTO, Tales. Mobilidade urbana e o direito à cidade. Disponível em [https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/mobilidade-urbana-direito-cidade.htm] Acesso em 01 de março de 2021
- [33] RAMPAZZO, S. E.; CORRÊA, F. Z. Mota. Desmistificando a metodologia científica: guia prático de produção de trabalhos acadêmicos. Erechim, RS: Habilis, 2008. 199 p ROLIM, L. C. (1989). Educação e Lazer: A Aprendizagem Permanente. São Paulo: Ática.
- [34] RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1996.
- [35] SATHISAN, S.K.; SRINIVASAN, N. Evaluation of accessibility of urban transportation networks. Transportation Research Record, n. 1617, 1998, p. 78-83.

- [36] SEGAWA, H. Ao amor do público: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996
- [37] SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2016.
- [38] SOUZA, Elaine Santos Fontes. Acessibilidade do cadeirante: O caso da praça Tobias Barreto. Aracaju/SE, 2016. Disponível em [\[https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9618/2/Elaine_Souza_Santos_Fontes.pdf\]](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9618/2/Elaine_Souza_Santos_Fontes.pdf) Acesso 01 de março de 2021
- [39] VASCONCELLOS, E. A. Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.

Capítulo 17

Trabalho nas ruas de Fortaleza (1887-1928): Percepções e valores construídos em uma cidade em transformação

Maria Isabele Farias Moreira

Resumo: Na Fortaleza do fim do século XIX e início do século XX evidenciou-se a emergência do trabalho como um artifício do processo de urbanização e modernização da cidade. O trabalho nas ruas ajudou na construção deste espaço, ratificando seu prestígio social para sua época ou evidenciando suas contradições com o projeto modernizador em curso, acentuado pela ideia da dignificação do homem através do trabalho e do repúdio ao ócio. O artigo problematiza as relações de trabalho nas ruas de Fortaleza, que estavam inseridas no cenário do avanço da urbanização da cidade.

Palavras-chave: Trabalho, urbanização, Fortaleza, modernização.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização da cidade de Fortaleza ocorreu de maneira mais lenta do que em outras cidades do Brasil com maior centralidade de comércio, como Rio de Janeiro e Recife. A lentidão com que chegavam os equipamentos de modernização na cidade, em relação às outras, se dava principalmente porque até meados do século XIX Fortaleza ainda se configurava apenas como um centro político, mas sem grande efervescência comercial.

Para Juliana Magalhães Linhares, Fortaleza como grande centro urbano, se dá apenas na segunda metade do século XIX, com a entrada efetiva do Ceará no comércio internacional:

O impulso necessário para a mudança de cenário econômico e político da província de base agropastoril foi dado na década de 1860 com o aumento da produção e exportação algodoeira. Nesse período, o Ceará se transformou num importante polo de abastecimento da indústria têxtil inglesa.¹ (LINHARES, 2011, p. 28).

Nesse aspecto, a localização geográfica fora fundamental. Como a capital possuía uma localidade que favorecia a entrada e saída de mercadorias através da sua faixa litorânea, aos poucos o comércio foi centralizando-se na região, que por consequência, precisou moldar-se para atender as novas demandas.

O comércio, como ferramenta do capital, continuamente busca criar infraestruturas sociais capazes de sustentar a circulação de mercadorias², logo, o porto, as estradas de ferro, os arruamentos e todo o sistema de transporte urbano, pode ser considerado como parte central desse processo, uma vez que ele só se torna possível com a “*anulação do espaço pelo tempo*”³, ou seja, a necessidade de diminuir o tempo que se leva para circular o capital de um lugar para outro integrando espacialmente trabalhadores, mercadorias e consumidores.

Fortaleza, como centro urbano, é um produto do capital e de acordo com as mudanças infra estruturais e a chegada dos equipamentos urbanos e da ampliação da malha urbana, modificam-se também as relações de trabalho, como aponta Milton Santos:

Quanto mais evoluem os sistemas de engenharia, mais coisas se produzem em menos tempo. Também se transportam mais objetos em menos tempo, o consumo se faz mais imediatamente, tornando tudo isso mais e mais fácil, graças aos equipamentos criados pelo Estado para facilitar a circulação. Altera-se a relação capital-trabalho, isto é, a equação dos empregos, e muda a estrutura profissional, levando ao aumento de número de técnicos, administradores e outros trabalhadores.”⁴ (SANTOS, 2012, p. 90).

¹ LINHARES, Julia Magalhães. Entre a casa e a rua: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidade, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2011. (pág. 28)

² HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. / David Harvey. – São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências). (pág. 128)

³ *Idem.* (pág. 48)

⁴ SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia / Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. – 6. Ed. 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (pág. 90).

A cidade então, conforme vai sendo construída e modernizada, passa a pautar e possibilitar uma série de ofícios. O espaço muda em um movimento dialético as formas de trabalho. No caso de Fortaleza, é possível observar que conforme avançavam os equipamentos de modernização do capital, o perímetro central vai também concentrando espaços de produção:

A listagem de estabelecimentos filiados à Associação Comercial do Ceará, presentes do Almanaque de 1899, mostra que as atividades fabris se concentravam nas áreas centrais da cidade, sobretudo na rua Formosa, Senna Madureira, Barão do Rio Branco, Boulevard do Imperador e Travessa da Alfândega, resumindo-se ao beneficiamento de matérias-primas produzidas no Estado.”⁵ (QUEIROZ, 2011, p. 37).

O centro se firma como um lugar de trabalhadores conforme as necessidades comerciais avançam. No presente recorte, busco dar uma maior atenção a como esse processo ocorre no âmago das ruas da cidade, considerando estas como esfera fundamental do desenvolvimento urbano capitalista.

As ruas, dentro do circuito mercadológico, facilitam o trânsito de pessoas (trabalhadores e consumidores) e de mercadorias e tornam a paisagem mais rápida e eficaz. Dessa maneira, enquanto configuração geográfica, podem ser pensadas a partir da chave de leitura marxista uma vez que boa parte do discurso que pauta o projeto de expansão da malha urbana (1866) baseia-se no atendimento das necessidades comerciais, do controle de trabalhadores e do resguardo a moral e segurança dos potenciais consumidores, aqueles que configuram as classes com maior poder aquisitivo de compra.

A expansão da malha urbana aumenta as possibilidades de trabalho, seja pela facilitação de ofícios já existentes, pelo aumento do número de trabalhadores em algumas profissões ou pela criação de novas funções, antes inexistentes. Em meio a esse processo, surgem contradições e disputas.

2. O TRABALHO NAS RUAS

Em análise feita através do censo organizado pela chefia de polícia de 1887⁶ é possível observar pelo menos 15 profissões que se utilizam das ruas como meio efetivo de trabalho. Algumas delas, como cita Linhares, mesmo não tendo seu fim neste espaço, acabam usufruindo dele para facilitar os processos:

Grande parte deles precisava conhecer a cidade para trabalhar, pois, dessa forma, percorriam as ruas e becos com mais facilidade, diminuindo o caminho e se movimentando mais rápido. Para alguns, ganhar tempo era essencial. Podemos citar, para este caso, vendedores ambulantes e os criados que faziam o serviço externo da casa, e os escravos de ganho que viviam “sobre si”, prestando serviços para terceiros, que quanto menos gastavam no percurso mais clientes ganhavam. Esses sujeitos, entre uma infinidade de

⁵ Queiroz, Priscilla Régis Cunha de. Trabalho e Cotidiano: produção e comércio de gêneros Alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do XX. – Fortaleza, 2011. (pág. 37)

⁶ Censo da chefia de polícia de 1887.

ocupações que realizavam, tinham no conhecimento do traçado urbano, um aliado para o seu trabalho.⁷ (LINHARES, 2011, p. 32/33).

Além das profissões citadas acima, as ruas como um “aliado para o seu trabalho”, também podem ser observadas em ofícios como o de pedreiros, lavadeiras, quitandeiras, capinas, pintores e prestadores de serviços independentes de maneira geral. Todos esses ofícios, sendo muito populares entre os trabalhadores pobres em 1887, de acordo com o censo realizado pela Chefia e Polícia⁸.

Nos chama a atenção, além dos citados acima, a profissão de jornaleiro, que entre o sexo masculino configura a com maior número de trabalhadores. A princípio pode-se ter a impressão de que jornaleiro se trata do trabalhador responsável por entregar jornais ou responsável por uma banca de jornais, mas na segunda metade do século XIX, esse termo era comumente utilizado para designar aqueles que cumprem jornada de trabalho diárias, ou seja, que prestam os mais variados serviços e que são contratados através do sistema de diárias, onde o cliente paga por um dia do seu trabalho para que realize aquilo que precisa.

É possível que os jornaleiros fizessem meias diárias, ou meias jornadas de trabalho, e em um dia prestassem serviço para duas ou mais casas diferentes. Com um salário não fixo, a agilidade de deslocamento é essencial para a garantia de um maior ganho por jornada, atendendo a mais clientes. Todo esse movimento exige um profundo conhecimento e utilização das ruas da cidade.

Em média, a cada 1000 moradores, Fortaleza abrigava cerca de 80 jornaleiros, 30 lavadeiras, 20 pedreiros, 10 quitandeiros, 5 pintores e 200 prestadores de serviços domésticos⁹. Todas essas profissões utilizavam-se das ruas como rotas essenciais para a realização de seus respectivos trabalhos e é possível que ao longo da semana e dentro dos horários de jornada, fossem eles os que ocupavam em maior número este espaço.

Os prestadores de serviços domésticos nos são um caso singular por dois motivos: primeiro, é válido lembrar que até 1884 o Ceará contava com a mão de obra escrava e em Fortaleza a principal função das pessoas escravizadas era justamente auxiliar no manejo e manutenção das casas das famílias de seus senhores. Com uma população de 21.372 habitantes até 1872, Fortaleza contava com 1.183 escravizados¹⁰, número que suponho estar em grande parte ligado aos serviços domésticos.

Em segundo, muitas pessoas não escravizadas, principalmente após 1877, quando a população da cidade aumentou drasticamente devido a onda migratória do interior para a cidade devido as grandes secas, não constam como trabalhadoras na listagem do senso da polícia, mas aparecem como “agregadas” de casas de famílias com maior poder aquisitivo, que possuem no seu núcleo familiar médicos, professores e servidores públicos.

⁷ LINHARES, Julia Magalhães. Entre a casa e a rua: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidade, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2011. (pág. 32/33)

⁸ Censo da chefia de polícia de 1887.

⁹ Censo da chefia de polícia de 1887.

¹⁰ Censo de 1872 (Disponível em: IBGE).

Provavelmente, esses agregados, que em regiões mais nobres da cidade chegam a aparecer em todas as casas de uma rua, sem parentesco evidente com os chefes da família que os abriga, prestavam serviços domésticos sem vínculo empregatício, apenas em troca de moradia e comida, prática que perdurou como comum ainda durante muitas décadas.

Por ocupar em tão grande escala a população mais pobre da cidade em todo o período aqui trabalhado e os escravizados até a abolição, os trabalhos voltados a esfera do lar não nos passam despercebidos. E embora possa-se imaginar que estariam apenas restritos ao privado, trabalhar neste tipo de serviço não significava estar apenas em casa:

As atividades exercidas dentro de uma casa não se resumiam ao seu espaço interno. Muitos poderiam trabalhar na rua, como é o caso dos carregadores de água, já que não havia um sistema de esgoto. Consideramos ainda aqueles que cativos que, trabalhando ao ganho, poderiam mensalmente pagar um valor fixo ao seu senhor¹¹ (LINHARES, 2011, p. 70).

Buscando água, fazendo serviços por fora das ordens do senhor, empregador ou bem feitor, acompanhando as crianças da família, saindo para comprar suprimentos ou até mesmo cuidando da área externa das casas, os trabalhadores domésticos eram o maior número de trabalhadores na capital, mesmo considerando apenas aqueles listados pelo censo, e que se torna um contingente ainda maior considerando escravizados e agregados.

Nesta hipótese, também são os prestadores de serviços domésticos que se configuravam como o grupo que ia e vinha por entre as ruas da cidade em maior número, construindo o cotidiano dia após dia neste espaço.

Mas além dos trabalhadores que se utilizavam das ruas como meio, existem ainda aqueles que tem elas como fim, ou seja, que tem o espaço das ruas como seu lugar de trabalho, ofícios que são cumpridos especificamente neste espaço, como é o caso dos policiais, carroceiros, carteiros, mascates¹², maquinistas, guardas cívicos, carreteiros, cambistas, carregadores de quimoas, mulheres da vida¹³, carteiros, ambulantes e muitos outros. E embora estivessem em menor número do que aqueles que apenas iam e viam pelas ruas, muitas vezes são esses trabalhadores que constituem a paisagem¹⁴ da cidade.

Alguns desse grupo são trabalhadores formais e prestadores de serviços de maneira direta ou terceirizada para o Estado, mas a grande maioria das profissões que usam as ruas como fim são, na realidade, trabalhos independentes e informais, que aglutinam uma grande parcela de trabalhadores autônomos. Esses, possuíam menor seguridade financeira e estavam sujeitos a imprevistos como o clima, a ausência de clientela e embates com a polícia, uma vez que nem todos eram regularizados ou prestavam serviços permitidos pela lei.

Quase sempre os trabalhadores autônomos configuram-se como aqueles que não são bem vistos pelo Estado e que sofrem constantes repressões policiais. É possível observar um destes casos através de uma carta publicada na coluna “Queixas do Povo” do Jornal O

¹¹ LINHARES, Julia Magalhães. Entre a casa e a rua: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidade, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2011. (pág. 70)

¹² Mercado que oferece mercadorias a domicílio, pode também ser chamado popularmente de “galego”.

¹³ O mesmo que prostituta ou meretriz.

¹⁴ Paisagem segundo Milton Santos, explicar.

Ceará de 1928, onde um morador faz uma reclamação após observar o trato de policiais com um trabalhador autônomo:

Hontem, presenciamos diversos agentes policiaes tomando cadernetas e dinheiro de pobres cambistas valetudinários, na praça do Mercado, emquanto, á mesma praça, momentos antes e depois, vimos vender “bicho” em grosso e a retalho.

Por esta desigualdade é que não acreditamos que sejam eficientes as medidas policiaes, ora em vigor.¹⁵ (O CEARÁ, 1928, p. 5).

Os mascates são profissionais ilegais. Trabalham comprando bilhetes de estabelecimentos privados como cinemas e clubes e os revendendo a preços elevados para obter lucro. Normalmente, costumam vender para aqueles que não conseguiram comprar ingressos com antecedência e estão dispostos a pagar mais caro para ter acesso a entretenimento.

E embora suas atividades acabem prejudicando os consumidores, que gastam mais para ter acesso aos ingressos pelas mãos de um mascate do que nas bilheterias oficiais, se tomo a reclamação feita pelo morador para a coluna “Queixas do Povo” ao referido jornal, posso supor que este ofício não necessariamente era mal visto pelos moradores da cidade. No entanto, a atitude dos policiais de tomar o dinheiro e as cadernetas desses trabalhadores foram condenadas.

Todo embate em torno das profissões não regularizadas é na verdade um embate moral. Para o autor da carta, a revenda de ingressos, mesmo ilegal, não parece ser um atentado a moral, ao passo que o trato da polícia com o trabalhador e a desigualdade de tratamentos, estaria configurada como um comportamento a ser reprovado.

O popular “jogo do bicho”, que é citado no trecho, também é um ofício proibido, como quase todos os jogos de aposta serão nesse período, mas a disparidade de tratamento entre os dois tipos de vendedores indigna o morador, que se compadece pelo mascate “valetudinário”, fisicamente abatido e esgotado.

O discurso moral para o espaço das ruas e para o que a população acredita ser ou não trabalhos dignos, independente do prescrito em lei, está imbuído de uma série de variáveis. Este exemplo, embora não dê conta de demonstrar a grande variedade e diversidade dos trabalhadores “indesejados” ou “proibidos” em Fortaleza no período aqui trabalhado, o que ajuda a ilustrar a ideia de que, suas restrições podem ser variáveis de acordo com os sentidos dados a eles na produção do espaço das ruas da cidade, ou seja, “o resultado das ações dos homens, agindo sobre o próprio espaço”¹⁶.

3. QUANDO NÃO HÁ TRABALHO

No em tanto, nem todos eram trabalhadores. Nos primeiros anos da década de 1860 a maior parte da população cearense não tinha profissão definida segundo Tomás Pompeu de Souza Brasil, que em 1855 iniciou a realização de um ensaio estatístico da província do Ceará a pedido do então Presidente de Província, Conselheiro Vicente Pires da Motta:

¹⁵ O CEARÁ, Queixas do povo. 20 de outubro de 1928.

¹⁶ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia* / Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. – 6. Ed. 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (pág. 70).

Ciente das transformações políticas e sociais pelas quais passava o país, o Presidente reconhecia a importância em recensear a população. O trabalho intitulado Ensaio Estatístico da Província do Ceará foi publicado em 1863, abrangendo a Província, dividindo-a em partes, tais como a parte física enfocando aspectos ligados ao território, vegetação e reino animal. A segunda parte seria política, envolvendo, de forma geral, economia e população.¹⁷

Destaco dentre as diversas conclusões apresentadas por Tomás Pompeu, a falta de ofício entre a população cearense. O grande número de pessoas sem profissão definida também se estende a Fortaleza, problema que ao logo da segunda metade do século XIX viria a aumentar.

Isso porque, mesmo que durante a década de 1860 a cidade estivesse em crescimento econômico devido a exportação de algodão, as duas grandes secas, em 1877 e 1888, respectivamente, trouxeram um enorme desbalanço social para a pequena cidade.

Ao passo que em 1860 tomasse foco a modernização e embelezamento da urbe, tendo como base os planos de expansão e o controle social por meio do higienismo e policiamento, conforme a década de 1970 chegava, esse controle precisava estar também na coerção pelo trabalho, uma vez que o número de pessoas em Fortaleza era cada vez maior com a chegada de retirantes do interior que não tinham um ofício.

Esse problema era tão latente que em 1872, dos 19.092 moradores de Fortaleza em faixa etária propícia para o trabalho, 8.267 estavam sem profissão¹⁸, ou seja, 43,3% da população. Não ter uma profissão definida, não significa necessariamente estar sem trabalho, uma vez que muitas dessas pessoas poderiam fazer “bicos” para conseguir manter-se na cidade ou estar como agregados em casas de famílias mais abastadas, como vimos anteriormente. No entanto, ainda que com essas considerações, é possível reputar que o desemprego é um problema com o qual o Estado precisou lidar, fazendo-se necessário traçar estratégias para a sua solução.

Essas pessoas sem profissão, ociosos e muitas vezes sem uma moradia fixa, são um grande incômodo para Fortaleza que, para todos os fins, tentava manter uma boa aparência. Eram indesejadas porque, sem trabalho para cercar suas rotinas e comportamentos, passavam boa parte do tempo convencionalmente útil em outras atividades, quase sempre consideradas inadequadas para os códigos de postura, como o consumo de álcool em vias públicas e outros tipos de perturbação da ordem:

Capítulo 2.º

BULHAS, VOSERIAS, OBSCENIDADES E OFFENSAS Á MORAL.

Art. 98. E' proibido:

§ 1.º Levantar altos gritos á noite, sem necessidade ou utilidade.

§ 2.º Disputas ou controversias nas ruas em altas vozes.

¹⁷ LINHARES, Julia Magalhães. Entre a casa e a rua: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidade, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2011. (pág. 43)

¹⁸ Recenseamento Geral do Brasil de 1872 – IBGE.

§ 3.º Dar tiros a qualquer hora do dia ou da noite, excepto no desempenho de deveres ou serviço publico.

§ 4.º Praticar actos reputados obscenos em publico.

§ 5.º Banhar-se de dia no corrente da rua do Pôço, na lagôa do Garrote, Pajehú e outros lugares expostos as vistas dos viandantes, ou de quem estiver nas cazas.

§ 6.º Estar na propria caza de modo deshonesto, offensivo do pejo, de modo a ser visto e notado por quem passar pela rua.

§ 7.º Andar pelas ruas indecentemente vestido, deixando de trazer, pelo menos, camisa e calça, sendo aquela por dentro desta.

Os infractores além das penas criminaes, soffrerão a multa de 5\$000 reis.¹⁹ (Código de Postura, 1879).

A forte necessidade que o Estado tinha de controlar os comportamentos da população é muito bem exposta através dos códigos, onde até mesmo a forma como as roupas deveriam ser utilizadas era contida. Logo, não havendo como garantir que toda a crescente população seguisse as vias da lei, a coerção pelo trabalho tornava-se um importante meio de legitimação dos valores morais, uma vez que quem estava trabalhando, não poderia estar praticando, ao mesmo tempo, *“bulhas, voseiras, obscenidades e ofensas a moral”*.

Logo, se não há trabalho não há valor, e consequentemente também não há espaço para essas pessoas nas ruas. E, partindo desse pressuposto, a lógica empregada pelo Estado e classes altas, foi a de retirar todos esses moradores das vistas e deixar a livre circulação apenas para aqueles que possuíam um ofício a cumprir, e todos os outros, corriam o risco de serem, a qualquer momento, recolhidos pelas autoridades, como observo no caso de Manoel Roque Grangeiro, publicado no jornal O Ceará no ano de 1928:

O barrão foi recolhido ao Asylo de Mendicidade

Manoel Roque Grangeiro, mais conhecido pela alcunha de Barrão, é o heroe de que muito nós temos occupado nesta secção, quando canaliza para as vísceras alguns dedos da “branquinha”.

A embriaguez é o estado em que sempre se encontra este representante da degenerescência physica e moral.

Sem profissão alguma com que occupe as horas do dia, Manoel Roque é continuamente visto a vagabundar pelas ruas, não deixando, no entanto, de, com os nickeis que recebe de esmola ou provenientes de algum pequeno serviço particular, molhar a garganta com o saboroso “passa raiva” em cada bodega por que passa.

A polícia, por tanto, a fim de impedir que tão incurável “borracho” continue a vaguear pela cidade com prejuízo do sossego e moral publica mandou, hontem, recolhe-lo ao Asylo de Mendicidade.

¹⁹ Código de Postura da província de Fortaleza, 1879.

Dessa maneira, o Barrão, heroe da nossa chronica, não mais visitará, aos sabbados, as grades, como também não mais entornará o copo, que até ontem lhe era inseparável.²⁰ (Grifos meus). (O CEARÁ, 1928, p. 6).

Manoel era popularmente conhecido como Barrão, o termo significa porco não castrado próprio para a reprodução, mas pode ser utilizado para designar homens indesejados, não agradáveis. Ser indesejado é justamente a carga carregada pelos moradores ociosos, que eram tidos como um inconveniente para as vias públicas.

Manoel não possui profissão, como destaque no trecho “*Sem profissão alguma com que occupe as horas do dia*”, mas logo em seguida é apresentado o fato de que o morador na verdade tinha seus próprios meios de conseguir dinheiro para manter-se. Por esmola ou por prestação de “pequeno serviço particular”, Manoel usava o dinheiro que ganhava para sustentar seu vício em álcool, o que fere diretamente as condutas impostas pelo Estado.

O vício e a falta de emprego são colocados na matéria como atrelados, talvez pela noção de que quem trabalha, não tem tempo para beber, mesmo que trabalhadores com empregos fixos, também façam esse tipo de consumo na cidade.

Ao decorrer da leitura, observo que o problema visto em Manoel não é apenas a falta de trabalho, mas a perturbação da ordem pública: “*a fim de impedir que tão incurável “borracho” continue a vaguar pela cidade com prejuízo do sossego e moral publica*”, mas a falta de trabalho, é uma ferramenta de afirmação da falta de valores, já que esse fato aparece na argumentação da notícia de forma a desfavorecer Manoel. O trabalho é uma das formas pelas quais os cidadãos fortalezenses mantem-se controlados e vigiados. E entre profissões aceitas e não aceitas pela ordem estatal, o mais indigno na verdade é não ter profissão.

A mendicância decorrente do desemprego, era um problema de ordem moral, financeira e social considerado grave tanto pelo estado, como pelas camadas mais abastadas da população fortalezense, como destacado no relato do memorialista Rodolfo Teófilo:

Hoje, nos dias de sábado, vê-se uma procissão de esmoleres, rua abaixo e rua acima, e tão crescida que espanta. A falta de brio da arraia miúda em Fortaleza, chegou a ponto de santificarem o sábado. Reservam este dia para as esmolas. Já me haviam dito isto, que achei extravagante, mas depois verifiquei ser verdade. As lavadeiras, por exemplo, não trabalham nos sábados, pedem esmolas ... e todas as vezes que por eles passei no mencionado dia não vi uma lavadeira sequer.²¹ (THEÓFILO, 1997, p.35).

Teófilo afirma em sua obra, que pedir esmola tornou-se um hábito comum entre a camada empobrecida da cidade e que, até mesmo aqueles que possuem ofícios, como no caso das lavadeiras, pedem esmolas aos sábados. O ato de pedir esmola, passa a ser condenável e até mesmo repugnante, como aponta Cláudia Freitas de Oliveira ao tratar da construção do Asylo de Mendicidade de Fortaleza:

²⁰ O CEARÁ, 18 de agosto de 1928.

²¹ THEÓFILO, Rodolfo. Varíola e vacinação no Ceará. (Edição fac-símile). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 1997.

Segundo a historiadora Josinete Souza (1999, p.37), o discurso da imprensa voltava-se contra as ações praticadas por “esmoleres” que proliferavam em abundância pela cidade e atentavam contra os bons costumes. Seus atos eram considerados “imorais e repugnantes”, e o jornal salientava que nem sempre os que pediam esmolas eram realmente mendigos.

O Cearense reforçava o lugar da filantropia praticado por particulares na condução de obras públicas ao afirmar que o asilo “envolve a caridade no manto da esperança e afasta da esmola os verdadeiros necessitados” (Souza, 1999, p.37). Isto é, para o jornal, por meio da construção do asilo de mendicidade seria possível distinguir os verdadeiros dos falsos mendigos que, tendo estes condição de trabalhar, aproveitavam-se da situação de penúria da cidade para conseguir filantropia, sem, contudo, a merecer.²² (OLIVEIRA, 2019, p.60).

Dessa maneira, para retirar de vistas os ociosos, mendigos e perturbadores da ordem pública, na segunda metade do século XIX começa-se a pensar na necessidade de um lugar para onde pudessem despejar esses mendigos. As construções do Asylo de Mendicidade iniciam no ano de 1878, no então outeiro da prainha, comunidade não urbanizada e arruada, mas que ficava próxima da parte central e calçada da cidade.

A obra tem início a partir de uma generosa doação de Joaquim Cunha Freire, o Barão de Ibiapaba, que além de ceder o terreno, doou cerca de 10:000\$000 réis para sua realização. O prédio ficou pronto dois anos depois, em 1880, mas tendo em vista os altos custos para a manutenção do Asylo, terminou por abrigar o Colégio Militar, que funciona até hoje na referida propriedade.

No entanto, apesar de não ter sido concretizado naquele momento, os dois anos que se seguiram a construção do atual Colégio Militar, foram regados por discussões políticas e morais referente aos ociosos, mendigos e desempregados, uma vez que Barão de Ibiapaba era aliado aos conservadores que estavam à frente da Província. Logo, entre 1878 e 1880 fomentava-se a ideia de que era necessário tirar todos aqueles que estavam fora da lógica trabalhista das ruas.

Mais tarde, já no século XX o Asylo de Mendicidade é enfim inaugurado, em novo endereço, para onde Manoel Roque Granjeiro é levado em 1928 e, assim como ele, muitos outros moradores que fugiam ao trabalho coercitivo fortalezense.

4. METODOLOGIA

Utilizo na pesquisa um conjunto de fontes diversas, indo de periódicos até os Códigos de Postura municipais. Busco assim dialogar com a historiografia que versa sobre a utilização e métodos correspondentes as fontes aqui assinaladas.

O primeiro conjunto de fontes são os periódicos. O trabalho com as fontes hemerográficas iniciou-se com uma pré-seleção, a partir do catálogo de jornais microfilmados da

²² OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. O traço do personalismo das instituições assistenciais: doadores, doações e projeção social no Ceará oitocentista. In: História, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol. 26, núm. 1, Suppl., pp. 129-145, 2019.

hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, do acervo de periódicos do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará e dos digitalizados e disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional Digital. Elencamos como critério de escolha aqueles que possuíam grande circulação em Fortaleza e publicações diárias por compreender que esses jornais disputam fortemente a opinião dos moradores, assim como também fazem o movimento contrário, podendo ter colunas pautadas pela população, como veremos adiante.

Dessa forma, utilizo no presente artigo o jornal O Ceará, fundado em 1925 e que se colocava como anticlerical e possuía entre 10 e 12 páginas, quadros de noticiários destinados a questões policiais e “Queixas do Povo”. Escolhemos então, trabalhar com o quadro “Na Polícia e nas ruas”, que trata das ocorrências policiais, mais precisamente no ano de 1928 e com o quadro de “Queixas do Povo”, onde os moradores anviavam cartas a edição do jornal com suas queixas relativas a cidade.

O uso das fontes hemerográficas, no entanto, por si só não é suficiente. Na trajetória de construção desta pesquisa pretendeu-se cruzar fontes para uma melhor análise do nosso objeto. Dessa maneira, são também inseridas em nossa pesquisa documentações do Poder Legislativo, na tentativa de melhor compreender como a remodelação de Fortaleza era implementada a partir das normativas do Estado, seus empenhos, atribuições e concessões²³. Dentro dessa perspectiva, usamos o Código Municipal (1879), publicado em 1933, mais comumente conhecido como código de postura.

Trata-se de um documento que orienta as normativas da cidade, indicando penalidades para aqueles que não cumprem as mesmas. Diz respeito a construções de casas, estabelecimentos comerciais, praças, passeios, logradouros e abarca também as condutas e posturas dos moradores, indicando normas em torno do comportamento, horários, hábitos e lazer²⁴.

Nesta lista, decidimos trabalhar mais especificamente com os artigos que versam sobre a utilização do espaço público, encontrados nas seções: “Do trânsito geral”, “Do sossego e tranquilidade pública” e “Dos costumes e do aspecto geral da cidade”.

Por fim, nosso último conjunto de fontes são os censos, sendo trabalhados especificamente o Censo de Fortaleza de 1887, organizado pela chefia de polícia afim de contabilizar todos os moradores da cidade, registrando suas casas, profissões e relações parentais. E o censo de 1872, produzido por.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim concluo que, o trabalho aparece como uma das esferas essenciais do direito à cidade, e atrelada a outras, como a habitação e lazer, apresenta-se também como uma ferramenta de dignificação das ruas, delimitando quem é moralmente digno de ocupar ou não esse lugar, de constituir ou não essa paisagem.

²³ BACELLAR, 2008. p.35

²⁴ ALVES, CARVALHO, 2011. p.16.

REFERÊNCIAS

- [1] HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. / David Harvey. – São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).
- [2] LINHARES, J. M. Entre a casa e a rua: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888). 2011. 177 páginas. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidade, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2011. Disponível em: https://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6117/1/2011_dis_jmlinhares.pdf. Acessado em: Abril, 2023.
- [3] OLIVEIRA, C. F. O traço do personalismo das instituições assistenciais: doadores, doações e projeção social no Ceará oitocentista. In: História, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol. 26, núm. 1, Suppl., pp. 129-145, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/5KrMKk8tVMfnP7kKj4NkqQh/?lang=pdf>. Acessado em: Abril, 2023.
- [4] QUEIROZ, P. R. C. de. Trabalho e Cotidiano: produção e comércio de gêneros Alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do XX. – Fortaleza, 2011.
- [5] SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia / Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. – 6. Ed. 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- [6] THEÓFILO, R. Varíola e vacinação no Ceará. (Edição fac-símile). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 1997.

Capítulo 18

O Programa de Arranjos Produtivos Locais (PAPL) em Alagoas e o desenvolvimento como liberdade: Uma avaliação do arranjo Delta do São Francisco

Cleidijane Siqueira Santos

João Bosco Araújo da Costa

Resumo: A importância atribuída aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) como possíveis mecanismos promotores de desenvolvimento levou o governo federal e vários governos estaduais a, no início do ano 2000, apostarem no fomento a esse tipo de aglomerado econômico no Brasil por meio da elaboração de políticas públicas. Assim, em 2004, no estado de Alagoas, foi criado o Programa de Arranjos Produtivos Locais (PAPL), que passou a apoiar arranjos produtivos em diversas localidades, entre elas a região de planejamento do Baixo São Francisco, onde foi fomentado o “APL de Piscicultura Delta do São Francisco”. Em diálogo com a perspectiva de desenvolvimento como liberdade, de Sen (2010), este artigo tem como objetivo principal identificar a contribuição do PAPL para a expansão das liberdades individuais dos produtores do APL de piscicultura Delta do São Francisco, por meio da emancipação e autonomia dos produtores, como reflexo das ações de articulação institucional, de acompanhamento e de planejamento, implementadas a partir de 2013. Com o auxílio de entrevistas, análise documental e observação, verificamos que houve a realização destas ações, todavia elas não foram suficientes para promover a autonomia dos produtores envolvidos, de maneira que eles se tornassem agentes atuantes, premissa do desenvolvimento como liberdade.

Palavras-chave: Programa de Arranjos Produtivos Locais, Autonomia, Liberdades individuais, Desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

O artigo consiste em um recorte da tese de doutorado, intitulada “O Programa de Arranjos Produtivos Locais de Alagoas (PAPL): Avaliação da implementação de ações nos arranjos Delta do São Francisco e Caminhos do São Francisco”. Este programa se configurou como uma das principais políticas de desenvolvimento implementadas em Alagoas no início do ano 2000, sendo concebido no período em que o tema “Arranjo Produtivo Local” era muito discutido na academia e utilizado pelo governo federal como estratégia de desenvolvimento.

O principal objetivo desse programa público foi fomentar arranjo produtivos locais nas diversas regiões do estado, por meio do fortalecimento das pequenas empresas e produtores individuais. Na pesquisa, utilizamos como recorte espacial a região de planejamento do Baixo São Francisco alagoano, que abrange sete municípios (Olho D’Água Grande, Igreja Nova, Porto Real do Colégio, São Brás, Penedo, Piaçabuçu e Feliz Deserto). Três arranjos produtivos foram fomentados pelo PAPL nessa região, dentre eles o Arranjo Produtivo de Piscicultura Delta do São Francisco, objeto deste estudo.

Através do método compreensivo de Weber (1999), em diálogo com a perspectiva de desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen (2010), buscamos avaliar a contribuição do PAPL para a expansão das liberdades individuais dos produtores do APL de piscicultura Delta do São Francisco por meio da emancipação e autonomia dos produtores como reflexo das ações de articulação institucional, de acompanhamento e de planejamento implementadas.

Acreditamos que a utilização do método compreensivo é fundamental na realização desse tipo de pesquisa, por não se limitar à explicação dos aspectos exteriores dos resultados de determinado programa, buscando compreender o seu sentido mais profundo, ou seja, os fatores culturais e subjetivos que os influenciam. Sendo assim, em nossa análise sobre o PAPL e suas contribuições no referido arranjo, utilizamos como indicadores as ações previstas pelo Programa a partir de 2013, após sua reestruturação, quais sejam: operacionalização do Sistema Estratégico das Informações para registro e acompanhamento das ações (Sigeor); reuniões mensais por APL com o grupo gestor; realização de reunião bimestral por APL com os produtores e/ou empresários do arranjo; realização de planejamento; realização de rodadas anuais de negócios e prospecção de mercado.

Durante os meses de outubro e novembro de 2021, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com: membros da coordenação executiva do PAPL; gestores do APL no período estudado (2013/2016); e alguns produtores. Também foi realizada uma entrevista aberta com secretários e ex-secretários de agricultura de alguns municípios mencionados. Utilizamos ainda a técnica de observação não participante, por meio do diário de campo. Mediante uma abordagem qualitativa das informações obtidas na pesquisa de campo, na pesquisa documental e na discussão teórica, podemos concluir que as ações mencionadas não foram suficientes para promover o empoderamento e a autonomia dos produtores pertencentes ao APL Delta do São Francisco.

Objetivando uma melhor compreensão da proposta do artigo, o texto está organizado em seis seções. Nesta primeira, apresentamos uma breve introdução à temática e ao objetivo do artigo. Na segunda seção, “Desenvolvimento como Liberdade”, refletimos sobre a abordagem do desenvolvimento como liberdade, desenvolvida por Sen (2010) no final dos anos 90. Na terceira seção, “Os Arranjos Produtivos Locais e o PAPL”, discutimos o conceito de Arranjos Produtivos Locais e apresentamos o Programa de Arranjos

Produtivos Locais de Alagoas. A quarta seção, “A atuação do PAPL no Arranjo Produtivo de Piscicultura Delta do São Francisco”, traz uma avaliação da atuação do PAPL no Arranjo Delta do São Francisco. Por último, trazemos algumas “Considerações finais”.

2. DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Afinal, em que consiste o desenvolvimento? Essa questão, apesar de parecer ultrapassada e de já sabermos a resposta para ela, não pode ser reduzida a uma simples definição, pois, se assim o fosse, não teríamos tantas concepções e discussões sobre o que vem a ser o desenvolvimento de fato. Sendo assim, é importante destacar que o desenvolvimento já foi considerado uma panaceia, por alguns estudiosos, e até uma utopia, ou seja, um estado ideal.

Longe de querermos nos aprofundar nas teorias e discussões sobre desenvolvimento ao longo do tempo, fizemos alguns apontamentos. Como sinônimo de modernidade e progresso, ele surgiu no pós-guerra, tendo o padrão de consumo norte-americano como parâmetro. Desse modo, a concepção de progresso apropriada pelas nações passou a ser sinônimo de riqueza e consumo, fazendo com que os países que não atingiram um alto padrão de industrialização e consumo passassem a almejá-lo.

Assim, a ideia de desenvolvimento prevalecente tinha como cerne a acumulação de riquezas e o crescimento econômico por meio da industrialização, do uso de tecnologias e da ciência, consistindo em um modelo imposto e paternalista, que acentuou ainda mais a pobreza nos países pobres e no interior destes, bem como a degradação dos recursos naturais, levando essa compreensão de desenvolvimento a ser questionada.

Por consequência, foram sendo acrescentadas à ideia de crescimento econômico questões de justiça social, de bem-estar, como também questões ambientais e de liberdades individuais, objetivando “humanizar” a noção de desenvolvimento, tornando-a mais aceitável para a sociedade. Esta, por sua vez, requisitou reformas por meio do acréscimo de novos aspectos à noção de desenvolvimento, as quais consideramos importantes e necessárias. Entretanto, nunca se propôs romper de fato com o modelo de desenvolvimento imbuído pela noção de progresso e prosperidade.

Podemos afirmar que o desenvolvimento, de uma maneira geral, é abordado por três perspectivas: as que o analisam apenas pelo aspecto econômico; as que o descrevem como um processo de mudança qualitativa na sociedade, a partir de uma análise mais ampla, buscando demonstrar e analisar as transformações nas condições sociais, econômicas, ambientais e culturais; e aquela que se baseia na abordagem fundamentada na liberdade, pautada na expansão das liberdades individuais como meio e fim do desenvolvimento. Isto posto, consideramos que o desenvolvimento, em todas as suas acepções, só ocorre de fato quando atinge as pessoas, ou seja, “a dimensão humana”.

A introdução da ideia de liberdade no processo de desenvolvimento é fundamental por duas razões: a primeira é a avaliatória, a qual determina que se deve avaliar o progresso, tendo como parâmetro o aumento das liberdades das pessoas; a segunda é que o desenvolvimento está sujeito à condição de agente das pessoas, tornando-as atuantes no processo e não apenas espectadoras (SEN, 2010). A liberdade, neste caso, é tida como o meio e o fim do desenvolvimento, assumindo um papel constitutivo (liberdade econômica, liberdade social e liberdade política) e um papel instrumental. Assim, é necessário eliminar as fontes de privação dessas liberdades por meio da ação pública, ou seja, das

políticas públicas, as quais devem ter um papel emancipatório, ultrapassando a “lógica assistencialista”.

Vale frisar que a abordagem do desenvolvimento como liberdade não desconsidera a importância do crescimento econômico no processo de desenvolvimento. Para Sen (2010, p. 35), “[...] o papel da renda e da riqueza- ainda que importantíssimo, juntamente com outras influências tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação”.

No que tange às liberdades instrumentais, é importante salientarmos que as coisas de que as pessoas desfrutam ou que desejam ter são influenciadas por valores, costumes e normas prevalentes em cada sociedade. Sendo estas inúmeras, não há, pois, como se estabelecer “parâmetros” para as escolhas individuais, porém, existem cinco tipos de liberdades instrumentais que contribuem para a liberdade global de acordo Sen (2010):

- a) liberdades políticas: são as oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar, com base em determinados princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades; de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura; de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos etc;
- b) facilidades econômicas: são caracterizadas como as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca;
- c) oportunidades sociais: são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, dentre outras;
- d) d)garantias de transparência: estão relacionadas às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar, ou seja, à liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza;
- e) segurança protetora: é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte.

Desse modo, três conceitos centrais são encontrados na abordagem do desenvolvimento como liberdade, os quais podem amenizar as privações das liberdades individuais (LIMA, 2017). São eles:

- a) intitulentos: referem-se às dotações ou pacotes de bens que uma pessoa possui ou pode possuir por canais legítimos;
- b) funcionamentos: referem-se às opções disponíveis para que uma pessoa possa escolher o que deseja ter ou fazer da forma que ela priorizar;
- c) capacidades: são as possibilidades reais para que uma pessoa possa realizar com razão aquilo que queira.

Logo, as políticas públicas, em todas as suas tipificações, são elementos essenciais na expansão das liberdades e na manutenção do equilíbrio social, devendo ultrapassar a lógica assistencialista. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criou o índice da liberdade humana, em 1991, e, em 1992, o da liberdade política, os quais não sobreviveram, devido à dificuldade de se quantificar esses aspectos do desenvolvimento de forma adequada, assim, esses temas são abordados por uma perspectiva qualitativa.

3. ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E O PROGRAMA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE ALAGOAS

O tema Arranjos Produtivos Locais, uma conceituação de aglomerados produtivos criada no Brasil pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist), foi muito discutido no Brasil, no início dos 2000, como instrumento de promoção de desenvolvimento. Os Arranjos Produtivos Locais são definidos como aglomerações de agentes econômicos, sociais e políticos em determinado território e que mantêm vínculos, mesmo que sejam incipientes. Eles envolvem a interação de empresas e suas diversas formas de representação e associação, bem como de várias instituições públicas e privadas direcionadas para formação, pesquisa, financiamento, capacitação de recursos humanos, política, dentre outros (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Uma das vantagens principais dos APLs é o vínculo estabelecido entre as atividades produtivas e o território, podendo ser entendido como um conjunto de agentes interdependentes, não importando a natureza da atividade econômica, nem o tamanho das empresas. Concentram-se em um determinado espaço e estão organizados por algum grau de institucionalização, tendo como propósito a harmonia, a interação e a cooperação em um ambiente competitivo (COSTA, 2010).

Assim, no início do ano 2000, enfatizou-se os Arranjos Produtivos Locais (APLs) como possíveis mecanismos para promoção de desenvolvimento regional no Brasil, levando o governo federal e vários governos estaduais a apostarem no fomento a esse tipo de aglomerado econômico por meio da elaboração de políticas públicas, como a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, que culminou na criação do Programa de Arranjos Produtivos Locais em Alagoas (PAPL).

Contudo, a definição de APL adotada na elaboração desta política e que fundamentou a elaboração dos objetivos e diretrizes a serem seguidos pelas instituições federais, regionais, estaduais e locais consistiu em uma definição “mais simplista” do que as que vinham sendo discutidas na academia, recebendo críticas por parte de alguns autores por descaracterizar a definição de APL.

Em Alagoas, o Programa de Arranjos Produtivos Locais (PAPL) foi parte integrante do Plano Plurianual de Alagoas 2004/2007, o qual apresentou uma proposta de crescimento econômico para o Estado, baseada no apoio ao desenvolvimento dos arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas, com foco na geração de emprego e renda, visando ao estímulo da economia solidária por meio do apoio a pequenos e micro negócios e aos agentes da economia informal. O programa foi estruturado em quatro eixos: promoção da inserção social; estímulo ao desenvolvimento da economia solidária; promoção do desenvolvimento econômico sustentável; e modernização da gestão pública (ALAGOAS, 2003). Consistiu em uma parceria entre o governo do estado e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que, a partir de 2003, “[...] encapou [sic] a proposta de APLs como linha de ação do órgão” (LUSTOSA; ROSÁRIO, 2011, p. 80).

Por meio de parcerias entre diversas instituições, o PAPL teve como objetivo a mobilização de ações coletivas e integradoras, com vistas à geração de renda e emprego, fortalecida por micro e pequenos negócios. Nesse cenário, o Decreto nº 2.077, de 30 de agosto de 2004 (ALAGOAS, 2004a), instituiu o PAPL com o objetivo de apoiar aglomerados econômicos de micro e pequenas empresas ou produtores autônomos concentrados, objetivando o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais e setoriais das regiões deprimidas economicamente.

Formavam o programa: o Conselho Deliberativo (representantes da administração do governo do Estado, instituições parceiras e signatárias de protocolo de intenções, instituído para dar suporte ao Programa com a presidência exercida, respectivamente, pelo governo do Estado e pelo secretário executivo do planejamento e orçamento); a coordenação executiva, que ficou a cargo da antiga Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento do estado (Seplan/AL), atual Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) e do Sebrae/AL); e os gestores locais (responsáveis pelo gerenciamento, operacionalização e acompanhamento das ações dos APLs).

Foram identificados, inicialmente, 27 arranjos, sendo dezesseis no setor de agronegócio, seis no setor industrial, e cinco no setor de serviços. Cada arranjo consistiu em um projeto do PAPL. Dos 27 arranjos identificados, apenas dez estavam no plano de ação do Programa de Arranjos Produtivos de Alagoas para o período de 2005 e 2007. Dessa forma, foram apoiados, inicialmente, dez arranjos produtivos: Arranjo produtivo de apicultura no Sertão; Ovinocaprinoicultura no Sertão; Laticínio no Sertão; Mandioca no Agreste; Móveis no Agreste; Tecnologia da Informação (TI) em Maceió; Cultura em Jaraguá; Turismo na Costa dos Corais; Turismo nas Lagoas; e Piscicultura no Delta do São Francisco.

A partir do ano de 2008, ocorreu o que os autores Lustosa e Rosário (2011) definiram como a etapa de consolidação do Programa, com alguns arranjos sendo descaracterizados e agregados a outros. Assim ocorreu com o APL de Turismo das Lagoas, que foi agregado ao de Turismo Litoral Sul, constituindo o APL de Turismo Lagoas e Mares do Sul; e com o APL Piscicultura de Xingó, que foi agregado ao Delta do São Francisco, formando o APL de Piscicultura Delta do São Francisco. Nesse período, também foram identificados e incluídos no Programa cinco novos arranjos produtivos, quais sejam: APL de Fruticultura da Pinha; APL da Laranja no Vale do Mundaú; APL do Inhame; APL de Turismo Caminhos do São Francisco; e APL de Horticultura (LUSTOSA; ROSÁRIO, 2011).

No ano de 2011, o programa passou por uma reestruturação, a partir do mês de setembro, que levou à ruptura do contrato com o Sebrae. Neste ínterim, em 04 de junho de 2012, foi publicado o Decreto estadual nº 20.412 (ALAGOAS, 2012), oficializando um novo convênio para o período de 2012-2015, com proposta de melhoramento das ações de fortalecimento à gestão e de articulação institucional dos atores, do planejamento, do acompanhamento e dos resultados nos arranjos produtivos. Desse modo, em janeiro de 2013, após a assinatura e posterior descontinuação de um convênio firmado entre a Seplande, a Agência de Fomento de Alagoas e o Sebrae-AL, foi firmado um novo convênio entre o governo e o Sebrae com validade até 2016, mas que foi prorrogado até 2018, ano em que houve a extinção do PAPL.

4. ATUAÇÃO DO PAPL NO ARRANJO PRODUTIVO DE PISCICULTURA DELTA DO SÃO FRANCISCO

O Baixo São Francisco consiste em uma área que vai de Paulo Afonso, na Bahia, até a foz na cidade de Piaçabuçu, em Alagoas. Para fins desta pesquisa, fizemos o recorte territorial com base na classificação de Região de Planejamento do estado de Alagoas, criada em 2014.

A região de planejamento do Baixo São Francisco alagoano é composta por sete municípios (Feliz Deserto, Igreja Nova, Olho d'Água Grande, Penedo, Piaçabuçu, Porto Real do Colégio e São Brás), tendo como principais atividades econômicas a agricultura irrigada, a cana de açúcar e o extrativismo por meio da atividade da pesca. De acordo com

as informações contidas na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (mais especificamente o IBGE- cidades), a maioria dos municípios mencionados apresentam indicadores socioeconômicos baixos (reverberando a realidade do Estado). A Figura 01 apresenta um recorte da região de planejamento no mapa de Alagoas.

Figura 01- Região de Planejamento do Baixo São Francisco em Alagoas



Fonte: Portal Alagoas em dados e informações¹.

A atuação do Programa de Arranjos Produtivos Locais nessa região ocorreu por meio da institucionalização de três arranjos produtivos locais: APL de Piscicultura (produção de peixe) Delta do São Francisco; APL de Turismo Caminhos do São Francisco; e APL de Rizicultura (cultivo de arroz), os quais foram identificados e institucionalizados em períodos diferentes.

Neste artigo, abordamos em específico o APL de Piscicultura Delta do São Francisco, que abrangeu também municípios de outras regiões de Alagoas. Ele foi institucionalizado e apoiado pelo PAPL no ano de 2004 (envolvendo nove municípios), com o objetivo de consolidar a atividade na região através do aumento sustentável da produção (ALAGOAS, 2004b).

No ano de 2008, agregou-se ao Delta do São Francisco o APL de Piscicultura do Xingó, identificado em 2003, mas não apoiado pelo PAPL em sua fase inicial. Com isso, o APL passou a ser composto por 15 municípios, dentre os quais fizeram parte do nosso campo de estudo: São Brás; Porto Real do Colégio; Igreja Nova; Penedo; Piaçabuçu; e Feliz Deserto. Conforme Lustosa e Rosário (2011), essa agregação provocou uma descaracterização com relação ao conceito de APL, visto que as regiões de Xingó e Delta do São Francisco, apesar de exercerem a mesma atividade e estarem próximas, possuem

¹ Disponível em: <https://dados.al.gov.br/>

diferenças no que se refere à espécie cultivada, tipo de cultivo, perfil de produtores e canais de comercialização.

A gestão desse APL foi feita por um gestor contratado pelo Sebrae-AL, o qual permaneceu até o final; pelo grupo gestor, composto por representantes das cooperativas, das associações de piscicultores; e por técnicos das instituições envolvidas na atividade de piscicultura.

Considerando o PAPL uma política de desenvolvimento, buscamos identificar se ele contribuiu para a autonomia e emancipação dos pequenos produtores pertencentes ao APL de piscicultura Delta do São Francisco. Para tanto, realizamos a avaliação de algumas ações previstas a partir de 2013, com a reformulação do PAPL, quais sejam: operacionalização do Sistema Estratégico das Informações para registro e acompanhamento das ações (Sigeor); reuniões mensais por APL com o grupo gestor; realização de reunião bimestral por APL com os produtores e/ou empresários do arranjo; realização de planejamento; realização de rodadas anuais de negócios e prospecção de mercado.

No que tange à primeira ação avaliada – operacionalização do Sistema Estratégico de Gerenciamento das Informações para registro e acompanhamento das ações (Sigeor) no arranjo – podemos verificar a existência de capacitação para que todas as informações fossem colocadas no sistema, possibilitando a transparência no arranjo produtivo, sendo considerada a principal contribuição desta ação para o APL analisado. Nesse sentido, tudo o que era desenvolvido tinha que ser colocado no Sigeor “[...] tinha [sic] casos até que a gente esquecia alguma coisa, e os parceiros cobravam porque não estava no Sigeor” (GESTOR DO APL DE PISCICULTURA DELTA DO SÃO FRANCISCO).

Referente à segunda ação – reuniões mensais por APL com o grupo gestor do APL – verificamos que elas ocorriam mensalmente, para prestação de contas e monitoramento das ações, objetivando informar a todos o que estava acontecendo no arranjo, fato que pode ser constatado também nos relatórios consultados. Contudo, vale salientar que não nos foram disponibilizados todos os relatórios do período estudado. No que tange à sua contribuição foi enfatizado que a “organização” foi a contribuição principal para os produtores. Porém, é importante salientarmos, com base nas observações de campo, que boa parte das associações pertencentes ao APL encontram-se praticamente inativas. Esse fato pode ser explicado pela finalização das ações deste programa no Arranjo, significando que, com a saída do poder público, ou seja, com a finalização do apoio ao APL pela política estadual, essas instituições deixaram de atuar, não existindo o protagonismo (não se tornaram agentes) desses atores, fator principal para o fortalecimento de um APL, e enfatizado na perspectiva do desenvolvimento como liberdade.

Apesar de as falas dos entrevistados na investigação evidenciarem que a realização dessas reuniões com os produtores contribuiu “muito” para a questão da “organização” e do conhecimento, faz-se necessário, conforme Souza (2009), que a informação do entrevistado, apesar de fundamental, seja contextualizada. Assim, na análise em questão, acreditamos que a “organização” a que se referem foi a criação das associações, ou seja, a mobilização inicial que se teve, demonstrando que a ideia da cooperação, do associativismo com vistas à inovação e ao crescimento do APL não foi abstraída por esses produtores.

Com relação à realização de planejamento no arranjo, terceira ação avaliada, evidenciamos a sua existência, tanto por meio das entrevistas, quanto pela consulta aos relatórios do APL. O planejamento ocorria anualmente, nos meses de outubro e

novembro, e era revisado nas reuniões com os produtores, mencionadas anteriormente, sendo realizado com a participação dos produtores, segundo alguns entrevistados. Vale frisar que mesmo o considerando importante, não avaliamos, neste trabalho, o grau de realização das ações propostas no planejamento do APL.

A quarta ação analisada foi a realização de rodadas anuais de negócios, sendo importante mencionarmos que são relevantes para qualquer empresa ou produtor, pois visam à criação de negócios, parcerias, informação e conhecimento, elementos essenciais em um arranjo produtivo local. Assim, buscamos avaliar se essas rodadas ocorreram, com qual periodicidade e quais as contribuições para os produtores e para o APL de uma maneira geral. Durante a entrevista nos foi informada a existência dessas rodadas, as quais eram fundamentais para angariar parceiros com vistas à consecução das ações planejadas.

No APL de Piscicultura Delta do São Francisco, a realização dessas ações possibilitou pensar na industrialização do pescado, o que levou à implantação de unidades de beneficiamento do pescado na região, conforme a fala que segue: “[...] a gente lutou até que a Codevasf implantou 03 unidades de beneficiamento na região: uma em Penedo; uma em Propriá; e uma em Pão de Açúcar (PISCICULTOR DO MUNICÍPIO DE PENEDO, grifos nossos).” Vale mencionar que a unidade de beneficiamento do pescado na região estudada nunca funcionou conforme as informações obtidas e a observação de campo.

Durante a análise, verificamos que a importância dada pelos produtores a essas ações (rodadas anuais de negócios) divergia, conforme o perfil do produtor entrevistado. Desse modo, para podermos compreender as diferentes respostas para uma mesma pergunta, achamos importante entendermos o contexto social no qual o ator estava inserido. Afinal, “[...] o discurso inicial de qualquer agente social ele próprio um competidor por bens e recursos escassos e nunca, portanto, ‘neutro ou imparcial’- tem de ser metodicamente reconstruído” (SOUZA, 2009, p. 438, grifos nossos).

Ao analisarmos as falas de dois produtores, verificamos que aquele produtor de grande porte, que supostamente tem maior grau de instrução e conhecimento, dispendo de capital humano e financeiro, atribuiu grande importância à realização dessas ações pelo fato de estas terem contribuído para a instalação das unidades de beneficiamento. O segundo produtor, por sua vez, um pequeno produtor, que comercializa a sua produção na feira livre, o qual supostamente tem um menor grau de instrução e menores condições financeiras, mencionou que a realização dessas ações não foi tão importante pelo fato de “incentivarem para a venda direta”. Além disso, afirmou que o produtor, muitas vezes, não tem tempo de sair para vender o peixe, transparecendo que ele entendia “venda direta” apenas como a venda do peixe nas feiras, não compreendendo, portanto, que a ideia de se vender diretamente, advinda das rodadas de negócio, ocorreria por meio do beneficiamento do pescado com a instalação das unidades de processamento, através da organização dos produtores em cooperativas. Faltou-lhe, portanto, o entendimento de que esse fato, supostamente, propiciaria um ganho maior para todos os produtores envolvidos, dando-lhes maior autonomia financeira, o que segundo a perspectiva Seniana do desenvolvimento (SEN, 2010), poderia aumentar as liberdades individuais desses produtores por meio da redução de privação da liberdade econômica.

A última ação analisada consistiu na “prospecção de negócios e preparação das empresas para acesso ao crédito sustentado”. Buscamos, por meio desse indicador, avaliar se houve no arranjo ações visando ensinar os produtores a aumentarem as suas vendas, a adquirirem crédito, e no que isso contribuiu.

Assim, verificamos a existência de algumas ações visando à preparação desses produtores para a obtenção de crédito, como por exemplo, a realização de seminários com bancos, nos quais foram apresentadas as linhas de negócios. Corroborando essa afirmação, consta, no relatório do APL de 2014 (CEDEN, 2014), a realização de seminários de crédito agrícola pelo Sebrae, com a participação do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e da Agência de Desenvolvimento de Alagoas- Desenvolve.

No que se refere especificamente à prospecção de negócios, que visa à geração de novas oportunidades de venda, não ficou claro sobre a realização dessas ações, contudo, entendemos que as rodadas de negócios mencionadas e avaliadas acima tinham esse intuito.

Atualmente, os produtores preferem o desenvolvimento de outras atividades produtivas mais lucrativas. Segundo eles, a falta de lucratividade é atribuída ao alto preço da ração e à informalidade na comercialização do peixe, visto que para se comercializar em mercados formais seria necessário o beneficiamento, que poderia acontecer se a unidade de beneficiamento instalada em Penedo estivesse em funcionamento, o que, de acordo com a fala dos gestores do Programa e do APL, não ocorreu por falta de interesse dos produtores e cooperativas da região.

Nesse contexto, verificamos que atuação das secretarias municipais de agricultura na atividade da piscicultura nos municípios pesquisados consistem em ações pontuais e assistencialistas, como cadastrar “piscicultores” para receber a doação de alevinos, atividade desenvolvida pela Codevasf desde a década de 80.

Outra questão importante é que, na atualidade (período da pesquisa de campo), grande parte dos secretários de agricultura entrevistados desconhece que existiu um programa de fomento à piscicultura na região. Os que afirmaram ter conhecimento não souberam informar como foi a participação do município no programa, nem quais possíveis resultados ou impactos gerados na atividade no referido município, o que pode ser explicado pela troca de gestores, pela descontinuidade do de fomento ao APL em 2016.

Desse modo, com base nas entrevistas e observações fazem-se necessárias algumas considerações sobre a atividade da piscicultura em cada município abrangido pelo APL na região, a começar pelo município de Penedo. No que se refere aos produtores abrangidos pelas ações do APL no município, verificamos que ocorreu o crescimento de um produtor de médio porte, entrevistado e mencionado anteriormente, que é citado pelo secretário de agricultura do município e também pelo gestor do APL.

Consideramos que o produtor que conseguiu ter um crescimento nessa atividade foi aquele que tinha visão empresarial e capital humano. Quanto aos pequenos produtores do município, não conseguiram avançar devido a questões estruturais e culturais baseadas no assistencialismo e no clientelismo inerentes ao Estado de Alagoas, que dificultam a obtenção da liberdade política descrita por Sen (2010). Essa compreensão foi corroborada por algumas falas, que evidenciaram a existência de investidas político partidárias nas ações do programa no município e na região como um todo, direcionando determinadas ações para fins eleitoreiros, sem a preocupação no que de fato elas poderiam trazer para modificar a situação e melhorar as condições de vida dos produtores e distorcendo o planejamento técnico que era feito no APL.

No tocante ao município de Piaçabuçu, não conseguimos entrevistar o secretário de agricultura, nem piscicultores, não sendo possível, para nós, afirmar algo com base na pesquisa de campo. Fomos informados pelo gestor do arranjo que, devido à oferta de peixe

do mar ser muito grande, as ações do APL para fomentar a piscicultura no município não obtiveram sucesso.

Nos municípios de Igreja Nova e Porto Real do Colégio, foram destacados os perímetros irrigados de Boacica e Itiúba. A pesquisa de campo desenvolvida evidenciou que, atualmente, a piscicultura, nesses dois perímetros irrigados, é uma atividade secundária.

No distrito de Itiúba, em Porto Real do Colégio, a associação dos piscicultores do distrito encontra-se inativa, conforme informações da própria administração, prevalecendo a atividade da rizicultura (produção de arroz) como o “carro chefe” nessa localidade. No distrito irrigado de Boacica, em Igreja Nova, foi informado pelo atual administrador que a piscicultura nunca foi “carro chefe”. Antes, era a rizicultura e, no momento, é a cana de açúcar, o que pode ser comprovado pela existência de viveiros escavados, desativados ou utilizados para a plantação de arroz.

No município de São Braz, prevalece a atividade da pecuária de corte e de leite. O atual secretário de agricultura informou que desconhece a participação do município nas ações do APL, mas que, atualmente, existe um produtor que participa das chamadas públicas, e alguns produtores “artesanais” em um povoado pequeno denominado de Tibirí. Porém, não conseguimos entrevistar nenhum produtor deste município. Verificamos ainda que não existe ou existiu associação neste município, e que só existe a colônia de pescadores artesanais, pois a atividade no município é pequena, pelo fato de as pessoas não possuírem terra, de acordo com informações do atual presidente da colônia de pescadores

Com relação ao município de Feliz Deserto, fomos informados, pela Secretaria de Agricultura, que existem basicamente dois produtores de peixe mais organizados do ponto de vista da produção e comercialização, porque os outros colocam os alevinos nos açudes para consumo próprio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva do desenvolvimento como liberdade, a expansão das capacidades das pessoas está diretamente relacionada com a eliminação das privações das liberdades substantivas individuais. Sendo assim, as políticas públicas têm um papel importantíssimo nesse processo, por meio da implementação de ações capazes de emancipar as pessoas, ultrapassando a “lógica assistencialista”, de maneira que elas possam se sentir parte do processo de transformação de suas realidades e não apenas expectadoras de ações externas.

No Brasil e no estado de Alagoas, especificamente, ações com esse intuito são necessárias e urgentes devido às desigualdades econômicas e sociais, que levam a baixos indicadores, quando comparados com outros estados brasileiros.

Com a realização desta pesquisa, podemos afirmar que o fomento a esse arranjo produtivo local pelo Programa de Arranjos Produtivos Locais ocorreu como uma tentativa de incluir produtiva e socialmente os pequenos produtores da região do Baixo São Francisco e também dos Cânions. Contudo, percebemos que os esforços direcionados por meio das ações de articulação, planejamento, acompanhamento e avaliação de resultados, avaliadas na pesquisa, bem como das ações implementadas anteriormente ao nosso recorte temporal, não foram suficientes para tornar essa atividade econômica influente e organizada nesses municípios, gerando renda e autonomia para os pequenos produtores/piscicultores e proporcionando aumento de suas liberdades individuais.

A maioria dos pequenos produtores, que, supostamente, deveriam estar reunidos em cooperativas – comercializando formalmente um produto beneficiado, sobrevivendo daquela atividade –, não evoluíram, pelo contrário, continuam sendo “produtores artesanais”, comercializando, quando muito, nas feiras livres, ou tendo migrado para outras atividades. Portanto, não houve por parte desses produtores a absorção da importância do cooperativismo e associativismo como meios para a inovação no referido APL, questões estas que são inerentes para o fortalecimento de qualquer arranjo produtivo local.

Com base nos dados obtidos, afirmamos que as ações do PAPL em Alagoas foram insuficientes para promover de fato uma mudança na cultura dos produtores e agentes públicos locais no sentido da cooperação, do associativismo e da autonomia, ou seja, do empoderamento necessário para fomentar um processo de desenvolvimento com liberdade, por meio de melhorias objetivas na vida desses pequenos produtores, sendo necessário muito mais do que ações de articulação institucional.

Por fim, mencionamos aqui alguns fatores que acreditamos terem contribuído para que as ações avaliadas e o apoio do PAPL como um todo não apresentassem resultados efetivos no que tange à consolidação da atividade pesqueira na região. O primeiro, já descrito em trabalhos anteriores, foi a questão da descaracterização do conceito de APL, aglutinando-se a ele dois territórios com características peculiares. Essa afirmação veio a ser fortalecida em 2016, quando o governo do Estado resolveu não apoiar mais esse, até então, arranjo produtivo, por identificar, tardiamente, que ele não se enquadrava no conceito de arranjo produtivo local.

O segundo fator foram as questões estruturais, culturais e políticas inerentes ao estado de Alagoas, que ainda permanece fundamentado na monocultura e em poder dos usineiros, impedindo a superação da privação das liberdades políticas, mencionadas por Sen (2010). Diante do exposto, faz-se necessária, portanto, a implementação de ações (políticas públicas) estruturais de longo prazo, que possam “quebrar esses paradigmas”.

REFERÊNCIAS

- [1] ALAGOAS (estado). Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento. Plano plurianual 2004-2007. Maceió, AL, 2003. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/plano-plurianual-participativo/resource/0f288102-3525-44a7-855d-2a4838d86684>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- [2] ALAGOAS (estado). APL Piscicultura Delta do São Francisco: Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos Locais do Estado de Alagoas. Maceió, AL, 2004a. Disponível em: <https://1library.org/document/q7lr1dvy-apl-piscicultura-delta-do-sao-francisco.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- [3] ALAGOAS (estado). Decreto no 2077, de 30 de agosto de 2004. Institui o Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos Locais do Estado de Alagoas-PAPL/AL e dá outras providências. Maceió, AL, 30 ago. 2004b. Disponível em: <http://www.controladoria.al.gov.br/legislacao/decretos>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- [4] ALAGOAS (estado). Decreto nº 20.412, de 2012. Institui o Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos do Estado de Alagoas-PAPL/AL, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas: Maceió, AL, 2012, p.2-3, 5 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.controladoria.al.gov.br/legislacao/decretos>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- [5] CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. H. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, M. H.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 21-34.
- [6] COSTA, E. J.M. Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Brasília:

Mais Gráfica, 2010. (E-book). Disponível em:

https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Livro_APL.pdf. Acesso em 19 nov. 2020.

- [7] LIMA, R. M. M. Turismo, políticas públicas e desenvolvimento: uma avaliação do programa de regionalização do turismo nas cinco regiões turísticas do Rio Grande do Norte (2004-2014). 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- [8] LUSTOSA, M. C. J.; ROSÁRIO, F.J.P. Desenvolvimento local em regiões periféricas: apolítica dos arranjos produtivos em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2011.
- [9] SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- [10] SOUZA, J. Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- [11] WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Capítulo 19

O Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha do município de Faxinal do Soturno/RS¹

Rosangela Leonardi

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

Resumo: O Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha, do município de Faxinal do Soturno, localizado na Quarta Colônia, Rio Grande do Sul, traz consigo uma contextualização sobre a formação histórico social do município, salientando a influência dos imigrantes italianos nos costumes e tradições deixados aos descendentes. O referido artigo é originário da Pesquisa do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, a qual idealizou como produto final um Guia do Museu. Sustentam-se como principais considerações, a divulgação do museu enquanto espaço de memória, visando contribuir para a preservação da identidade faxinalense e regional através da inserção em uma política de educação patrimonial que fomente o reconhecimento e a valorização dos bens culturais de forma significativa, reforçando o sentimento de pertença da comunidade local, tornando-a protagonista do processo histórico, busca-se também dar visibilidade a este, servindo como atrativo turístico e cultural.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Imigração Italiana, Faxinal do Soturno, Museu Fotográfico.

¹Artigo baseado na pesquisa final do Curso de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural/UFSM.

1. INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural é formado por bens culturais de uma comunidade, que, tendo ganhado maior ênfase e valorização há algum tempo, faz referência a um passado histórico a ser redescoberto e assim, pode ser usado como importante recurso de utilização da memória e fonte de reflexão histórica. Sendo a preservação da memória documental uma atividade chave para o futuro dos acervos, algumas inquietações surgiram: os museus enquanto espaços que promovem a participação da comunidade, incentivam discursos que transmitem a verdade, por que o Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha ainda não alcançou destaque perante a sociedade? Como dar visibilidade ao museu para que ele possa fortalecer a identidade de Faxinal do Soturno e potencializar sua expansão promovendo o turismo através da visitação de seu acervo?

Desta forma o estudo teve como objetivo principal divulgar o Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha, visando a difusão de memórias e registros locais, promovendo o reconhecimento de seu valor histórico e cultural.

A pesquisa, partiu de um panorama geral sobre a Imigração Italiana na região central do estado do Rio Grande do Sul, especialmente no território denominado Quarta Colônia, passando pelo processo de emancipação da Faxinal do Soturno, influenciado pela presença da Congregação Vicente Pallotti e a vinda do Irmão Ademar da Rocha, encerrando com o importante legado que este deixou ao município através do acervo fotográfico que hoje existe no espaço do Museu e encontra-se preservado.

O patrimônio pertence a toda sociedade e deve ser preservado, protegido e defendido, na medida em que só assim existirão condições culturais e materiais para que se construa uma comunidade rica em cultura, fortalecida pelos laços afetivos, proporcionando maior identificação, conexão e vinculação das pessoas com seu território. O vínculo afetivo e a identificação das pessoas que habitam o território com o bem patrimonial, são importantes para a preservação do patrimônio cultural existente, pois desta forma haverá esforço para preservá-lo e zelá-lo. O museu, enquanto espaço público, precisa manter suas portas abertas e estar disposto a desenvolver propostas direcionadas à inclusão e à formação do cidadão. Nesse universo, encontra-se o objeto dessa pesquisa, o Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha, localizado em Faxinal do Soturno – RS, num prédio histórico de dois andares, antigo pré-seminário palotino São José como é identificado pela comunidade.

O museu é uma instituição aberta ao público, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Mantenedor de espaço de memória e identidade de um território, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio histórico da comunidade local.

Diante do processo de digitalização de seu acervo e a posterior vinculação do material digitalizado ao sítio da Prefeitura Municipal, é o que motivou a pesquisa onde seu produto auxiliará, como divulgador do museu, enquanto atrativo cultural.

Para a realização da pesquisa, a metodologia utilizada foi de natureza aplicada, onde procurou-se responder as inquietações focando na consolidação das mesmas, voltando o olhar à importância que possui para a sociedade a qual pertence. Seu caráter exploratório, considera a necessidade de elucidar fatos agregando informações por meio de materiais já publicados em diferentes fontes.

Enquanto mantenedor de acervo de grande valia para a história do município, procura melhor entender e preservar a memória às futuras gerações, contextualizando a formação

do município, desde os primeiros habitantes, revisitando através de obras fotográficas o seu legado histórico. As fotos do museu são classificadas como patrimônio material, um símbolo entre o passado, o presente e o futuro, representando a identidade e a memória que se pretende preservar através da divulgação de informações importantes sobre o mesmo por meio de um guia que será divulgado de forma física, digital e até mesmo vinculado a sua página virtual, buscando promover o turismo regional, com a distribuição deste material em pontos turísticos e de grande visitação regional, além do acesso virtual.

O Museu, objetiva disponibilizar ao público em geral, informações sobre o Município permitindo maior conhecimento destes, favorecendo a visitação, além de oferecer um produto que funcione como material de divulgação do Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha e de Faxinal do Soturno, estimulando o turismo cultural. Procurou-se de forma resumida apresentar o Museu enquanto espaço cultural e seu processo de criação, a presença do Irmão Ademar da Rocha, sua relação com o município de Faxinal do Soturno e região. Destaca-se ainda a importância desta pesquisa por este Geossítio de interesse histórico-cultural para o território do Geoparque Quarta Colônia-UNESCO, na contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento da cadeia produtiva do turismo como um todo.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL, MUSEU E A FOTOGRAFIA COMO MEMÓRIA

Os movimentos migratórios são próprios dos seres humanos desde os tempos pré-históricos, onde deslocavam-se na busca por alimentos. A partir da iniciativa em não depender somente da coleta, da caça e da pesca, e colocar a semente na terra para cultivá-la, desenvolve-se assim agricultura de subsistência, numa busca constante na melhoria de condições de vida, sejam elas mudanças sociais, culturais, religiosas, econômicas, epidêmicas, condições climáticas extremas ou guerras, fazendo com que os seres humanos se movam no espaço continental, em busca de locais mais tranquilos.

A região que hoje conhecemos como Quarta Colônia, no RS, antes da chegada de imigrantes alemães e italianos, no século XIX, já havia sido povoada por outros povos como portugueses, espanhóis, afrodescendentes e descendentes das sociedades originárias, de onde herdamos muito da cultura material, assim como costumes, hábitos e cultivos. No ano de 1877, o governo Imperial fundou, no Rio Grande do Sul, o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, quarta área colonizada por imigrantes italianos, que passou a chamar-se, em 1878, de Colônia Silveira Martins, em homenagem ao Senador Gaspar da Silveira Martins, na região central do RS (VENDRUSCULO, 2009).

As demarcações e distribuições de lotes tornaram realidade o sonho dos imigrantes em ter seu pedaço de chão. Com o passar do tempo, conforme Baccin (2022), houveram diferentes desmembramentos e municipalizações das áreas, prevalecendo a configuração atual com os nove municípios (Faxinal do Soturno, Agudo, Dona Francisca, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins).

Deste modo, os municípios da Quarta Colônia, ganharam um espaço de preservação da história dos imigrantes e seus descendentes, enquanto patrimônio cultural vivenciado através de festas religiosas em suas diferentes comunidades, jogos esportivos, de baralhos, de bochas, comemorações emancipacionistas, construções e inaugurações de monumentos e museus comemorativos, objetivando salvaguardar a memória.

Diante da ocupação das terras do entorno, novas subdivisões foram realizadas em 1888. O núcleo Soturno, pertencente ao município de Cachoeira do Sul, foi subdividido entre

Barracão, atual município de Nova Palma e Geringonça, atual Faxinal do Soturno (BISOGNIN, 2019), primeira comunidade da região da Quarta Colônia a passar pelo processo emancipacionista, em 1959.

Diferentes empreendedores auxiliaram no desenvolvimento de Faxinal do Soturno, destacando-se como pioneiros nas áreas da religiosidade, bastante presente entre os imigrantes, na construção da Igreja Matriz e de estradas, na moagem de grãos, no enfrentamento à peste bubônica, na indústria e comércio de trilhadeiras, na fundação de um usina hidrelétrica que ainda abastece Faxinal do Soturno e municípios vizinhos.

O município ainda é considerado um centro geográfico e comercial da região, onde além de empreendimentos privados que contribuem para o dinamismo econômico, a área pública conta com a Prefeitura Municipal, Escolas, Polícia Civil, Brigada Militar, Fórum, agências dos Correios e Bancárias, CORSAN, entre outras entidades que colaboram para o seu desenvolvimento.

Dentre os pontos turísticos, destaca-se o Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha, objeto desta pesquisa, que localiza-se no centro da cidade, em área de preservação ambiental, próximo ao Bosque Municipal, num prédio histórico pertencente à Prefeitura Municipal, onde encontra-se também abrigado em seus anexos, setores públicos. Localizado neste prédio, o Museu Fotográfico reúne fotografias físicas organizadas em álbuns, por décadas, e digitalizadas, de períodos compreendidos entre as décadas de 1920 a 2020, permitindo aos visitantes tanto físicos como virtuais, verem, conhecerem e entenderem a história e a trajetória do município, através de imagens que expressam trajes, gastronomia, festas religiosas, vestimentas, revisitando fatos e acontecimentos do município, desde antes de sua emancipação; painéis que explicam sobre a história da fotografia no Mundo e no Brasil; o importante papel desempenhado pelo Ir. Ademar como cineasta e primeiro fotógrafo da região; máquinas fotográficas antigas; a linha do tempo que mescla imagens e fotografias e traz informações desde a época da imigração, com os principais fatos do município.

Diante do potencial do museu, que abriga fotos de cunho histórico e cultural, e com grande potencial turístico, ainda não totalmente explorado, é que objetiva-se divulgar aspectos sobre ele com a finalidade de ampliar o conhecimento de sua existência, promovendo a cultura e a turismo local e regional. Irmão Ademar, como era carinhosamente conhecido, foi muito dedicado a fotografia e ao cinema, sendo o primeiro fotógrafo da região, tirava fotografias de casamentos, para documentos, fazia registros fotográficos de festas religiosas, batizados, entre outros momentos importantes na época, acontecidos em Faxinal do Soturno e região, ficando registrados através da fotografia, construindo por meio de suas atividades uma fonte de patrimônio cultural.

Atualmente, compreende-se que o patrimônio de uma comunidade inclui tradições, expressões de vida herdada, saberes populares, receitas, modos de falar e vestir, formas de relacionar-se, fornecer ao território onde se inserir, com a origem de se apropriarem dessas heranças, zelando pela manutenção e preservação deste patrimônio vivo e tão importante como identidade local. Desta forma, percebe-se que o patrimônio abrange além de bens materiais, os imateriais, como 'heranças', tudo o que apresenta grande valor para uma região, na defesa e na preservação de sua história.

O olhar e a preocupação com a preservação, manutenção, cuidado, resguardo de memórias e identidades de um território, está cada vez mais presente em discussões que buscam a construção do patrimônio cultural como prática social de institucionalização da memória-histórica porque, a partir do esclarecimento de seu conceito e de políticas de

preservação a ele relacionados, é possível compreender os múltiplos sentidos e valores que nortearam a seleção dos bens culturais, respeitando sentimentos, tolerando mudanças de atitudes, mobilizando pessoas e entidades a compreender e preservar valores herdados que precisam estar perpetuados no futuro.

Assim, torna-se importante fazer essas reflexões para elucidar aspectos utilizados como base na pesquisa desenvolvida, por apresentar ligação íntima com o Museu Fotográfico e que gera inquietações na busca constante por direcionamentos onde turistas e educandos, no processo de construção da aprendizagem, sejam interlocutores e sujeitos do conhecimento. Apenas a existência de regulamentação para a preservação, não é suficiente, é necessário que a comunidade esteja consciente e disposta a preservar o seu patrimônio para enfrentar os desafios do mundo atual, tornando-se consciente da importância de preservação e valorização do patrimônio cultural, sendo protagonista das estratégias de preservação.

O museu, por sua vez, se insere na comunidade como um ambiente vinculado ao uso do patrimônio em suas múltiplas dimensões. Uma instituição complexa que não apenas guarda objetos, mas que também produz narrativas a partir das suas exposições.

Desta forma, pode-se afirmar que, independentemente do modelo museológico, um museu é sempre interdisciplinar, com caráter permanente, sem fins lucrativos, permanecendo a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, mantendo-se aberto ao público e ao mesmo tempo, propondo ações que visam a conservação, a investigação, a difusão e a exposição das manifestações materiais da humanidade, tanto para a sua educação, quanto para a lembrança dos seus admiradores.

Diante desta abertura, para Suano (1986), o museu passa a ser visto como um lugar de integração permanente, de diálogo e de troca de saberes entre as pessoas, sendo o resultado de um lento processo de conquistas sociais que abrem perspectivas para se pensar a sociedade diante de sua complexidade de temas e pessoas.

Ele tem a comunicação como uma de suas principais funções, através da exposição do seu patrimônio, intensifica a transferência de conhecimento por meio da comunicação, onde sua mensagem pode ser interpretada de acordo com os interlocutores que a recebem. Partindo destes conceitos, observa-se que o museu a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, serve, segundo Poulot (2011), como meio propiciador na construção da identidade de cada indivíduo e se percebe integrante da sociedade ali representada, sentindo-se responsável pela preservação de seu patrimônio cultural.

A coleção existente no Museu Fotográfico é classificada como patrimônio material cultural, que busca o fortalecimento da identidade local, configurada como importante promotora de diálogo entre as gerações passadas, presentes e futuras do território onde encontra-se inserido. É preciso refletir sobre a importância e as possibilidades do uso do museu na construção da educação, de modo especial com o processo de ensino aprendizagem, valorizando o seu compromisso com a pesquisa e a comunicação, fazendo referência a identidade e a memória do território onde está inserido.

Enquanto instrumento de ensino, em que o patrimônio cultural é a fonte principal de conhecimento, seja ele de natureza material ou imaterial, a Educação Patrimonial consiste na realização de ações que buscam a compreensão, o reconhecimento e a preservação do patrimônio, procurando incentivar e estimular a valorização e o senso de preservação por meio de experiências e contatos diretos com os cuidados voltados a cultura. Além de almejar a valorização de bens materiais, projetados ou naturais, a educação para o

patrimônio está ligada às manifestações culturais fazendo com que os indivíduos se identifiquem com saberes populares, receitas, modos de falar e vestir, formas de relacionar-se com o território onde se inserem, com a finalidade de se apropriarem dessas heranças, zelando pela manutenção e preservação deste patrimônio vivo e tão importante como identidade local.

Prestando importante contribuição ao processo de ensino, a educação para o patrimônio prepara educandos para atuarem no mundo por meio da aprendizagem ativa, inovadora, carregada de sentido e significado, rica em oportunidades e práticas frequentes, onde pode através das possibilidades, transformar sua realidade. A Educação Patrimonial propõe que os educandos se tornem protagonistas de ações mediadoras, buscando através de seu desenvolvimento e aprendizagem, por meio da incorporação da cultura, uma reflexão sobre os modos de agir, pensar e se relacionar com outros e consigo mesmo.

Ao referenciar, através da educação para o patrimônio, a ligação existente entre a comunidade, o museu e seu acervo fotográfico, objetiva-se identificar, analisar e compreender que o patrimônio faz parte da memória e identidade herdadas, necessita de proteção e ao mesmo tempo de exploração do que constitui esse acervo, tornando-o passível de lembrança e conhecimento, aprimorando a tarefa de ensinar e de sempre aprender. Ao promover uma visita a um espaço museal, com o olhar educacional, não será somente encontrado recordações de um passado cheio de significados, mas inúmeras possibilidades da pesquisa histórica e da consequente reflexão do entorno social e cultural.

Nesse contexto, torna-se necessário conhecer o processo de criação da referência desta pesquisa e a necessidade de proteger e ao mesmo tempo divulgar seu acervo fotográfico, favorecendo o conhecimento deste bem cultural, tornando-o promotor da educação para o patrimônio. A fotografia, ao ser utilizada como instrumento do vínculo existente entre o passado e o presente, auxilia na narração de fatos ocorridos em outras épocas, principalmente quando relacionada à história e a memória. A memória, seja individual ou coletiva, torna-se elemento essencial para o sentido de identidade.

A fotografia sendo um recorte espacial, uma interrupção temporal do ato registrado, onde foi e ainda é vista como janela para o passado, fornece dados que os documentos textuais não alcançaram através de registros escritos, é uma forma de representação, abrindo possibilidades de análise de problemas históricos associados à construção da imagem. Com o avanço de diferentes setores da sociedade, a fotografia foi incluída no cotidiano das pessoas e seu valor evoluiu como prova e informação de fatos da história de pessoas e da própria sociedade, sendo reconhecido seu uso enquanto fonte histórica, pois proporciona explorar, constatar, compreender, restabelecer e provocar dúvidas relativas aos acontecimentos, bem como formas de vida do passado, diante das transformações sociais, culturais, emocionais e políticas. Adotada por diferentes autores como instrumento ou objeto de pesquisa, embora perceba trajetórias diferentes em suas metodologias, aponte a necessidade de desconstrução do aparente, identificando temáticas focadas naquele determinado momento histórico, desvendando o que está oculto, o olhar dos fotógrafos e as tecnologias utilizadas em sua produção, bem como o contexto em que foram vividos e a utilização da linguagem verbal usada para preencher espaços e silêncios deixados através da imagem.

Com o desenvolvimento das tecnologias para registrar as informações houve uma evolução nos conceitos de preservação e conservação, sendo que hoje além da preservação e conservação dos suportes tradicionais, existe também a preservação de

fotografias digitais, registradas em diferentes extensões. A fotografia, para Mauad (2004), é considerada uma fonte histórica que exige, por parte do historiador, um novo tipo de análise, na qual o testemunho é válido, sem considerar se o registro fotográfico tinha o objetivo de documentar um fato ou constituir um estilo de vida.

Refletindo ideologias, valores éticos e estéticos de diferentes grupos sociais, tornando evidente seu uso como documento, os registros fotográficos de famílias, de festas comunitárias, de casamentos, de origem e formações das cidades e seus espaços físicos, os trajes de uma comunidade em determinado momento como ressalva de memória, os móveis utilizados, vestimentas, construções arquitetônicas, informam sobre a cultura material de uma determinada cultura, em determinado período histórico, ressaltam ainda a função documental e testemunhal através da representação de acontecimentos e mudanças ocorridas, atribuindo significados e idealizações ao imaginário social.

O museu renovado, reestruturado, busca atrair olhares dos mais variados públicos, evidenciando a ideia de que todos podem e devem se apropriar deste local cultural, histórico e educacional com intenção de adquirir conhecimento, conhecer o passado, assim como espaço de lazer. A partir do intenso interesse no desenvolvimento regional devido a certificação da região como Geoparque Quarta Colônia, percebe-se que o Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha possui grande valor histórico-cultural para o município e que o mesmo poderia intensificar sua relação com o público visitante, de forma que sua identidade com a história e com diferentes culturas do município, possa ser fortalecida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida para o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural resultou no olhar voltado ao Museu Fotográfico e a importância do vínculo que estabelece com o patrimônio histórico-cultural do município de Faxinal do Soturno, RS, em relação a conservação e a manutenção da história, contribuindo para a importância na ligação entre ambos, fazendo parte da vida das pessoas do lugar.

O presente trabalho é também um reconhecimento do Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha, enquanto espaço que conta através de registros fotográficos a história do município de Faxinal do Soturno e cidades do entorno, na região central do estado do RS, é um local onde os habitantes/visitantes encontram, através da visita ao sítio e ao espaço físico, objetos utilizados para registros fotográficos, fotografias que retratam além da formação inicial do município, através da linha do tempo com principais eventos transcorridos em diferentes décadas, sua própria história representada por meio do registro fotográfico de momentos importantes registrados pelos primeiros fotógrafos do município, especialmente pelo Ir. Ademar da Rocha, e painéis que mostram a história da fotografia pelo mundo e no Brasil.

Diante da representatividade que o museu tem para a região, a constante preocupação e busca pela divulgação de seu acervo, espera-se que este trabalho seja uma fonte de compreensão sobre como os registros fotográficos criaram memórias, para a história local e regional, favorecendo a disseminação da cultura, visando divulgá-lo.

Contudo, o turismo se insere como forma de divulgar esse bem patrimonial, a partir do conhecimento de seu acervo, reconhecido como um marco que cuida de parte da história de Faxinal do Soturno e da Quarta Colônia, fazendo a conexão entre o passado e o futuro,

valorizando e protegendo a memória que o geossítio cultural representa para a cidade e região.

REFERÊNCIAS

- [1] BACCIN, V. O Pré-Seminário São José de Faxinal do Soturno: história, memória e patrimônio da Quarta Colônia. 2022. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, RS, 2022.
- [2] BISOGNIN, A. L. C. Identidade Cultural e os processos de Urbanização: o caso da Vila Verde Teto em Faxinal do Soturno/RS. 2019. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, RS, 2019.
- [3] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal - Centro Gráfico, 1988.
- [4] _____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- [5] _____. Estatuto dos Museus. Lei Nº 11.904/2009. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm. Acesso em: 30 jul. 2022.
- [6] BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Cultural: Orientações básicas. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/tu000019.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- [7] BRONDANI, A.; PADOIN, M. M.; BACCIN, V. Faxinal do Soturno- um lugar bom para viver. In: BACCA, A. A.(org) 150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. v.3: cidades. Bento Gonçalves- Projecto Cultural Sur/Brasil, 2020.
- [8] HERNÁNDEZ, Francisca H. Planteamientos teóricos de la museología. Espanha: Trea, 2006.
- [9] LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1990.
- [10] MANFIO, V.; BENADUCE, M. C. QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA/RS: uma abordagem sobre a cultura e identidade. Rev. Geosul. Florianópolis, v. 32, n. 65, p.260-273, set./dez. 2017.
- [11] MAUAD, A. M. Fotografia e história – possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004.
- [12] POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 471-480, jul./dez. 2011.
- [13] SUANO, Marlene. O que é Museu. Coleção Primeiros Passos. n. 182. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- [14] VENDRUSCOLO, Rafaela. Somos da Quarta Colônia: os sentidos de uma identidade territorial em construção. Santa Maria: UFSM, 2009.

Autores

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (ORGANIZADOR)

Advogado. Doutorando em Educação pela ULBRA. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Professor da Universidade Federal do Amazonas - UFAM

ALESANDRA SILVEIRA ALVES

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Assis Gurgacz.

ANA CLAUDIA LIMA DA SILVA

Mestrado em Direitos Humanos pela UFPE/PPGDH. Especialização em Direito do trabalho e processual do trabalho - FLG. Especialização em Direito empresarial - FLG. Especialização em Gestão Pública e Sociedade - UFT. Especialização em Práticas pedagógicas - IFNMG. Bacharel em Direito - UNICAP. Professora do Curso de Direito de Instituição de Ensino Superior.

ANA PRISCILLA CHRISTIANO

Doutora em Educação na área de Psicologia da Educação pela UNICAMP. Mestre em Psicologia na área de Infância e Realidade Brasileira pela Unesp - Assis. Psicóloga pela Universidade Estadual de Londrina. Professora das áreas de Psicologia da Educação e Psicologia do Desenvolvimento na PUCPR e na Universidade Estadual de Maringá.

ANGELO RODRIGUES DE CARVALHO

Professor de Geografia do IFPA/Campus Castanhal desde 2006. Doutorado em Educação pela UnB. Mestrado em Ciência com ênfase em Educação Agrícola pela UFRuralRJ. Especialista em Educação e Meio Ambiente pela UNINTER.

ANTONIO KEVAN BRANDÃO PEREIRA

Graduado em Ciência Política e em Direito (UNIFOR), Mestre em Sociologia (UFC) e Doutor em Ciência Política (UnB).

BRUNA EDUARDA KUBLISKI FOLMER

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Guarapuava. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste - PPGG/UNICENTRO.

CAMILLA CASOTTI POISK

Graduada em Psicologia e Pedagogia pelo Centro Universitário Assis Gurgacz - FAG. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

CARYL EDUARDO JOVANOVICH LOPES

Prof. Dr. Orientador da pesquisa. Prof. do curso de Mestrado em Patrimônio Cultural/UFMS.

CLEIDIJANE SIQUEIRA SANTOS

Professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas. Doutora em Ciências Sociais (linha de concentração: território, desenvolvimento e políticas públicas) pela Universidade Federal do Rio do Norte.

FABIO MARCEL DE CASTRO FILHO

Atualmente é aluno de mestrado com dupla diplomação em City Planning e Urban Design no MIT (Massachusetts Institute of Technology) e tem formação em Arquitetura e Urbanismo pela UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná). Durante seu bacharelado, Fabio foi um estudante visitante na UCD (University College Dublin), trabalhou para o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) e foi assistente de pesquisa no UTFPR-DEAAU (Departamento de Arquitetura e Urbanismo). Durante a graduação, Fabio foi coautor de artigos científicos publicados em periódicos de alto impacto internacionalmente: "Cities" e "Journal of Transport Geography". Ele recebeu a Medalha de Pesquisa de Ouro por pesquisa excepcional na área de Estudos Urbanos no Prêmio ISSN, e seu projeto final de graduação, "Technoutopia", foi indicado para o Prêmio Jovem Talento em Arquitetura da Fundació Mies Van der Rohe na Espanha. Duas de suas pesquisas integram a biblioteca do Comitê Olímpico Internacional para orientar legados urbanos no contexto de megaeventos. Entre outras conquistas, Fabio recebeu a Bolsa Ciência sem Fronteiras (2015), uma Bolsa de Merito da UTFPR (2019), a Bolsa Lemann na Universidade de Harvard (2022), foi finalista da Bolsa Chevening (2022) e foi selecionado para a lista de finalistas do Líderes Estudar (2022). Além de se dedicar à pesquisa em temas urbanos, Fabio também trabalha como editor na Edit Springs e é o fundador/diretor do estúdio de Arquitetura e Urbanismo BLAUD (The Base Lab for Architecture and Urban Design).

FELIPE MATHIAS CASTELLO-BRANCO

Doutor em Psicologia Social/ Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ-EICOS, 2022), Mestre em Administração de Empresas (PUC-RJ, 2011), com Especialização em Engenharia Econômica (UERJ, 2009) e MBA em Gestão Estratégica de Recursos Humanos (UFF, 2007). Graduou-se em Psicologia (UERJ, 2017) e Letras: Inglês e Literaturas de Língua Inglesa (UERJ, 2005) Atualmente é professor/ designer instrucional da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ). Pesquisa processos de subjetivação e atravessamentos do capitalismo rizomático em contextos pós-coloniais; relações de poder e subalternidade; soleamento do conhecimento; formas pós-coloniais de persistência do racismo, e negritude brasileira (culturas, tradições e episteme afrocentradas). Adicionalmente, tem experiência nas áreas de Gestão e Engenharia de Produção, com ênfase em Administração de Recursos Humanos: capital humano e desenvolvimento psicossocial considerando os ambientes e as relações de produção e trabalho.

FREDERICO AUGUSTO TAVARES JUNIOR

É Bacharel em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) - Faculdades Integradas Hélio Alonso (1987), Mestre em Administração de Empresas- Gestão Empresarial pelo Instituto Metodista Bennett (2001), Doutor em Psicossociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007) e Pós-doutor em Psicossociologia pelo Instituto de Psicologia da UFRJ (2009). É Professor associado II da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também professor da pós-graduação(mestrado e doutorado) do Instituto de Psicologia (Programa EICOS) da UFRJ. Ex-vice-coordenador do Programa EICOS/IP/UFRJ. Professor do MBE do Instituto de Economia da UFRJ. Tem experiência nas áreas de Comunicação, Marketing, Psicologia e Administração, com ênfase em Consumo, Branding, Marketing, Planejamento, Estratégia, Psicologia do Consumo e Administração de Empresas, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento estratégico, comunicação de marketing, publicidade e propaganda, psicossociologia, consumo, marketing, gestão de marcas, consumo verde, responsabilidade socioambiental, comportamento do consumidor, psicologia do consumo e subjetividade. Pesquisador, consultor, parecerista e articulista com diversos trabalhos publicados nas áreas supracitadas. Coordenador do grupo de pesquisa Rizoma Verde: Consumo verde, Marketing ambiental, Responsabilidade social, Comunicação e meio ambiente. Ex-membro titular do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ para área de Ciências Humanas. Autor dos livros Natureza S/A. O consumo verde na lógica do Ecopoder(Ed Rima); Natureza Líquida: As modelagens marcárias e a publicidade verde; Ecosofia das marcas: As três ecologias na publicidade verde; Mídia e consumo: A subjetividade como mercadoria; Discurso publicitário e consumo: Uma análise crítica; Gestão da marca: Estratégia e marketing; R\$C: Responsabilidade sociambiental compartilhada no Brasil; e Gestão da Marca. Estratégia e Marketing

JACQUES A. WAINBERG

Professor Titular. Escola de Comunicação e Artes- FAMECOS - PUCRS. Doutorado pela ECA-USP

JHONATAN DOS SANTOS DANTAS

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste - PPGG/UNICENTRO. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná

JOÃO BOSCO ARAÚJO DA COSTA

Professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

LÍCIO VALÉRIO LIMA VIEIRA

Professor do Instituto Federal de Sergipe. Graduação em Geografia. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Doutor em Geografia

MARIANA CAMATA

Psicóloga e pós graduanda em psicanálise clínica pela PUCPR. Atuante em psicologia clínica e estudante de psicanálise.

MÍRIAN ALVES CARVALHO

Professora orientadora, Mestre em Psicologia Escolar/Educacional pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, Psicóloga clínica, Docente do Centro Universitário FAG, Técnica Pedagógica da Equipe da Educação Especial do Núcleo Regional de Educação de Cascavel-PR, Professora da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED), Graduada em Psicologia e Letras, Especialista em Atendimento Educacional Especializado, Especialista em Psicanálise Clínica, Especialista em Adolescente em Conflito com a lei.

FREDERICO AUGUSTO TAVARES JUNIOR

Professor associado da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; e professor da pós-graduação (mestrado e doutorado) do Instituto de Psicologia (Programa EICOS), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

RENATO DE ALMEIDA VIEIRA E SILVA

Doutor em Comunicação Social - Universidade Metodista de São Paulo. Mestre em Comunicação Social - Faculdades Cásper Líbero. MBA em Marketing - IBMEC-SP. Pós-graduação em Marketing - ESPM-SP. Graduação em Direito - Universidade Federal Fluminense. Pesquisador em temas ligados à construção de imaginários e representações sociais na Comunicação, especialmente a construção midiática, exercício e influência do soft power na política e nas relações internacionais. Consultor em estratégias de marketing e comunicação, professor universitário na graduação, MBA e pós-graduação em diferentes instituições. Autor dos livros "GOD SAVE THE QUEEN - O IMAGINÁRIO DA REALEZA BRITÂNICA NA MÍDIA" e "DIÁLOGOS COMUNICACIONAIS FRANÇA-BRASIL - INTERCÂMBIOS E REPRESENTAÇÕES". Co-autor dos livros "Discursos Midiáticos: Representações e Apropriações Culturais", "Novas questões sobre a imagem: de objeto de pesquisa a pesquisa do objeto" e do volume I da coleção PublicaCom, sobre diferentes temas em Comunicação, além de autor de diversos artigos científicos para congressos e revistas. Membro do Comitê Editorial da Revista Inteligência Competitiva. Possui longa e diversificada experiência executiva em posições de alta gerência em empresas nacionais e multinacionais. Participou dos conselhos consultivo e deliberativo do Museu Afro Brasil e da Aliança Francesa de São Paulo, respectivamente. ENGLISH VERSION Doctor of Social Communication - Methodist University of Sao Paulo Master in Social

Communication - College Casper Libero MBA in Marketing - IBMEC-SP Postgraduate Diploma in Marketing - ESPM-SP Law Degree, focusing on Public International Law - Universidade Federal Fluminense Consultant in commercial and marketing strategies, entrepreneur and professor at the undergraduate and graduate levels. He is the author of "GOD SAVE THE QUEEN - The IMAGINARY OF BRITISH ROYALTY IN THE MEDIA". Is co-author of "media discourse: Cultural Representations and Appropriations" and author of several scientific articles. Has a long and diverse executive experience in senior management positions in national and multinational companies . Participated in the advisory boards of Museu Afro Brazil and the French Alliance of Sao Paulo.

ROSANGELA LEONARDI

Mestranda em Patrimônio Cultural/UFSM. Professora da rede Municipal e Estadual de Faxinal do Soturno/RS

RUBEM DE MESQUITA VALADARES

Historiador e Pedagogo; Especialista em Educação; Gestor Escolar; Mestre em História; Doutorando em Ciências da Educação.

SIMONE DE ANDRADE SANTOS DA SILVEIRA

Graduação em Tecnologia de Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe.

VITÓRIA ROCON COVRE

Mestranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Bolsista CAPES no Programa EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson



<https://www.facebook.com/editorapoisson>

